

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

ANTONIO JOÃO CASTRILLON FERNÁNDEZ

DO CERRADO À AMAZÔNIA: AS ESTRUTURAS SOCIAIS DA  
ECONOMIA DA SOJA EM MATO GROSSO

Porto Alegre  
2007

ANTONIO JOÃO CASTRILLON FERNÁNDEZ

DO CERRADO À AMAZÔNIA: AS ESTRUTURAS SOCIAIS DA  
ECONOMIA DA SOJA EM MATO GROSSO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos

Porto Alegre  
2007

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da  
UFRGS

C355d

Castrillon Fernández, Antonio João

Do cerrado à Amazônia : as estruturas sociais da economia da soja em  
Mato Grosso / Antonio João Castrillon Fernández. – Porto Alegre, 2007.  
262, [4] f. : il.

Orientador: José Carlos Gomes dos Anjos.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

1. Soja : Economia : Estrutura social. 2. Processo social : Produção  
agrícola : Soja. 3. Relações sociais : Espaço rural. 4. Desenvolvimento rural :  
Mato Grosso. 5. Agricultura : Desenvolvimento econômico. 6. Migração :  
Colonização. I. Anjos, José Carlos Gomes dos. II. Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 316.334.55  
316.4

ANTONIO JOÃO CASTRILLON FERNÁNDEZ

DO CERRADO Á AMAZÔNIA:  
AS ESTRUTURAS SOCIAIS DA ECONOMIA DA SOJA EM MATO GROSSO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como quesito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 31 de agosto de 2007.

---

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva  
UFRGS

---

Prof. Dr. João Carlos Barroso  
UFMT

---

Prof. Dr. Fábio Nolasco  
UNEMAT

## AGRADECIMENTOS

“Descobri aos 13 anos que o que me dava prazer nas leituras não era a beleza das frases, mas a doença delas.

Comuniquei ao Padre Ezequiel, um meu Preceptor, esse gosto esquisito.

Eu pensava que fosse um sujeito escaleno.

- Gostar de fazer defeitos na frase é muito saudável, o Padre me disse.

Ele fez um limpamento em meus receios.

O Padre falou ainda: Manoel, isso não é doença,

pode muito que você carregue para o resto da vida um certo gosto por nadas...

E se riu.

Você não é de bugre? - ele continuou.

Que sim, eu respondi.

Veja que bugre só pega por desvios, não anda em estradas – Pois é nos desvios que encontra as melhores surpresas e os ariticuns maduros.

Há que apenas saber errar bem o seu idioma.

Esse Padre Ezequiel foi o meu primeiro professor de gramática”

(Manoel de Barros)

Gostaria continuar nas palavras de Manoel de Barros que o Zé Carlos foi “o meu primeiro professor de sociologia”, me ensinou a despensar o pensado, me ensinou coisas importantes – e as coisas importantes são difíceis de serem ditas, às vezes são desditas... como na minha tese.

Agradeço a todas as instituições e pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho: aos professores, colegas e amigos do PGDR; aos agricultores, técnicos, lideranças que dispuseram do seu tempo para as entrevistas; de modo especial agradeço ao Professor José Carlos que me orientou, ao Zander que, com todo o seu entusiasmo de quem começava um novo projeto me desviou ao PGDR; ao Marcelo, pela sua presença; e, de modo muito pessoal agradeço à minha Lê, por tudo e ainda um pouco mais, a quem dedico este trabalho.

## RESUMO

O esforço principal deste trabalho é realizar uma análise sociológica do processo de expansão das lavouras de soja nas áreas de Cerrado em direção às áreas de Floresta Amazônica, com foco no estado de Mato Grosso, a partir do recorte específico do processo de aquisição de terras, que leva em consideração quatro dimensões analíticas: dimensão econômica, dimensão cultural, dimensão política e dimensão ambiental. A característica diferencial desta proposição é que as dimensões selecionadas não serão trabalhadas, enquanto recursos teórico-metodológicos, de forma isolada, autônoma e independente uma das outras, como tem sido recorrente aos estudos do tema do “desenvolvimento da agricultura”. Contrário a essa perspectiva, propõe-se apreender as diferentes dimensões que dinamizam a expansão da atividade agrícola a partir das relações de interdependência que os agentes estabelecem entre si. O elemento central da análise é deslocado da unidade de cada dimensão (econômico, político, cultural) para o conjunto de relações que as dimensões selecionadas estabelecem entre si, formando um verdadeiro campo de relações de força, aqui definido como configurações sociais do processo de expansão das lavouras de soja.

**Palavras-chave:** Expansão da soja; Mato Grosso; Sociedade e economia; Desenvolvimento rural.

## **ABSTRACT**

The main effort of this work is to carry through a sociological analysis of the process of expansion of the soy farming in Savanna areas in direction to the areas of Amazonian Forest, with focus in the state of Mato Grosso, from the specific clipping of the process of acquisition of lands, that takes in consideration four analytical dimensions: economic dimension, cultural dimension, politics dimension and ambient dimension. The distinguishing characteristic of this proposal is that the selected dimensions will not be worked, as resources theoretician-methodology, of isolated form, independent one of the others, as has been recurrent to the studies of the subject of the “development of agriculture”. The opposite to this perspective, is considered to apprehend the different dimensions that dynamisms the expansion of the agricultural activity from the interdependence relations that the agents establish between itself. The central element of the analysis is dislocated from the unit of each dimension (economic, politician, cultural) for the set of relations that the selected dimensions establish between itself, forming a true field of force relations, defined here as social configurations of the process of expansion of the soy farming.

**Key words:** Soy expansion, Mato Grosso State, Society and Economy, Rural Development.

## LISTA DE DIAGRAMAS

<b>Diagrama 1</b>	Fluxo do mercado internacional de soja e seus derivados .....	244
<b>Diagrama 2</b>	Fluxo do mercado nacional de soja e seus derivados .....	245

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Distribuição da área plantada de soja em Mato Grosso, 1981 .....	246
<b>Figura 2</b>	Distribuição da área plantada de soja em Mato Grosso, 1985 .....	247
<b>Figura 3</b>	Distribuição da área plantada de soja em Mato Grosso, 1990 .....	248
<b>Figura 4</b>	Distribuição da área plantada de soja em Mato Grosso, 1995 .....	249
<b>Figura 5</b>	Distribuição da área plantada de soja em Mato Grosso, 2000 .....	250
<b>Figura 6</b>	Distribuição da área plantada de soja em Mato Grosso, 2004 .....	251
<b>Figura 7</b>	Mapa de Biomas - Mato Grosso .....	254
<b>Figura 8</b>	Representação do bioma Cerrado .....	137
<b>Figura 9</b>	Representação do bioma Floresta .....	138
<b>Figura 10</b>	Caracterização de relevo do Estado de Mato Grosso .....	255
<b>Figura 11</b>	Distribuição das Terras Indígenas em Mato Grosso .....	256

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Produção mundial de soja, série histórica .....	257
<b>Tabela 2</b>	Produção mundial de soja: principais países produtores .....	257
<b>Tabela 3</b>	Distribuição da produção de soja no Brasil – Série 1940 a 1985 .....	258
<b>Tabela 4</b>	Distribuição da produção de soja no Brasil – Série 1975 a 2005 .....	259
<b>Tabela 5</b>	Produção de soja em Mato Grosso, série histórica .....	260
<b>Tabela 6</b>	Mato Grosso: Distribuição das lavouras de soja por Meso e Microrregiões geográficas .....	261
<b>Tabela 7</b>	Mato Grosso: principais produtos de lavoura temporária – 1978 a 2005 .....	262
<b>Tabela 8</b>	Distribuição das lavouras de soja por grupo de área, 1995/96 – Brasil, RS, PR, MT .....	133

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Consumo mundial de óleo vegetal e proteína em ração animal e produção de soja .....	101
Gráfico 2	Produção Mundial de Soja: principais países produtores .....	252
Gráfico 3	Distribuição da produção de soja por regiões .....	107
Gráfico 4	Mato Grosso: Área Plantada de Soja (ha), série histórica (1970 – 1979) ....	253
Gráfico 5	MT: Distribuição das lavouras de soja (ha) por mesorregião .....	119
Gráfico 6	Distribuição das lavouras de soja por classes de área – Brasil e Mato Grosso, 1995-96 .....	122

## LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja

ASA - American Soybean Association

BASA – Banco da Amazônia

CAIs – Complexo Agroindustriais

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CSA – Commodity System Approach

CTG – Centro de Tradição Gaúcha

DOU – Diário Oficial da União

ECT – Economia dos Custos de Transação

EMATER – Empresa Mato-Grossense de Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMPAER – Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

FAMATO – Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado de Mato Grosso

FEMA – Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso

FIDAM – Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia

FUNAI – Fundação Nacional de Assistência ao Índio

IAC – Instituto Agronômico de Campinas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

ISA – Instituto Sócio Ambiental

LVA – Latossolo Vermelho Amarelo

PACs – Projeto de Ação Conjunta

PAR – Projeto de Assentamento Rápido

PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PH – Potencial Hidrogeniônico

PIN – Plano de Integração Nacional

POLOAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado

PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRODES – Programa de Monitoramento do Desflorestamento nos Municípios da Amazônia Legal

PROP – Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

USDA – United States Department of Agriculture

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
2	<b>DESENVOLVIMENTO DO PROBLEMA E CONFIGURAÇÃO TEÓRICA</b>	28
2.1	<b>A Inovação Induzida</b> .....	32
2.2	<b>Os complexos agroindustriais</b> .....	35
2.3	<b>Dos Sistemas Agroindustriais ao <i>Agribusiness</i></b> .....	40
2.4	<b>Uma síntese da crítica econômica</b> .....	45
2.5	<b>A agricultura e sua especificidade</b> .....	53
2.6	<b>O problema</b> .....	58
2.7	<b>Uma proposição teórica</b> .....	60
2.7.1	Contribuições da Sociologia Econômica .....	64
2.7.2	A Sociologia da Economia contribuições de Bourdieu .....	70
2.8	<b>De processos a configurações sociais: as contribuições da sociologia elisiana</b> .	76
2.9	<b>Metodologia</b> .....	91
3	<b>A SOJA EM NÚMEROS</b> .....	100
3.1	<b>A soja no mundo</b> .....	100
3.2	<b>A soja no Brasil</b> .....	104
3.3	<b>A soja em Mato Grosso</b> .....	110
4	<b>TEMPOS DE REOCUPAÇÃO</b> .....	125
4.1	<b>A função das “novas terras”</b> .....	128
4.2	<b>Paisagem: terra, mato e gente</b> .....	135
4.2.1	Formação vegetal .....	136
4.2.2	Unidades de relevo .....	140
4.2.3	Os ciclos econômicos .....	142
4.3	<b>Os programas de reocupação</b> .....	146
4.3.1	Na “Marcha para o Oeste” .....	146
4.3.2	A abertura do “estoque de terra” para o Sul: os programas de colonização .....	160
5	<b>A FORMAÇÃO DE UM NOVO TERRITÓRIO: O CRESCIMENTO DAS LAVOURAS DE SOJA</b> .....	176
5.1	<b>A migração</b> .....	178
5.2	<b>Origem dos colonos</b> .....	182
5.3	<b>Motivos da migração</b> .....	184

5.4	<b>Estratégia de migração</b> .....	188
6	<b>MECANISMOS E ESTRATÉGIAS PARA EXPANSÃO DAS LAVOURAS DE SOJA: “eu pergunto, isso é uma agricultura normal?”</b> .....	194
6.1	<b>A função colonizadora na construção dos espaços sociais</b> .....	199
6.2	<b>A expansão das lavouras de soja</b> .....	207
6.2.1	O crescimento .....	210
6.2.2	A expansão da soja e produção social da crise .....	217
7	<b>CONCLUSÃO</b> .....	225
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	231
	<b>APÊNDICE A.</b> Diagrama 1. Fluxo do mercado internacional de soja e seus derivados – 2006 (milhões de toneladas) .....	244
	<b>APÊNDICE B.</b> Diagrama 2. Fluxo do mercado nacional de soja e seus derivados – 2005/2006 (em milhões de toneladas) .....	245
	<b>APÊNDICE C.</b> Figura 1. Distribuição da área plantada de soja em MT, 1981 .....	246
	<b>APÊNDICE D.</b> Figura 2. Distribuição da área plantada de soja em MT, 1985 .....	247
	<b>APÊNDICE E.</b> Figura 3. Distribuição da área plantada de soja em MT, 1990 .....	248
	<b>APÊNDICE F.</b> Figura 4. Distribuição da área plantada de soja em MT, 1995 .....	249
	<b>APÊNDICE G.</b> Figura 5. Distribuição da área plantada de soja em MT, 2000 .....	250
	<b>APÊNDICE H.</b> Figura 6. Distribuição da área plantada de soja em MT, 2004 .....	251
	<b>APÊNDICE I.</b> Gráfico 2. Produção mundial de soja: principais países produtores .....	252
	<b>APÊNDICE J.</b> Gráfico 3. Mato Grosso: Dinâmica de crescimento das principais lavouras .....	252
	<b>APÊNDICE K.</b> Gráfico 4. Área plantada de soja, série histórica (1970-1979) .....	253
	<b>ANEXO A.</b> Figura 7 - Mapas de biomas – Mato Grosso .....	254
	<b>ANEXO B.</b> Figura 10 - Caracterização do relevo do Estado de Mato Grosso .....	255
	<b>ANEXO C.</b> Figura 11 - Distribuição das Terras Indígenas em Mato Grosso .....	256
	<b>ANEXO D.</b> Tabela 1 - Produção mundial de soja, série histórica .....	257
	<b>ANEXO E.</b> Tabela 2 - Produção mundial de soja: principais países produtores .....	257
	<b>ANEXO F.</b> Tabela 3 - Distribuição da produção de soja no Brasil - 1940 a 1985 .....	258
	<b>ANEXO G.</b> Tabela 4. Distribuição da produção de soja no Brasil – 1975 a 2005 .....	259
	<b>ANEXO H.</b> Tabela 5 - Produção de soja em Mato Grosso – 1970 a 2007 .....	260
	<b>ANEXO I.</b> Tabela 6 - Mato Grosso: distribuição das lavouras de soja por Meso e Microrregiões geográficas – 1981 a 2006 .....	261
	<b>ANEXO J.</b> Tabela 7 - Mato Grosso: principais produtos de lavoura temporária – 1978 a 2005 .....	262

## 1. INTRODUÇÃO

A soja (*Glycine Max* (L.) Merrill), da família das leguminosas, é uma planta herbácea com altura de 0,3 a dois metros. Os frutos, que se apresentam na forma de vagem, podem variar de três a dez centímetros de comprimento, e abrigam de um a cinco grãos. O elevado teor de proteína e de lipídeos fez da soja um importante produto no mercado de ração animal, de óleo vegetal e de consumo humano. Suas características atuais resultam de um longo processo de mudança genética, visando sua adaptação para diferentes situações de clima, relevo, fotoperíodo, resistência a doenças e melhor produtividade por área.

Registros indicam que as variedades mais antigas se desenvolveram nas margens de rios e lagos da região central da China. Sua domesticação ocorreu há aproximadamente cinco mil anos, tornando-se fonte essencial de alimento para o povo chinês. Durante a dinastia Zhou (1112 – 256 a.C.), a soja, juntamente com o arroz, o trigo, o painço e a cevada, foi considerada um dos cinco grãos sagrados. Do início da era Cristã até o período das Grandes Navegações (XVI e XVII), ocorreu uma dispersão do produto para vários países, como o Japão, a Indonésia, as Filipinas, a Malásia, a Índia, entre outros, com uso mais direcionado à alimentação humana<sup>1</sup>.

As primeiras sementes foram introduzidas nos EUA, em 1765, por Samuel Bowen, marinheiro da Companhia Ocidental das Índias. Seu objetivo era o processamento dos grãos na forma de molho e macarrão e posterior exportação para a Inglaterra. No entanto, por mais de um século, o seu cultivo ficou restrito à produção de forrageiras, quando, em 1904, George Washinton, do Instituto Tuskegee, identificou elevados teores de óleo e proteína nessa leguminosa, apresentando seu grande potencial para a produção de ração e óleo vegetal. Em decorrência do espaço que começava a ocupar no mercado interno, em 1920 foi criada a *American Soybean Association* (ASA), organização que teve por função inserir a soja na agenda de pesquisa e de políticas públicas americanas. A baixa diversidade de material genético impunha restrições ao

---

<sup>1</sup> As informações sobre a origem da soja e o processo de domesticação são muito fragmentadas e pontuais, com pouca precisão de datas e fatos históricos. Consultar: North Carolina Soybean Producers Association, [ca. 2000]; HYMOWITZ; SHURTLEFF, 2005; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, 2004; Klaus, 2005; Hasse, 1996.

desenvolvimento de programas de adaptação das variedades. A fim de solucionar o problema, entre 1929 e 1931, dois pesquisadores americanos, entre eles William Morse, fundador da ASA, catalogaram e coletaram aproximadamente 4.500 variedades de soja dos países asiáticos, ampliando a base genética das pesquisas americanas (ASA, 2007).

Em 1930, a soja era cultivada em 3,5 milhões de acres (1,4 milhões de hectares) de terras americanas, predominando ainda a sua utilização como forragem (56%). Apenas 30% da área eram colhidas, sendo a produção utilizada como sementes e matéria-prima para o processamento de óleo e ração (ASA, 2007). À medida que crescia o mercado desses produtos, reduzia-se o emprego da soja na forma de forragem e pastagem. Com o desenvolvimento de variedades adaptadas ao clima da região e com teores mais elevados de óleo e proteína, o uso principal da planta foi sendo deslocado da parte vegetativa (caule, folhas e raízes, fixação de nitrogênio) para a reprodutiva (grãos).

No Brasil, sua introdução ocorreu no final do século XIX e início do XX, com material genético adquirido principalmente dos Estados Unidos. Em terras brasileiras, a soja percorreu distintas trajetórias, sem vínculos explícitos entre elas. O cultivo mais antigo data de 1882, realizado por um agricultor do estado da Bahia. O professor Gustavo D'Utra, da Escola de Agronomia da Bahia, realizou o primeiro estudo de avaliação de cultivares, publicado em 1989 no Boletim do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Nesse mesmo período, o IAC mantinha canteiros de produção de sementes com o objetivo de difundi-las entre os agricultores da região. Foi também no início do século XX que migrantes japoneses radicados em São Paulo, trouxeram nas suas bagagens alguns grãos, que passaram a ser cultivados em hortas domésticas para a produção de derivados, como o tofu, missô e shoyu (HASSE, 1996; EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, 2004).

A terceira trajetória, que constituiu a base da difusão da soja no Brasil, foi estabelecida no Rio Grande do Sul. Em 1900, experimentos foram instalados no Liceu Rio-Grandense de Agronomia, em Pelotas, e algumas variedades cultivadas em Dom Pedrito, Pinheiro Machado e Venâncio Aires (HASSE, 1996). No entanto, foi na região de Santa Rosa, fronteira noroeste do Estado, que despertou o interesse dos agricultores. O pastor luterano Albert Lehenbauer, migrando dos Estados Unidos, em 1923, trouxe uma pequena quantidade de sementes e, após reproduzi-las, distribuiu-as entre os

colonos da região. Apesar das restrições iniciais, passaram a incorporá-las lentamente aos sistemas produtivos, utilizando-as como forrageira e na alimentação de suínos (CHRISTENSEN, 2004).

O cultivo foi intensificado a partir de 1935, quando o comerciante Frederico Orteman, de Santo Ângelo, realizou as primeiras compras. Em 1938, exportou três mil sacas de soja para a Alemanha, despertando o interesse de exportadores e industriários. Com o início da Segunda Guerra Mundial, as exportações foram interrompidas e as indústrias direcionaram a produção para o mercado interno, através do processamento de óleo vegetal (CHRISTENSEN, 2004).

Até o início da década de quarenta, o plantio da soja ainda estava voltado, predominantemente, para a produção de forrageira, utilizada na alimentação de bovinos e suínos. Com o fim da Segunda Guerra e o início da industrialização mais intensiva do Brasil, cresceu o consumo de óleos vegetais, o que incentivou a demanda pela oleaginosa. A área cultivada no estado do Rio Grande do Sul passou de 650 hectares (BONETT, 1987 apud CHRISTENSEN, 2004, p. 58), no começo dos anos quarenta, para seiscentos mil, na década de sessenta, saltando para oito milhões de hectares na década de oitenta (CHRISTENSEN, 2004, p. 59)<sup>2</sup>. Um rápido crescimento que mudou as características da agricultura na região.

Durante as três primeiras décadas em que as lavouras se estabeleceram no Brasil, entre 1940 e início dos anos de 1970, a produção esteve concentrada no Rio Grande do Sul, com 99% da produção nacional em 1950, e manteve-se elevada nas décadas seguintes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 1940-1996).

O desempenho das lavouras na região Sul esteve associado, entre outros fatores, à adaptação das variedades às condições ambientais. A soja é uma planta com sensibilidade ao fotoperíodo, ou seja, seu florescimento é influenciado pela duração do

---

<sup>2</sup> Segundo o Censo Agropecuário de 1940, a produção de soja no estado do Rio Grande do Sul passou de 1,23 mil toneladas para 44,5 mil, no ano de 1950, saltando para 209 mil toneladas em 1960. Considerando que a produtividade média das lavouras de soja na região, em 1975, foi de 1,38 toneladas por hectare, os dados do Censo destoam das informações de Bonett (1987 apud CHRISTENSEN, 2004). Em uma área de 650 hectares seria possível produzir apenas 897 toneladas de grão e não as 44,5 mil apresentadas no Censo Agropecuário de 1940 (IBGE, 1940-1996). No entanto, o que as diferentes fontes destacam é o rápido crescimento da área cultivada no referido território.

dia (número de horas de luminosidade)<sup>3</sup>. Quanto mais se afasta da linha do equador em direção aos pólos, mais o grau da latitude aumenta e, conseqüentemente, reduz o tamanho do dia (número de horas de luminosidade a que a planta está sujeita). As características climáticas da região Sul do Brasil favoreceram a adaptação das primeiras variedades trazidas do Sul dos EUA, que ainda apresentavam sensibilidade ao fotoperíodo. Foi preciso um longo processo de adaptação e aprendizagem para que a soja viesse a figurar entre os principais produtos cultivados em território brasileiro. Se, por um lado, a estrutura produtiva dos colonos favoreceu esse processo, devido à experiência no trabalho agrícola, à abertura para a incorporação de novos conhecimentos e à necessidade de alternativas econômicas, por outro, impôs barreiras para a sua expansão. A estrutura fundiária (tamanho dos estabelecimentos e disponibilidade de terra) mostrava-se inflexível para assimilar o crescimento do núcleo familiar e explorar as possibilidades produtivas que se apresentavam com as mudanças da base técnica aplicada à agricultura. As novas fronteiras agrícolas, inicialmente do Paraná, Santa Catarina e posteriormente de outros estados, surgiram como alternativas de acesso a terra e de recursos de produção para essas famílias, irradiando processos migratórios do Rio Grande do Sul para outros estados brasileiros. As trajetórias desenhadas pelas famílias de colonos coincidiram, ou cruzaram-se, com as trajetórias das lavouras de soja: em 1975 foram cultivados no estado do Paraná 32% dos cinco milhões de hectares de soja plantados na região Sul.

Não se pretende explicar a dinâmica da expansão das lavouras de soja através do processo migratório como uma relação de causa e efeito, mas demonstrar que não existe fator único, independente, como por exemplo, inovação tecnológica, ampliação de mercado ou mesmo migração, que explique isoladamente a dinâmica deste processo. O que existe é um conjunto de fatores, alguns planejados, intencionalmente elaborados, como as políticas públicas, as estratégias de reprodução, e outros *não-planejados*, *involuntários*, incorporados às estruturas sociais, decorrentes de atividades que fazem parte do cotidiano das famílias e instituições, de uma maneira pré-reflexiva de agir. Como sugere Souza (2000, p. 12),

---

3 “Cada cultivar possui seu fotoperíodo crítico, acima do qual o florescimento é atrasado. Por isso a soja é considerada planta de dia curto. Em função dessa característica, a faixa de adaptabilidade de cada cultivar varia à medida que se desloca em direção ao norte ou ao sul.” (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, 2004, p. 31).

A imensa maioria de nossas ações nascem do hábito e de estímulos à ação localizados em algum ponto liminar entre consciência e inconsciência. Isso significa que o agir exige esforço, um esforço metódico de esclarecimento das idéias e dos móveis que nos guiam. Liberdade de escolha e conduta racional da vida só existe, em sentido rigoroso, no último caso.

A expansão das lavouras de soja expressa um processo de longa duração, em que se foi incorporando aprendizados, estratégias, recursos, formas de agir, de articular, de consolidar referências de ação. Ou seja, seus aspectos econômicos, caracterizados pelas relações de troca, pelas relações de produção e pelo acesso a serviços, não se realizam de forma autônoma e independente das outras dimensões que constituem um processo social. Uma análise mais detalhada demonstra a maneira como as relações econômicas são estabelecidas por um mecanismo de entrelaçamento, de associação e de conflitos com outros tipos de relação.

A partir dos anos de 1970, a soja irradiou-se da região Sul para outros estados brasileiros: Minas Gerais, Bahia<sup>4</sup>, Goiás e Mato Grosso, seguindo a trajetória dos migrantes gaúchos para além das fronteiras do Sul do Brasil.

Os primeiros plantios em Mato Grosso ocorreram no início dos anos de 1970, na porção sul do Estado. Foram pequenas experiências realizadas por agricultores que procuravam adaptar variedades. Na medida em que isso ia ocorrendo, que conhecimentos sobre o manejo de solos do cerrado foram sendo desenvolvidos, que mercados foram sendo consolidados, que cidades foram sendo formadas e que incentivos de políticas públicas foram sendo concedidos, a área cultivada ampliava-se rapidamente, passando de 56 mil hectares em 1980 para 1,5 milhões em 1990, chegando uma década depois a aproximadamente três milhões de hectares (IBGE, 1996).

Uma das características do sistema de plantio nas áreas de cerrado e que o distingue dos plantios na região Sul é o tamanho médio das lavouras: enquanto no sul do Brasil a área média cultivada no ano de 1995 foi de 16,8 hectares, em Mato Grosso essa média foi de 663 hectares. Ou seja, 77,7% das lavouras possuíam área superior a mil hectares, enquanto que, no Rio Grande do Sul, apenas 10% se situavam nessa classe de área (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE,

---

<sup>4</sup> O cultivo de soja no estado da Bahia, nos anos de 1970, está associado à migração dos colonos gaúchos e não à extensão dos plantios experimentais realizados ainda no final do século XIX. Ao contrário dos plantios no estado de São Paulo, que está relacionado, também, às experiências dos migrantes japoneses, expandindo-se posteriormente para outros grupos de agricultores.

1996). Esses dados revelam que a trajetória das lavouras de soja em Mato Grosso, porém, de um modo geral, nas áreas de cerrado em direção à floresta Amazônica, bem como a trajetória dos colonos do Sul que migraram para a “nova fronteira agrícola”, foi amplamente marcada pelo processo de aquisição de ativos fundiários. A produção da “disponibilidade” de grandes estoques de terra pela iniciativa estatal, pelas empresas de colonização privada ou ainda pela ação de agentes intermediários, como corretores e grileiros, favoreceu a esses migrantes a aquisição de grandes extensões de áreas a preços relativamente baixos, *vis a vis*, os preços praticados no Estado de origem. Assim como a “terra”, outros fatores de produção foram também produzidos, como por exemplo, políticas públicas para abertura de área, aquisição de máquinas e construção de infraestrutura, entre elas, estradas, portos e cidades; investimentos em pesquisas, formação de mercados, organizações de condomínios. Portanto, o que se procura evidenciar é o efeito de produção de um ambiente, ou de um conjunto de relações sociais, que favoreceram e tornaram possíveis a introdução e a expansão das lavouras de soja no cerrado.

Diante desse quadro, é importante formular o seguinte questionamento: o “desenvolvimento da agricultura”, seja no Brasil seja em outros países, tem sido explicado como efeito da “penetração” ou do “desenvolvimento” do capitalismo no campo. Segundo essa tendência, a dinâmica da agricultura, bem como a apropriação dos recursos naturais (terra), segue uma lógica de reprodução do “capital”, molda-se pelos interesses da “acumulação”. Não seria oportuno questionar se o “capitalismo no campo” não se desenvolve, também, segundo uma lógica de reprodução dos atores? Ou, de outra forma, não se encontram as “condições materiais” para o seu desenvolvimento na base das relações sociais tecidas entre colonos e outros atores?

O presente trabalho tem por **objetivo principal** analisar e compreender a expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado, em direção às áreas de transição com a floresta Amazônica, como expressão de um conjunto de relações sociais capazes de mobilizar recursos considerados, pelos agentes envolvidos, necessários à dinâmica da atividade. Partindo da compreensão desse fenômeno como um processo, procura-se apreendê-lo não mais de forma isolada, naquilo que ele tem de único e particular, para descrevê-lo interpretativamente como um processo social mais geral, como um “sistema

de vida e economia”<sup>5</sup> de famílias e empresas, que migraram das regiões Sul e Sudeste do país em busca de novas possibilidades de realização econômica através da agricultura.

A análise sobre o “desenvolvimento da agricultura”, no âmbito do que se instituiu como estudos “econômicos”, caracteriza-se por abstrair os “fenômenos” ou “fatores econômicos” do contexto social em que o próprio fenômeno foi produzido. Desse modo, pode-se compreender por que o processo de transformação da agricultura brasileira, no qual está inserida a consolidação das lavouras de soja na região Sul e sua expansão para outros Estados, tradicionalmente tem sido analisado a partir de conceitos como “inovação tecnológica”, “especialização da produção”, “diferenciação do trabalho” e “coordenação e gestão econômica”, segundo uma lógica específica da própria razão econômica. Dissocia-se, portanto, uma categoria particular de práticas de um contexto maior em que elas próprias foram construídas. Bourdieu (2003, p. 13), ao iniciar o seu trabalho sobre as *Estruturas Sociais da Economia*, desenvolve o seguinte argumento acerca das possibilidades de construção de conhecimentos nas “ciências econômicas”:

La ciencia que llamamos ‘economía’ se sustenta en una abstracción inicial que consiste en disociar una categoría particular de prácticas, o una dimensión particular de cualquier práctica, del orden social en el que toda práctica humana está inmersa. Esta inmersión [...] obliga [...] a concebir cualquier práctica, empezando por la que se puede ver, de la forma mas evidente y estricta, que es ‘económica’, como un ‘hecho social total’, en el sentido de Marcel Mauss.

Ao contrário das abordagens econômicas, o presente trabalho procura apreender as mudanças que vêm ocorrendo na agricultura, a partir da *relação de interdependência* que a dimensão econômica estabelece com outras dimensões constitutivas de uma *configuração social* específica, formando, assim, a base para a expansão das lavouras de soja. A especificidade da ação econômica não está no grau de autonomia, de independência e auto-realização que possa existir – como sugere a economia neoclássica ao propor, por exemplo, o conceito de custo de transação zero e

---

<sup>5</sup> Abordagem adotada por Ricardo (1970, p. 14) ao desenvolver o seu estudo sobre a “Marcha para o Oeste: “O movimento de avanço da gente do Planalto na direção oeste como sistema de vida e economia, teria de sofrer inúmeras mudanças, adaptando-se à pressão das condições e circunstâncias determinadas por fatores temporais e espaciais. Não apenas elementos, mas também complexos culturais inteiros terão perdidos o seu significado, função, uso e forma, adquirindo outros, em troca, através principalmente do contato com outras culturas.”

racionalidade plena das ações – em relação a outros tipos de ação, mas na capacidade de mobilizar e converter diferentes tipos de recursos, não estritamente econômicos, para o “campo” das ações econômicas. Entende-se, portanto, que a dimensão econômica só pode ser compreendida como um processo social em construção caso se adote como perspectiva de análise a relação de interdependência que ela estabelece com as demais dimensões constitutivas do processo em estudo.

Assim, a presente investigação diferencia-se das pesquisas mais correntes sobre o “desenvolvimento da agricultura” por dois aspectos essenciais: não se prende aos limites dos estudos disciplinares e procura, por outro lado, mobilizar um conjunto amplo de conhecimento que enfoque as diferentes dimensões constitutivas do processo social, ou, de modo mais preciso, que o aborde nas diferentes dimensões que o constituem – família, igreja, manifestação cultural, identidade, organizações, sindicatos, Estados – e não apenas mercado, empresas, banco, tecnologia etc. Compreende-se que a expansão da soja é traduzida por uma dinâmica social de longa duração, resultado tanto de ações imediatas, intencionais e planejadas, quanto de ações não-planejadas, não-intencionais, ou seja, aquelas incorporadas às “estruturas” dos indivíduos e da sociedade, que independem da “vontade” dos agentes para a sua realização. Para tanto, foi definido um arranjo de conceitos<sup>6</sup> que procura dar conta dos dados de observação naquilo que eles têm de mais profícuo para a análise sociológica, a interação entre agentes, situados num campo de relações de forças que impõe restrições a essa própria ação: o conceito de processo social procura dar conta das mudanças, das transformações, dos arranjos que vêm ocorrendo na base da produção agrícola, resultado da combinação de diferentes tipos de ação, algumas planejadas, intencionais e voluntárias e outras, não-planejadas, não-intencionais, incorporadas às estruturas da sociedade e dos indivíduos; o conceito de relação social abrange as formas pelas quais os agentes interagem, buscam suas alianças, definem suas estratégias, mobilizam recursos e criam relações de poder capazes de alterar a dinâmica dos processos sociais, bem como se prender às suas estruturas; por fim, o conceito de configuração social expõe os agrupamentos, os arranjos formados entre os agentes, a sua posição em espaços sociais definidos e os tipos de recursos mobilizados. O primeiro conceito permite formular as perguntas: *por que* a expansão das lavouras de soja segue uma

---

<sup>6</sup> Os conceitos serão desenvolvidos no próximo item, acompanhando a construção do problema.

determinada dinâmica específica e não outra? *Por que* está consolidada em plantios de larga escala enquanto no Sul do Brasil se desenvolveu em pequenos estabelecimentos? Ou, ainda, *por que* é uma atividade desenvolvida, predominantemente, por famílias que migraram da região Sul? Os conceitos seguintes permitem formular o problema de *como* esse processo se desenvolve, *em quais* circunstâncias e *com quais* recursos.

O que torna possível a expansão da soja em uma região de “fronteira”, onde as relações sociais e as condições de produção não estão dadas e muito menos a “divisão social do trabalho” e a “especialização técnica” são pressupostos para o desenvolvimento do capitalismo? Nas áreas de abertura recente, aqui denominadas de “fronteira”, o desenvolvimento do capitalismo, ou melhor, do capital, vem se realizando de maneira bastante peculiar: a partir da história de colonos que migraram em busca de oportunidades de terra e trabalho e se transformaram em “grandes produtores” ou retornaram pelas dificuldades encontradas; a partir da história de populações nativas e povos indígenas que foram forçados a ceder suas terras, sua cultura, seus hábitos, para que um novo padrão de ocupação e sociabilidade pudesse ser construído; a partir da história da Natureza, que precisou ser transformada em um ambiente homogêneo para que extensos monocultivos pudessem ser implantados; a partir da história de homens e mulheres que migraram do Nordeste em busca de oportunidade de trabalho, que se esvaece juntamente com as raízes catadas; a partir da história de empresas que se estabelecem em busca do lucro. A sociologia elisiana, de onde derivam os conceitos acima apresentados, oferece elementos teóricos e metodológicos para uma aproximação da multiplicidade histórica, da multiplicidade de processos sociais que precisam ser identificados caso se queira compreender a dinâmica da agricultura em áreas de abertura recente, como é o caso do estado de Mato Grosso.

Antes de tudo, é preciso deixar claro o esforço teórico de se afastar das explicações “deterministas”, aquelas que traduzem processos sociais complexos, multifacetados, como o são todos os processos sociais, em formas explicativas simplificadas, como se uma dimensão, um aspecto de determinado processo social pudesse explicar o processo como um todo; como se o “desenvolvimento da agricultura” pudesse ser explicado pela “inovação tecnológica” ou por “arranjos de capitais”. Afastar-se dessas formas de explicação não significa afiliar-se às formas de pensamento “holistas”, em que, para se explicar e compreender os processos sociais

específicos seria preciso compreendê-los, primeiro, na sua totalidade. Procura-se direcionar a análise para as formas como os indivíduos interagem em processos de formação social, focalizando as relações de interdependência entre os indivíduos e destes com a sociedade. Essa é uma maneira, segundo Elias (1994, 2005), de dessubstancializar “indivíduo” e “sociedade”, abrindo possibilidades ao estudo das relações. Para o autor, o primeiro não pode existir independentemente do segundo: o indivíduo não manifesta livremente sua ação e a sociedade não se impõe por uma coação ilimitada (como se o “capital” pudesse existir na agricultura independentemente da ação dos indivíduos, ou, por outro lado, como se os indivíduos pudessem orientar suas ações segundo uma racionalidade abstraída do meio social em que estão inseridos). Desse modo, “dessubstancializar” carrega o sentido de deslocar o foco de análise das “coisas” para as relações, ou seja, a materialidade que pode ser atribuída à existência de indivíduo e de sociedade reflete mais uma soma de possibilidades em uma determinada configuração do que a materialidade transcendente das próprias “coisas”.

A iniciativa em se definir um conjunto de conceitos, noções e idéias que possam ser trabalhados como alternativas aos estudos econômicos sobre o “desenvolvimento da agricultura”, mais precisamente, sobre a expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado em direção à floresta Amazônica, não desconsidera a contribuição desses estudos para a compreensão das transformações ocorridas na agricultura brasileira, mesmo porque esse é um setor fortemente influenciado pelas forças econômicas. No entanto, aponta para a necessidade de se construir outra perspectiva de análise, que possibilite a compreensão dos chamados “fatores econômicos” a partir das formas diferenciadas de associação e dissociação que mantêm com outros fatores constituintes do processo em análise. A crítica abre novas possibilidades de construção do conhecimento. Aqui, empenha-se em desenvolver uma visão de *ação* diferente daquelas que fundamentam as teorias econômicas aplicadas aos estudos da agricultura. Nas abordagens sobre a inovação tecnológica, em que a adoção de tecnologia é explicada pelo resultado do balanço entre “oferta de fatores” e “demanda de produtos” (HAYAMI; RUTTAN, 1988), o “agente econômico” aparece dotado de uma racionalidade maximizadora de fatores, cuja ação é motivada pelos interesses individuais e imediatos – escolha do melhor fator de produção segundo um balanço de demanda e oferta –, exibindo um controle de “todos” os vetores de força que agem

sobre o sistema econômico. Por outro lado, nas abordagens sobre a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) (SILVA, 1996) e Cadeias de Produção (ZYLBERSZTAJN, 2000), de onde deriva o atual conceito de Agribusiness, predomina a idéia de um “sistema econômico” que se impõe aos interesses individuais – os indivíduos agem orientados pelas forças de coerção impostas pelas estruturas da economia. Ao situar o tema deste trabalho em uma linha temporal de longa duração, que extrapola o imediatismo da conjuntura, percebe-se que o objeto em estudo (expansão da soja) forma-se por um processo que combina lógicas diferenciadas de ação, em que homens e mulheres, com trajetórias distintas, com recursos diferenciados, mas com objetivos similares consideram a “fronteira” como o local de possibilidade de trabalho, de negócio e de vida. Assim, a ação expressa tanto a força do agente para deslocar ou consolidar o curso do processo social (por exemplo, através da migração, da inovação tecnológica, da formação de mercados etc.), como também a força que as configurações sociais impõem sobre os indivíduos, coagindo seus interesses mais imediatos, quando eles procuram alterar o sentido do processo em curso. Se a ação pudesse ser mensurada por um “balanço”, este não seria o da otimização dos fatores de produção, mas das forças que agem simultaneamente sobre indivíduos e sociedade.

Tomando como pressuposto que não existe apenas um fator, ou um conjunto deles, que isoladamente explique a formação de processos sociais específicos, este trabalho procura identificar quais as condições históricas e materiais de possibilidades para a expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado. Para proceder à análise, definiu-se como unidade empírica de referência o estado de Mato Grosso, no período que se estende da segunda metade dos anos de 1960, quando os primeiros programas de ocupação da Amazônia dos governos militares começam a ser implantados, até os primeiros anos dos anos 2000, período de rápido crescimento da produção agrícola. O recorte temporal e espacial é arbitrário, pois desconsidera a idéia de processo como um desencadeamento de ações que não se fixa em tempo e espaço delimitados, no entanto, essa arbitrariedade se faz necessária para a organização e sistematização da pesquisa.

Dois tipos de informações foram trabalhados e serão apresentados com mais detalhes no capítulo seguinte: o primeiro resulta da pesquisa de fontes secundárias, com o objetivo de reconstruir a trajetória da soja em Mato Grosso, enfocando o crescimento da área plantada, a produtividade, a ampliação de mercado, as políticas de crédito e a

geração de tecnologia; o segundo refere-se aos dados da pesquisa de campo, realizada com agricultores representantes de empresas, associações, sindicatos e órgãos públicos, visando identificar o conjunto de relações sociais, as estratégias, os arranjos e os recursos mobilizados que configuram a base material e social para o desenvolvimento das relações de produção na agricultura. Essa pesquisa aconteceu no município de Sorriso, onde a soja é uma atividade consolidada, respondendo por aproximadamente 10% da produção do Estado, e nos municípios que compõem a região do Baixo Araguaia, caracterizada como uma área de abertura recente e com elevado dinamismo do mercado de terras.

## 2 DESENVOLVIMENTO DO PROBLEMA E CONFIGURAÇÃO TEÓRICA

Atualmente, cabe ainda o questionamento sobre as vantagens competitivas da produção agrícola em larga escala no regime de economia capitalista? Essa questão alimentou com bastante ênfase a pesquisa acadêmica no âmbito da Economia e Sociologia Rural, no período que se estendeu entre as décadas de 1970 a 1990, quando autores debatiam o problema da “tendência” do desaparecimento das formas familiares de produção, diante da consolidação das forças produtivas do capitalismo no campo, como um movimento intrínseco ao próprio capital.

Este trabalho tem por objetivo analisar a expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado em direção às áreas de transição da floresta Amazônica, orientando-se a partir do seguinte problema de estudo: por que a consolidação dessas lavouras ocorreu em bases de produção em larga escala, com grande mobilização de capital e recursos naturais? Para exemplificar a escala de produção nas lavouras de soja em Mato Grosso, que será mais bem detalhada no próximo capítulo, o Censo Agropecuário de 1995/96 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE , 1996) indica que aproximadamente 78% das lavouras possuíam área superior a mil hectares.

Qual o sentido de propor um problema que tem como objetivo primeiro discutir as possibilidades de realização econômica em sociedades nas quais a “economia” é vista como o principal elemento gerador da vida social; nas quais as ações econômicas, seja através dos meios de produção seja por meio das formas de comercialização, globalizam-se pelos continentes, ampliando as suas possibilidades de realização; nas quais o capital rompe com as fronteiras nacionais para especular os mercados financeiros de diferentes países; nas quais os avanços tecnológicos se mostram capazes de eliminar os obstáculos para a realização “plena” da vida, ou pelo menos, para a realização “plena” da vida econômica. Enfim, qual o sentido de se apresentar um problema dessa natureza em sociedades nas quais a “economia” parece se fazer presente cada vez mais no cotidiano das pessoas?

O que está em jogo não é o problema em si da viabilidade da produção em larga escala na agricultura como uma atividade essencialmente capitalista, trata-se fundamentalmente de questionar sob quais condições materiais e sociais ocorre a

reprodução do capital na agricultura. Portanto, o que se pretende não é discutir a eficiência ou a ineficiência da produção capitalista, mas introduzir novas possibilidades teóricas capazes de explicar como, de que maneira, com quais recursos e, conseqüentemente, por que a trajetória da agricultura nas áreas de cerrado proporcionou o estabelecimento de lavouras em grande escala. Ou seja, quais são as condições sociais para que o capital se reproduza na agricultura em áreas de fronteira?

Ao contrário dos estudos econômicos voltados para a análise da agricultura, este trabalho fundamenta-se na idéia de que a produção em larga escala, marcada pela concentração e centralização de capital não é uma característica natural, intrínseca da economia. Se ela toma essa conformação é porque uma base material e social foi construída para sua viabilização; porque forças sociais agiram no sentido de criar as condições necessárias e favoráveis para que grandes propriedades pudessem se estabelecer como unidades de produção no campo. Essa idéia leva à formulação da **hipótese**, geradora das análises neste trabalho, de que a dimensão econômica de processos sociais específicos não está separada das demais dimensões que os constituem. Isso equivale a dizer que os aspectos econômicos da expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado são construídos por relações de interdependência com os aspectos políticos, sociais, culturais e ambientais. A especificidade do que é “econômico” e suas possibilidades de realização não derivam da “natureza” da própria “economia”, mas dos tipos de associações, de conflitos, de relações que os agentes estabelecem entre si, em uma configuração social específica.

A partir dos anos de 1950, desencadeou-se um processo de mudanças na agricultura brasileira que alterou tanto os sistemas produtivos quanto as estruturas de produção. Essas mudanças coincidiram com a intensificação da industrialização da economia nas regiões Sudeste e Sul e com a incorporação de novas fronteiras para o desenvolvimento do capital, através do programa Marcha para o Oeste<sup>1</sup>. A industrialização favoreceu, como sugere Silva (1996), a implantação do departamento de máquinas e insumos específicos para a agricultura, em substituição ao modelo de importações em vigor até então, o qual, juntamente com as instituições de pesquisas e sua difusão, acelerou o ritmo de incorporação de novas tecnologias. Concomitantemente, as iniciativas federais de incentivos à interiorização da economia,

---

<sup>1</sup> Para uma leitura complementar, ver: Ricardo (1970); Lenharo (1982) e Goodman (1986, p. 113-176).

inicialmente através do referido programa e, posteriormente, das iniciativas de colonização, estimularam a migração de famílias e empresas para as novas frentes de expansão agrícola, facilitando o acesso a terras e disponibilizando recursos financeiros. Segundo Goodman (1986, p. 124),

O movimento da fronteira agrícola na direção do oeste ganhou alento após 1940, quando a incorporação de novas terras de cultivo tornou-se objetivo importante da política de desenvolvimento agrícola promovida por programas federais de investimento em infra-estrutura [...]. Assim, a incorporação de novas terras de cultivo foi responsável por 92% do aumento global da produção no período 1948-69.

Essas mudanças, que tiveram início nos anos de 1950, ganharam novo ritmo a partir dos anos de 1970, com as políticas desenvolvimentistas dos governos militares. Além de ampliar as possibilidades de acesso a terra, seja para as empresas da região Sudeste seja para colonos do Sul, através dos programas de colonização, criaram as bases necessárias, em termos de pesquisa, difusão e políticas de incentivos (crédito rural), para a consolidação de uma estrutura produtiva pautada na concentração de capital e de recursos naturais e tecnológicos.

No âmbito das ciências econômicas (o plural se faz necessário devido à diversidade de formas explicativas agrupadas no interior desse campo disciplinar), a tese da “modernização” constitui a base teórica dos estudos mais correntes sobre o “desenvolvimento da agricultura”<sup>2</sup>, realizados nas últimas três décadas, cuja idéia básica é atribuir ao agricultor, enquanto agente econômico, a capacidade de prover as transformações necessárias para a modernização da agricultura, reagindo favoravelmente às inovações tecnológicas, aos estímulos de mercado e aos incentivos de políticas públicas. À parte das singularidades das diferentes abordagens, elas apresentam em comum o pressuposto de que a “economia” se manifesta como uma dimensão estruturada segundo princípios, regras e lógicas próprias, manifestando, assim, autonomia e independência de outras dimensões que constituem processos sociais específicos. Esse tipo de abordagem desvela-se no emprego de conceitos como “sistema de produção”, “cadeias produtivas”, “complexos agroindustriais”, delimitados

---

<sup>2</sup> O termo “desenvolvimento da agricultura” tem sido usado com muita recorrência por economistas, sociólogos, agentes mediadores e pelo Estado para traduzir um conjunto de mudanças, tanto da base técnica da agricultura, como, de um modo geral, das relações sociais de produção, que envolve, além da incorporação de novas tecnologias, a divisão do trabalho, a composição de capital, formas de inserção no mercado, mudanças essas orientadas por um padrão de racionalidade cujo princípio é a maximização dos fatores produtivos.

por um conjunto de práticas, ações e relações que se enquadram em um princípio da racionalidade econômica, com vistas à maximização dos fatores produtivos, ou seja, os atores tendem a agir segundo um padrão de racionalidade que induz a eficiência produtiva do sistema. Razão que não faz sentido elevar à categoria de “problema” questionamentos sobre as possibilidades de realização das lavouras em larga escala em regimes capitalistas de produção, uma vez que concentração e centralização de capital e recursos naturais são compreendidas como condições necessárias para eficiência a produtiva.

A hipótese apresentada anteriormente como idéia motivadora das análises sobre a expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado, cujo processo se desencadeia no contexto das transformações da agricultura brasileira, contrasta com a “tese modernizante”. Considera que não é uma condição intrínseca do capital, ou de uma maneira mais geral da economia, a agricultura ter na sua base produtiva estabelecimentos em larga escala como requisito inevitável para o seu desenvolvimento. Mas esse é o resultado de um processo social de longa duração, em que forças sociais agem no sentido de criar as condições materiais e sociais necessárias para o estabelecimento de unidades produtivas em larga escala. Isso equivale a dizer, como sugere Bourdieu (2003, p. 15), que o “mundo social” está inteiramente presente em cada “ação econômica” e, por isso,

[...] hay que recurrir a instrumentos de conocimiento que, lejos de cuestionar la multidimensionalidad y la multifuncionalidad de las prácticas, permitan elaborar modelos históricos capaces de dar razón, con rigor e minuciosidad, de las acciones y de las instituciones económicas tal como se ofrecen a la observación empírica.

Em seguida serão apresentadas algumas das principais abordagens teóricas sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira, com o objetivo de indicar as idéias chaves de enquadramento das mudanças ocorridas na agricultura como desdobramento de ações estritamente econômicas. Não se trata de realizar uma revisão ampla e exaustiva das diferentes perspectivas teóricas, mas sim de trabalhar alguns elementos que ajudem a desvendar a maneira pela qual a tradição econômica aplicada à agricultura age no sentido de subtrair a base social em que as práticas econômicas são construídas para enquadrá-las no princípio do mercado auto-regulado.

## 2.1 A Inovação Induzida

A Teoria da Inovação Induzida, formulada inicialmente por Hayami e Ruttan (1988), não só teve grande repercussão como modelo teórico para explicar as mudanças tecnológicas pelas quais passavam a agricultura, mas também, de acordo com Salles Filho e Silveira (1997), teve implicações importantes para a implantação de modelos institucionais de pesquisa e desenvolvimento, assim como para a concepção de instrumentos de políticas públicas.

Seu postulado básico é que os agentes econômicos são sensíveis às variações de preços que afetam o custo de produção e tendem a agir no sentido de substituir os fatores escassos por fatores abundantes. Nas palavras dos autores, “tecnologias podem ser desenvolvidas de modo a facilitar a substituição de fatores relativamente escassos (portanto, dispendioso) por fatores relativamente abundantes (e, portanto, baratos) na economia.” (HAYAMI; RUTTAN, 1988, p. 89). A modernização da agricultura tenderia a seguir o caminho desses últimos: se o fator escasso é mão-de-obra, investe-se mais em pesquisa sobre mecanização; por outro lado, se o fator escasso é a terra, investe-se mais em tecnologias que elevem a produtividade, como adubação e melhoramento genético.

Esses mesmos autores consideram que uma das principais contribuições dessa teoria consiste em tratar o processo de inovação como endógeno ao sistema econômico, já que mudanças na demanda por produtos refletem diretamente sobre os preços dos fatores de produção e, por sua vez, os custos dos fatores induzem tendências de inovação:

O processo pelo qual se gera uma mudança técnica tem sido, tradicionalmente, tratado como exógeno ao sistema econômico – como um produto de avanços autônomos no conhecimento científico e técnico. A teoria da inovação induzida representa um esforço para interpretar o processo da mudança técnica como endógeno ao sistema econômico. Desse ponto de vista, a mudança técnica representa uma resposta dinâmica às mudanças na disponibilidade de recursos e ao crescimento da demanda (HAYAMI; RUTTAN, 1988, p. 100).

Duas idéias básicas, derivadas da teoria econômica neoclássica, contribuem para a definição do modelo de desenvolvimento agrícola no qual a mudança técnica é tratada como endógena ao próprio processo de desenvolvimento, sendo isso bastante ilustrativo

de um padrão de pensamento que toma como pressuposto que a própria economia é motriz das forças necessárias para esse crescimento. A primeira idéia estabelece que o agente econômico é dotado de uma racionalidade calculadora capaz de identificar nos estímulos de mercado o balanço entre oferta de produção e custo dos fatores como princípio indutor das inovações tecnológicas e, por conseguinte, de desenvolvimento econômico. A segunda idéia, derivada da anterior, considera que o mercado tende a operar por um equilíbrio entre demanda e oferta de produção, ao qual os agentes reagem, buscando, através das inovações tecnológicas, a redução dos custos de produção e ampliando, desse modo, a sua competitividade no mercado. A não adoção de novas tecnologias indutoras da utilização de fatores menos escassos, ou seja, mais baratos, pode ocasionar um desequilíbrio do mercado, porque a baixa remuneração dos fatores, causada pela estabilidade entre oferta e demanda, reduz o interesse pela produção.

Nesse ciclo de desenvolvimento, cabe aos agricultores mais “aptos”, ou seja, aqueles capazes de endogenizar os estímulos de inovação distanciando-se dos fatores externos, moldar o padrão de desenvolvimento econômico na agricultura. Por outro lado, os “menos aptos”, aqueles que encontram dificuldades em cobrir os custos de produção por utilizarem os fatores escassos, são pressionados a deixar a atividade. Assim, “[...] o progresso tecnológico promove uma redistribuição dos ativos, fazendo com que a produção comercial se concentre cada vez mais em fazendas cada vez maiores, em um processo canibalístico.” (VEIGA, 1991, p. 104).

Salles Filho e Silveira (199?), com base no enfoque *neo-shumpeteriano*, consideram como ponto fraco da teoria da “inovação induzida” o princípio de que a inovação tecnológica seja conduzida por estímulos dos fatores escassos, desconsiderando questões relacionadas às estratégias das empresas como ofertadoras de tecnologias, ou seja, a capacidade da firma em “endogenizar” o processo de geração e de difusão de inovações em ambiente concorrenciais. Segundo os autores,

O papel do mercado neste caso não é o de fornecer sinais, via preços, para induzir o processo inovativo. O mercado atua como fornecedor de *feed-backs* ao processo de geração, mas principalmente no sancionamento das inovações, adotando e excluindo produtos e processos produtivos (p. 14).

A crítica apresentada por esses autores restringe-se a identificar os limites teóricos da inovação induzida por estímulos de mercados e acrescenta a importância do

papel desempenhado pelas empresas na difusão de tecnologia como uma estratégia de domínio de mercado. Os autores não problematizam o tema da endogenização do processo inovador ao sistema econômico; não levam em consideração as restrições técnicas inerentes ao processo de inovação na agricultura, como sugere Romeiro (1991, p. 49-50), para quem, nesse caso específico, esse tipo de consideração é particularmente importante devido às especificidades ecológicas que lhe são inerentes:

Trabalha-se neste setor com interações físico-químicas e biológicas de incrível complexidade. Um determinado método de intervenção no sistema agrícola provoca uma cadeia de reações que traça de modo preciso toda uma série de problemas a serem resolvidos, os quais dão origem a uma seqüência particular de inovação técnico-científicas [...] Em outras palavras, não é possível compreender a emergência do atual padrão tecnológico de modernização agrícola sem levar em conta estes fatores técnico-ecológicos.

Assim como as restrições técnicas, considerando-se as particularidades ecológicas da atividade, deve-se considerar ainda o papel desempenhado pela “crítica” como expressão de relações de forças no processo de inovação tecnológica. A “crítica ambiental”, pautada pela ação de movimentos ambientalistas, tem questionado o modelo de desenvolvimento da agricultura no Brasil, especialmente no que diz respeito ao acelerado processo de desmatamento, com forte repercussão sobre os mercados agrícolas europeus. Preocupados com possíveis restrições comerciais, agricultores começam a endogenizar problematizações tecnológicas aos sistemas produtivos, em alguns casos questionando a viabilidade ou não do uso de material modificado geneticamente, não devido à contabilização dos custos de produção, mas a possíveis restrições de mercado para o produto.

Portanto, observa-se que o processo de modernização da agricultura brasileira não pode ser explicado apenas pela identificação dos fatores econômicos que aí operam, seja pela capacidade de substituir fatores escassos por fatores abundantes, seja pela ação das empresas em oferecer novas tecnologias como estratégia de domínios de mercado. Esse é um processo mais complexo que inclui fatores de outras naturezas, situados, segundo Romeiro (1991), nas características biológicas da atividade agrícola; ou, ainda, nos processos de aquisição de terra em que nem sempre predominam as relações formais de mercado; nas características da força de trabalho, em que o salário nem sempre é uma boa medida para identificar as relações contratuais; nas características culturais dos agentes, que imprimem tempos diferenciados para a adoção de novas

tecnologias. Enfim, há uma série de condições de acesso à tecnologia que não se enquadra no modelo explicativo da modernização da agricultura via endogenização desses fatores ao sistema econômico. O tratamento insuficiente dessas variáveis,

[...] não somente dificulta a explicação da emergência de um novo padrão tecnológico, como também a explicação da difusão de um dado modelo de modernização agrícola em países, como o Brasil, onde o quadro sócio-econômico, político, institucional etc. é distinto daqueles dos casos clássicos estudados. (ROMEIRO, 1991, p. 54).

A tecnologia, no âmbito dos estudos sobre a “modernização da agricultura”, é compreendida, portanto, como um recurso produtivo cujo objetivo primeiro é a redução dos custos de produção através da implantação de formas específicas de racionalidade com vistas à maximização dos fatores. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura, de modo particular, após a segunda Guerra Mundial, quando ocorreu um processo mais intensivo de industrialização, tem sido analisado pelo ritmo e natureza das mudanças tecnológicas, responsáveis por um aprofundamento da especialização da produção e da divisão social do trabalho. É importante destacar o entrelaçamento contínuo e dependente entre racionalização da técnica e gestão econômica como elementos explicativos e também de justificativa da concentração e centralização de capital nas unidades de produção agrícola. A formação dos Complexos Agroindustriais, ou melhor, a formação do modelo teórico a partir do conceito de Complexos Agroindustriais procura associar o capital industrial à agricultura e converter essa associação no elemento explicativo da “nova dinâmica” dessa atividade, que ganhou destaque a partir dos anos de 1970.

## **2.2 Os Complexos Agroindústrias**

Enquanto as teorias da inovação tecnológica trabalham com os elementos responsáveis pela difusão e adoção de novas tecnologias, as teorias dos CAIs procuram compreender de que maneira elas se enquadram na lógica de reprodução do capital na agricultura.

Pela abrangência e repercussão, as obras de José Graziano da Silva<sup>3</sup> são de longe as mais influentes nos estudos sobre as transformações recentes da agricultura brasileira. A mudança da base técnica, proporcionada pela internalização do D1 (Departamento de Máquinas e Insumos) na agricultura, ocorreu simultaneamente a uma nova composição de capital, levando à formação dos CAIs, ponto alto da sua teoria. Conforme o autor,

A constituição dos CAIs pode ser localizada na década de 70, a partir da integração *técnica* intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, *integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura*. Sua consolidação se dá pelo capital financeiro, basicamente através do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) e das políticas de agroindustrialização específicas instituídas a partir dos chamados fundos de financiamento. O ponto fundamental que qualifica a existência de um complexo é o elevado grau das relações interindustriais dos ramos ou setores que o compõem. (SILVA, 1996, p. 31, grifos do autor).

Dois aspectos revelam-se centrais para a definição dos CAIs como unidade de análise do processo de “industrialização da agricultura”: o primeiro é a especialização da produção e, conseqüentemente, do trabalho; o segundo, corolário do anterior, é a relação intersetorial, criada pela interdependência dos setores industriais e desses com a agricultura. O princípio da “especialização da produção” deriva da “teoria dos mercados” proposta por Lênin (1985), segundo a qual, nas palavras de Silva (1996, p. 85), “[...] os mercados vão sendo criados à medida que o próprio capitalismo se desenvolve, pela ampliação da divisão do trabalho na sociedade.” Portanto, o crescimento do mercado (momento de concretização da reprodução ampliada do capital) depende da especialização da produção e da divisão social do trabalho, fechando um ciclo que tende a se auto desenvolver com o aprofundamento da dependência dessas três dimensões. Isso é extremamente relevante do ponto de vista teórico, pois se assume como princípio que as forças capitalistas encontram no próprio capital o estímulo necessário para a sua reprodução.

A partir do momento em que a agricultura se insere no cenário da especialização, da divisão social do trabalho e da emergência de novos mercados, ela se transforma em uma atividade propriamente capitalista, ou seja, sua realização fica condicionada às possibilidades de reprodução do capital:

---

<sup>3</sup> Ver: SILVA (1981, 1991, 1992, 1996, 1999).

[...] a ampliação de mercado interno apóia-se no processo que da agricultura se separam, um após outro, diferentes tipos de transformação das matérias-primas (e diferentes operações dessa transformação) e formam-se ramos industriais com existência própria, que trocam seus produtos e serviços (que agora já são mercadorias) por produtos da agricultura. Assim, a própria agricultura se transforma e no seu interior se opera idêntico processo de especialização (SILVA, 1996, p. 85-86)

A formação dos Complexos Agroindustriais, enquanto um processo historicamente definido, delineia-se a partir da desestruturação dos “Complexos Rurais”. Noção trabalhada, entre outros autores, por Inácio Rangel<sup>4</sup> para “designar o conjunto de atividades desenvolvidas no interior das fazendas da época da Colônia, assentadas na economia natural com sua incipiente divisão de trabalho” (SILVA, 1996, p. 84). Ao contrário dos CAIs, as fazendas tradicionais formavam elas mesmas um Complexo Rural na medida em que produziam no seu interior todos os bens necessários para a realização da atividade principal, além daqueles utilizados para garantir a reprodução da força de trabalho, como roupas e alimentos. Ou seja, além da produção de bens de consumo, internalizava “[...] a produção de meios de produção (insumos, máquinas e equipamentos), mas um ‘D1 assentado em bases artesanais’ com o ferreiro, o carpinteiro, o pedreiro, o domador de animais, o seleiro etc.” (SILVA, 1996, p. 84).

Enquanto lógica de organização da produção, o conceito de Complexos Agroindustriais é construído em oposição ao conceito de Complexos Rurais: a pluralidade de atividades no âmbito do Complexo Rural é substituída pela dedicação a uma atividade central; o trabalho geral, em que o trabalhador participa de todas as etapas do processo produtivo, é substituído pelo trabalho especializado; a fraca inserção no mercado, pela forte inserção; a relativa autonomia do complexo, pela completa dependência de outros setores, formando novos complexos. Demarca a separação entre uma *economia natural*, com incipiente divisão social do trabalho, e uma *economia formal*, com forte especialização e divisão social do trabalho. Isso representa, em efeitos práticos e teóricos, um afastamento dos elementos sociais da formação econômica, passando a orientar-se por uma racionalidade formal própria das estruturas econômicas capitalistas. O sentido da ação dos agentes econômicos fica condicionado à própria lógica da dinâmica econômica. Ao realizar essa operação, as práticas nele inscritas são

---

<sup>4</sup> Ver: Kageyama (198?); Rangel (2000).

abstraídas do mundo social, seguindo uma regularidade interna que independe das forças externas<sup>5</sup>.

Toda a extensão do modelo teórico aplicado à análise do desenvolvimento da agricultura, no âmbito dos Complexos Agroindustriais, tem como ponto de partida a especialização da produção (que desencadeia uma série de mudanças na economia e na composição das relações sociais) e como ponto de chegada a conformação das estruturas socioculturais a esse modelo. Polanyi (2000, p. 77), ao trabalhar a passagem do modelo econômico das sociedades pré-industriais para o das sociedades industriais, quando o controle do sistema econômico se desloca da “sociedade” para o “mercado”, faz a seguinte consideração, que ajuda a ilustrar a inversão do vínculo entre sociedade e economia: “em vez da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas na economia [...] A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis.”

Esse tipo de consideração só se torna possível na medida em que se dissociam as práticas econômicas, mais precisamente, sua lógica de realização, daquela constitutiva das práticas sociais como um todo. É exatamente essa a “grande transformação” demonstrada por Polanyi (2000) e que caracteriza a passagem das sociedades pré-industriais para as sociedades industriais; das sociedades em que a gestão econômica é orientada por mercados regulados pelos interesses de forças sociais, para sociedades em que a gestão econômica é influenciada por mercados auto-reguláveis.

A construção do conceito de Complexo Agroindustrial expressa essa dissociação ao tomar como ponto de referência o efeito de distinção das práticas econômicas daquelas imersas no mundo social. Esse efeito pode ser observado, passo a passo, quando da desconstrução do conceito de Complexo Rural para a elaboração do conceito de Complexo Agroindustrial. Os arranjos de uma “economia natural” são substituídos pelos arranjos de uma “economia formal”, isto é, as práticas econômicas passam por um processo de especialização e ao mesmo tempo de endogenização ao sistema econômico.

---

<sup>5</sup> Na definição do conceito de Complexos Industriais, Muller (1981, 1991) acrescenta a importância dos interesses corporativos exercidos pelas associações empresariais no mercado dos seus produtos, ou seja, das relações de poder que o setor exerce para conquistar novos mercados ou manter os existentes. Nesse caso, introduz-se um elemento de caráter não-econômico, a dimensão histórica das relações de poder, para delimitar a configuração do complexo econômico. Segundo Silva (1996, p. 83), “[...] ao estender o conceito de poder de mercado para incluir dimensões não-econômicas, Müller tornou ‘imprecisa a delimitação’ do núcleo do CI, sendo obrigado a refazer o percurso histórico da sua construção.” A crítica de Graziano a Müller coloca em evidência que o modelo de análise não comporta fatores de ordem “não-econômica”, correndo-se o risco de enfraquecer a força de análise do conjunto do modelo.

Trata-se de um movimento dialético, na medida em que a idéia de “sistema” só pode ser construída caso o processo de especialização se materialize, funcionando como um mecanismo de distinção, definindo e ao mesmo tempo separando as práticas econômicas das demais que constituem o cotidiano da vida social. O que se verifica nessa passagem não é apenas a construção de um novo conceito analítico que acompanha as mudanças dos modos de produção na agricultura, mas a construção de novas possibilidades de produção de conhecimento das ciências econômicas. Um dos elementos importantes desse novo “campo de conhecimento” é a *ilusão* de que as práticas econômicas abstraem-se do meio social nas quais estão inseridas. O mecanismo de abstração tem como objetivo produzir o efeito de autonomia, de independência e de naturalização.

O desenvolvimento da agricultura é analisado, portanto, pela perspectiva do condicionamento das relações sociais de produção às lógicas de reprodução do capital, direcionando o problema teórico tanto para as mudanças tecnológicas, que “[...] funcionam como o ‘viabilizador’ da capitalização da agricultura.” (SILVA, 1981, p. 23), quanto para a integração de capitais, cujo objetivo é elevar a taxa média de lucro do conglomerado (SILVA, 1996, p. 27). Esses estudos expressam pouco interesse pelas relações que os agentes econômicos estabelecem com outros agentes sociais no processo de construção das práticas econômicas.

Uma análise mais detalhada do mercado de soja em Mato Grosso, constituído entre agricultores e empresas, indica que essa transação não é mediada apenas por relações econômicas nas quais o vínculo entre os agentes termina com a finalização da troca. Essa relação tende a continuar num jogo de reciprocidade, de cordialidade e de favores, enfim, num jogo de relação de forças com implicações em transações futuras. Isso significa dizer que a “eficiência” do fazer econômico (pensando na capacidade de geração de renda) não se restringe apenas à maneira como os agentes maximizam seus investimentos, ou, por outro lado, minimizam os seus gastos, segundo uma lógica formal de racionalização econômica, mas abre-se para as possibilidades de se mobilizarem diferentes tipos de recursos, disponíveis e acessíveis através das relações que estabelecem com outros agentes. Portanto, há uma base social, formada pela interdependência entre os agentes, que é preciso recuperar caso se queira compreender a trajetória da produção agrícola no Brasil.

### **2.3 Dos Sistemas Agroindustriais ao *Agribusiness***

Além das teorias das Inovações Tecnológicas e dos Complexos Agroindustriais, acima apresentadas, cabe ainda destacar as contribuições dos recentes trabalhos desenvolvidos no âmbito da teoria dos Sistemas Agroindustriais.

Esta abordagem dá ênfase à articulação entre os diferentes momentos que constituem o processo produtivo, procurando compreender as formas de associação, de dependência, que a produção agropecuária estabelece com a produção e distribuição de insumos e máquinas, de processamento e de distribuição final.

Enquanto a teoria dos Complexos Agroindustriais tem por objetivo compreender as formas de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, ou seja, de que maneira a agricultura se transforma em uma atividade essencialmente capitalista, definindo como elemento de análise a associação entre diferentes tipos de capital e a mudança do padrão tecnológico, que concorrem para uma maior especialização da produção e divisão social do trabalho, tal qual a atividade industrial. A teoria dos Sistemas Agroindustriais busca compreender a estrutura de “governança” das cadeias de produção, com o objetivo de definir qual o arranjo institucional capaz de elevar a eficiência do sistema em termos de gestão dos recursos de produção e de distribuição, servindo de balizador “[...] para a formulação de estratégias empresariais e políticas públicas.” (ZYLBERSZTAJN, 2000, p. 2).

Enquanto os estudos dos Complexos Agroindustriais explicam as mudanças ocorridas na agricultura como resultado de um movimento mais amplo que ocorre na economia brasileira marcado pela passagem de uma economia de base “artesanal” ou “natural” para uma economia de mercado ou capitalista, os estudos dos Sistemas Agroindustriais assumem como um fato consolidado, ou seja, naturalizado, o princípio de que a agricultura é uma atividade que se realiza em um ambiente econômico competitivo, funcionando segundo as leis de mercado. Cabe, portanto, compreender quais os arranjos institucionais mais adequados para elevar a eficiência competitiva do sistema, ou da cadeia produtiva.

Sistema Agroindustrial, segundo Batalha e Silva (2001) e Zylbersztajn (1995, 2000), é uma formulação conceitual derivada de dois conjuntos de idéias, que, apesar de guardarem diferenças metodológicas entre si, apresentam pontos em comum: o primeiro deles teve origem nos Estados Unidos, através dos trabalhos de Davis e Goldberg (1957) e de Goldberg (1968), quando apresentaram pela primeira vez os conceitos de *Agribusiness* e *Commodity Sistem Approach (CSA)*, respectivamente; o segundo conjunto de idéias é derivado do conceito de *filière*, do âmbito da escola industrial francesa nos anos de 1960.

*Agribusiness*, segundo Davis, Goldberg (1957 apud ZILBERSZTAJN, 1995, p. 107), expressa a

[...] soma de todas as operações associadas à produção e distribuição de insumos agrícolas, operações realizadas nas unidades agrícolas bem como as ações de estocagem, processamento e distribuição dos produtos, e também dos produtos derivados.

No conceito de *CSA*, os autores dão ênfase aos atores envolvidos com a produção, o processamento e a distribuição de um determinado produto: “O conceito engloba todas as instituições que afetam a coordenação dos estágios sucessivos do fluxo de produtos, tais como as instituições governamentais, mercados futuros e associações de comércio.” (GOLDBERG, 1968 apud ZILBERSZTAJN, 1995, p. 118). Por fim, o conceito de *filière* foi definido por Morvan (1985 apud ZILBERSZTAJN, 1995, p. 125) como

[...] uma seqüência de operações que conduzem à operação de bens. Sua articulação é amplamente influenciada pela fronteira de possibilidades ditadas pela tecnologia e é definida pelas estratégias dos agentes que buscam a maximização dos seus lucros. As relações entre os agentes são de interdependência ou complementaridade e são determinadas por forças hierárquicas. Em diferentes níveis de análise a cadeia é um sistema, mais ou menos capaz de assegurar a sua própria transformação.

Esses dois conjuntos de conceitos, forjados em ambientes acadêmicos distintos para estudar realidades empíricas distintas, guardam semelhanças, mas também diferenças nas suas formulações: a) a base conceitual do *CSA* e do *filière* deriva da matriz insumo-produto da teoria neoclássica que, segundo Zylbersztajn (1995, p. 117), “[...] deu base para a questão da dependência inter-setorial e também expressa a preocupação com a mensuração da intensidade das ligações intersetoriais.”; b) a

construção da análise é orientada pela seqüência de operações do processo produtivo, desde a produção de insumos até a geração do produto final, ou até a sua distribuição ao consumidor; c) ambos os enfoques enfatizam as relações de dependência intersetoriais como elementos dinamizadores e delineadores da cadeia e, por conseguinte, da análise; d) a variável tecnológica, também de acordo com Zylbersztajn (1995, p. 125), recebe tratamento especial nos dois enfoques, no entanto, “a literatura de cadeias caracteriza-se por uma análise *schumpeteriana* enquanto no modelo de Harvard predomina uma visão neo-clássica.” e) finalmente, a noção de sistema modela tanto as análises do CSA quanto de *filière*, delimitando a fronteira de coordenação de eventos sucessivos e dependentes do sistema agroindustrial; f) uma das principais diferenças entre o conceito francês e o americano reside na importância que a escola francesa atribui ao consumidor final como agente dinamizador da cadeia (BATALHA; SILVA, 2001, p. 36).

Na sua formulação inicial, os modelos de CSA e *filière* consideram que a agricultura se realiza como uma atividade dependente dos setores que fornecem insumos, máquinas e capital e que distribuem a produção. A relação da agricultura com cada um desses segmentos ou de cada um deles com a agricultura não é apenas pontual e restrita ao processo de troca. A matriz insumo-produto, característica do pensamento neoclássico, incorpora as relações de dependência que se estendem ao longo de toda a cadeia produtiva, elevando-a ao nível de sistema. A endogenização das atividades e das relações ao nível sistêmico define que a agricultura está situada em um ambiente de auto-alimentação e auto-realização. Qualquer mudança nas estruturas de produção significa mudanças no sistema como um todo e no seu ambiente. Assim, o foco da análise fica direcionado para as formas de coordenação do sistema e para os mecanismos contratuais entre setores.

Para Batalha e Silva (2001, p. 26), no Brasil, a noção de cadeia agroindustrial tem sido aplicada em dois conjuntos de estudos: o primeiro deles, mais corrente, dedica-se à análise dos contornos externos da cadeia produtiva, procurando identificar eventuais disfunções que comprometam a eficiência do sistema; o segundo, menos explorado, é o emprego do conceito de sistema agroindustrial como “ferramenta de gestão empresarial das firmas agroindustriais”.

Zylbersztajn (1995, p. 128) problematiza a ausência de uma teoria que explique quais fatores determinam o nível e a forma da coordenação vertical:

Ambos os modelos consideram que a integração vertical é importante para explicar o mecanismo de coordenação ao nível sistêmico, mas em nenhum dos modelos analisados se apresenta uma teoria explicativa dos determinantes do nível e da forma de coordenação vertical. De modo similar, ambos consideram o conceito de que integração vertical e contratos são substitutos no provimento de ferramental para integração vertical, mas não sugerem uma teoria explicativa.

Para aperfeiçoar o suporte teórico nos estudos da coordenação dos sistemas de *Agribusiness*, a partir do modelo americano e do francês, o autor propõe a aplicação da Economia dos Custos de Transação (ECT)<sup>6</sup> como ferramenta interpretativa da coordenação dos Sistemas Agroindustriais, enfatizando tanto os mecanismos de contratos quanto as tomadas de preço via mercado. A idéia central, segundo o autor,

[...] é de que os sistemas agro-industriais podem ser analisados como conjunto de transações onde as estruturas de governança prevaletentes são um resultado otimizador do alinhamento das características das transações e do ambiente institucional. A otimização, nesta análise, tem o mesmo significado da busca de eficiência presente na análise típica neo-clássica, adicionando os custos de transação distintos de zero e o ambiente institucional não neutro (ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 137).

Um dos pressupostos da análise neoclássica é a inexistência de custos associados ao funcionamento dos sistemas econômicos devido a três fatores básicos: racionalidade calculadora do agente econômico, capaz de otimizar os fatores de produção; acesso irrestrito às informações sobre os atributos de bens e mercado, proporcionando escolha racional entre grupos alternativos de bens e formas de gestão; mercado que tende ao equilíbrio entre demanda e oferta. Da combinação desses três fatores desenvolve-se a idéia da neutralidade do sistema econômico em relação ao ambiente institucional. Para Zylbersztajn (1995, p. 14), “a análise neo-clássica ocorre em um ambiente estéril, onde assume-se a inexistência de custos associados ao funcionamento da economia [...], superestimando assim o papel dos preços como alocador dos recursos e negligenciando os fatores institucionais.” Em contraposição a essa matriz teórica, a ECT apresenta

---

<sup>6</sup> A Economia dos Custos de Transação tem como um dos principais autores Oliver E. Williamson, para quem a transação econômica sempre está sujeita a riscos, a incertezas de que parte dos elementos acordados possa não se realizar. Desse modo, quanto maior o risco, maior o custo da transação, conseqüentemente, quanto menor o risco, menor o custo. Diante dessa instabilidade ou dúvida, os agentes econômicos tendem a se prevenir através da aplicação de mecanismos institucionais, por exemplo, via contratos. A ECT apresenta uma mudança teórica em relação à teoria neoclássica, de um lado por trabalhar com a idéia de que o sistema econômico não é neutro em relação ao ambiente institucional, mas molda-se na relação que estabelece com o ambiente; de outro, por considerar a racionalidade limitada dos agentes, abrindo possibilidades de ações oportunistas, o que, portanto, oferece risco para as transações. Para uma leitura sistemática da ECT ver: Williamson (1983, 1985); Farina, Azevedo, Saes (1997).

como pressuposto básico a existência de custos associados à utilização do sistema econômico, refletindo sobre formas alternativas de gestão. Segundo Zylbersztajn (1995, p. 15), o objetivo fundamental da ECT, aplicado à análise dos Sistemas Agroindustriais, “[...] é o de estudar o custo das transações como indutor dos modos alternativos de organização da produção (governança), dentro de um arcabouço analítico institucional.” Para Klein e Shelanski (1994 apud FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997, p. 71), “a ECT estuda como parceiros em uma transação protegem-se dos riscos associados às relações de troca.” Assim, a unidade fundamental de análise passa a ser a transação e o objeto, o contrato.

Dois elementos comportamentais são fundamentais para a compreensão da ECT: “racionalidade limitada” e “oportunismo”. A racionalidade limitada pressupõe que os agentes econômicos agem racionalmente, porém de forma limitada, por não terem controle, conhecimento e domínio de todos os fatores que interferem em uma transação. A incompletude dos contratos abre precedentes para as ações oportunistas ou de auto-interesse, levando a necessidade de renegociações futuras dos contratos. Racionalidade limitada refere-se, segundo Williamson (1993 apud ZILBERSZTAJN, 1995, p. 17), “[...] ao comportamento que pretende ser racional, mas consegue sê-lo apenas de forma limitada. Resulta da condição de competência cognitiva limitada de receber, estocar, recuperar e processar a informação.”

O conceito de oportunismo refere-se à idéia de que os agentes, nas transações econômicas, podem utilizar informações privilegiadas em benefício próprio, como a extensão da incompletude dos contratos. De acordo com Farina, Azevedo e Saes (1997, p. 79),

A importância do pressuposto comportamental de oportunismo está na possibilidade de surgimento de problemas de adaptação decorrentes da incompletude dos contratos. A racionalidade limitada implica contratos incompletos e, conseqüentemente, renegociações futuras. O oportunismo implica que as partes podem se aproveitar de uma renegociação, agindo aeticamente e, por conseqüência, impondo perdas à(s) sua(s) contraparte(s) na transação.

A aplicação das bases conceituais da ECT nas análises dos Sistemas Agroindustriais representa significativa mudança em relação à teoria neoclássica. Por um lado, rompe com o princípio de neutralidade do sistema econômico, invertendo a lógica segundo a qual o desenvolvimento do sistema é estimulado pela tendência do

equilíbrio de forças, como pode ser observado com a teoria da inovação induzida. A adoção de uma determinada tecnologia tende a colocar em situação de equilíbrio a relação oferta-demanda, bem como a relação custos de fatores-disponibilidade de recursos. O elemento dinâmico na economia dos custos de transação localiza-se na oportunidade de auto-realização (oportunismo) dos interesses dos agentes como extensão da incompletude dos contratos (racionalidade incompleta), portanto, o que move o sistema é o seu estado de incerteza, de desequilíbrio. As instituições agem no sentido de contornar, de atenuar os efeitos da racionalidade incompleta e do oportunismo, mantendo a unidade do sistema.

Por outro lado, a base conceitual da ECT reduz o objeto de estudo às formas contratuais e a unidade de análise às transações, relacionando os atributos típicos destas com as formas de organização mais eficientes em termos de economia nos custos de transação. Dessa forma, não se constitui em problema teórico para a análise dos Sistemas Agroindustriais compreender quais foram as condições materiais e sociais que possibilitaram o surgimento de configurações contratuais específicas. O problema concentra-se na definição da a melhor forma de governança (estruturas de contratos) de uma determinada “cadeia produtiva”, levando em consideração os atributos específicos dessas transações e o ambiente institucional a que se vinculam. As variáveis exógenas consideradas na análise restringem-se aos pressupostos comportamentais dos agentes, de modo especial à racionalidade incompleta e ao oportunismo, que, juntamente com o ambiente institucional, serão interiorizados ao sistema econômico. Este será mais eficiente quanto menor for o efeito da ação oportunista, ou seja, quanto menor for seu custo de transação. Esse efeito pode ser alcançado por contratos que abrangem maior número de fatores contratados, como também pela presença de instituições controladoras das ações oportunistas.

## **2.4 Uma síntese da crítica econômica**

O que se pretende destacar neste momento é que, tanto nas teorias dos Complexos Agroindustriais e da Inovação Induzida, quanto na teoria dos Sistemas

Agroindustriais, os elementos explicativos das mudanças ocorridas na agricultura restringem-se àqueles delimitados pelo próprio sistema econômico. A abordagem dos Complexos Agroindustriais tem como elemento explicativo o processo de especialização da produção e da divisão social do trabalho combinado a novos arranjos de capital, responsáveis pela transformação da agricultura em um ramo da indústria. Na teoria da Inovação Induzida, as mudanças ocorridas na agricultura são explicadas pelo processo de inovação tecnológica. A incorporação de novas tecnologias (substituição dos fatores escassos) é analisada como mecanismo de minimização dos custos de produção, que por sua vez contribui para o equilíbrio entre demanda e oferta. Já a teoria dos Sistemas Agroindustriais, que incorpora princípios da ECT, focaliza a análise nas formas de gestão das cadeias produtivas (*filière*), na forma como os agentes econômicos se relacionam para reduzir custos de transação e/ou ampliar a realização do auto-interesse. Essas três abordagens, apesar das suas especificidades teóricas, têm em comum o fato de considerar como elemento explicativo os fatores definidos como economicamente determinantes ou economicamente determinados. No âmbito destas teorias, não faz sentido questionar quais as condições sociais de possibilidades de realização das práticas econômicas, uma vez que elas são contingenciadas pelas próprias forças que atuam no interior do sistema. Ainda, não faz sentido questionar por que a expansão da agricultura em áreas de fronteira ocorreu com base em unidades produtivas de elevada concentração e centralização de capital, se essas são características da própria formação econômica.

A economia, nesses casos, é trabalhada como uma unidade completa, autônoma e auto-referenciada. A idéia de inovação tecnológica, com abordagem distinta nas três teorias, é apresentada como um movimento inato de competitividade do capital. A permanência no sistema depende da capacidade do agente em substituir fatores e processos de produção por outros mais eficientes e produtivos, ao passo que essa troca é o móvel para o próprio desenvolvimento do sistema. Da mesma forma, a idéia de coordenação de cadeias produtivas, melhor trabalhada na teoria dos Sistemas Agroindustriais, remete à capacidade dos agentes em formalizar transações que contribuam para a redução de custos decorrentes das ações oportunistas. A eficiência do sistema econômico é alcançada pela eliminação dos custos de transação, e como essa meta não pode ser alcançada por causa da racionalidade limitada dos agentes, ele

próprio cria os mecanismos necessários para reduzir os efeitos da incompletude das transações e elevar a sua eficiência através da coordenação e gestão. Mesmo que seja através da idéia de composição de capitais, de inovação tecnológica ou de formas de gestão, o que caracteriza a análise econômica é o efeito de abstração dos fatores e processos econômicos do meio social em que foram produzidos para, em seguida, interiorizá-los à lógica de funcionamento do próprio sistema, enfatizando a sua capacidade de auto-regulação.

O pensamento econômico aplicado à análise do desenvolvimento da agricultura está assentado em três princípios que tornam possível conceber a economia como uma dimensão autônoma e auto-regulada. O primeiro deles refere-se à relação entre estrutura e ação. Em cada uma das abordagens acima trabalhadas, essa relação é marcada por especificidades, mas, de um modo geral, a ação fica condicionada à lógica de funcionamento do próprio sistema. A capacidade inventiva do agente restringe-se a adequar práticas, modos de agir, criar instrumentos que elevem a eficiência produtiva das estruturas econômicas. Na teoria da Inovação Induzida, o agente é apresentado como um tomador de decisões, com plena capacidade de reagir aos estímulos de mercado e de substituir fatores de produção escassos por fatores abundantes, ficando sua liberdade condicionada à escolha de novas tecnologias. Na teoria dos Complexos Agroindustriais são as estruturas econômicas, marcadas pela especialização da produção, pelo acentuado processo de divisão social do trabalho e pelos arranjos de capital, que definem o padrão e a dinâmica das mudanças, de modo que os agentes possuem um papel importante na dinâmica do sistema. Ao contrário das inovações induzidas, não são portadores de uma racionalidade completa, com plena capacidade de decisão. Os limites da racionalidade, que implicam na formulação de contratos “imperfeitos”, abrem possibilidades de ações egoístas, de auto-interesse. No entanto, essa “externalidade” do agir econômico, tratada como uma disfunção por elevar os custos de transação, é interiorizada e neutralizada pela formulação de novos contratos. Dessa forma, a possibilidade de construção do objeto da análise econômica sobre a dinâmica da agricultura fica condicionada ao efeito de desvincular da ação econômica os demais tipos de ação, elevando ao *status* de “econômicas” práticas sociais mais amplas.

O segundo princípio refere-se à natureza estática da análise, condição necessária e fundamental para que o objeto possa ser apreendido fora do contexto social em que foi produzido. Isso não significa dizer que o objeto não passa por mudanças ao longo de uma temporalidade definida, mas que a sua apreensão ocorre em um ponto determinado desse período, eliminando o efeito de processo como elemento explicativo. Em outras palavras, não se trata de apreender o processo de construção do objeto, mas o objeto em si, de forma substancializada e naturalizada. Na análise de “cadeias produtivas”, o que está em jogo são os mecanismos de contrato, que viabilizam a ligação entre diferentes etapas da produção e distribuição de um determinado produto. A relação entre os diversos agentes que atuam na cadeia é verificada pelo tipo de contrato formalizado entre si e não pela trajetória dos agentes, pelos processos sociais construídos ao longo das trajetórias que criam e recriam as condições de possibilidades para que tipos específicos de contratos sejam formulados. O problema da historicidade das análises econômicas foi trabalhado por Bourdieu (2003, p. 18) nos estudos sobre o mercado de casas populares na França, e, segundo o autor,

Todo que la ciencia económica plantea como algo dado, es decir, el conjunto de las disposiciones del agente económico que sustenta la ilusión de la universalidad ahistórica de las categorías y de los conceptos utilizados por esta ciencia, es, en efecto, el producto paradójico de una dilatada historia colectiva, reproducido incesantemente en las historias individuales, del que sólo el análisis histórico puede dar razón cabal.

O terceiro princípio a ser destacado considera que os conceitos e teorias econômicas não se apresentam apenas como instrumento de análise, como recurso de formulação de pensamento e de construção de formas explicativas, mas são tratados, no próprio corpo científico, como enunciados capazes de prover práticas sociais, racionalidades e formulação de políticas públicas. E isso bem demonstram Zylbersztajn (1995) e Batalha e Silva (2001), ao destacar que um dos propósitos da teoria dos Sistemas Agroindustriais é contribuir para a formulação de políticas públicas e para a orientação de formas de gestão mais eficientes<sup>7</sup>. A prática científica, ao construir os recursos de “pensamento” através de pressupostos, idéias e conceitos, constrói também o seu próprio objeto. Assim, a unidade empírica de observação passa a refletir o quadro

---

<sup>7</sup> No trabalho de campo realizado no município de Sorriso, um produtor de soja, ao ser indagado se considerava um “agricultor” ou “empresário”, respondeu “empresário”, porque a agricultura que ele praticava passou a ser chamada de “agronegócio” e a sua produção (soja), *commodity*.

referencial de idéias formadoras do pensamento econômico<sup>8</sup>. A passagem da “agricultura tradicional” para a “agricultura moderna”, ou “agronegócio”, não implica mudanças apenas no modelo tecnológico, na forma de gestão ou nas tomadas de decisões, mas também na maneira como a “economia” é traduzida por meios de conceitos no interior do pensamento econômico, em outras palavras, na maneira como a ciência econômica expressa em conceitos esses movimentos. Para as abordagens dos Complexos Agroindústrias, das *inovações induzidas* e dos Sistemas Agroindustriais, o avanço da agricultura está associado a uma maior despersonalização da ação econômica, o que representa o afastamento de vínculos sociais, políticos e culturais dos agentes. Por essas e outras razões, o desenvolvimento da agricultura no âmbito dos estudos econômicos pode ser analisado como uma dimensão autônoma e auto-regulada.

As críticas acima apresentadas não têm por objetivo negar as contribuições das análises econômicas especialmente no que se refere à identificação das mudanças no padrão tecnológico de produção, na composição de capitais e no estabelecimento de relações entre diferentes etapas do processo produtivo. Muito menos deixar de reconhecer que o avanço das fronteiras agrícolas no Brasil ocorreu em bases de produção capitalista, cujas características foram fortemente destacadas pelos estudos econômicos: ganho de produtividade, aumento da produção, crescimento de mercado, concentração e centralização de capital. Tais críticas procuram destacar o limite dessas abordagens que apreendem as práticas econômicas fora do contexto político, social, cultural e ambiental em que foram produzidas, abstraindo-as do conjunto de relações que formam as bases materiais e sociais necessárias para a sua realização.

Noções como “autonomia” e “auto-regulação” podem ser problematizadas, direta ou indiretamente, por inúmeros estudos que analisam o papel das forças políticas e dos *lobbies*, exercidos por setores de interesses, na definição e direcionamento de políticas públicas para determinados tipos de produtos e categorias de produtores. Essas pesquisas oferecem elementos que permitem identificar como os chamados “fatores externos” são decisivos para a construção das bases produtivas do setor agropecuário.

---

<sup>8</sup> Steiner (2006, p. 108) faz a seguinte consideração sobre a relação entre a economia “conhecimento” e a economia “atividade”: “Para retomar a fórmula empregada por Michel Callon (1998), pode-se falar de uma inserção econômica dos fatos econômicos no sentido de que os conhecimentos econômicos não constituem apenas um saber sobre elementos que existem fora do discurso que deles se apodera, mas fazem parte dos meios pelos quais estas realidades surgem e tomam forma. Na terminologia de Callon, a economia (conhecimento) ‘performa’ a economia (atividade)”.

Goodman (1986, p.139), ao destacar a expansão do crédito rural como importante mecanismo de estímulo à mudança da base tecnológica, demonstra o caráter seletivo e concentrador dessa política. Segundo o autor, “além da distribuição não igualitária por tamanho de estabelecimento agrícola e de contrato de empréstimo, o crédito rural foi, nos anos setenta, altamente concentrador por tipo de cultivo e região.” O que favoreceu a capitalização das grandes propriedades do Sudeste brasileiro. A mesma conclusão é apontada por Gonçalves Neto (1997, p. 179):

O problema maior, no entanto, está afeto à área da distribuição do crédito: os recursos atingem de forma privilegiada os grandes produtores e grandes proprietários, em detrimento dos pequenos; serve mais às regiões já desenvolvidas, discriminando sobretudo com relação ao Nordeste; as culturas mais dinâmicas, ligadas ao mercado externo ou à substituição de importações, abocanham parcelas do crédito muito superiores à sua participação na produção nacional, restringindo o uso de crédito pelas culturas mais ligadas ao mercado e às necessidades internas.

Com explicar a forte tendência do direcionamento das políticas públicas a determinados setores e regiões, sem cair em análises simplificadoras e redutoras dos processos sociais? Em outras palavras, como explicar as prioridades das políticas direcionadas às mudanças da base técnica e organizacional da agricultura brasileira (por setores, regiões e agentes específicos), não como uma condição natural e inexorável do desenvolvimento das forças produtivas do capital, mas como o resultado de práticas sociais historicamente definidas? Martine (1991, p. 24), ao examinar os *lobbies* exercidos pelos agentes econômicos que dinamizam a formação dos Complexos Agroindustriais, visando à definição e implementação das políticas públicas e estratégias de mercado, questiona a eficiência econômica do setor empresarial:

[...] na maior parte das vezes, e nos setores mais importante do capitalismo agrário, a tão propalada eficiência da empresa capitalista na agricultura nada mais é do que a expressão do seu poder em obter auxílio do Estado sob as diversas formas. Ou seja, a eficiência dos grandes empreendimentos é, em grande parte, uma eficiência política e não econômica.

Não está sendo contestada a “eficiência” do empreendimento capitalista na administração dos fatores de produção em busca de maior rentabilidade dos investimentos, mas a idéia de que a eficiência resulta, apenas, das formas de gestão dos fatores produtivos segundo uma lógica propriamente capitalista ou racionalmente orientada para a maximização deles, o que se estende às possibilidades de conversão de

diferentes tipos de recursos, entre eles os de políticas públicas, em recursos de produção.

O avanço da fronteira agrícola para a região Amazônica, a partir da segunda metade dos anos de 1960, esteve associado, entre outros fatores, à concessão de terras e subsídios para a implantação de projetos agropecuários por empresas e empresários da região Sudeste, em prejuízo às condições de vida das populações nativas. Com a tolerância do Estado, diversos mecanismos foram utilizados na apropriação e legalização de terras públicas. Além das recorrentes mudanças na legislação para facilitar e legalizar as irregularidades das transferências dessas terras para terceiros, como sugere Moreno (1993), a prática de grilagem também foi empregada como recurso para apropriação de grandes extensões territoriais, desalojando grupos de posseiros, pequenos produtores, extrativistas e povos indígenas (ALMEIDA, 1993; OLIVEIRA, 1997). À medida que os empreendimentos capitalistas se apropriavam das terras públicas ou ocupadas por populações tradicionais, aumentavam os conflitos sociais no campo (CASTRILLON FERNANDEZ, 1997). Assim, o mercado de terras, no avanço da fronteira agrícola, foi constituído não apenas por relações econômicas formais, mas por uma série de mecanismos que envolviam relações entre Estado, grileiros, empresas, posseiros e outros segmentos sociais (às vezes mediadas pelo uso da violência), cujo objetivo, segundo Martins (1994, p. 79-80, grifos nossos), era eliminar os obstáculos que a renda da terra oferecia ao desenvolvimento do capitalismo:

Esses procedimentos (a possibilidade de uma reforma agrária orientada para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura) foram contrabalanceados, logo em seguida, com a proposta de uma política de ocupação favorecida na região amazônica. A criação do Banco da Amazônia e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) preconizou uma política de concessão de incentivos fiscais aos empresários, especialmente das regiões mais ricas, para que deixassem de pagar 50% do imposto de renda, desde que o dinheiro fosse depositado naquele banco para financiar projetos de desenvolvimento na Amazônia, de cujo capital constituíram até 75%. Os investimentos orientaram-se de preferência para a agropecuária, de modo que um grande número de empresários e de empresas, especialmente do Sudeste, sem tradição no ramo, tornaram-se proprietários de terras e empresários rurais [...]. Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra [...] é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, *no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais [...]. O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a*

*irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, conseqüentemente, o sistema oligárquico nela apoiado.* Com a diferença, porém, de que a injeção de dinheiro no sistema de propriedade modernizou parcialmente o mundo do latifúndio, sem eliminá-lo, como se viu, finalmente, nos últimos e recentes anos, após o término do regime militar, em 1984, com o aparecimento de uma nova elite oligárquica, com traços exteriores muito modernos.

Apreende-se dessas análises que os aspectos políticos, sociais e culturais são tão intrínsecos ao processo de expansão das atividades agrícolas quanto o são as relações de troca, a inovação tecnológica e a composição de capitais. Existe uma historicidade que precisa ser identificada caso se queira compreender a complexidade da formação das práticas econômicas. A “eficiência” nesse campo não decorre, necessariamente, da capacidade de o agente incorporar em suas ações um padrão de comportamento que seja próprio da lógica econômica, mas pode ser encontrada, também, nos meios desenvolvidos para mobilizar outros tipos de recursos, como por exemplo, os de ordem política, e convertê-los em fatores de produção, como terra, crédito e infra-estrutura.

O argumento central deste trabalho é que existe uma base social de formação das relações de produção na agricultura, eliminada ou tratada como externalidade pelas teorias econômicas, e que deve ser reconsiderada para a compreensão das mudanças que vêm ocorrendo no setor da produção agrícola em áreas de fronteira. O uso de forças políticas para a orientação dos programas de crédito rural, o emprego da violência como instrumento de mobilização de ativos fundiários, a formação de vilas e cidades como meio de mobilização e controle da força de trabalho e o controle do espaço e dos meios de produção não podem ser tomados como fenômenos externos aos processos econômicos. O que se observa, nas áreas de abertura recente, é que os fenômenos da “economia” são construídos pela interação de diferentes tipos de recursos e fatores e não pela exclusão daqueles que não se enquadram na relação formal entre os agentes. Essa problematização oferece elementos que ajudam a desnaturalizar o pressuposto da inevitabilidade da concentração e centralização do capital como uma dinâmica intrínseca do funcionamento da própria economia, e, desse modo, questionar de que maneira, sob quais condições, utilizando de quais recursos a unidade de produção em larga escala se consolidou como a base da expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado em direção à floresta Amazônica.

## 2.5 A agricultura e sua especificidade

O problema aqui levantado não tem por objetivo apenas destacar a importância de se incorporar os fatores sociais, políticos, culturais e ambientais nas análises sobre a questão das mudanças ocorridas na agricultura, como já destacado acima, mas também problematizar os limites e as limitações das abordagens econômicas empregadas em suas análises. Por essa razão, considera-se relevante para este trabalho discutir as noções, idéias e problemas tratados pelos estudos que assinalam a presença de *especificidades* da produção agrícola que agem como obstáculos para o desempenho da valorização do capital. Essas abordagens têm o mérito de fundamentar teórica e empiricamente questionamentos sobre as possibilidades de realização do capital no setor agropecuário.

No Brasil, o tema da “especificidade” da agricultura ganhou destaque na literatura especializada a partir dos anos oitenta, com a publicação do artigo de Mann e Dickinson (1987), e nos anos noventa, com os trabalhos de Goodman, Sorj e Wilkinson (1990), Veiga (1991) e Abramovay (1992). Esses autores procuram responder ao seguinte: por que, nos países de economia capitalista avançada, as formas familiares de produção não desapareceram, contrariando as “previsões” acenadas por um conjunto de teorias econômicas? A resposta, segundo esses autores, encontra-se nas particularidades do sistema produtivo, que o torna pouco atrativo para a reprodução do capital em larga escala.

A abordagem da *especificidade* demonstra que o capital no processo de produção agrícola está subordinado à esfera da natureza, devido a sua incapacidade histórica de transformar na totalidade o processo de trabalho. Em algumas fases do processo produtivo, a atividade biológica interrompe a atividade do capital, colocando em suspenso a geração de excedentes<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> A noção de *especificidade* do processo produtivo aplicada à agricultura foi alvo de fortes críticas. Silva (1991) e Mooney (1987), por caminhos diferentes, questionam a relevância do argumento apresentado por Mann e Dickinson (1987), uma vez que o capital desenvolve mecanismos capazes de superar os “obstáculos” impostos pela natureza, transformando as relações de produção na agricultura em condições semelhantes ao do setor urbano-industrial. Para Salles Filho (1993, p. 40), os argumentos de Mann e Dickinson “[...] parecem não partir do princípio de que a produção capitalista na agricultura não se insere

O artigo de Mann e Dickinson (1987) é uma referência importante nesse debate. Para esses autores, “[...] a natureza peculiar do processo produtivo em certas esferas da agricultura é incompatível com as exigências da produção capitalista [...]” (p. 7). A incompatibilidade é demonstrada pelos efeitos negativos que a diferença entre o “tempo de produção” e o “tempo de trabalho” produz sobre a taxa média de lucro<sup>10</sup>.

O elemento chave para se compreender a *intratabilidade* da agricultura pelo capital é representado pela incapacidade deste último em eliminar os efeitos das atividades biológicas que obstruem a redução do tempo de produção. Referindo-se a Marx, os autores explicam que,

[...] o tempo de produção consiste em duas partes: um período em que o trabalho é realmente aplicado na produção e um segundo, durante o qual a mercadoria ‘inacabada’ é ‘abandonada às influências de processos naturais’, sem se submeter simultaneamente ao processo de trabalho. (MANN; DICKINSON, 1987, p. 15).

Caso se considere, a partir da teoria de valor de Marx, que somente o trabalho vivo criará valor, as mercadorias inacabadas sujeitas a esses intervalos não estão gerando valor nem mais-valia. Para o capital, esse é tempo improdutivo, que mobiliza capital e não gera trabalho excedente. Desse modo,

[...] quanto mais coincidirem o tempo de produção e o tempo de trabalho, maiores serão a produtividade e auto-expansão do capital num dado espaço de tempo. Em consequência a produção capitalista esforça-se para reduzir não somente o tempo necessário para a produção de uma mercadoria, mas também o ‘excesso’ de tempo de produção sobre o tempo de trabalho. (MANN; DICKINSON, 1987, p. 16).

Outro elemento importante nessa análise é o “tempo de rotação” do capital diretamente associado ao “tempo de produção da mercadoria”: “[...] quanto mais curto o período de rotação, maior a mais-valia apropriada, já que esta é apropriada a cada

---

no processo geral de concorrência dos capitais, o qual leva à uma definição de uma taxa média de lucro para a economia e, em consequência, desproporções entre os valores e os preços de produção devido exatamente a diferenças de natureza técnica entre as composições orgânicas do capital dos vários ramos de produção, sejam por diferentes proporções entre capital fixo e circulante, sejam por diferentes períodos de rotação do capital fixo ou do circulante. Se considera o oposto, ou seja, que a agricultura faz parte daquele processo, fica por provar que ela produza taxas de lucro menores do que a média e que tal diferencial permanente entre taxas de lucros de diferentes atividades capitalistas seja compatíveis com o próprio conceito da economia capitalista na visão de Marx. Tal conclusão comprometeria a argumentação dos autores na própria esfera da análise marxista”.

<sup>10</sup> No trabalho *Agrarian Capitalism in Theory and Practice* (1990), Susan Mann desenvolve com mais propriedade os argumentos apresentados no artigo escrito em parceria com Dickinson.

ciclo.” (MANN; DICKINSON, 1987, p. 18). Ao contrário, quanto mais longo o ciclo de produção, menor tende a ser a taxa de lucro, uma vez que essa é definida pela relação entre a mais-valia e o capital adiantado. A eficiência de um dado capital em gerar taxas de lucro mais elevadas depende do número de vezes que esse entra em circulação, e, sabendo que a agricultura é um setor no qual tanto o tempo de produção quanto o tempo de não-trabalho são superiores à média dos demais setores da economia. Os autores argumentam que a capitalização da agricultura tende a avançar mais rapidamente naqueles setores em que o tempo de produção e o tempo de não-trabalho tende a ser reduzido com mais sucesso. Ao contrário, os setores nos quais essa redução não se verifica provavelmente não serão atrativos ao grande capital.

Para analisar o tipo de relação que se estabelece entre o processo de produção na agricultura e a reprodução do capital, Goodman, Sorj e Wilkinson (1990, p. 1) partem da constatação de que o capital industrial mostrou-se incapaz de “[...] transformar o sistema agroalimentício da produção agrícola até o consumo final do alimento como um todo unificado”. Em outras palavras, não existem condições materiais para transformar insumos em alimentos sem a mediação dos processos biológicos, argumento que problematiza a teoria da “industrialização” da agricultura, tal como apresentada pelos estudos da formação dos Complexos Agroindustriais. Conforme esses autores,

[...] a chave para compreender o caráter único da agricultura não está nem em sua estrutura social nem na adoção dos fatores. Ao contrário, a agricultura confronta o capitalismo com um *processo de produção natural* [...]. A industrialização da agricultura tomou, portanto, um caminho decididamente diferente. Este caminho foi determinado pelas limitações estruturais do processo de produção agrícola, representadas pela natureza enquanto conversão biológica de energia, enquanto tempo biológico no crescimento das plantas e na gestação animal, e enquanto espaço nas atividades rurais baseadas na terra. Incapazes de remover estas limitações diretamente através da criação de um processo de produção unificado, os capitalistas industriais reagiram adaptando-se às especificidades da natureza na produção agrícola (p. 1, grifos do autor).

O que está em jogo não é apenas uma readequação do uso dos conceitos para a análise das inovações tecnológicas na agricultura, mas a recolocação do debate sobre as condições de possibilidades de inovação em um setor no qual a natureza desempenha um “papel ativo”, um papel de “mediação” entre “capital industrial” e “agricultura”, cuja força o capital não conseguiu eliminar. As mudanças tecnológicas nessa área são parciais e descontínuas, porém, como afirmam Goodman, Sorj e Wilkinson (1990),

permanentes. Na impossibilidade de uma transformação da totalidade do sistema agrícola de produção, o capital industrial vem se *apropriando* de partes dessa atividade para transformá-las em fatores de produção industrial e posteriormente reincorporá-las à agricultura na forma de insumos ou meios de produção. As inovações tecnológicas têm criado um paradoxo ao capital: quanto mais se intensificam as inovações, mais as especificidades da agricultura são reafirmadas. Nesse quadro de possibilidade histórica de realização do capital nesse setor, os autores questionam a eficiência de conceitos, como “especialização técnica” e “divisão social do trabalho” conforme desenvolvidos pela teoria dos Complexos Agroindustriais para explicar os processos de transformação da agricultura.

Veiga (1991) e Abramovay (1992) apresentam novos elementos que ajudam a compreender as características do desenvolvimento da agricultura nos países de economia capitalista avançados. Segundo os autores, para responder ao rápido crescimento da produção e produtividade do setor industrial no pós-guerra, os países industrializados adotaram como estratégia a oferta abundante de alimentos a preços reduzidos, diminuindo, assim, o peso do consumo alimentar no orçamento da família. O custo dos alimentos contribuiu tanto para controlar o valor da força de trabalho, como também para mudar os padrões de consumo dos assalariados, ampliando a capacidade de aquisição de bens duráveis e semiduráveis provenientes da indústria.

A oferta abundante de alimentos a preços reduzidos achatou os valores dos produtos agrícolas, recaindo sobre as taxas médias de rentabilidade dos produtores, o que implicou em uma deterioração da relação de troca entre agricultura e indústria, tornando o setor menos atrativo aos investimentos do capital. Diante desse quadro,

[...] as políticas agrícolas passaram, então, a combater esse fator de instabilidade e incerteza, procurando compatibilizar a necessidade de reduzir gradualmente os preços alimentares ao consumidor com a necessidade de garantir um aceitável nível de vida para os agricultores. (VEIGA, 1991, p. 195).

Em certa medida, o desenvolvimento tecnológico aplicado à agricultura tem contribuído para reduzir as taxas de retorno ao produtor. Essa é uma lógica extremamente paradoxal, pois, pelo que se observa em outros setores produtivos, é a possibilidade de ampliação da taxa média de rentabilidade, ou, pelo menos, da manutenção da taxa média histórica, que estimula as inovações.

Na agricultura, o incremento de produtividade não é necessariamente convertido em aumento de renda, uma vez que estes ganhos são dissipados nos mercados atomizados e competitivos. O agricultor, de acordo com Abramovay (1992, p. 213), “[...] produz sem obter o correspondente ao custo de oportunidade de seus fatores.” Desse modo, diz o autor, “no capitalismo avançado, não cabe à agricultura transformar-se, antes de tudo, em setor de alta lucratividade, mas, sobretudo, auxiliar no processo geral de moldagem de um novo modelo de consumo e, por aí, de acumulação.” (ABRAMOVAY, 1992, p. 228).

No conjunto, esses trabalhos apresentam um novo problema teórico para os estudos correlatos ao tema do desenvolvimento da agricultura, a saber: ao contrário da lógica industrial-urbana, em que o capital exerce controle sobre os meios de produção e, conseqüentemente, sobre o processo produtivo, o setor agrícola é influenciado por determinantes biológicos, que imprimem ritmos específicos ao tempo de produção, reduzindo a eficiência da valorização do capital. Por outro lado, o papel desempenhado pela agricultura no processo de industrialização, ampliando a oferta de alimentos a preços reduzidos, comprimiu a renda dos agricultores. Em outras palavras, os elementos biológicos que compõem a atividade agrícola e a importância histórica dos preços de alimentos para o controle do valor dos salários agem no sentido de neutralizar as vantagens competitivas de reprodução do capital quando comparado com outros setores da economia. Com esses argumentos os autores procuram explicar por que, em países de economia capitalista avançada, as “formas familiares” não foram substituídas pelas “formas patronais” de produção agrícola, contrariando o pressuposto das análises econômicas de que o “avanço do capitalismo” no campo levaria ao “desaparecimento do campesinato”.

Apesar de o problema teórico apontar para essa direção, a construção teórica do tema da “especificidade” não teve por objetivo discutir as condições de possibilidades de realização da agricultura em larga escala (denominada “formas patronais”) em regimes de economia capitalista, mas sim das “formas familiares” de produção dentro desta economia, demonstrando a inexistência de incompatibilidade entre elas. A persistência da produção familiar é explicada, entre outros fatores, pelos obstáculos que a agricultura impõe à valorização do capital. Por extensão, pode-se concluir que, em países de economia capitalista, a agricultura em larga escala, com grande mobilização

de capital, se depararia com obstáculos para a sua realização. No entanto, como explicar, segundo essa abordagem, que a expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado tem ocorrido, predominantemente, através de empreendimento em larga escala, com grande concentração e centralização de capital e de recursos naturais? Ou, de uma maneira mais geral, por que nas áreas de fronteira a “agricultura comercial” se sustenta como atividade de grande concentração de capital?

A constatação do predomínio de unidades produtivas com elevado grau de capitalização em setores da agricultura brasileira não reduz a força explicativa, muito menos a importância dos fatores específicos de produção para a análise e compreensão da dinâmica do desenvolvimento agrícola. A sua força teórica consiste em romper com a abordagem de sistema empregada pelos estudos econômicos nas análises da agricultura (ou pelo menos em oferecer elementos empíricos e teóricos que apontem para essa necessidade). O ritmo e as condições do desenvolvimento não são definidos apenas pela lógica de funcionamento da economia, mas também pelas restrições que a natureza biológica e orgânica impõe à realização do capital.

## 2.6 O problema

Considerar que a agricultura estabelece limites para a valorização do capital não significa dizer que este não a valoriza como locus especial de atuação, bastando observar a elevada concentração de recursos naturais, de meios de produção e de capital da agricultura brasileira, especialmente nas regiões de fronteiras. Portanto, a principal contribuição dos trabalhos de Mann e Dickinson (1987), Goodman, Sorj e Wilkinson (1990), Veiga (1991) e Abramovay (1992) não é reafirmar a importância da especificidade do processo de produção da agricultura como elemento explicativo, mas como elemento formulador do problema teórico: por que a expansão e consolidação das lavouras de soja nas áreas de cerrado em direção às áreas de mata da floresta Amazônica ocorreram com base em unidades de produção em larga escala, se a agricultura, como demonstrado acima, se apresenta como um setor de baixa eficiência de valorização de capital? É importante destacar mais uma vez que o sentido do

problema não é questionar a eficiência do capital ou do empreendimento capitalista em gerar rendas médias esperadas, caso contrário não permaneceriam na atividade, mas questionar de que maneira, sob quais condições, utilizando quais recursos a empresa (idéia de empreendimento, de ação) capitalista cria a eficiência necessária para produzir as rentabilidades esperadas; quais as estratégias e mecanismos criados pelos agentes econômicos que ajudam a compor espaços sociais de produção que tornam a agricultura um setor atrativo ao capital, a despeito das especificidades biológicas e da tendência histórica de redução dos preços dos produtos agrícolas.

Assim, a **segunda hipótese** deste trabalho (a primeira foi apresentada no início do capítulo, quando se enfatizou que a dimensão econômica de processos sociais específicos não está separada das demais dimensões que constituem tais processos) considera que a dinâmica da expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado em direção às áreas de floresta Amazônica não está condicionada apenas à busca de maior produtividade, da maximização dos fatores de produção e do crescimento do mercado, como apontam as teorias econômicas aplicadas aos estudos do desenvolvimento da agricultura. Está, todavia, condicionada, também, aos efeitos das estratégias criadas pelos agricultores e outros agentes em converter diferentes tipos de recursos (técnico, informacional, financeiro, político, cultural, organizacional, entre outros) em recursos de estímulo e fortalecimento à produção (terra, trabalho, tecnologia, capital e mercado).

O ponto central da tese consiste em compreender a dinâmica do desenvolvimento da agricultura, nas áreas de abertura recente, pela relação que a dimensão econômica estabelece com as dimensões política, social, cultural e ambiental. Ou seja, é uma tentativa de se afastar da lógica de pensamento que abstrai do mundo social (do cotidiano vivenciado pelas pessoas) as possibilidades de realização das práticas econômicas, como se elas fossem autônomas, com hierarquias próprias e desprovidas de uma historicidade, para, por outro lado, identificar as formações sociais específicas que potencializam e dinamizam a consolidação e expansão das relações de produção na agricultura.

## 2.7 Uma proposição teórica

A relação da economia com a política, com a cultura, com a natureza e com as formações sociais não é uma relação de externalidade – como se buscasse mensurar, por exemplo, os impactos da ação política sobre a economia, situação bastante característica dos estudos sobre os *lobbies* agrícolas; ou, o efeito dos hábitos, dos comportamentos, das relações pessoais sobre a lógica econômica; ou, ainda, o emprego de tecnologias para eliminar o efeito da natureza sobre a produção –, mas uma relação de interdependência, em que a função de reciprocidade implica mudanças no duplo sentido da relação, ou seja, ao mesmo tempo em que as forças políticas exercem pressão sobre fatores econômicos, elas são construídas e fortalecidas com a consolidação da economia. Um exemplo bastante evidente disso é a emergência de novas lideranças no cenário político do estado de Mato Grosso associadas à produção de soja. São vereadores, deputados, prefeitos e governador, cuja gestão é pautada pelos interesses econômicos do segmento que representam. A mesma consideração pode ser estendida para os fenômenos da cultura, da natureza e das formações sociais, temas que serão desenvolvidos ao longo da tese.

Portanto, o problema em foco não se restringe a averiguar de que maneira os aspectos sociais, políticos e ambientais interferem na dinâmica de expansão das lavouras de soja, estendendo-se ao questionamento das condições de possibilidades de realização dos estudos econômicos que abstraem um conjunto específico de práticas do meio social em que essas foram construídas. O recurso teórico utilizado para se aproximar da *multifuncionalidade* do fazer econômico é apreender as práticas econômicas através das relações de interdependência que elas estabelecem com outras práticas sociais, ou seja, os vínculos que a economia mantém com outras esferas da “vida social”<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> O termo “vida social” é uma maneira de expressar a “totalidade” das relações a que estão submetidos os agentes de uma determinada ação. A idéia de “totalidade das relações” não deve ser confundida com o sentido de totalidade atribuído ao termo “holismo”, que sugere uma idéia de totalidade externa e superior aos indivíduos, impondo-se a eles. O sentido de termo aqui empregado sugere a multiplicidade de relações de interdependência entre as partes que compõem o objeto; não expressa uma relação de “externalidade”, mas uma dependência mútua e correspondente entre as suas partes.

Essa “multifuncionalidade”<sup>12</sup> é uma expressão que procura demonstrar como as relações de produção e de troca são construídas em interdependência com um conjunto de outras relações, colocando em evidência a disposição do agente em configurações sociais específicas e os tipos e volumes de recursos por ele mobilizados. A relação entre esses fatores (disposição dos agentes e recursos) constitui uma via metodológica que permite identificar a especificidade das relações econômicas e a maneira como a “economia” está envolvida por relações sociais.

O processo de aquisição de terras, como fator preponderante na abertura de novas áreas para o plantio de soja, ilustra a diversidade de meios e recursos que viabilizam a transferência de terras públicas para o domínio privado e as características específicas do mercado imobiliário. (A riqueza de mecanismos, de estratégias, de recursos, suplanta a formalidade do mercado auto-regulável). O governo federal e o estadual criaram uma série de instrumentos públicos, em forma de lei, normatizações e decretos, que regulamentaram a concessão de grandes domínios territoriais a setores privados. Somam-se a esses instrumentos as formas ilícitas da “grilagem” e do conflito, como também as aquisições por relações mercantis, cada um desses meios envolvendo agentes e recursos específicos. Em outras palavras, o mercado de terras pode assumir diferentes características dependendo do agente e do tipo e volume de recursos controlados. Por exemplo, em uma figuração formada entre posseiro e produtor de soja (bastante recorrente na região nordeste do estado de Mato Grosso), a estabilização das relações de força tende a ser mais desigual devido às diferenças dos recursos mobilizados por cada um dos agentes (nesse caso, os recursos que exercem maior poder de coerção são controlados por aqueles indivíduos economicamente consolidados). Se, por outro lado, essa figuração é definida pela relação entre produtor de soja e pecuarista (situação recorrente nas novas áreas de abertura de soja), a estabilização das relações de força tende a ser menos desigual do que a verificada no exemplo anterior, uma vez que

---

<sup>12</sup> O objetivo deste trabalho não é estudar a “multidimensionalidade” do fazer econômico. O uso desse termo foi uma maneira encontrada para demonstrar que as relações econômicas que constituem a dinâmica da expansão da soja nas áreas de fronteira agrícola são um processo complexo e multifacetado, inapreensível por categorias que tendem a generalizações indistintas. Como já enfatizado anteriormente, a intenção aqui é compreender a maneira como vem ocorrendo essa expansão não no sentido estrito do termo, de crescimento da área cultivada, mas no sentido de acompanhar a trajetória dessa atividade para identificar os processos de interdependência humana (entre agentes) que definem estratégias de mobilização de recursos considerados importantes para a continuidade da expansão e consolidação das lavouras de soja. Em outras palavras, o foco deste estudo são as estruturas sociais que dinamizam a atividade econômica: as formas de interdependência humana que constituem a base para a expansão da atividade econômica.

os recursos que exercem maior coerção, nesse tipo de relação, são controlados tanto por pecuaristas quanto por sojicultores, apesar da diferença do volume dos recursos por eles controlados. Ainda, tomando como exemplo uma terceira figuração, agora estabelecida pela relação de interdependência entre sojicultores, a estabilização das relações de força tende a ser mais igualitária, devido ao domínio que eles exercem sobre recursos semelhantes. O maior ou menor equilíbrio das relações presente nessas configurações, ou seja, a coerção funcional que um agente exerce sobre outro depende do tipo e do volume de recursos por eles mobilizados<sup>13</sup>. Assim, nas palavras de Elias (2000, p. 33), “a supremacia dos aspectos econômicos tem acentuação máxima quando o equilíbrio de poder entre os contendores é mais desigual [...]. Quando isso acontece, mais claramente reconhecíveis se tornam outros aspectos não econômicos das tensões e conflitos.”

Portanto, o termo “multifuncionalidade” do fazer econômico expressa as possibilidades de os agentes recorrerem a recursos diversos para a construção das relações de produção e de comercialização, que dependem tanto das relações sociais formadas entre esses indivíduos quanto dos recursos por eles disponibilizados. Nesse caso, o que se chama de “relações econômicas” é a expressão última das relações sociais construídas entre agentes, que tendem a assumir uma maior ou menor formalidade ou especialização em razão das interdependências criadas entre eles e seus recursos. O percurso assim operacionalizado permite ao observador compreender por que em atividades agrícolas, como as lavouras de soja, que operam com “altas tecnologias” em mercados complexos, mobilizando amplo volume de capital, recorre-se a formas tradicionais de relações de trabalho, ao uso da violência e a mecanismos ilegais para aquisição de terra, enfim, a um conjunto de recursos e estratégias não enquadrados na formalização da ação econômica. Assim, a multifuncionalidade pode ser identificada na coerção que as forças econômicas exercem para mobilizar outras formas de recursos, portanto, ela realiza uma funcionalidade que não se limita, apenas, a reproduzir fatores econômicos em possibilidade de renda, mas de converter nisso outros tipos de recursos. Esse processo de conversão de recursos expressa a maneira como os aspectos econômicos são produzidos na relação de interdependência com outros

---

<sup>13</sup> As considerações feitas sobre o mercado de terra podem ser estendidas para as relações de trabalho, para o uso dos recursos naturais e para a formação do mercado dos produtos agrícolas, bem como para a construção de infra-estrutura necessária à continuidade da expansão da fronteira agrícola.

aspectos da formação social; expressa, também, a sua inserção e participação na construção de redes sociais.

O esforço empreendido neste trabalho é de demonstrar que aquilo que se denomina de “econômico” não é uma dimensão da vida social que existe com autonomia, regras e hierarquias próprias, mas é uma dimensão que se realiza na interdependência com outras dimensões. O maior ou menor grau de autonomia depende das relações de força presentes na interdependência formada entre os agentes. Como sugere Elias (2001, p. 93),

Habitamo-nos a pensar que os fenômenos sociais podem ser ordenados em certos escaninhos conceituais, sem questionar a relação entre eles. Tais fenômenos são classificados como políticos, econômicos, artísticos e de muitas outras maneiras, como se isso fosse óbvio, sem uma comprovação da adequação dos conceitos classificatórios aos fatos observados, e sem ter em vista um esquema claro das relações entre as diferentes classes.

Com isso, não se pretende dizer que os aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, entre outros, expressam as mesmas características e funções. Eles são específicos e diferenciados. No entanto, a realização de uma dessas dimensões depende da interdependência criada com as demais. A análise do mercado de terra, acima demonstrada, ilustra como a sua construção envolve diferentes tipos de recursos, dependendo das figurações formadas entre os agentes. As coerções exercidas pelos interesses comerciais não são expressas unicamente pela distribuição de possibilidades “econômicas”, mas também pela distribuição de possibilidades de controle de outros tipos de recursos e de forças que possam ser convertidas em recursos de produção, ampliando a capacidade de realização e reprodução do capital. Ou seja, a ação econômica, antes de indicar uma maior autonomia e independência de outras dimensões da vida social, determina fortes vínculos e interdependência com outros tipos de forças e recursos (político, cultural e social).

Daí decorre a **terceira hipótese** de trabalho, segundo a qual a expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado em direção às áreas de floresta Amazônica, apesar de apresentar mudanças na composição do capital, no padrão tecnológico, na formação dos mercados e nas formas de gestão, não conduz a um efeito de autonomização dos processos econômicos, como sugerem de uma maneira geral as teorias econômicas aplicadas aos estudos do desenvolvimento da agricultura. O que muda são as formas de

interdependência entre os fatores econômicos e os fatores sociais, políticos, culturais e ambientais; muda, também, a disposição dos agentes em configurações sociais específicas e os tipos de recursos utilizados em suas ações, mantendo, assim, fortes vínculos com o meio social em que está inserido.

### 2.7.1 Contribuições da Sociologia Econômica

A idéia de que “sociedade” e “economia” são mutuamente determinadas está presente nas abordagens teóricas de um campo vasto de autores que enfrentaram o problema das formações econômicas nas sociedades contemporâneas. As obras de Max Weber situam-se entre aquelas que mais se interessaram por explorar essa relação como uma resposta à idéia predominante em sua época de que são os interesses materiais que determinam as estruturas e os processos sociais. Na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber (1996 apud SWEDBERG, 2005, p. 341) considera que os fenômenos econômicos “[...] devem ser analisados não apenas em termos de escassez, mas também em termos do significado cultural; esse significado é produzido socialmente e a ação econômica racional também é, portanto, social na condição de produto histórico.” Embora o racionalismo econômico “[...] dependa parcialmente da técnica e do direito racional, é ao mesmo tempo determinado pela capacidade e disposição dos homens em adotar certos tipos de conduta racional” (WEBER, 1996, p. 11). É a construção da capacidade e da disposição dos agentes em adotar certos tipos de conduta que faz da ação econômica um tipo específico de ação social, que, conforme Weber, é aquela em que o indivíduo se orienta pela ação de outros indivíduos, logo o sentido da ação é socialmente construído (WEBER, 1992, p. 18).

Enquanto a teoria econômica restringe o objeto de análise aos fenômenos “econômicos puros”, a Sociologia Econômica de Weber amplia o objeto de interesse de investigação para os fenômenos considerados “economicamente relevantes” e “economicamente condicionados”, abrangendo a totalidade dos eventos culturais. Os fenômenos especificamente econômicos consistem de normas e instituições criadas conscientemente para fins econômicos, “[...] atua sempre onde a satisfação de uma

necessidade, por mais imaterial que seja, envolve a utilização de meios externos *limitados*.” (WEBER, 1979, p. 36, grifo do autor). Os fenômenos economicamente relevantes referem-se a todos os fenômenos e à cultura historicamente definida que influi sobre o curso do “desenvolvimento econômico”. E os fenômenos economicamente condicionados são todos os não econômicos submetidos à pressão de interesses materiais. Assim,

A teoria científica da economia tem ainda outras tarefas, para além da elaboração de formulações de ideal-tipo e do estabelecimento de relações causais *singulares* de tipo económico [...]. Por acréscimo, deve estudar o conjunto dos fenómenos sociais, para determinar em que medida são condicionados por causas económicas: é esta a tarefa da interpretação económica da história e da sociologia. Por outro lado, deve igualmente estudar como os acontecimentos e as estruturas económicas estão por sua vez condicionadas por fenómenos sociais, tomando em linha de conta a diversidade da natureza e de estágio de desenvolvimento destes fenómenos; é esta a tarefa da história e da sociologia da economia. A este último tipo de fenómeno pertencem, evidentemente e acima de todos, os actos e as estruturas políticas, e em primeiro lugar, portanto, o Estado e o Direito garantido pelo Estado. Não é menos evidente que os fenómenos políticos não são os únicos em causa. Pelo contrário, devemos tomar em consideração a totalidade das estruturas que influem na economia *em grau suficientemente importante* para o interesse científico (WEBER, 1979, p. 188-189, grifos do autor).

Embora a Sociologia Econômica de Max Weber defina como objeto de estudo a totalidade dos fatos sociais que sejam *economicamente relevantes* e/ou *economicamente condicionados*, demonstrando a relação de interdependência da economia com outros fenômenos da vida social, ela considera, também, que a peculiaridade do capitalismo ocidental consiste no tipo específico de racionalidade que governa as ações econômicas. Nas sociedades modernas ocidentais a ação social econômica tende a ser do tipo racional com relação aos fins, ou seja,

Actúa racionalmente con arreglo a fines quien oriente su acción por el fin, medios y consecuencias implicadas en ella y para lo cual *sopese* racionalmente los medios con los fines, los fines con las consecuencias implicadas y los diferentes fines posibles entre sí; en todo caso, pues, quien *no actúe ni efectivamente ni* con arreglo a la tradición (WEBER, 1992, p. 21, grifos do autor).

Apesar de Weber considerar que “*raramente*” uma ação social pode ser encontrada no seu tipo puro, apresentando-se, ao contrário mesclada com outros tipos de ação (tradicional, afetiva), o desenvolvimento das sociedades modernas, segundo este

autor, foi conduzido por um processo de racionalização que elevou as práticas econômicas a uma categoria especial, devido ao grau de autonomia efetiva em relação às outras categorias de práticas sociais. Para Weber (1992, p. 63), “el sentido económico racional de las regulaciones de mercado ha aumentado con el incremento de la libertad formal de mercado e con la universalidad de la mercabilidad.” A ênfase dada pelo autor à autonomia da regulação do mercado traduz o distanciamento entre a “economia” e a “vida social”. Enquanto nas sociedades primitivas a regulação dos mercados era determinada, de modo tradicional, pela ingerência das forças políticas e sociais dominantes, nas sociedades modernas essa regulação decorre do grau de racionalização formal dos interesses aplicados à ação econômica. Nesse caso, considera Weber (1992, p. 65) que “el dinero es el medio de cálculo económico ‘más perfecto’, es decir, el medio formal más racional de orientación de la acción económica.” O cálculo em dinheiro significa o cálculo racional pleno. Portanto, o avanço da sociedade capitalista é mediado pela subtração dos interesses sociais da dinâmica econômica.

Uma nova abordagem da aplicação de idéias, conceitos e métodos sociológicos para a análise dos fenômenos econômicos foi proposta por Mark Granovetter no artigo “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”, publicado em 1985<sup>14</sup>. O texto trata do problema do “enraizamento” do comportamento econômico nas estruturas sociais. Para o autor, predomina entre sociólogos, antropólogos e historiadores a visão de que o comportamento econômico em sociedades pré-industriais é mais fortemente enraizado nas estruturas sociais do que nas sociedades modernas, onde tende a ser mais autônomo. Sem negar as mudanças ocorridas no padrão de comportamento econômico com a passagem das sociedades pré-industriais para as sociedades modernas, o autor considera que o nível de enraizamento é bem mais substancial do que o admitido pelas teorias econômicas e sociológicas (GRANOVETTER, 2001, p. 52).

O conceito de “enraizamento” (*embebbedness*) foi utilizado inicialmente por Karl Polanyi (2000), na obra *A Grande Transformação*, fazendo referência à maneira como a economia está fortemente imbricada nas estruturas das sociedades pré-industriais. De acordo com o autor, até a chegada da revolução industrial, o sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais, “os mercados eram apenas um

---

<sup>14</sup> Este artigo constituiu-se em uma referência de problematização teórica para a formulação do campo de estudo intitulado *Nova Sociologia Econômica*.

aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social” (p. 88). Pesquisas históricas e antropológicas demonstravam como a economia estava submersa nas relações sociais. Segundo esse autor, a descoberta mais importante desta pesquisas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais (p. 65).

Esse padrão de relação da economia com a sociedade, caracterizada pelo “enraizamento” das relações econômicas no tecido social, passou por profundas transformações a partir do século XIX, com o surgimento de uma economia de mercado cuja característica principal foi o deslocamento da regulação dos interesses econômicos, que deixou de ser governada pelas estruturas sociais para se transformar em um sistema de mercado auto-regulado. Para Polanyi (2000, p. 47),

[...] somente a civilização do século XIX foi econômica em um sentido diferente e distinto, pois ela escolheu basear-se num motivo muito raramente reconhecido como válidos na história das sociedades humanas e, certamente, nunca antes elevado ao nível de uma justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana, a saber, o lucro. O sistema de mercado auto-regulável derivou unicamente deste princípio.

A peculiaridade desse sistema, segundo o autor, é que, uma vez estabelecido, o seu funcionamento depende da autonomia em relação às forças externas, ou seja, ao contrário das sociedades pré-industriais nas quais a economia estava embutida nas relações sociais, agora são estas que estão embutidas naquela, de modo que o desempenho da economia depende da maneira como a sociedade a ela se adapta.

Nessa perspectiva, as mudanças promovidas pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa (que contribuíram para o estabelecimento de uma economia de mercado) foram decisivas para que a esfera econômica se tornasse independente e auto-regulada. Com isso, o que se observa é um processo contrário àquele descrito como “enraizamento” das relações sociais. Quanto mais as sociedades avançam no sentido de consolidarem um padrão de relações econômicas orientado pelo princípio do mercado auto-regulado, menor é a imbricação entre as forças econômicas e sociais.

Contrários à tendência apresentada por Polanyi, Swedberg e Granovetter (2001, p. 12) consideram que, “if we look at capitalist societies, we find that economic action is not necessarily ‘disembedded’ as Polanyi thought. Rather, economic actions are embedded in a different way.” A análise de rede é proposta como uma alternativa para a

superação dos problemas tradicionalmente associados à teoria “substantivista” de Polanyi, em que os agentes são tratados de forma atomizada. A fusão da idéia de “enraizamento” com o conceito de redes sociais constituiu a base teórica do que foi denominado por Granovetter como a *Nova Sociologia Econômica*<sup>15</sup>, cujo objetivo é apreender o modo pelo qual as ações econômicas são estruturadas por meio de redes. Ou seja,

Economic action, in short, is ‘embedded’ in ongoing networks of personal relationships rather than being carried out by atomized actors. By ‘network’ we mean a regular set of contacts or social connections among individuals or groups. And action by a network member is embedded, since it is expressed in interaction with other people. (SWEDBERG; GRANOVETTER, 2001, p. 11).

O objetivo de Granovetter ao esboçar o desenho teórico da *Nova Sociologia Econômica* é demonstrar como o *comportamento* e as *instituições* econômicas são afetadas pelas relações sociais estabelecidas entre os agentes. Ao formular o problema do “enraizamento” nessas redes de relações, ele enfatiza sua crítica tanto às teorias econômicas que pouco consideram ou negligenciam a importância das estruturas sociais na definição do comportamento econômico, quanto à Sociologia Econômica, que adota como perspectiva a visão de que o comportamento econômico é fortemente enraizado em relações sociais nas sociedades pré-indústrias, mas que vai ganhando autonomia com o processo de modernização, a ponto de a economia passar a ser vista como uma esfera cada vez mais autônoma e diferenciada nas sociedades modernas. A proposição assumida pelo autor difere de ambas as perspectivas. Para ele,

[...] the level of embeddedness of economic behavior is lower in nonmarket societies than is claimed by substantivists and development theorists, and it has changed less with ‘modernization’ than they believe; but I argue also that this level has always been and continues to be more substantial than is allowed for by formalist and economist. (GRANOVETTER, 2001, p. 52).

Para fundamentar sua proposição teórica, Granovetter problematiza a maneira como as teorias econômicas e sociológicas aplicadas aos estudos econômicos tratam a ação humana. Por um lado, esta é considerada pelos economistas de forma “*undersocialized*”, de modo que as estruturas e relações sociais não exercem, hipoteticamente, nenhum impacto sobre a produção, distribuição e consumo, por outro

---

<sup>15</sup> Para uma leitura mais ampla dos fundamentos da *Nova Sociologia Econômica*, proposta por Granovetter, conferir: Granovetter e Swedberg (2001); Smelser e Swedber (2001) e Steiner (2006).

lado, as abordagens que consideram as “influências sociais” sobre o comportamento econômico têm como pressuposto que os costumes, hábitos e normas são incorporados e seguidos automaticamente pelos agentes, constituindo o que o autor classifica como um comportamento “*oversocialized*”. Ambas as perspectivas têm em comum a concepção de que as ações e decisões são realizadas por atores atomizados<sup>16</sup>. Como alternativa a essas abordagens das ações econômicas, Granovetter (2001, p. 55) sugere que

[...] a fruitful analysis of human action requires us to avoid the atomization implicit in the theoretical extremes of under- and oversocialized conception. Actors do not behave and decide as atoms outside a social context, nor do they adhere slavishly to a script written for them by the particular intersection of social categories that they happen to occupy. Their attempts at purposive action are instead embedded in concrete, ongoing systems of social relations.

A proposição do autor, de que a ação e o comportamento econômico estão “enraizados” em redes de relações sociais existentes, tem se constituído como referência para um conjunto amplo de estudos (teóricos e empíricos) que analisam o processo de produção, de formação dos mercados e de gestão econômica como expressão da forma como os indivíduos interagem, formando estas redes<sup>17</sup>. Devido à diversidade de temas e problemas abordados no âmbito dessa proposição, observa-se que o elemento aglutinador da Sociologia Econômica contemporânea está mais centrado no estabelecimento de um “problema” do que na formalização de um referencial teórico. Swedberg (2004, p. 25) expressa a sua preocupação com o sentido tomado por essa perspectiva de análise, sugerindo “a falta de uma sólida fundamentação teórica”, o que, para o autor, reflete demasiada dependência da teoria do enraizamento, carecendo de um corpo teórico mais unificado:

A metáfora básica é pouco nítida e insinua uma linha divisória muito abrupta entre o que é ‘econômico’ e o que é ‘social’. Também existe a dificuldade com que se defronta a teoria do enraizamento, de lidar com a cultura, com as instituições, com os macrofenômenos e com a política – os quais tomados em conjunto, constituem uma parte considerável da economia.

<sup>16</sup> Para Granovetter (2001, p. 54), “In the undersocialized account, atomization result from narrow utilitarian pursuit of self-interest; in the oversocialized one, from the fact that behavioral patterns have been internalized and ongoing social relations thus only peripheral effects on behavior.”

<sup>17</sup> Alguns desses estudos foram organizados em duas publicações, cujo objetivo era apresentar em forma de unidade os princípios e fundamentos da *Nova Sociologia Econômica*. Cf.: Granovetter e Swedberg (2001) e Smelser e Swedberg (2005).

Bourdieu (2005) estende sua crítica à incapacidade do enfoque trabalhado por Granovetter de lidar com os efeitos das estruturas sobre o comportamento e a ação econômica. Segundo o autor, Granovetter, ao propor uma alternativa conceitual à concepção do ator atomizado (que age por interesses imediatos e toma decisão fora de qualquer pressão social), apenas está se afastando do “individualismo metodológico” para cair na visão interacionista, que,

ignorando a pressão social do campo, só quer (ou pode) conhecer o efeito da antecipação consciente e calculada que cada agente teria dos efeitos de sua ação sobre os outros agente [...]; ou o efeito, pensado como ‘influência’, que os *social networks*, os outros agentes ou normas sociais, exerceriam sobre ele. [Continua o autor]. Autoriza-se assim, a concluir que, finalmente, as *over* e as *under* [*socialized view*] se reúnem para ver os agentes como mônadas fechadas às ‘influências’ dos *concrete ongoing systems of social relations* e dos *social networks*. É assim que o ‘situcionalismo’ ou o interacionismo metodológico não passam de uma falsa superação da alternativa, ela também falsa, do individualismo e do holismo. (BOURDIEU, 2005, p. 31-32, grifos do autor).

### 2.7.2 A sociologia da economia contribuições de Bourdieu

A teoria do “campo” é o recurso utilizado por Bourdieu (2005, p. 30) para se opor tanto à “visão atomicista e mecânica”, presente nas teorias econômicas e que reduz os agentes “a pontos materiais intercambiáveis”, quanto à visão interacionista, que restringe a ordem econômica e social à interação de um grupo de indivíduos, reduzindo a estrutura da relação de força, constitutiva do campo, “a um conjunto de interações desprovidas de qualquer transcendência em relação àqueles que nelas estão engajados, no momento, e suscetíveis de serem descritas na linguagem das teorias dos jogos”. Os agentes são coagidos pelas estruturas do campo, e a ação reflete não apenas a relação que estabelecem com outros agentes, mas também, e fundamentalmente, a sua disposição no campo, o volume e o tipo de “capital” controlado. Para Swedberg (2004, p. 12),

Bourdieu parece menos interessado na maneira como opera a economia oficial do que na maneira como as pessoas vivenciam suas vidas na economia ao enfrentar e ao mesmo tempo sofrer o impacto das condições econômicas. Se comparada à sociologia econômica

prevalecente nos Estados Unidos, uma das razões pelas quais a análise de Bourdieu é considerada mais realista tem a ver com sua ênfase no que entende por interesse. A maioria dos sociólogos econômicos norte-americanos limita-se a descrever o impacto das relações sociais na economia, deixando o interesse a cargo dos economistas.

Com o objetivo de superar a dicotomia entre estrutura e ação, sociedade e indivíduo e, dessa forma, entender os movimentos históricos como expressão das práticas sociais, Bourdieu recorre a um sistema de conceitos capaz de apreender a flexibilidade da ação dos agentes simultaneamente à coação que as estruturas sociais lhes impõem<sup>18</sup>, em outras palavras, capaz de identificar a historicidade constitutiva dos agentes e do seu espaço de ação, através do encontro entre as disposições socialmente construídas e as estruturas que lhes são correspondentes. Para operacionalizar essa estratégia de conhecimento, cuja característica principal é pensar o mundo social de forma não substancializada e sim relacional, o autor recorre à relação entre os conceitos de *campo* e *habitus*<sup>19</sup>.

O uso desses conceitos tem por finalidade proporcionar ao processo de conhecimento as condições necessárias para acompanhar a formação dos processos sociais sem se fixar nem na rigidez das estruturas, por um lado, nem na causalidade (na espontaneidade) do interacionismo, por outro. Dessa forma, o autor procura dar conta do fato de que as condutas humanas “[...] toman la forma de secuencias objetivamente orientadas por referencia a su fin, sin ser necesariamente el producto, ni de una estrategia consciente, ni de una determinación mecánica.” (BOURDIEU, 2000, p. 111)<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> “Como toda especie de campo, se presenta en forma de una estructura concreta de posibilidades – de recompensas, de ganancias, de beneficios o de sanciones – pero que siempre implica una parte de indeterminación: por muy estrecha que sea la definición de su puesto, y por muy coercitivas que sean las necesidades inscritas en su posición, los agentes disponen siempre de un margen objetivo de libertad que pueden explotar o no según sus disposiciones ‘subjetivas’.” (BOURDIEU, 2003, p. 159-160).

<sup>19</sup> Segundo Bourdieu (2001b, p. 53, grifos nossos), “O motor – que às vezes se chama motivação – não está nem no fim material ou simbólico da ação, como pretende o finalismo ingênuo, nem nas limitações do campo, como quer a visão mecanicista. *Está na relação entre o hábito e o campo, que faz com que o hábito contribua para determinar aquilo que o determina.*”

<sup>20</sup> A introdução das lavouras de soja nas áreas de cerrado e, posteriormente, a sua expansão até as áreas de transição com a floresta Amazônica, como se procurou demonstrar anteriormente, não é o produto de ações planejadas ou de *estratégias conscientes* do Estado, de empresas ou de indivíduos. (O planejamento estatal estava voltado para os programas de colonização, cujo objetivo era criar condições para o povoamento da Amazônia e ao mesmo tempo solucionar os conflitos sociais nas regiões Sul e Nordeste, bem como favorecer, através de políticas de incentivos fiscais, a instalação de grandes projetos agropecuários). Todavia, é o resultado de ações objetivas de diversos protagonistas, principalmente agricultores, orientadas para a busca de novas alternativas econômicas para a crise das lavouras de arroz. A possibilidade do cultivo de soja em áreas de cerrado é o resultado de encontro de várias trajetórias,

O *campo* é definido por Bourdieu (1989, p. 27) como um instrumento de construção do objeto cuja finalidade principal é criar as condições de possibilidades de “[...] verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades.” O uso desse conceito possibilita ao autor o afastamento das formas substancializadas (realistas) de ver o mundo e, ao mesmo tempo, a adoção de uma perspectiva relacional, segundo as disposições dos agentes em um determinado espaço social<sup>21</sup>.

Portanto, *campo* é a expressão das relações de forças entre os agentes que o constituem, podendo ser identificadas pelo volume e estrutura das diferentes espécies de “capital” que possuem. Além disso, expressa a distribuição desigual dos capitais disponíveis, restringindo o espaço de possibilidades de ação daqueles piores posicionados na estrutura do campo. Conforme Bourdieu (2000a, p. 240), “el dominante es aquel que ocupa en la estructura una posición tal que la estructura actúa a su favor.” Assim, ao mesmo tempo em que indica as condições de possibilidades de ação dos agentes, indica, também, as estruturas de coerção, os mecanismos de dominação que tornam possíveis sua manutenção e reprodução. Constitui-se em um verdadeiro “instrumento de luta” dentro do “campo científico”, permitindo problematizar e romper com a lógica abstrata e determinista que domina o pensamento econômico.

Se, por um lado, o conceito de *campo* procura demonstrar que determinado objeto é produto de um conjunto de relações de forças e não a expressão de leis gerais impressas em estruturas ou condutas, por outro, o conceito de *habitus* procura demonstrar que os indivíduos carregam, inscritos em seus corpos, experiências passadas, das quais fazem uso nas ações da vida cotidiana, sendo, dessa forma,

---

construídas pelas experiências e necessidades de agricultores, de empresas, de centros de pesquisas, que não estavam presentes na ação isolada de cada um desses agentes. A combinação dessas trajetórias, fixada em estruturas econômicas, políticas, culturais, criou as condições de possibilidades, através de tecnologia, infra-estrutura, conhecimento, oportunidades, para o cultivo da soja em ambiente fortemente adverso àquele em que tradicionalmente fora produzida. Como diz Bourdieu (2000, p. 112), “La mayor parte de las estrategias económicas de alguna importancia son el producto de una deliberación colectiva donde pueden reflejarse las relaciones de fuerza entre las partes tomadoras y, a través de ellas, entre los grupos enfrentados. En realidad, no se sabe mas quién es el sujeto de la decisión final.”

<sup>21</sup> Desse modo, pode-se dizer que *campo* “[...] são espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisados independentemente das características dos seus ocupantes [...]. Há leis gerais dos *campos*: campos tão diferentes como o da política, o campo da filosofia, o campo da religião possuem leis de funcionamento invariantes.” (BOURDIEU, 1983, p. 89, grifos do autor).

portadores de um senso prático que atribui ao agente um poder de intervenção, de classificação, de escolha, de participação ativa na construção da realidade social,

[...] lembrando que a capacidade de construir a realidade social, ela mesma socialmente construída, não é a de um sujeito transcendental, mas a de um corpo socializado, investido na prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada (BOURDIEU, 2001a, p. 167).

Em outro momento, o autor considera que:

Ele [*habitus*] é este princípio autônomo que faz com que a ação não seja simplesmente uma reação imediata a uma realidade bruta, mas uma réplica ‘inteligente’ a um aspecto ativamente selecionado do real: ligado a uma história cheia de um futuro provável, ele é a inércia, rastro de sua trajetória passada, que os agentes opõem às forças imediatas do campo, e que faz com que suas estratégias não possam ser reduzidas diretamente nem da posição nem da situação imediatas [...]. O *habitus* introduz entre o estímulo e a reação uma tela de tempo na medida em que, proveniente de uma história, ele é relativamente constante e durável, e portanto, *relativamente* livre da história (BOURDIEU, 2005, p. 15-6, grifo do autor).

Ao situar historicamente a possibilidade de construção da realidade social através da intervenção prática dos agentes, o autor procura romper com o *mecanicismo* presente nas teorias sociais, em que as ações, os comportamentos, as escolhas são efeitos mecânicos das coerções exercidas pelas estruturas, da mesma forma que procura romper com as teorias *finalistas*, que atribuem uma finalidade intencional como princípio de cada ação, ou seja, que atribuem ao indivíduo a faculdade de escolhas racionais com vistas à realização de determinados fins. De acordo com Bourdieu (2001b, p. 79), “O conceito de *habitus* tem por função primordial lembrar com ênfase que nossas ações possuem mais freqüentemente por princípio o senso prático do que o cálculo racional.”

Assim, os conceitos de *campo* e *habitus* ajudam a problematizar a descontextualização histórica de noções como “racionalidade” e “cálculo formal”, empregadas pelas teorias econômicas, tal como verificado, por exemplo, nos estudos sobre o desenvolvimento da agricultura. O “cálculo formal”, atribuído à ação econômica em graus diferenciados, é confrontado com as experiências dos agentes, com os aprendizados adquiridos em suas trajetórias, o que leva o investigador a questionar sobre as condições econômicas e culturais que tornam possíveis a realização das práticas econômicas, uma vez que elas não estão dadas nem nas estruturas sociais nem

nos mecanismos cognitivos do pensamento humano. Nesse caso, o problema sociológico de investigação desloca-se<sup>22</sup> da compreensão de como os agentes operacionalizam o cálculo econômico, permitindo-lhes alcançar determinado fim (por exemplo, a expansão da agricultura em áreas de fronteiras), para a compreensão de quais são as condições sociais das possibilidades de operacionalização desse cálculo. Trata-se de internalizar essa racionalidade nas estruturas de relações sociais que a tornam possível. Isto é, a própria razão passa a ser compreendida como a expressão de práticas sociais cognitivamente apreendidas e não a expressão de uma ordem universal substancialmente impressa nos indivíduos.

As análises realizadas neste trabalho sobre a expansão das lavouras de soja em Mato Grosso, que procuram explicar por que esse processo ocorreu tendo como base de produção unidades produtivas em larga escala, aproximam-se da abordagem sobre a “economia” desenvolvida por Bourdieu, no sentido de apreender as ações econômicas como expressão de um conjunto de práticas sociais historicamente definidas, destacando as *estratégias* criadas pelos agentes para mobilizar diferentes tipos de recursos disponíveis e necessários ao desencadeamento da ação. A *estratégia* é um instrumento de análise que permite incorporar ao conceito de ação a capacidade inventiva do agente, indispensável, segundo Bourdieu (2000, p. 70),

[...] para adaptar-se a situaciones indefinidamente variadas, nunca perfectamente idénticas. Lo que no asegura la obediencia mecánica a la regla explícita, codificada (cuando existe) [...]. Pero esta libertad de invención, de improvisación, que permite producir la infinidad de jugadas hechas posibles por el juego tienes los mismos límites que el juego.

Reconstruir a trajetória dos agentes, procurando identificar as estratégias de mobilização de recursos e a disposição assumida nas estruturas de relações sociais, parece ser o caminho mais adequado para a análise da dinâmica da agricultura em áreas de abertura recente, como é o caso das lavouras de soja em Mato Grosso. Essas regiões apresentam como característica inicial a fragilidade e, em algumas situações, a ausência do espaço público instituído como mecanismo de mediação das relações e conflitos

---

<sup>22</sup> Para Hall (2003, p. 131): “Mudanças em uma problemática transformam significativamente a natureza das questões propostas, as formas como são propostas e a maneira como podem ser adequadamente respondidas. Tais mudanças de perspectiva refletem não só os resultados do próprio trabalho intelectual, mas também a maneira como os desenvolvimentos e as verdadeiras transformações históricas são apropriados no pensamento e fornecem ao Pensamento, não sua garantia de ‘correção’, mas suas orientações fundamentais, suas condições de existência.”

entre os agentes. Na medida em que os espaços públicos vão se constituindo, primeiramente, sobre os domínios das colonizadoras privadas e, posteriormente, através da consolidação de cidades, as posições privilegiadas vão sendo ocupadas pelos agentes mais bem situados nas estruturas de relações sociais e com maior domínio dos recursos econômicos, políticos e culturais. A sua estratégia consiste, portanto, em converter os diferentes tipos de recursos e a posição que ocupam nas referidas estruturas em potencialidades econômicas (terra, capital, trabalho, tecnologia e mercado) e, num movimento dialético, reconvertê-las na (re)estruturação das relações sociais, nas manifestações culturais e religiosas, na ocupação de cargos públicos (legislativo, executivo), enfim, na construção da vida cotidiana.

Nessa perspectiva, a expansão das lavouras de soja não pode ser delimitada apenas por um conjunto de práticas e ações econômicas; deve ser traduzida como um conjunto de estratégias situado em um processo social de longa duração, em que a dimensão econômica é construída por relações de interdependência com outras dimensões que compõem o processo. Assim, a realidade social em foco divisa limites para o uso dos conceitos empregados por Bourdieu nas análises dos “campos econômicos”, especialmente o conceito de “campo” e, conseqüentemente, os conceitos correlatos. Nas áreas de abertura recente (“fronteira agrícola”), o conjunto das ações econômicas apresenta baixo grau de autonomia em relação à influência de “forças externas”<sup>23</sup>. As relações de produção são construídas pela conversão não só dos recursos econômicos, mas também dos recursos políticos, culturais e sociais em fatores de produção, expressando uma *multidimensionalidade* na sua formação e uma *multifuncionalidade* na sua realização. Em outras palavras, não existe a formação de um “campo econômico” autônomo em relação às demais forças sociais, não há uma autonomia relativa que permita identificar o funcionamento do “campo” com regras, princípios, hierarquizações próprias<sup>24</sup>. Nesse caso, como sugere Coradini (2003, p.

---

<sup>23</sup> O emprego das aspas no termo *forças externas* é para destacar que o princípio de separação entre o que é “interno” e o que é “externo” não faz sentido quando se trabalha a idéia de relação interdependente entre fatores, uma vez que o foco da análise não está direcionado para um fator isolado, mas para a relação formada entre eles. Portanto, não existe *externalidade* ou *internalidade*, o que existe é um processo que se constrói por relações mútuas.

<sup>24</sup> Quanto mais heterônomo for um campo, maior será a presença de forças não-específicas a ele. Ao contrário, quanto maior a sua autonomia, maior a tendência para o predomínio das forças que lhe são específicas. No caso da expansão da soja em áreas de fronteira, predominam, por assim dizer, campos amplamente heterônomos, com destaque para a ação convergente de diferentes forças sobre uma determinada unidade de ação, como por exemplo, a economia. Bourdieu (2004, p. 32), ao analisar a

126), “as relações entre a constituição dos agentes, ou suas respectivas estruturas de capital e disposições, e as tomadas de posição implicariam, em graus mais elevados, outras lógicas sociais.” O elevado grau de heterogeneidade do “*campo*” reduz a eficiência explicativa do sistema conceitual desenvolvido por Bourdieu, o que gera a necessidade de busca dos instrumentos mais adequados para a análise da expansão das atividades agrícolas nas áreas de fronteira.

## **2.8 De processos a configurações sociais: as contribuições da sociologia elisiana**

Por onde passa a construção dos recursos de análises considerados “mais adequados” à compreensão do desenvolvimento da atividade agrícola em larga escala em áreas de abertura recente? O modelo de interpretação está referenciado na maneira pela qual se definem a construção e a delimitação do objeto, ao passo que não é menos correto afirmar que, por outro lado, a construção do objeto também está referenciada nas escolhas teórica e metodológica. No caso da expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado em direção às áreas de floresta Amazônica, duas características têm servido de referência: a primeira trata da especificidade da agricultura em relação a alguns pressupostos mais gerais de organização e funcionamento da economia. Como já demonstrado anteriormente, esse setor de produção, quando comparado a outros, apresenta restrições para a valorização do capital, quando se trata de transformar investimentos em renda, o que não significa dizer que o capital não valoriza a agricultura como *locus* de atuação. Esse aparente paradoxo é compensado pela capacidade dos agentes em converter os diferentes tipos de recursos (político, cultural, ambiental) em recursos de produção, como política de créditos, renegociação de dívidas, acesso a mercados, infra-estrutura, terra, força de trabalho, entre outros. Desse modo, na análise do desenvolvimento da agricultura torna-se imprescindível apreender a construção da ação econômica a partir da relação de interdependência que estabelece

---

formação do campo científico e o uso social das ciências, faz o seguinte comentário: “Quanto mais um campo é heterônimo, mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não-científicas nas lutas científicas. Ao contrário, quanto mais um campo é autônomo e próximo de uma concorrência pura e perfeita, mais a censura é puramente científica e exclui a intervenção de forças puramente sociais e as pressões sociais assumem a forma de pressões lógicas, e reciprocamente”.

com esses outros tipos de ação, não para mensurar os impactos das estruturas sociais sobre a economia, mas para identificar de que maneira as ações econômicas se apropriam, se vinculam a um conjunto mais amplo de ações constitutivas do processo social no qual estão inseridas. Com a situação de “fronteira”, como referência à ampliação das áreas cultivadas em região de baixa intensidade de investimento de capital, as possibilidades de ação mostram-se mais flexíveis, pois nem as regras do jogo estão bem consolidadas, nem os limites do campo estão definidos.

A segunda característica, decorrente da anterior, está relacionada ao procedimento de análise. Para se apreender o objeto através da sua especificidade, aquilo que o situa historicamente, é preciso se afastar das análises que se enquadram nos campos disciplinares e desenvolver um modelo capaz de tratar os fatos observados pelas múltiplas relações que estabelecem entre si. Assim, tão importante quanto destacar as propriedades de um determinado fenômeno é destacar as relações que tornam possível a sua existência. Diante disso, a dinâmica do processo de expansão das lavouras de soja passa a ser explicada pela relação de interdependência que as ações econômicas, culturais e políticas estabelecem entre si e não pelas propriedades individuais de cada delas. Como sugere Elias (2005, p. 78-79),

[...] quanto mais intimamente integrados forem os componentes de uma unidade compósita ou, por outras palavras, quanto mais alto for o grau de interdependência funcional, menos possível será explicar as propriedades dos últimos [unidade compósita] apenas em função das propriedades da primeira [componentes]. Torna-se necessário [...] explorar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros, de modo a formarem uma unidade. [...] Só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações das pessoas individuais se começamos pelo estudo do tipo de sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com outros.

O que se tem procurado demonstrar é que a expansão das lavouras de soja, bem como o desenvolvimento da agricultura, de uma maneira geral, ocorre vinculada a um processo mais amplo de estruturação das relações sociais, refletindo, no caso do estado de Mato Grosso, no surgimento de novas cidades, na mudança de padrões de ocupação territorial e de uso dos recursos naturais, no deslocamento do equilíbrio instável e desigual das relações de poder, implicando formas diferenciadas de acesso a bens e serviços públicos. Ou seja, o avanço desses plantios não alcança apenas os fatores ligados direta e restritamente à atividade produtiva, penetrando, no caso das áreas de

fronteira, o processo de formação social como um todo, que, num movimento inverso, servirá de base material e social para a consolidação da atividade. Nesse caso, a explicação da trajetória da agricultura em larga escala nas áreas de cerrado passa pela identificação e pela análise da abrangência dos fatos e ações que concorrem para a sua estruturação.

Essa maneira de abordar o objeto permite associar, por exemplo, o problema da estrutura fundiária da região Sul do país, decorrente do crescimento familiar e do limite do tamanho das propriedades, o que estimulou processos migratórios para outras regiões, com o movimento de disponibilização de terras no âmbito dos programas *Marcha para o Oeste* e de colonização. Originalmente, esses projetos não visavam a abertura de áreas para o cultivo de soja, mas foram fundamentais tanto para disponibilizar terras para os colonos do Sul, como para criar as condições de infraestrutura, de créditos, de pesquisa e de serviços em geral, necessárias ao desenvolvimento da esta atividade. O movimento que proporcionou a ocupação de terras por colonos sulistas e por empresas do Sudeste na região amazônica, criando as condições para esse cultivo, foi o mesmo que agiu no sentido de restringir, controlar e direcionar as áreas ocupadas tradicionalmente por povos indígenas, grupos de posseiros, pequenos produtores e outros grupos sociais. A abertura de áreas para um determinado grupo de indivíduos correspondeu, no outro lado do processo, a restrições e cerceamentos de terras a grupos e povos já estabelecidos.

O movimento que levou a soja do Sul para a Amazônia não foi planejado em todas as suas dimensões, nem resultou de uma intencionalidade originalmente calculada pelos agentes, mas também não foi um movimento “caótico”, desestruturado e desprovido de inteligibilidade. A tarefa da análise consiste em construir uma inteligibilidade desse processo social que permita identificar as relações de interdependência estabelecidas entre os agentes, com o objetivo de incorporar diferentes tipos de recursos à esfera de produção. Prevalece na análise, portanto, a idéia de que o processo social gerador das condições de possibilidades de cultivo e de expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado em direção às áreas da floresta Amazônica não é um processo planejado e objetivamente construído, como pressupõe as teorias econômicas. Trata-se de um processo que se desenvolve pela articulação de diferentes ações e planos, que inicialmente se mostram descontínuos e desarticulados, mas que

formam um verdadeiro tecido social, de onde emergem as possibilidades e potencialidades de valorização da atividade econômica. Ou seja, a valorização dessa atividade pelo capital, especialmente na agricultura, não resulta apenas da maximização dos fatores como meio de reduzir o custo de produção, como também não resulta apenas das formas de gestão e integração de capital. É, pois, um movimento mais amplo de maximização do próprio processo social em curso que reflete na convergência de recursos diversos para a atividade econômica, ampliando, desse modo, as possibilidades e potencialidades de geração de renda. Essa é a razão de se propor que a análise esteja voltada para a “totalidade” do processo social, como um meio de identificar as relações entre diferentes tipos de ações e fenômenos que concorrem direta e indiretamente para o avanço da soja nas áreas de fronteira, mesmo não sendo planejados para tal finalidade. Este é o sentido da análise sobre o “processo civilizador” proposto por Elias (1993, p. 239, grifos do autor):

A fim de entender estruturas e processos sociais, nunca é suficiente estudar um único estrato funcional no campo social. Para serem realmente entendidas, essas estruturas e processos exigem um estudo das *relações entre os diferentes estratos funcionais* que convivem juntos no campo social [...]. Investigar a totalidade do campo social não significa analisar cada um dos seus processos individuais. Implica, acima de tudo, descobrir as estruturas básicas, que dão a todos os processos individuais agindo nesse campo sua direção e marca específica. [Mais à frente conclui o autor] A afirmação de que todo estudo sociogenético deve voltar-se para a *totalidade* do campo social, não significa que deva dirigir-se para a soma de todos os fatos específicos, mas para a sua estrutura, na inteireza de suas interdependências. Em última instância, as fronteiras de tal estudo são determinadas pelas fronteiras da interdependência, ou pelo menos pela articulação imanente das mesmas.

Trabalhar com o princípio de “totalidade” do processo ou do “campo social”, como propõe o autor, impõe alguns riscos, principalmente no sentido da amplitude que o estudo pode adquirir. Esse é o risco que o pesquisador precisa administrar ao considerar que os fenômenos sociais não estão condicionados nem às estruturas da sociedade nem às estruturas psicogenéticas dos indivíduos, resultando da relação que estes estabelecem em sociedade. Isso significa dizer, em outras palavras, que sociedade e indivíduos não podem ser explicados fora das relações de interdependência que estabelecem entre si. Segundo Elias (2005, p. 126), só se pode chegar a uma melhor compreensão do objeto com que lida a sociologia se não “nos abstrairmos do seu movimento e do seu caráter processual e usarmos conceitos que captem a natureza

processual das sociedades em todos os seus diferentes aspectos como uma estrutura de referência para a investigação em qualquer situação social dada”.

A focalização da análise passa pela definição de recursos teóricos e metodológicos capazes de identificar as relações que os agentes, ao estabelecerem entre si, estabelecem também com os diferentes estratos funcionais que compõem o campo social, assegurando o caráter processual pelo qual o objeto é construído. Como essas relações não estão dadas e tendem a se reproduzir segundo configurações sociais específicas, o objeto deixa de ser abordado dentro de um modelo interpretativo constituído por categorias explicativas previamente estabelecidas, para ser reconstruído no desenvolvimento da sua trajetória e, através dessa reconstrução interpretativa (que, assim, não é uma mera descrição), estabelecer sua inteligibilidade. Procura-se, dessa maneira, evitar que os interesses teóricos preponderem sobre os interesses da vida social, sem cair, ao mesmo tempo, em uma simples descrição de fatos e acontecimentos.

A escolha dos elementos processuais (relação de interdependência entre indivíduos em configurações sociais específicas) que compõem o campo de análise não segue a lógica de inteligibilidade do conceito (do corpo teórico), como ocorre, por exemplo, com as abordagens econômicas, que, elegendo como conceito explicativo a idéia de “racionalidade” ou “gestão” ou, ainda, “inovação tecnológica”, conduzem a complexidade histórica (como expressão de meios de vida e relações de poder) pelo caminho lógico de apenas um dos seus elementos. Em se tratando da análise processual, o conceito exerce mais uma função operativa, nesse caso metodológica, no sentido de identificar a inteligibilidade do processo: como e por que os indivíduos se interagem em formações sociais? Quais as estruturas de relações de poder exercem sobre indivíduos e sociedade? Que tipo de recursos os agentes priorizam em suas ações?

A partir do levantamento de campo, da sistematização das informações e da revisão de literatura sobre o tema do desenvolvimento da agricultura no Brasil e dos programas de ocupação de terras (Marcha para o Oeste, políticas de colonização), foram identificados elementos da trajetória dos agentes e da atividade agrícola que ajudam a compreender e explicar o processo de expansão das lavouras de soja como uma construção social representada em configurações sociais específicas. Isso, por extensão, permite compreender de que maneira os processos econômicos são produzidos como expressão das relações de interdependência que os agentes estabelecem entre si e da

conversão de diferentes tipos de recursos em recursos de produção. Esses elementos foram agrupados em quatro dimensões, ou, nos termos de Elias, em quatro *estratos funcionais*: o cultural, o político, o econômico e o ambiental.

Dimensão cultural: os indivíduos e grupos familiares que migram do Sul para a Amazônia levam na “bagagem” não apenas recursos para a aquisição de terras, máquinas, insumos e construção de infra-estrutura necessários à abertura de áreas e à instalação do espaço doméstico. Acompanham esses agentes todo um conjunto de instituições, práticas, *habitus*, comportamentos e percepções que ritmam a construção de novos espaços de sociabilidade, de produção e de interação. As áreas de cerrado, ao serem descobertas da sua vegetação natural, são recobertas pelo surgimento de povoados, de comunidades, de cidades, de saberes práticos, de domínio tecnológico, de manifestações culturais (expressas por músicas, danças, festas), de lazer (jogos, times de futebol, almoço comunitário, rodas de conversas) e de manifestações religiosas (cultos, celebrações). Ou seja, são recobertas por elementos que aglutinam pessoas em torno de interesses individuais e coletivos, criando vínculos de pertencimento que perpassam por toda extensão da vida social e econômica. No caso do cultivo de soja em Mato Grosso, esses vínculos, que identificam indivíduos em torno de uma unidade compósita (campo social), de uma identidade, são influenciados por fatores étnicos e culturais: pertencer a uma determinada categoria social, a um grupo de origem, exerce influência sobre os tipos de contratos e volumes de recursos que se estabelecem entre agricultores e empresas, bancos e outros agentes econômicos, como também sobre as categorias de trabalho.

A dimensão econômica congrega os fatores materiais que contribuíram e têm contribuído objetivamente para a implantação e expansão das lavouras de soja, podendo ser mensurado pelo volume de produção, crescimento de área plantada e ganho de produtividade. Entre os fatores mais gerais estão aqueles relacionados ao crescimento do mercado (interno e externo), às políticas macroeconômicas (taxa de câmbio, balança comercial e taxas de juros) e às estratégias das empresas atuantes no mercado internacional de soja, que, ao estimular o crescimento da produção interna através de concessão de financiamentos, elevam o endividamento e a dependência dos agricultores. Não menos importante são os fatores relacionados aos programas de (re)ocupação do território brasileiro, que estimularam fluxos migratórios em direção à frente Oeste de

expansão, por meio de instrumentos de concessão de terras públicas, de crédito subsidiados e de construção de infra-estrutura. Nesse cenário se destacam, ainda, os programas de pesquisas agropecuárias, que, somados ao conhecimento e à experiência dos agricultores em manejo de solo, uso de máquinas e insumos, possibilitaram a adaptação de variedades de soja e de tecnologias às condições climáticas das regiões de cerrado e da Amazônia. As formas de gestão da atividade agrícola respondem tanto às funções dos espaços familiares e de pertencimento quanto às funções impostas pelas forças das transações mercantis, características essas que também recobrem a construção do mercado de soja (por extensão, mercados de insumos, máquinas, terras, força de trabalho e de crédito), no qual as transações são mediadas por relações de reciprocidade e dependência como mecanismo de garantia de trocas futuras.

A dimensão política focaliza a construção do espaço público de ação e representação dos agentes através das diferentes formas associativas geradas por meio de organizações formais (associações, sindicatos, cooperativas, condomínios, centros culturais e religiosos) e organizações informais (redes familiares e de pertencimento), bem como de campanhas, mobilizações e protestos visando à definição de políticas para o setor, como políticas de créditos, composição de renda e prorrogação e parcelamento de dívidas. Focaliza também a formação e a intervenção de lideranças de agricultores, que passam a exercer funções e cargos no legislativo (vereador, deputado, senador), no executivo (prefeito, governador e secretários) e outras esferas do espaço público, sendo capazes de converter a capitalização da ação política em recursos de produção, como por exemplo, na normatização e controle do uso de recursos naturais (desmatamento), na concessão de vantagens fiscais e patrimoniais para a criação de empresas agroindustriais (doação de terrenos e isenção ou redução de impostos), construção de infra-estrutura (estradas, portos), enfim, um conjunto amplo de medidas que representam interesses do setor. A ação política, nesse caso, é definida pela construção do espaço público como mecanismo de mediação de interesses privados, ou seja, é definido pela conversão dos recursos políticos em recursos de produção.

Dimensão ambiental: a agricultura é uma atividade cuja característica básica é a reprodução de organismos vivos. Nela, os aspectos naturais, em referência aos fenômenos biológicos, comportam particularidades que implicam em organizações específicas da produção, quando comparado com outros setores da economia. As

especificidades derivam das restrições tecnológicas em promover o controle de “todos” os fatores que compõem o processo produtivo, especialmente os de natureza biológica e climática, fato que eleva as possibilidades de perdas (risco) no setor. Para repor as perdas decorrentes das frustrações de safra, adotam-se mecanismos de proteção, que podem ser formais, definidos em políticas públicas (seguro agrícola ou garantia de renda, pouco comum no caso brasileiro), ou informais, que requerem capacidade de mobilização dos agentes para compensar possíveis perdas de produção e renda causadas pelos fenômenos da natureza (doenças, pragas, seca, chuva) através de políticas públicas de compensação. A análise sociológica do desenvolvimento da agricultura passa pela identificação e compreensão das maneiras como esses “mecanismos de proteção de risco” são construídos pelos agentes, tornando-a uma atividade atrativa ao capital em larga escala. O segundo aspecto a ser destacado refere-se aos impactos ambientais e aos efeitos da crítica sobre os processos de uso e apropriação dos recursos naturais. A construção social do problema ambiental, resultado de ações desencadeadas por organizações não-governamentais (especialmente as ambientalistas) e por instituições de pesquisas (universidades) e, em alguns casos, do próprio Estado, tem chamado atenção para a tendência crescente do desmatamento, das queimadas e do assoreamento e contaminação dos recursos hídricos, causados pela ampliação das lavouras de soja. A visibilidade dada ao problema, que potencialmente pode refletir na redução de consumo da soja brasileira pelo mercado europeu, tem gerado conflitos de interesses quanto à utilização dos recursos naturais, notadamente ao que se refere à normatização que regulamenta as Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente na região Amazônica, como também à construção de infra-estrutura de transporte (estradas e portos). A dimensão ambiental procura, portanto, evidenciar a importância e as restrições que os fatores e recursos naturais (terra, relevo, bioma, clima) exercem na expansão das lavouras de soja e quais as ações e estratégias adotadas pelos agentes com o objetivo de superar tais restrições.

O enquadramento dos elementos acima apresentados nas dimensões econômica, política, cultural e ambiental diferencia-se dos estudos disciplinares pelo caráter relacional em que cada uma é construída. Aqui, o termo *dimensão* expressa um conjunto de relações estabelecidas entre diferentes agentes em torno de uma determinada unidade de ação. O que o diferencia de termos como “campo”, “sistema”, “estrutura” é

exatamente o caráter relacional que uma *dimensão* estabelece com outras, opondo-se à idéia de autonomia, de independência e auto-referência de cada um dos “campos” tomados isoladamente.

Uma das dificuldades de apreensão dos processos sociais como expressão de relações de forças, que os indivíduos exercem sobre si mesmos e sobre os outros, consiste, segundo Elias (2005, p. 20), no problema da estrutura da linguagem que utiliza palavras substantivas<sup>25</sup> para expressar fenômenos formados por fluxos de relação, como se fossem coisas materiais: “muitos dos substantivos usados nas ciências sociais – e no discurso cotidiano – são formados e usados como se referissem a coisas materiais, a objetos visíveis e tangíveis no tempo e no espaço, existindo independentemente das pessoas”. Os conceitos de “economia”, “sociedade” e “natureza” expressam a tendência de objetivação das relações como se fossem coisas materiais, isto é, antes de expressar o conjunto de relações que criam as condições de possibilidades para o surgimento de ações específicas, expressa o próprio conteúdo substantivado da ação. Elias chama atenção para o fato de que a objetivação dos processos em “coisas” baseia-se num juízo de valor muito específico, derivado da experiência das práticas científicas que lidam com objetos da natureza, em que “tudo aquilo que muda tem que ser efêmero, menos importante, menos significativo e, em resumo, menos válido, aparece como uma proposição quase auto-evidente, reforçada constantemente por um consenso de silêncio.” (ELIAS, 2005, p. 124).

A expansão das lavouras de soja do Sul para a Amazônia é um movimento que não se reduz a operações estritamente econômicas, orientadas por uma razão calculadora visando à maximização dos fatores de produção. Ao contrário, é um movimento mais amplo, em que os fatores econômicos apresentam-se como um dos elementos constitutivos do processo de produção de modos de vida de indivíduos, de famílias e grupos sociais que migram para as regiões de fronteira, inseridos em programas de colonização<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Substantivo, segundo Ferreira (1999, p. 1896, grifos do autor), é o que “[...] por si só, designa a própria substância de um ser real ou metafísico”. Designa, ainda, a “Palavra que com que se nomeia um ser ou um objeto (*substantivo concreto*), uma ação, qualidade, estado (*substantivo abstrato*), considerados separados dos seres ou objetos a que pertencem.”

<sup>26</sup> A colonização, segundo Bosi (1992, p. 15), “é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se ao nível do *colo*: ocupar um novo chão, explorar seus bens, submeter os seus naturais.

Aquilo que as abordagens econômicas tradicionalmente têm tratado de forma isolada, propõe-se neste trabalho, sob a perspectiva da sociologia configuracional de Norbert Elias, abordá-las de forma relacional. Cada uma das dimensões selecionadas define-se pela relação de interdependência que mantém com outras dimensões, constituindo configurações sociais específicas e historicamente situadas. A especificidade econômica do processo de expansão das lavouras não consiste nas características intrínsecas ao fenômeno economia, mas consiste nas especificidades das relações que os agentes estabelecem entre os diferentes estratos funcionais integrantes da unidade de ação. Assim, morar, cultivar a terra, estabelecer relações pessoais, criar vínculos de comunidade, formar estruturas de mercados, manifestar práticas culturais, realizar cultos religiosos, estabelecer formas de representação são diferentes dimensões de um mesmo processo, que em determinado momento e por circunstâncias específicas, estão relacionadas entre si.

Vale destacar, ainda, que não se trata de substituir um padrão de análise “mono-causal”, que prioriza apenas uma das dimensões do estudo, como ocorre, por exemplo, com análises econômicas, que tendem a priorizar as estruturas de mercado e de produção, por um padrão de análise “multi-causal”, que, mesmo priorizando mais de uma dimensão do processo em análise, são tratadas isoladamente. É o caso das abordagens econômicas e sociológicas que consideram os impactos das estruturas ou relações sociais sobre os fenômenos da vida econômica. Em qualquer um dos casos, segundo Silva (2005, p. 16) “[...] são as características intrínsecas dos fatores (definidas empiricamente ou deduzidas de um modelo teórico normativo) que assumem o papel explicativo do ‘objeto’ em análise.”

Na abordagem configuracional, cada uma das dimensões aparece inter-relacionada com as demais, de modo que o aspecto central da análise está focado na relação<sup>27</sup>. É a partir dela que se constrói a inteligibilidade do processo e não das características substanciais de cada um dos elementos. Como considera esse mesmo autor,

---

Mas os agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas; são também crentes que trouxeram nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer”.

<sup>27</sup> Neste caso, o conceito de relação diferencia-se daquele presente nas abordagens interacionistas, uma vez que elas são mediadas pelas estruturas do campo, ou, nos termos de Elias, pelas estruturas das relações sociais, e não pelos interesses mais imediatos dos agentes.

[...] as dimensões de análise recebem seu conteúdo substantivo do campo de relações no qual estão inseridas e pelo qual se constituem. Em outras palavras, as características empiricamente identificadas são forjadas pela estrutura e dinâmica relacional do campo e os seus ‘elementos’ podem ser separados em distintas dimensões apenas enquanto um recurso analítico (p. 17).

Dessa forma, o processo de expansão das lavouras de soja deixa de ser considerado um “objeto” portador dos elementos explicativos, para ser tratado como o resultado de uma dinâmica processual situada em um campo de relações de força. Nesse sentido, a dinâmica da produção agrícola, ou seja, o modo de ocupar a terra, de produzir, de comercializar expressa a posição que as relações sociais de produção ocupam e a coerção que elas exercem na trajetória de uma configuração social específica. No caso da colonização de terras em Mato Grosso, o avanço da fronteira agrícola, fazendo referência ao crescimento da área plantada de soja, vai se consolidando e se impondo como um modelo dominante na medida em que todo um conjunto de relações sociais vai se estruturando.

A análise das configurações sociais formadas pelas relações de interdependência dos estratos funcionais selecionados (economia, cultura, política e natureza) desvela elementos que ajudam a explicar o problema de estudo e que são pouco valorizados pelas análises econômicas. Por exemplo, por que mesmo com os preços abaixo da média histórica é mantido o crescimento da área plantada? Qual a função desempenhada pela construção social de uma crise agrícola para o crescimento do setor? Como operam as relações de reciprocidade e dependência na construção do mercado da soja? Qual o papel desempenhado pelos mecanismos informais e em alguns casos ilícitos no processo de aquisição de terra? Quais as implicações dos mecanismos de distinção por origem, local de moradia, representações simbólicas, no mercado de trabalho?

Essas questões não poderiam ser respondidas apenas por uma análise dos chamados “fatores econômicos”, se fosse possível isolá-los dos demais “fatores” a que estão relacionados. As respostas devem ser encontradas no trabalho de reconstrução e análise dos processos sociais que definem as relações de produção da agricultura na área de fronteira. Para Silva (2005, p. 18), essa reconstrução

[...] se afasta de uma mera descrição na medida em que é orientada por um esquema interpretativo flexível, o qual estabelece previamente as dimensões relevantes do ponto de vista analítico e, ao mesmo tempo, deixa aberto o espaço para que o trabalho investigativo indique de que

forma estas dimensões estão relacionadas e como se estruturam empiricamente.

A estrutura da análise é, portanto, definida pela reconstrução dos processos sociais que acompanham e assimilam as mudanças ocorridas nas configurações sociais, criando as condições de possibilidades favoráveis à expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado em direção às áreas de mata da floresta Amazônica. Esse processo se dá a partir da análise das relações de interdependência que os agentes, ao estabelecerem entre si, estabelecem também com os quatro estratos funcionais selecionados: econômico, político, cultural e ambiental.

Os conceitos de *processo* e de *configuração social* ocupam lugar privilegiado na sociologia configuracional de Elias (2006, p. 27). Eles imprimem a idéia de mudança nas formas como os indivíduos interagem e qualificam essas interações a partir dos diferentes tipos de recursos empregados.

*Processo social* refere-se, portanto, “[...] às transformações, amplas, contínuas, de longa duração de figuras formadas de seres humanos.” (ELIAS, 2006, p. 27). Assim, um dos atributos desse conceito é o fato de ele conduzir para o centro da análise as mudanças de longo prazo ocorridas nas estruturas das sociedades<sup>28</sup>. Trabalhar com os processos sociais mais longos permite identificar os elementos de rupturas e os elementos de continuidade (embora de forma diferenciada) que marcam a passagem de um estágio do processo para outro imediatamente posterior. No caso da expansão das lavouras de soja em Mato Grosso, implica em analisar e criar vínculos de associação entre as mudanças ocorridas no Sul do país, especialmente ao que se refere à estrutura fundiária e à estrutura familiar, com aquelas desencadeadas nas regiões Centro-Oeste e Norte, resultando em deslocamento de povos indígenas, populações tradicionais e construção de infra-estrutura. Essas mudanças, mesmo não se dando em períodos correspondentes, mas mediadas por políticas públicas, foram imprescindíveis para a

---

<sup>28</sup> Este é um tema trabalhado por José de Souza Martins (1993), ao analisar os conflitos sociais na Amazônia. O autor sugere que, para se compreender corretamente o tema da ocupação da Amazônia, é preciso trabalhar com uma concepção de amplitude de tempo e de espaço maior do que aquela envolvida em cada conflito fundiário e em cada enfrentamento tribal. Do mesmo modo, é necessário trabalhar com uma *dimensão de tempo mais dilatada* do que aquela que encerra um acontecimento singular. Os casos isolados não revelam a verdadeira natureza do processo histórico, que tem hoje índios e camponeses como sujeitos fundamentais. São eles as únicas forças que têm levantado barreiras e dificuldades à constituição de um modelo de capitalismo rentista no país, base de uma organização política autoritária, antidemocrática.” (MARTINS, 1993, p. 71, grifos do autor).

introdução e expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrados e de matas da floresta Amazônica. Uma análise de curta duração, aquela que considera apenas os fenômenos planejados intencionalmente para determinados fins, não permite criar as associações necessárias que reconstrua um processo na sua totalidade, limitando, desse modo, que se defina a inteligibilidade do processo e, portanto, a sua explicação. Elias (2006, p. 197) define que a tarefa da sociologia dos processos sociais

[...] consiste no diagnóstico e na explicação das tendências de longo prazo e não-planejadas, mas ao mesmo tempo estruturadas e orientadas, no desenvolvimento de estruturas da sociedade e estruturas da personalidade, que constituem a infra-estrutura daquilo que em geral denominados de história.

As mudanças ocorridas na agricultura, acompanhadas de mudanças na base técnica de produção e de construção de mercados que operam em escala internacional, costumam ser abordadas sob a perspectiva da “modernização”, apontando para uma tendência geral de desenvolvimento que requer adequações materiais e comportamentais exigidas por uma lógica de mercado. Nesse caso, pouca atenção é dada ao fato de que a posição dos indivíduos em relação às estruturas sociais e à própria estrutura de personalidade e de relações mútuas seguem ritmos de mudanças específicos. Para apreendê-los, é preciso trabalhar as formas como os indivíduos se relacionam entre si e com a sociedade.

O desafio que se estabelece para a análise é colocar no mesmo plano analítico duas dimensões do comportamento e das relações humanas que, aparentemente, se mostram antagônicas e conflitivas: a primeira refere-se a uma série de disposições pré-reflexivas orientadoras do comportamento prático, que abrangem desde elementos mais cotidianos, como por exemplo, a maneira de falar, de vestir, de se alimentar, de se relacionar na família, no círculo de vizinhança, até elementos de práticas menos comuns, mas não menos importantes, como o caso das relações externas ao grupo de pertencimento, mediadas por princípios éticos, morais e religiosos. A segunda dimensão refere-se ao comportamento mais reflexivo, que exige do agente tomadas de decisões planejadas e calculadas, como por exemplo, sua inserção em mercados agrícolas, negociação de preços e tipos de contratos, elaboração de pautas de negociação de políticas públicas. Os estudos sobre o desenvolvimento da agricultura, de maneira geral, têm trabalhado essas duas dimensões como movimentos distintos e, até mesmo, antagônicos: a construção do comportamento reflexivo realiza-se na medida em que se

distancia dos elementos não reflexivos da ação. No entanto, ao se reconstruir o processo de colonização e expansão das lavouras de soja, observa-se que os elementos reflexivos não anulam os pré-reflexivos, antes, pelo contrário, eles compõem as formas de interação humana em configurações sociais específicas: são recursos (éticos, estéticos, morais, comportamentais, práticos) apropriados e convertidos em recursos de produção.

A aplicação do conceito de *habitus* na reconstrução e análise dos processos sociais contribui na compreensão das maneiras pelas quais os indivíduos interagem em configurações sociais específicas, ou seja, contribui para qualificar as relações exercidas entre os indivíduos. O *habitus* é um mecanismo de identificação e distinção entre grupos e indivíduos: pertencer a este ou àquele grupo significa compartilhar determinados princípios, valores e práticas. Assim, não é um recurso conceitual que orienta a reconstrução ou explica o processo social por si mesmo, tratando-se de um recurso que ajuda a qualificar as relações constituídas entre indivíduos e dessa forma explicar como determinadas configurações sociais são estabelecidas. No caso da soja em Mato Grosso, pode-se questionar por que essa é uma atividade praticada “quase que exclusivamente” por agricultores “gaúchos”, uma vez que os fatores de produção (terra, insumos, máquinas, trabalho) podem estar disponíveis a outros grupos de indivíduos que trabalham ou desejam trabalhar com agricultura? Cabe perguntar ainda, por que, depois de consolidada nas áreas de cerrado, os mercados estruturados e as políticas de créditos definidas, continua sendo uma atividade praticada por famílias que migraram da região Sul? Entre outros fatores, que serão desenvolvidos ao longo da tese e que ajudarão a explicar esse questionamento, a agricultura é uma atividade que não se restringe a um conjunto de técnicas, meios de produção e contratos, sendo, também, um conjunto de práticas, saberes e de relações incorporado às estruturas de auto-regulação dos indivíduos e da sociedade. Esses mecanismos de auto-regulação social e, portanto, de identificação, irradiam-se por todas as etapas do processo produtivo, desde o momento de aquisição de terra até os contratos de comercialização e de crédito estabelecidos com as *tradings*, combinando o comportamento racional, calculador das ações, com o comportamento pré-reflexivo, incorporados às estruturas psicogenéticas. Souza (2006, p. 79) faz as seguintes considerações sobre o uso da noção de *habitus* nas análises das formas de dominação das sociedades contemporâneas:

Fundamental na noção de *habitus* é o seu caráter de “saber incorporado” no sentido literal de signos percebidos e emitidos pelo

corpo – no modo de andar, de falar, de comer, de se dirigir aos outros etc. – permitindo formular um conceito de ‘coordenação de ações sociais’ como um código cifrado, ao mesmo tempo, compreensível por todos e sem mediação da consciência reflexiva. É precisamente o aspecto pré-reflexivo do *habitus* que esse conceito tão importante no contexto das sociedades complexas [...] cujas formas de dominação social devem sua eficácia à sua opacidade.

Procura-se chamar atenção para o fato de que, no processo de expansão das lavouras de soja, esses aspectos pré-reflexivos – que traduzem saberes, práticas e valores incorporados ao cotidiano das pessoas, que criam vínculos sociais de pertencimento, ligados à comunidade, à igreja, à família etc. – não são anulados pela estruturação de práticas econômicas orientadas para mercados formais. São, sim, incorporados às relações que os indivíduos estabelecem entre si, fazendo com que a idéia de “desenvolvimento” deixe de ser percebida como um progresso da razão e seja trabalhada como uma progressão da racionalidade prática, de modo que a tarefa de teoria dos processos sociais consiste

[...] no diagnóstico e na explicação das tendências de longo prazo e não-planejadas, mas ao mesmo tempo estruturadas e orientadas, no desenvolvimento de estruturas da sociedade e estruturas da personalidade, que constituem a infra-estrutura daquilo que em geral denominamos de história (ELIAS, 2006, p. 197).

O conceito de *configuração*, que acompanha os conceitos de interdependência e reciprocidade, é um instrumento metodológico e teórico que auxilia na reconstrução e análise dos processos sociais, cuja função é definir e qualificar as formas de interação humana, ou seja, as relações de interdependência que os indivíduos estabelecem entre si em formações sociais específicas. Como recurso metodológico, permite ao investigador identificar a disposição dos agentes em determinada configuração espaço-tempo, sem evocar, como o faz, por exemplo, o conceito de sistema, a “[...] idéia de uma entidade totalmente fechada, nem a de uma dotada de uma harmonia imanente.” (ELIAS, 2001, p. 155). Como recurso analítico, permite analisar a ação dos agentes, o seu modo de agir, as estratégias adotadas, não como o resultado da coerção externa que as “estruturas sociais” exercem sobre os indivíduos, mas da coerção exercida pela relação de interdependência funcional criada entre os agentes. Assim, *configuração* expressa, de um lado, um modo de raciocínio, um conceito cujo objetivo é analisar as interdependências funcionais formadas entre os indivíduos, de outro, um modo de

organização espaço-tempo, em que eles estão dispostos segundo os recursos disponíveis e as funções realizadas.

*Interdependência* é o recurso que, aplicado ao conceito de configuração, ajuda a pensar indivíduo e sociedade a partir do princípio de relação e não como elemento substancial que existe independentemente do outro. O processo social, enquanto movimento, é o resultado da relação, ou melhor, é a própria relação. Portanto, a contribuição principal desse recurso, aplicado à análise dos processos sociais, consiste em apreender a relação entre os indivíduos através da função recíproca que desempenham mutuamente, isto é, através das forças que exercem mutuamente.

Enquanto o conceito de configuração volta-se para o ‘campo de relações’, o conceito de interdependência coloca-se como uma ferramenta analítica útil para abordar os tipos de relações constitutivas de determinado campo. Ou seja, através da análise das formas de interdependência que são estabelecidas entre indivíduos, coletividades e/ou instituições inseridos em determinada configuração, pode-se estabelecer as características que definem as relações estruturantes desta configuração. (SILVA, 2005, p. 10).

O conceito de “reciprocidade” é um recurso analítico que qualifica a maneira como o conceito de “relação” é utilizado. Toda relação é exercida por forças que agem reciprocamente, isto é, que coagem mutuamente os indivíduos, porém, de forma diferenciada, dependendo da função que exerce, da posição que ocupa nas estruturas sociais e dos recursos controlados: não existe uma externalidade que se impõe sobre os indivíduos, mas existem forças que são exercidas entre indivíduos e entre indivíduos e sociedade, são forças que constroem as pessoas, com maior ou menor amplitude, em razão da posição ocupada por elas nas estruturas de relações de poder. Desse modo, “o termo ‘função’ não é usado como expressão de uma tarefa desempenhada por uma parte, dentro de uma ‘totalidade’ harmoniosa. [...] o conceito de função deve ser compreendido como um conceito de *relação*.” (ELIAS, 2005, p. 84, grifo do autor).

## 2.9 Metodologia

O esforço principal deste trabalho é realizar uma análise da expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado em direção à floresta amazônica, com foco no

estado de Mato Grosso, a partir do recorte específico do processo de aquisição de terras, que leva em consideração quatro dimensões analíticas, citadas anteriormente: dimensão econômica, dimensão cultural, dimensão política e dimensão ambiental.

A característica diferencial desta proposição é que as dimensões selecionadas não serão trabalhadas, enquanto recursos teórico-metodológicos, de forma isolada, autônoma e independente uma das outras, como recorrente aos estudos do tema do “desenvolvimento da agricultura”. Esses estudos ao enfatizarem os aspectos econômicos da atividade agrícola, como elementos primordiais da análise, tratam como externalidades ou como elementos de menor força explicativa os aspectos que formam a base social da produção.

Contrário a essa perspectiva, propõe-se apreender as diferentes dimensões que dinamizam a expansão da atividade agrícola a partir das relações de interdependência que os agentes estabelecem entre si. O elemento central da análise é deslocado da unidade de cada dimensão (econômico, político, cultural) para o conjunto de relações que as dimensões selecionadas estabelecem entre si, formando um verdadeiro campo de relações de força, aqui definido como configurações sociais do processo de expansão das lavouras de soja. O conteúdo das dimensões analíticas é forjado no interior deste campo de relação de forças, ele não existe fora do contexto formado pelo campo de forças, ou seja, as dimensões não expressam características prévias, externas e independentes à configuração formada pelas relações interdependentes do conjunto das dimensões que compõe o processo em análise.

Desse modo, pode-se dizer que, a configuração expressa um campo de relação de força, onde, os diferentes elementos que constituem este campo formam ligações interdependentes, ou seja, a característica de um destes elementos, por exemplo, o econômico, depende da relação de reciprocidade estabelecida com outro(s) elemento(s), por exemplo, o cultural. Assim, a melhor maneira para proceder às análises sociológicas não é partir das “coisas” estabelecidas, ao se referir ao “econômico”, ao “social”, mas a maneira mais produtiva é partir das relações de reciprocidade estabelecidas entre os agentes e os recursos por eles mobilizados. Como sugere Elias (2005, p. 126):

Chegaremos a uma melhor compreensão das matérias primas com que lida a sociologia, se não nos abstrairmos do seu movimento e do seu caráter processual e usarmos conceitos que captem a natureza processual das sociedades em todos os seus diferentes aspectos, como

uma estrutura de referência para a investigação em qualquer situação social dada.

Ainda, ao referir à relação sociedade-indivíduo, em que, predominantemente, cada um dos termos desta relação vem sendo abordado de forma isolada, independente da relação, Elias (1994, p. 25, grifos do autor) faz a seguinte consideração:

Esses (relação sociedade-indivíduo) e muitos outros fenômenos têm uma coisa em comum, por mais diferentes que sejam em todos os seus aspectos: *para compreendê-los, é necessário desistir de pensar em substâncias isoladas únicas e começar a pensar em termos de relações e funções*. E nosso pensamento só fica plenamente instrumentado para compreender nossa experiência social depois de fazermos essa troca.

O conceito de configuração é empregado como recurso metodológico e analítico que permite compreender os processos de formação social a partir dos padrões de relações de reciprocidade estabelecidos entre os agentes e os recursos por eles controlados. Por este caminho, procura-se explicar a lógica de expansão da atividade agrícola; as maneiras pelas quais diferentes recursos são convertidos em elementos que potencializam a ação econômica; as estratégias desenvolvidas pelos agentes que permitem o uso diferenciado e múltiplo destes recursos, ampliando as possibilidades de realização das práticas econômicas. Para isto, cada um dos elementos selecionados (econômico, político, cultural) será analisado na sua especificidade, mas também, a partir da relação recíproca que estabelece com os demais. Trata-se, enfim, de identificar as diversas formas de uso dos recursos e estratégias que definem condições de possibilidades favoráveis à expansão da atividade econômica.

Dizendo de outra forma, o procedimento analítico foi definido de modo a apreender as relações econômicas no campo de relação força, na configuração ou, ainda, no contexto formado pelas relações recíprocas das quatro dimensões selecionadas, e não pela relação mono ou multicausal estabelecida com uma ou com as demais dimensões isoladamente. Esta escolha desdobra na possibilidade de apreender a esfera econômica através da sua inserção na rede de relações sociais. Portanto, a característica principal do objeto da análise sociológica são as relações construídas entre os agentes, que depende tanto da sua disposição nas estruturas de relações quanto do tipo e do volume de recursos por eles mobilizados.

Deste modo, para analisar a expansão das lavouras de soja como um processo social que se constrói pelas relações de interdependência que os agentes estabelecem

entre si e não apenas por uma contabilidade monetária dos custos de produção mais eficientes, foi utilizado diferentes métodos de abordagem e de pesquisa. O método de abordagem combinou a análise histórica associada ao estudo de caso, sem priorizar o caso estudado, mas como referencia empírica que propiciasse aprofundar as informações qualitativas. Através da análise histórica procurou-se reconstruir a trajetória dos colonos (a sua situação de origem, as estratégias de migração, aquisição de terra e os recursos empregados para a ampliação da área cultivada), que foi relacionada aos programas de reocupação da Amazônia, criados e implantados pelos Governos Federais. O que permitiu trabalhar com o conceito de descontinuidade aplicado a processo social de longa duração, trazendo para o presente o *habitus*, os costumes, as relações de um tempo passado que se mostram vivas e atuais na construção de novas estratégias e tomadas de decisões: “[...] a força que confere ao ser uma figura estável sob o devir movente.” (BACHELARD, 2007, p. 61). O estudo de caso, centralização da pesquisa empírica em um território definido, tem como objetivo aprofundar na identificação das redes de relações sociais que os agentes estabelecem entre si, na construção das estratégias para mobilização de recursos, enfim, explorar algumas dimensões do cotidiano das famílias.

Além das informações quantitativas, utilizadas para definir a dinâmica de crescimento da área plantada de soja em Mato Grosso e no Brasil, foram trabalhadas as informações qualitativas, obtidas através do emprego de entrevistas semi-estruturadas com informantes previamente selecionados, seguindo critérios que permitissem apreender a diversidade da trajetória destes agentes.

Quanto à definição dos recursos de pesquisa para coleta de informações Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999) consideram que a prática sociológica nunca chegaria a realizar o ideal empirista da gravação sem a presença de pressupostos. Esta afirmação impõe uma reflexão sobre as condições de possibilidade da construção do conhecimento científico sobre os fenômenos humanos. Trata-se de questionar as características e as possibilidades da “ruptura epistemológica” nas ciências que tratam dos fenômenos humanos, uma vez que a relação “sujeito-objeto” difere substancialmente daquela praticada pelas ciências que estudam os fenômenos da “natureza”. Consideração semelhante é realizada por Elias (2005) ao definir como objeto da análise sociológica as *relações* entre os indivíduos em configurações sociais

específicas, portanto, trata-se de um objeto cuja característica principal é a mobilidade, dinâmica, em síntese, o processo. Desse modo, o conjunto de hipóteses em substituição aos “pressupostos” ajuda a controlar os efeitos da relação que o entrevistador estabelece com o entrevistado, ou o pesquisador com os atores pesquisados, em um dos momentos mais sensíveis da pesquisa que é a coleta dos dados.

Para tornar esta questão mais evidente será apresentado como exemplificação o modelo de obtenção de dados em uma pesquisa de campo, realizada por pedólogos na região da Amazônia brasileira e analisada por Latour (2001). O autor demonstra passo a passo o “ritual” de passagem do objeto (solo) para o texto (relatório). O que interessa nesta exemplificação são os procedimentos adotados, as técnicas, que permitem ao pesquisador coletar, classificar e analisar as informações de campo. Todas estas etapas são mediadas por instrumentos específicos que controlam os possíveis efeitos de distorção da realidade que podem ser causadas pelas imprecisões dos sentidos (olhar, cheiro, tato). A área da pesquisa é delimitada pelo “*topofils*”, os diferentes estratos de solos são comparados em campo pelo “*pedocomparador*”, a cor do solo é identificada por um pequeno caderno com variações de cores que permitem ao pesquisador associar uma determinada cor de solo a um código. Todos estes instrumentos têm um único objetivo: reduzir as impressões do pesquisador, evitando desta maneira possíveis distorções que induzam a erro no momento da análise. Diz o autor:

Todas essas formas vazias são colocadas *por trás* dos fenômenos, antes que os fenômenos se manifestem. Obscurecidos na floresta por sua imensa quantidade, os fenômenos finalmente conseguirão aparecer, ou seja, esbater-se contra os novos panos de fundo que desdobramos astutamente por trás deles. (LATOUR, 2001, p 65).

No caso específico do trabalho de campo do pedólogo, o que dará visibilidade ao fenômeno (que não é simplesmente um “amontoado de terra”) são as “formas vazias” (ou os instrumentos) não no sentido de uma neutralidade, uma vez que ela está produzindo um novo fenômeno (amostra), mas no sentido da visibilidade do “real”. Não é o pesquisador, com todas as seus pressupostos ou experiência, extremamente importante em um trabalho desta natureza, que dará a visibilidade ao objeto.

Esta é a relação que se procura estabelecer no diálogo com as Ciências Naturais. De modo algum trata-se de uma comparação entre ciências distintas, mas de uma problematização por analogia. No caso das ciências sociais ou da sociologia, como se constrói a visibilidade do objeto, dito de outra forma, qual é o “ritual de passagem” da

“fala” (do conjunto de informação concedida por um determinado ator ou um conjunto de atores) para o “dado” (informação utilizada na análise). Este ritual de passagem é mediado por um instrumento – questionário, roteiro de entrevista -, cuja função não é apenas captar a fala do informante, mas situá-la no lugar próprio da produção do conhecimento, isto é, é uma fala codificada ou traduzida para uma finalidade específica que é a geração de conhecimento. No caso citado da pesquisa em pedologia, uma porção do solo foi traduzida em uma amostra da pesquisa. No estudo dos fenômenos sociais, ocorre algo muito similar, um conjunto de informação é traduzido em “matéria prima” para a análise que se deseja proceder.

No momento da pesquisa de campo, da “coleta” de informações, o instrumento utilizado trás consigo pressuposições implícitas norteadoras da relação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado. Assim como ocorre no trabalho do pedólogo, os sociólogos também recorrem a instrumentos para “coletar” as informações, que, de certo modo, moldam, codificam, estratificam estas informações. O roteiro de entrevista, enquanto instrumento de coleta de informações, molda a fala do entrevistado, transformando-a em dados objetivados para a pesquisa. Coloca-se “por trás” da fala para enquadrá-la no seu formato, dando uma nova formatação para a fala. O que não constitui nenhum problema para a pesquisa, muito pelo contrário, é o procedimento encontrado pelas ciências sociais, podendo estar associado a outros instrumentos, para responder aos seus desafios de trabalhar com objeto de extrema complexidade que são as relações sociais. No entanto, constitui elemento central da pesquisa o controle das “pressuposições implícitas” que norteiam a relação entre entrevistador e entrevistado. Os pressupostos de uma pesquisa são definidos em um campo teórico que orientam tanto a formulação das hipóteses quanto os procedimentos a serem adotados em todos os momentos do trabalho de campo.

A relação que se estabelece entre o entrevistador e o entrevistado é uma relação social que pode produzir efeitos não previsíveis para a pesquisa. As informações obtidas na prática da pesquisa são elas também o resultado de uma prática social que carrega consigo interesses, dúvidas, relações de poder e outros tantos conteúdos que devem ser controlados ou conhecidos no momento da sua utilização, em outras palavras, “as técnicas de pesquisas são outras tantas técnicas de sociabilidade, qualificadas do ponto de vista social.” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 55). Em

poucas palavras, no processo da pesquisa, a escolha da técnica e a sua preparação (elaboração de perguntas, treinamento, codificação) devem ter como referência orientadora o corpo teórico adotado e o conjunto de hipóteses dele derivado, de modo a criar mecanismos que permitem um melhor controle do trabalho de campo, evitando, assim, distorções de comunicação que possa vir a ocorrer entre entrevistado e entrevistador.

Levando em consideração os elementos acima, que problematizam a coleta e o uso das informações nos estudos que envolvem os fenômenos humanos, foi definido como técnica de coleta de dados, para a análise do processo de expansão da soja em Mato Grosso, a realização de entrevistas semi-estruturadas com agentes selecionados.

A entrevista é uma técnica de conversação entre duas ou mais pessoas, na qual uma é o entrevistador e a outra o entrevistado. Estas pessoas dialogam acerca de um tema ou problema determinado (ANDER-EGG, 1995). A modalidade de entrevista semi-estruturada exige do entrevistador habilidade para reordenar a seqüência das perguntas, quando necessário, e elaborar novas questões importantes para a pesquisa decorrente das informações obtidas. O essencial desta modalidade está na flexibilização do roteiro previamente definido, permitindo o aprofundamento e a abordagem de temas anteriormente não estabelecidos.

Na pesquisa qualitativa a definição da amostra dos entrevistados é um processo complexo. A ausência de um método que mensura o tamanho da amostra, tal como é procedido na pesquisa quantitativa, exige do pesquisador a “habilidade” de compatibilizar o número de pessoas entrevistadas levando em consideração os objetivos da pesquisa, a complexidade do objeto, o tempo e recursos disponíveis.

Enquanto que na pesquisa quantitativa o grupo de indivíduos selecionados deve representar a totalidade da população, portanto formar uma amostra representativa, na pesquisa qualitativa, que tem por finalidade “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 68), a amostra não se forma pela representatividade, mas pela capacidade de identificar a amplitude dos pontos de vista sobre o tema abordado.

A referência para definir o tamanho da amostra em pesquisa qualitativa (entrevista), segundo Bauer e Gaskell (2002), é o momento da pesquisa em que toda a gama de ponto de vista tenha sido contemplada, levando em consideração a

estratificação do segmento (gênero, idade, profissão, origem, trajetória) e o tema em estudo. O tamanho da amostra expressa uma relação direta com a escolha dos agentes, de tal modo que, com um menor número de entrevista se possa identificar uma amplitude maior de referência sobre um determinado tema.

O número de entrevista é definido pela natureza e complexidade do tema, pelos diferentes ambientes considerados relevantes para a pesquisa, pela heterogeneidade do grupo estudado e pelo tempo e recursos disponíveis. Assim, um bom indicador para medir o tamanho da amostra é o seu ponto de saturação, ou seja, momento em que novas entrevistas “não melhoram necessariamente a qualidade das informações obtidas”, nem mesmo, “levam a uma compreensão mais detalhada” do tema (BAUER; GASKELL, 2002, p. 71). Assim, pode-se considerar que o tamanho da amostra será definido no decorrer da própria pesquisa, procurando identificar o ponto de saturação e o registro da amplitude dos pontos de vistas ou das representações do tema abordado.

A composição da amostra (agentes selecionados para as entrevistas) foi definida a partir da delimitação do tema e do problema de pesquisa, seguindo o eixo principal da análise que é a aquisição de terras. No total foram realizadas 57 entrevistas, sendo: 34 com agricultores; um agente imobiliário, um representante do governo estadual; dois representantes de organizações ambientalistas locais; quatro representantes da prefeitura municipal; seis técnicos (engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas); quatro representantes de tradings; cinco representantes de movimentos sociais, sindicatos e organização indigenista e seis lideranças locais (representantes da igreja, escolas, saúde).

As entrevistas foram gravadas em meio digital e posteriormente transcritas e organizadas por unidades temáticas. Para cada tipo de agentes foi elaborado um questionário específico, tendo como eixo central a trajetória da soja na região de estudo.

A pesquisa de campo foi realizada no município de Sorriso e na região do Vale do Araguaia. A escolha dessas áreas permite reconstruir a trajetória da expansão da soja em Mato Grosso. Em Sorriso a atividade agrícola encontra-se consolidada, tanto em ocupação do território quanto em infra-estrutura de produção, comercialização e serviços. No região do Araguaia, o cultivo encontra-se em um estágio de expansão, fortemente marcada pela abertura de novas áreas e pela substituição da pecuária por

agricultura. São estágios diferenciados do processo de ocupação do território e da construção das relações sociais de produção.

### 3 A SOJA EM NÚMEROS

O objetivo deste capítulo é apresentar, através de dados de uma área plantada, do volume de produção e de produtividade, a dinâmica da expansão das lavouras de soja em Mato Grosso, desenhando sua trajetória nas diferentes regiões do Estado. Antes, porém, serão trabalhadas algumas informações mais gerais sobre a inserção da leguminosa no mercado nacional e internacional de grãos, proteínas e óleos vegetais.

#### 3.1 A soja no mundo

O uso da soja na alimentação humana é uma tradição chinesa que remonta aproximadamente cinco mil anos, período da sua domesticação. A ocidentalização dessa leguminosa, através da introdução de algumas variedades nos Estados Unidos, na Europa e em outros países, por volta da segunda metade do século XVIII, ampliou as formas de sua utilização<sup>1</sup>. Primeiro, foi empregada como forrageira e como alimentação animal, principal aplicação em vários países do Ocidente até as primeiras décadas do século XX. Em seguida, após a identificação dos teores de óleo e proteína, a produção foi direcionada para as indústrias de óleo vegetal e de ração animal.

Nos últimos dez anos (1996 a 2006), o uso mundial de proteína em ração para alimentação de animais passou de 147 para 223,32 milhões de toneladas, o que representou um crescimento médio anual de 5,17% (UNITED STATE DEPARTMENT OF AGRICULTURE – USDA, 2007) e refletiu no aumento do consumo de carnes. No Japão, segundo Mintz (2001), o consumo *per capita* de arroz caiu de 107 para menos de 65 quilos, enquanto que o consumo de carne cresceu de cinco para quase quarenta quilos. De acordo com o autor, essa mudança no padrão de consumo não atinge apenas os países ricos, como no caso do Japão, configurando uma mudança que abrange de modo geral os países “em desenvolvimento”. O aumento da renda familiar tem refletido na diminuição do consumo de tubérculos e no aumento do consumo de cereais. Porém,

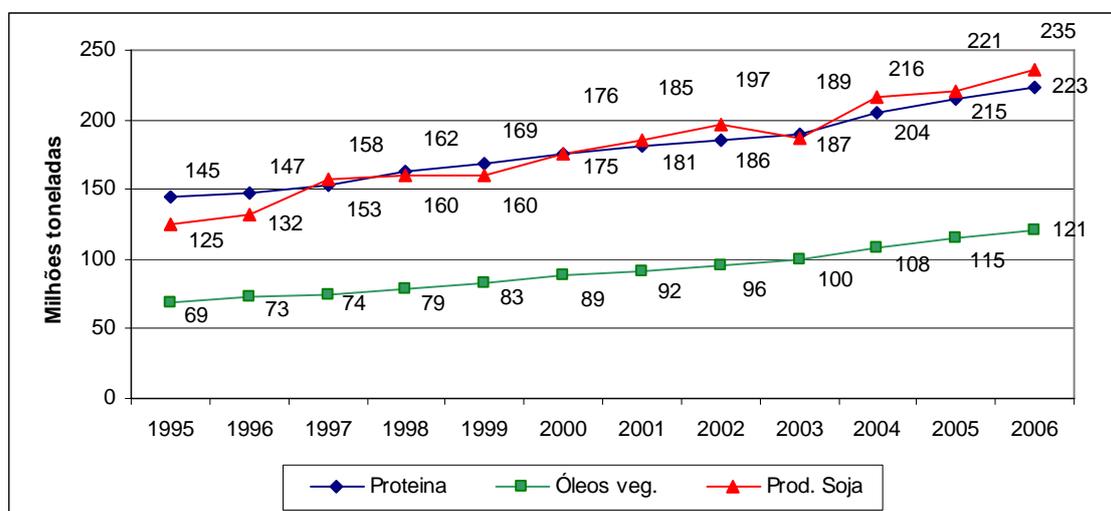
---

<sup>1</sup> O Diagrama 1 (Apêndice A, representa as diferentes formas de uso e aplicação da soja e derivados.

“[...] se a renda continua a subir, o consumo de cereais atinge o máximo, e só decai quando é substituído pela proteína animal e por alimentos assados.” (MINTZ, 2001, p. 37). A China é um exemplo desse movimento: “De 1961 a 1984, o consumo *per capita* de cereais aumentou de 120 para 233 kg. Porém, em seguida, começou a cair simultaneamente ao aumento do consumo de carne, que triplicou entre 1961 e 1990.” (MINTZ, 2001, p. 37).

A principal fonte de proteína utilizada para a produção de ração animal provém do processamento dos grãos de soja<sup>2</sup>. Em 2006 foram consumidos 151,86 milhões de toneladas de farelo e torta de soja, volume que corresponde a 68% do total das principais fontes de proteína empregadas na criação de animais<sup>3</sup>.

Além da sua utilização como fonte protéica, é empregada como matéria-prima para a produção de óleo vegetal. Dos 121,24 milhões de toneladas desse produto consumidos em 2006, 30%, aproximadamente, resultaram do processamento da soja, valor superado apenas pelo consumo do óleo de palma, produzido na Indonésia e na Malásia, representando 30,5% do consumo mundial (UNITED STATE DEPARTMENT OF AGRICULTURE - USDA, 2007).



**Gráfico 1** – Consumo mundial de óleo vegetal e proteína em ração animal e produção de soja  
Fonte: USDA (2007)

<sup>2</sup> Para Pereira (2004, p. 27), “o teor protéico do farelo de soja, com 44% até 49% de proteína, o coloca como um produto quase que insubstituível do ponto de vista da conversão para a produção de proteína animal.” Além do elevado teor protéico, os aminoácidos presentes no farelo de soja “são altamente digestíveis e complementam outros ingredientes para obtenção de uma dieta balanceada.” (ARCHER DANIELS MIDLAND COMPANY - ADM, 2007).

<sup>3</sup> As principais fontes de proteína utilizadas como base para a produção de ração animal são: o óleo de soja, a *copra* (a parte interna do coco da Bahia), os peixes, as amêndoas da palma, o amendoim, a colza e o girassol (UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE – USDA, 2007).

O aumento da demanda por óleos vegetais e proteínas para formulação de rações destinadas à criação de animais (aves, suínos, bovinos) tem refletido sobre a produção e o consumo da soja e derivados. No período de 1995 a 2006, sua produção mundial passou de 124,79 para 235,4 milhões de toneladas, um crescimento médio de 8% ao ano, refletindo no crescimento da área plantada, que no mesmo período passou de 61,1 para 93,9 milhões de hectares, um crescimento médio de 4,9% ao ano<sup>4</sup>.

Apesar de a soja ser uma espécie nativa da China, sua produção está concentrada em países do continente americano. No ano agrícola 2006-2007, os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina, juntos, foram responsáveis por 81,7% da produção mundial; a China, por 6,9%; a Índia, por 3,2%; e o Paraguai, por 2,7%<sup>5</sup>.

Enquanto a produção chinesa manteve-se mais ou menos estável no período de 1993 a 2006, a americana cresceu, em média, 5,4%, a brasileira, 10,6%, e a argentina, 21,1%. Com esse ritmo de crescimento no ano de 2003, pela primeira vez na história, a produção americana foi superada pela soma da brasileira com a argentina.

**Tabela 2** – Produção mundial de soja: principais países produtores (milhões ton.)

Países	1993*	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2006
EUA	50,92	59,24	73,18	72,22	78,67	66,78	83,368	86,77
Brasil	24,7	24,15	32,5	34,2	43,50	51,00	57	59
Argent.	12,4	12,43	19,5	21,2	30,00	33,00	40,5	46,5
China	15,31	13,5	14,73	14,29	15,41	15,39	16,35	16,2
India	**	**	**	5,2	5,40	6,80	7	7,69
Parag.	1,8	2,4	2,99	2,9	3,55	3,91	3,64	6,5
Outros	12,7	13,24	15,18	9,84	8,61	9,64	12,69	12,74
Total	117,83	124,96	158,07	159,85	185,14	186,53	220,556	235,409

Fonte: USDA, 2007.

Como já expresse anteriormente, a soja supre a crescente demanda mundial por proteínas destinadas à fabricação de ração animal e de óleos vegetais, de modo que o seu mercado está organizado basicamente em torno do processamento do farelo e do óleo. Dos 223,27 milhões de toneladas de soja produzidos em 2006, aproximadamente 87% foram transformados em 152 milhões de toneladas de farelo e em 35,8 milhões de óleo vegetal. O restante, 41,2 milhões, além da produção de semente, foi destinado à formação do estoque regulador, à indústria de alimentos e ao consumo *in-natura*<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> Cf. Tabela 1, Anexo D.

<sup>5</sup> Cf. Gráfico 2, Apêndice I.

<sup>6</sup> Cf. Diagrama 1, Apêndice A.

A União Européia, os Estados Unidos e a China consomem, em conjunto, 61% de toda a produção mundial de farelo de soja, situação que faz da Europa e da China os maiores importadores do grão e de seus derivados. Enquanto o consumo europeu e americano está estabilizado em 33 e trinta milhões de toneladas, respectivamente, o consumo chinês, nos últimos quatro anos, cresceu de 19,5 para 28,9 milhões, ao passo que a produção interna se estabilizou em dezesseis milhões de toneladas, ou seja, é um mercado ainda em crescimento<sup>7</sup>.

Como maiores produtores de soja e derivados, Os EUA, o Brasil e a Argentina também são seus principais exportadores. O Brasil, no ano de 2006, garantiu o primeiro lugar, com um total de 39,62 milhões de toneladas, assim caracterizados: 25 milhões na forma de grãos, 12 milhões na forma de farelo e 2,3 milhões na forma de óleo. A Argentina foi o segundo colocado, com 38,46 milhões de toneladas, e, ao contrário do Brasil, tem priorizado a exportação de farelo e de óleo, com 26,1 e 5,8 milhões, respectivamente. Os EUA, o terceiro maior exportador, totalizou 37,6 milhões de toneladas. Schlesinger e Noronha (2006, p. 11-12), ao analisarem o mercado internacional da soja, consideram que,

A Argentina é o país que mais consegue adicionar algum valor ao produto em seu território, realizando 80% das vendas ao exterior na forma de farelo e óleo, enquanto ocorre o inverso no Brasil, que exporta principalmente grãos, ou seja, sem realizar qualquer processo de industrialização [...]. A industrialização do produto acrescentaria ganho à balança comercial do país, além de gerar mais empregos. Em 2005, uma tonelada de grãos rendia para o Brasil US\$ 238,00 no mercado internacional, contra US\$ 462,00 do óleo bruto.

A demanda por proteínas utilizadas na fabricação de ração para a criação animal não apenas estimulou o cultivo da soja, como também refletiu sobre a dinâmica da produtividade de outros produtos agrícolas. Enquanto a produção de soja cresceu 70% no período de 1994 a 2004, o crescimento da produção de milho foi de 27,8%; de trigo, menos 1,5%; de arroz, 9,7%; e de forrageiras, 16,3% (PEREIRA, 2004, p. 29). Considerando que o consumo de carne é maior e tende a se elevar nos países “desenvolvidos” e naqueles “em desenvolvimento”, segundo Mintz (2001), esse modelo de crescimento privilegia menos os países pobres, onde se concentra o consumo de cereais e tubérculos. Talvez isso ajude a explicar por que as maiores taxas de consumo e

---

<sup>7</sup> Cf. Diagrama 1, Apêndice A.

de importação de soja e derivados encontram-se nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia.

Conforme demonstrado acima, o Brasil figura como o segundo maior produtor e como primeiro exportador de soja. No item seguinte será apresentado um quadro geral do crescimento das lavouras no Brasil para contextualizar e compreender a dinâmica dessa expansão no estado de Mato Grosso.

### 3.2 A soja no Brasil

A história da soja no Brasil está fortemente vinculada à introdução e consolidação dos plantios nos estados do Rio Grande do Sul e sua posterior expansão para o Paraná e Santa Catarina.

Vários eventos contribuíram para que isso ocorresse, tais como, a implantação de estações experimentais, decisivas para o desenvolvimento de variedades adaptadas às condições climáticas da região e com teores mais elevados de óleo e proteína; a instalação de indústrias de processamento de óleo vegetal – “[...] nos primeiros anos da década de 50 seria lançado o óleo de soja *Sorol*, em lata amarela, com detalhes em preto e marrom. Se não o primeiro, um dos primeiros óleos de soja do Brasil.” (HASSE, 1996, p. 25); e o início das exportações para o mercado europeu, quando, em 1938, o comerciante Frederico Ortmann embarcou três mil sacos de soja em Porto Alegre para a Alemanha (HASSE, 1996, p. 25); além de todo um conjunto de medidas que tinha por objetivo estimular o plantio não apenas na região Sul, mas também em outros Estados brasileiros. Um caso bastante particular é relatado por Hasse (1996, p. 23):

Uma das melhores histórias sobre o fascínio da soja foi protagonizada pela atriz Patrícia Galvon, a ‘Pagu’. Ela voltou de uma viagem à China tão entusiasmada com a ‘vaca vegetal’, que trouxe sementes para o ministro da agricultura, o paulista Fernando Costa. Agrônomo, ele sabia que a leguminosa chinesa já era conhecida por técnicos e agricultores brasileiros, mas aproveitou o gesto da artista como propaganda para fortalecer a nova cultura. Enquanto ‘Pagu’ se tornava uma espécie de madrinha nacional da soja, as sementes por ela trazidas chegavam aos canteiros de todas as estações experimentais do país.

Entre as ações que mais influenciaram a produção de soja no Sul está o programa de incentivo à triticultura, para promover a auto-suficiência de produção de trigo, o qual, além do consórcio trigo-soja, contemplava políticas de estímulos à recuperação dos solos, através da “operação tatu”. A soja, uma leguminosa cultivada no verão, era consorciada com o trigo, uma gramínea cultivada no inverno. Além da cobertura do solo que uma planta oferece à outra, as leguminosas têm a capacidade de fixação de nitrogênio, melhorando a fertilidade do solo. A “operação tatu”, como o nome sugere, consistia em sulcar profundamente a terra para a aplicação de calcário e adubo, através de financiamento do Governo Federal para aquisição de insumos, máquinas e implementos agrícolas. Segundo Hasse (1996, p. 35),

O projeto era na realidade o primeiro *thriller* do primeiro pacote de tecnologia agrícola do mundo capitalista. Previa o uso de calcário para corrigir a acidez dos solos e de adubos químicos para nutrir as plantas [...]. Tudo trabalhado com modernas máquinas de preparo de solo, plantio e colheita.

Esse programa influenciou diretamente o crescimento da área plantada e da produção desses grãos no Rio Grande do Sul, quadro que sofreu alteração em 1972, com a quebra da produtividade do trigo, que foi de apenas cinco sacos por hectare. Com isso, o consórcio trigo-soja foi perdendo força com o passar dos anos, principalmente quando os subsídios ao trigo foram eliminados. Mesmo assim, considera Hasse (1996, p. 38), “os produtores continuaram fazendo do trigo um espelho [cada vez mais opaco] da soja. Em 1976, por exemplo, a produção brasileira de trigo chegou a 3 milhões de toneladas, enquanto que a de soja passava de 11 milhões.” Ou seja, o fim do subsídio à triticultura não constituiu obstáculo para a ampliação das lavouras de soja, cuja produção seguiu uma tendência de crescimento acelerado.

Os efeitos do consórcio trigo-soja e da “operação tatu”, com os incentivos ao uso de insumos químicos, máquinas e implementos agrícolas, não se restringiram ao crescimento da área plantada e da produção de cereais. Esses programas, segundo (RÜCKERT, 2003), promoveram fortes alterações na estrutura fundiária do estado do Rio Grande do Sul, elevando a concentração da terra e as taxas de arrendamento nas regiões produtoras dos grãos. Para muitas famílias, a migração foi a única alternativa encontrada para manter ou ampliar a atividade agrícola, como relata Zancopé e Nasser (2005, p. 112):

A migração de colonos gaúchos com a soja ‘no sangue’ se intensificaria a partir do sucesso da ‘Operação Tatu’ [...], o programa financiado pelo Banco do Brasil, embora tenha, às vezes, induzido a fraude, como foram os casos do ‘adubo papel’ e ‘calcário papel’, teve grande efeito de recuperar os solos gaúchos degradados que não só passaram a produzir mais, como se valorizaram, incentivando os colonos a vender suas áreas relativamente pequenas e investir o produto da venda em áreas muito maiores na fronteira agrícola que se abria no Oeste do Paraná, na parte sul do então Mato Grosso e finalmente no Centro-Oeste.

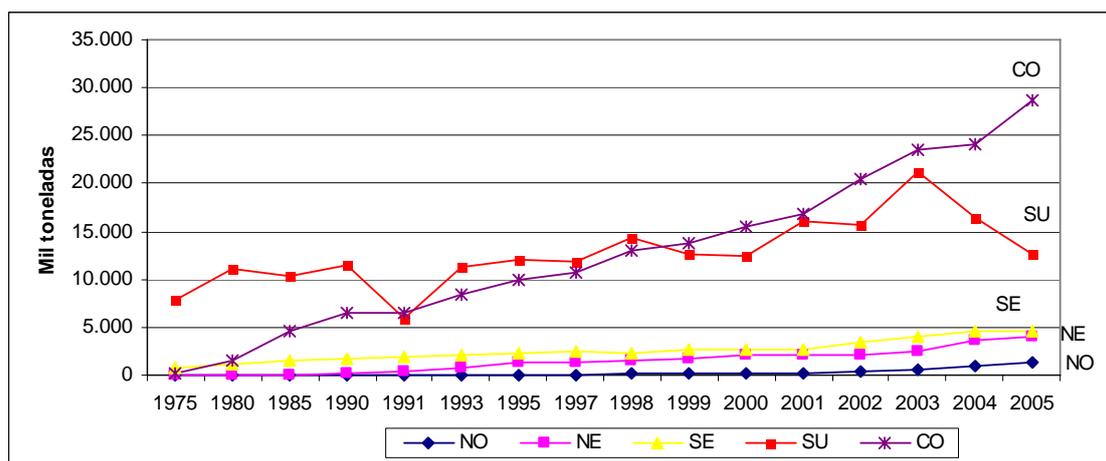
Resguardada a valoração que os atores atribuem aos programas implantados na região Sul com o objetivo de dinamizar as atividades agrícolas, o que se observa é o fato de eles terem sido decisivos na ampliação da área cultivada de soja. Segundo o Censo Agropecuário, no ano de 1960 a produção no Brasil foi de 216 mil toneladas, das quais 97% no Rio Grande do Sul. Em 1970 esse número subiu para 1,9 milhão de toneladas, tendo sido 68% produzidos no Rio Grande do Sul e 22%, no Paraná.

Em 1980 a produção brasileira foi de 13,7 milhões de toneladas, o que representou um crescimento médio anual de mais de um milhão em relação ao período anterior. Nesse contexto, a região Sul ainda assumia posição de destaque nacional, concentrando 80% da produção, com 37% e 32% nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, respectivamente. A principal diferença em relação ao período anterior consistiu no crescimento da produção nas regiões Centro-Oeste (11%) e Sudeste (8,7%). (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 1940-1996).

Se as primeiras sementes de soja chegaram ao Brasil por diferentes portos (Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul), foi efetivamente na região Sul que se consolidou como uma atividade de expressão econômica e que, a partir da segunda metade dos anos de 1970, começou a se expandir para outras partes do território nacional.

A dinâmica da soja reflete um movimento mais amplo de transformação da agricultura no país, o qual começou a se desenhar de forma mais acentuada após a segunda Guerra Mundial, quando o Brasil ampliou a importação de máquinas e insumos agrícolas. No entanto, Silva (1996), foi a partir da década de 1970 que tiveram início as principais mudanças do setor, com a substituição do “modelo de importação” pela “internalização” do departamento específico de máquinas para a agricultura, o qual estava associado aos programas oficiais de créditos subsidiados.

A combinação desses fatores foi decisiva para a ampliação da área de soja, tanto na região Sul quanto nas “novas fronteiras agrícolas”, caminhos seguidos pela colonização gaúcha no Brasil. No período de 1980 a 2005, a produção cresceu de 13,7 para 51,2 milhões de toneladas, o que representou um crescimento médio anual de 13,7%<sup>8</sup>.



**Gráfico 3** – Distribuição da produção de soja por regiões

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 1940-1996.

No Sul a soja apresentou uma dinâmica de crescimento bastante particular: no período de 1960 a 1980, o volume da produção passou de 214 mil para 11,05 milhões de toneladas<sup>9</sup>; entre 1980 e 2000, manteve-se praticamente constante, chegando a 12,5 milhões de toneladas; voltou a crescer novamente entre 2000 e 2003, declinando nos anos seguintes (ver gráfico acima)<sup>10</sup>. No período de 1976 a 2000, o total de área plantada apresentou um ligeiro declínio, caindo de 6,04 milhões de hectares para 5,9 milhões (BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, 2007). Ou seja, o período de maior crescimento foi o de 1960 a 1980 e, posteriormente, de 2000 a 2003.

No entanto, de 1980 a 2005, a produção brasileira de soja passou de 13,7 para 51,2 milhões de toneladas, refletindo, desse modo, a expansão das lavouras para as demais regiões. No Centro-Oeste, nessa época, a produção passou de 1,5 para 28,6 milhões de toneladas<sup>11</sup> e a área cultivada, de 1,2 para 10,7 milhões de hectares

<sup>8</sup> Cf. Tabela 4, Anexo G.

<sup>9</sup> Cf. Tabela 3, Anexo F.

<sup>10</sup> Cf. Tabela 4, Anexo G.

<sup>11</sup> Cf. Tabela 4, Anexo G.

(CONAB, 2007), com destaque para o estado de Mato Grosso. Assim, os dados da produção agrícola, a partir da segunda metade dos anos de 1980, permitem identificar o surgimento de uma *nova dinâmica* na agricultura da região, inicialmente ocupando as áreas de cerrado e, posteriormente, deslocando-se para as áreas de transição com a região Amazônica, que irá manter a tendência de crescimento da produção mesmo nos períodos menos favoráveis (sobrevalorização da moeda nacional e controle dos mercados internacionais).

No entanto, de 2000 até 2004, o crescimento da taxa de produção foi mais acentuado que nos anos anteriores, estimulado pelas melhores condições dos preços internacionais e pela mudança da política cambial, cuja relação Real-Dólar favoreceu a exportação dos produtos brasileiros<sup>12</sup>, período em que o volume de produção passou de 32,3 milhões de toneladas para 49,7 milhões. A região Centro-Oeste foi responsável por 50% desse total, dos quais 30% foram cultivados no estado de Mato Grosso<sup>13</sup>.

No plano específico da atividade agrícola, o crescimento da produção de soja tem refletido tanto a incorporação de novas áreas aos sistemas produtivos quanto o ganho de produtividade decorrente das inovações tecnológicas. Como resultado dos fortes investimentos públicos e privados em programas de pesquisa voltados ao desenvolvimento de variedades mais produtivas e adaptadas ao clima e aos solos de cerrado, bem como de manejos e de práticas culturais, a produtividade média nacional no ano de 2002 foi de 2.816 quilos por hectare, 28% superior à alcançada no ano de 1992 (CONAB, 2007).

Sintetizando os dados acima apresentados, a produção brasileira de soja pode ser delimitada em três períodos, desde os primeiros plantios comerciais no estado do Rio Grande do Sul, até os atuais plantios nas áreas de transição dos cerrados com a floresta Amazônica. O primeiro refere-se ao período da introdução da espécie no Brasil e estende-se até o final dos anos sessenta, com a produção concentrada na região Sul e o cultivo em consórcio com a lavoura do trigo. O segundo período, entre os anos de 1970 a 1985, tem sido amplamente analisado na literatura brasileira como o período da

---

<sup>12</sup> Segundo Brandão, Rezende e Marques (2005, p. 5, grifos do autor), “esse período 1998-2004 pode ser dividido, *grosso modo*, em dois períodos, em função do papel relativo da taxa de câmbio e dos preços internacionais na formação do preço doméstico da soja: a) 1998-2001, em que a taxa de câmbio meramente impediu uma queda dos preços domésticos da soja; e b) 2002-2004, em que a taxa de câmbio pode deixar de cumprir esse papel devido à alta dos preços internacionais da soja.”

<sup>13</sup> Cf. Tabela 4, Anexo G.

“modernização” da agricultura e da formação dos “complexos agroindustriais”, cuja produção estava fortemente concentrada na região Sul, com destaque ao estado do Rio Grande do Sul, maior produtor nacional, e ao estado do Paraná. Nessa época, a produção agropecuária foi estimulada pelos programas de crédito subsidiado, pela expansão da infra-estrutura produtiva (armazéns), pelo investimento em pesquisa e pelos programas de colonização, induzindo fluxos migratórios da região Sul para a Amazônia. O terceiro período, que se configura a partir da segunda metade da década de 1980 aos dias atuais, tem se caracterizado pela expansão e consolidação da agricultura mecanizada nos cerrados, com destaque à lavoura de soja, que se desloca em direção às áreas de floresta Amazônica. Se no período anterior a inovação tecnológica e a composição de capitais foram os elementos que melhor caracterizaram as mudanças ocorridas na agricultura brasileira, agora parece que a nova dinâmica da agricultura na região Centro-Oeste – Norte é retratada pela descentralização do poder econômico do eixo Sudeste-Sul, sem que isso represente o seu enfraquecimento e sim uma nova composição das forças sociais nas regiões de expansão das fronteiras agrícolas, com fortes repercussões sobre a dinâmica da economia regional e nacional.

O crescimento da produção brasileira de soja foi acompanhado de uma maior participação do país no mercado internacional de grãos e derivados, de tal modo que, a partir de 2002, vem superando os EUA em volume de exportação, passando a figurar como o maior exportador mundial, condição que mantém até os dias atuais (USDA, 2007).

O mercado externo absorveu 74% da produção brasileira de soja em 2006, ou seja, foram comercializados 39,6 milhões de toneladas, assim divididos: 24,9 milhões na forma de grãos (62,8%), 12,3 milhões em farelo (23%) e 2,4 milhões em óleo (4,5%)<sup>14</sup>. Ao contrário da Argentina, que prioriza a exportação de derivados, agregando um pouco mais de valor ao produto, o Brasil tem priorizado a comercialização de grãos, um efeito da Lei Kandir (LC nº 87/1996), que isenta as empresas exportadoras de produtos primários e semi-elaborados do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), criando vantagens para a exportação do grão, em detrimento do farelo e do óleo de soja.

---

<sup>14</sup> Cf. Diagrama 2, Apêndice B.

Entre os principais países importadores da soja brasileira estão: a China (10,9 milhões de toneladas), os Países Baixos (6,8 milhões), a França (2,35 milhões), a Espanha (1,86 milhões), entre outros. O consumo interno foi de 26% da produção: 9,6 milhões de toneladas de farelo, destinados principalmente à criação de frangos e suínos; 3,1 milhões de toneladas de óleo; e, três milhões de toneladas de grãos, sendo 2,7 milhões utilizados como sementes<sup>15</sup>.

É nesse contexto de crescimento mundial do consumo de óleo vegetal e de proteínas empregadas na criação animal, associado às mudanças internas, que ocorre a expansão das lavouras de soja em Mato Grosso. E isso se dá não como uma relação de causa e efeito, em que o crescimento do mercado explicaria o crescimento das lavouras de soja, mesmo porque esta relação poderia ser invertida, de modo a se justificar o crescimento do mercado pela intensificação da oferta do produto, até um ponto de saturação, naturalmente. Isso, porém, não é de todo descabido, uma vez que a soja poderia substituir outras fontes de proteína utilizadas na fabricação de ração. Sendo assim, não existe uma origem, um ponto causal a partir do qual derivam os elementos explicativos; existe, sim, um processo, de longa duração, em que relações sociais são construídas e estruturas de produção são definidas. Nesse caso, a expansão da soja deixa de ser explicada como uma resposta ao crescimento do mercado mundial, apesar de nele se apoiar, para ser explicada pelas formas como os indivíduos interagem entre si, criando oportunidades consideradas “necessárias” ao crescimento da atividade, a partir da conversão de diferentes tipos de recursos em recursos de produção.

### **3.3 A soja em Mato Grosso**

A história da soja em Mato Grosso é relativamente recente e coincide com a trajetória da migração dos colonos gaúchos, a partir da segunda metade dos anos de 1960, incentivada pelas políticas de colonização, de infra-estrutura, de créditos subsidiados e de pesquisa agropecuária, durante o regime dos governos militares. Portanto, a “expansão” das lavouras não é retratada apenas pelo crescimento da área

---

<sup>15</sup> Cf. Diagrama 2, Apêndice B.

plantada, mas por um movimento mais amplo de produção e transformação de territórios, de formas de ocupação da terra e de estruturação de relações sociais. Trata-se de um modo específico de produção de vida, a partir das condições de possibilidades encontradas e produzidas por diferentes atores. Nesse caso, é importante destacar que a introdução e a expansão desse cultivo nas áreas de cerrado, deslocando-se para as áreas de mata da floresta Amazônica, não resultaram de políticas e ações planejadas no âmbito dos programas de colonização, mas de oportunidades criadas por diferentes atores ao longo do processo de ocupação de terras. Como relata o senhor A. M.<sup>16</sup>, produtor de soja em Mato Grosso:

Nós começamos a plantar soja foi em 83, porque aqui no começo, de 78 a 82, nós estávamos no desespero já. Porque o motivo... no início a idéia era boi, chegamos aqui... para ter um bom boi tinha que melhorar a terra, tinha que recuperar, para recuperar, a via seria a lavoura, daí entramos na lavoura... é soja. Isso foi o começo. A soja aqui veio incentivada por Goiás, com formação de variedades para cerrado, para esse clima. Não existia... nós trazíamos sementes do Sul, um pouquinho assim, colocava aí, ele carregava, ficava grosso de vagem e ficava uma alturinha assim [demonstrando mais ou menos quarenta centímetros]. Aí a pesquisa começou a produzir soja para o cerrado de Goiás, isso aconteceu de 82 para 83, um pouquinho, e foi indo que nós começamos aqui com a produção de 35 sacos por hectare e hoje temos variedades para sessenta, setenta sacos por hectare, devido ao clima e variedade.

O senhor . B. A.<sup>17</sup>, também produtor no estado, argumenta que o início do plantio de soja estava associado à procura de alternativas para a crise do arroz, decorrente da baixa produtividade causada pelo surgimento de doenças:

Até no ano de 1982, por aí, era o arroz, né. Daí começou a decadência do arroz, começou doença, muita doença no arroz, porque, aqui nas aberturas quase não dava doença. Aí começou a plantar arroz, arroz em cima de arroz, arroz em cima de arroz. Aí começa a surgir as doenças, *fusarium* e tantas outras doenças. Aí, como a gente era plantador de soja lá, só que era o seguinte, a mesma soja plantada lá não produz aqui, não produzia. Eu trouxe de lá, inclusive no primeiro ano que eu vim, plantei, ela não se saiu, ficou uns quinze centímetros depois de seca, não saiu do chão, carregou mas não saiu do chão. Quer dizer, não é adaptada para a região.

Complementa esse depoimento o senhor H. P.<sup>18</sup>, agrônomo da Empresa Mato-Grossense de Extensão Rural (EMATER)<sup>19</sup>, responsável por acompanhar o início do desenvolvimento da soja no Estado:

<sup>16</sup> Entrevista com A. M. 10 de outubro de 2005.

<sup>17</sup> Entrevista com B. A. 14 de setembro de 2005.

Acredito que a soja teve como grande pressuposto a dificuldade que o pessoal tinha no arroz. Nós chegamos a produzir aqui quase novecentos mil hectares de arroz e isso constituiu uma infra-estrutura, e os caras tinham que achar alguma alternativa, a melhor alternativa depois de uma gramínea é uma leguminosa, e a soja entrou como uma luva nesse buraco do arroz, porque muita gente não queria pasto, eram de origem do Sul, de São Paulo, e eram agricultores natos, não queriam ir para o lado da pecuária, então eles investiram em soja.

Apesar de ser uma atividade realizada por agricultores que migraram predominantemente da região Sul, o cultivo da soja não resultou de políticas, de linhas de ação planejadas, concebidas no âmbito dos programas de colonização, sendo o resultado da combinação de oportunidades geradas ao longo do processo de ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste. Tanto que, em Mato Grosso, os projetos de colonização ocuparam inicialmente as áreas de mata, localizadas na região mais ao norte do Estado, para, posteriormente, ocupar as áreas de cerrado. Os plantios da soja seguiram um movimento inverso: após ocupar as áreas de cerrado, de vegetação menos densa e, portanto, mais fácil de ser trabalhada, deslocou-se para as áreas de floresta. Esse processo reflete, em certa medida, a percepção dos primeiros grupos de colonos sobre os recursos naturais, que associavam terra de cultura com área de mata<sup>20</sup>.

T. R.<sup>21</sup>, engenheiro agrônomo e filho colono que migrou para Mato Grosso em 1980, relata o interesse das famílias pelas áreas de mata:

Inicialmente aqui teve uma coisa bem marcante, se achava que terra para cultivo agrícola tinha que ser terra que tinha tora, madeira, dessa grossura, igual que tinha e tem ainda até hoje em migalhinha, em florestinha assim, mas a árvore dessa grossura, lá em Santa Catarina, no Paraná, no Rio Grande do Sul. Mas lá no Rio Grande do Sul já sabia que área de campo não serve para nada, só para pastagens. Se não tem as árvores dessa grossura a terra não vale nada. Então, o pessoal daqui, muita gente, os sabidos, aqueles pais de família, puritanos, religioso, que vai na igreja, senta no banco na frente do padre e tal, essas pessoas que não se deixam enganar tão fácil, passaram reto, foram parar em Alta Floresta, Terra Nova, Guarita, Guarantã etc. O meu pai foi parar em Aripuanã. Então veja bem, para você ver o grau de ilusão [...], que ele foi lá por causa da mata, o mapa criado no cérebro dele, o parâmetro que ele tinha é que lá em Santa Catarina a melhor terra era a que tinha mata. E aqui no Mato Grosso isso é um engano: você derruba aquela mata vira até deserto. A fertilidade é uma casquinha, o que faz a fertilidade do solo de mata é

<sup>18</sup> Entrevista com H. P. 22 de julho de 2006.

<sup>19</sup> Atualmente, Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER).

<sup>20</sup> Santos (1993), ao analisar a colonização em Mato Grosso, chama atenção para a “relação de estranhamento” enfrentada pelos colonos quando depararam com os recursos naturais da floresta.

<sup>21</sup> Entrevista com T. R. 14 de setembro de 2005.

só a matéria orgânica, é uma bobaginha de nada, você plantou arroz, capim, a terra vira... tem que destocar, calcar calcário, adubo, igual o nosso aqui do cerrado.

Os projetos das famílias assentadas na região de mata estavam associados, em um primeiro momento, ao plantio de lavouras perenes, como do guaraná, do café, da pimenta-do-reino, entre outras. As famílias que adquiriram terras nas áreas de cerrado tinham como projeto inicial a criação de bovinos, por acreditarem que os solos ácidos e de baixa fertilidade natural não eram adequados ao cultivo de lavouras. A história do agricultor A. M. repete-se entre as de tantas outras de famílias que migraram para o Médio-Norte de Mato Grosso na segunda metade da década de 1970 e início dos anos de 1980 e cujo objetivo estava associado à criação de gado, assim como a trajetória de J.M., compartilhada por tantas outras famílias, que viam nas áreas de florestas, incrustadas na região Amazônica, a possibilidade dos plantios perenes. Em nenhum desses casos a soja se apresentou como uma alternativa de produção: os elevados teores de alumínio e a baixa fertilidade natural dos solos do cerrado inviabilizavam o desenvolvimento da planta; os dias longos afetavam o crescimento e a maturação dos frutos (vagens), sensíveis ao fotoperíodo; a falta de infra-estrutura dificultava o armazenamento e o transporte da produção.

Mesmo não a configurando como atividade econômica motivadora da migração até o final da segunda metade dos anos de 1970, os colonos traziam na bagagem uma longa história de trabalho e de aprendizado com essa cultura, manifestando o interesse em cultivá-la apesar das condições adversas. Como relata o senhor A.P.<sup>22</sup>, agricultor do município de Xanxerê-SC, que migrou com a família para Mato grosso no ano de 1979:

Nossa intenção era plantar arroz e depois transformar em gado, não tinha perspectiva de soja, não tinha pesquisa, não tinha nada. Só que a gente plantava lá e eu não agüentei, plantei trinta hectares a primeira vez, isso foi em 81. E colhemos bem. A variedade deve ser de Goiás, era Cristalina e IAC2. O Vígolo [vizinho] plantou no mesmo ano que nós plantamos, só que eles plantaram e depois pararam, não deu muito certo, nós continuamos, fomos aumentando. Eu financiei esses trinta hectares no Banco do Brasil em Sinop. O Banco do Brasil não me financiou sem consultar a Superintendência. Eles não sabiam se dava ou não dava, de certo pela quantia que era pouquinha, o risco era pouco, o risco não era muito.

---

<sup>22</sup> Entrevista com A.P. 13 de outubro de 2005.

Esses depoimentos dão conta de que, até finais dos anos de 1970, os plantios experimentais de soja resultavam de iniciativas individualizadas de agricultores, constituindo práticas dispersas em diferentes pontos do Estado. Com isso, procura-se afirmar que não existe uma origem, uma causa provedora do desenvolvimento das lavouras de soja no cerrado, mas sim a combinação de diferentes elementos que concorrem para que sejam criadas as condições adequadas em termos de conhecimento, tecnologia, infra-estrutura, financiamento e mercado. Em Mato Grosso, o cultivo de soja ocorreu simultaneamente em diferentes regiões do estado, evidenciando dinâmicas e características específicas em razão do modelo de ocupação implantado.

As Figuras de 1 a 6 (Apêndice C - H), ilustram através de representação gráfica a dinâmica de crescimento dessas lavouras. A produção está concentrada em três grandes regiões: a mesorregião Sul, cujo pólo é o município de Rondonópolis; a mesorregião Norte, com duas áreas de concentração, uma ao longo da BR-163, no sentido Cuiabá-Santarém, onde está localizado o município de Sorriso, e outra na região Leste, com referência no município de Sapezal; e a mesorregião Nordeste, formada pelo vale do Araguaia, que vem se mostrando uma das últimas fronteiras de abertura de soja, potencializada pelo asfaltamento da BR-158, de acesso ao porto de Itaqui, no Maranhão.

Até a divisão do Estado<sup>23</sup>, que ocorreu em 1977, a produção mato-grossense de soja estava concentrada nos municípios que viriam a formar o estado de Mato Grosso do Sul, mais precisamente na região de Dourados, onde o Censo Agropecuário de 1975 identificou o cultivo de 121,8 mil hectares desse grão, indicando apenas três hectares<sup>24</sup> na região pertencente ao futuro Mato Grosso. O resultado da produção em 1975 demonstra que, apesar de essa região Sul estar ocupada por colonos “gaúchos”, ainda existem ali algumas barreiras que dificultam e/ou impedem o plantio de soja, podendo ser decorrentes da baixa fertilidade natural e da elevada acidez dos solos, do efeito do fotoperíodo (dias longos) sobre o desenvolvimento das plantas ou, ainda, de problemas de infra-estrutura na produção e no escoamento.

---

<sup>23</sup> “A Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, dividiu em duas faixas territoriais o antigo Mato Grosso: criou o Estado de Mato Grosso do Sul e conservou o Norte do antigo território com a denominação histórica de Mato Grosso.” (SIQUEIRA, 2002, p. 208).

<sup>24</sup> O Levantamento de Produção Agrícola contradiz as informações do Censo, indicando a área cultivada com soja, nessa mesma região, em 344 hectares (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE, 1983).

Até o final da década de 1970, a soja manteve-se como uma atividade de pequena expressão em termos de área cultivada, mas indicava certo crescimento: entre os anos agrícolas de 1978-1979 foram 5,5 mil hectares e no ano seguinte, 19,6 mil hectares<sup>25</sup>. Essa produção estava concentrada na mesorregião Sudeste do Estado, com aproximadamente 85% do total da área cultivada; o restante distribuía-se nas mesorregiões do Norte e do Sudoeste mato-grossense. A área de soja cultivada em 1979 correspondia a 2,5% do total da área plantada com arroz no Estado, principal atividade agrícola naquele ano.

Esses dados são importantes porque caracterizam o processo inicial de plantio de soja em Mato Grosso, colocando em evidência a maneira como os mercados de insumos, de máquinas e de produção vão sendo construídos à medida que os agentes mobilizam os recursos ainda dispersos. Desse modo, a concentração inicial da produção na região Sul do Estado, no entorno do município de Rondonópolis, mesorregião Sudeste, reflete as oportunidades criadas pela proximidade com outras regiões produtoras – caso do estado de Goiás, fornecedor de insumos, principalmente calcário, e de Mato Grosso do Sul, acesso a variedades melhor adaptadas – e a disponibilidade de infra-estrutura, como estradas, armazéns, bancos e serviços.

H. P.<sup>26</sup>, engenheiro agrônomo da então EMATER, descreve a passagem da soja da região Sul do Estado para a região central:

Então, da década de setenta os gaúchos chegaram em Mato Grosso do Sul e começaram a ocupação daquele cerrado, trouxe na bagagem a cultura e o conhecimento que eles tinham com a cultura da soja lá em baixo. Encontraram solos planos, profundos, latossolos, isso ajudou muito eles, e começaram a introdução da soja naquela região. Foi a partir dali que a soja expandiu para Mato Grosso. O início dela foi na região de Dourados [MS], especificamente no município de Dourados que foi um dos pioneiros. Eu estive por lá em 72, mas ela chegou antes de mim, quando eu cheguei lá já tinha um pouco de soja. Aí eu comecei a trabalhar com trigo, fazendo rotação soja-trigo [...]. O primeiro município que procuramos dar força para a soja [fazendo referência ao estado de Mato Grosso], que lançamos ela a partir de dez ou doze produtores foi Alto Taquari, por causa da proximidade de Goiás, ficava mais fácil trazer insumos para a soja de lá, principalmente o calcário, por lá ficava mais fácil trazer a soja para Mato Grosso, Alto Taquari.

---

<sup>25</sup> Cf. Tabela 5 (Apêndice III) e Gráfico 4 (Apêndice II).

<sup>26</sup> Entrevista com H. P. Cuiabá, 22 de julho de 2006.

As dificuldades encontradas pelos agricultores, ainda no final dos anos de 1970, estavam relacionadas à adaptação de variedades (atividade em curso, com os experimentos realizados pelos produtores em parceria com a EMATER e a EMBRAPA) e de técnicas de manejo de solo, devido à sensibilidade da soja à toxidez do alumínio, elemento químico presente em taxas elevadas nos solos dos cerrados e que precisava ser neutralizado através da aplicação do calcário<sup>27</sup>. As dificuldades aumentavam mais ao norte do Estado: calcário mais distante, variedades menos adaptadas e infra-estrutura mais precária. Essa situação refletia-se sobre a produtividade média das lavouras, que na segunda metade dos anos de 1970 variou entre 1.200 a 1.300 quilos por hectare, ou seja, uma média de 21 sacas por hectare<sup>28</sup>.

Os agricultores destacam, de modo geral, as dificuldades iniciais encontradas para a aquisição de insumos e variedades mais adequadas à sua região. O Senhor A.M.<sup>29</sup>, agricultor no município de Sorriso, enfatiza a importância do acesso ao calcário para viabilizar a produção:

A coisa veio gradativamente. Saiu a variedade de soja que dava certo, aí veio o aumento da produção de semente, de acordo com o consumo daqui não era difícil adquirir, produzia pouco [...] Então não era fácil adquirir, vinha tudo de Goiás. Hoje temos sementeira em Rondonópolis [...]. O problema do calcário, sorte que, quando Deus fez o mundo, fez a terra, acho que pensou em tudo, porque nós ficamos com Nobres aí com uma mina de calcário, uma riqueza natural aqui perto. Aí, calcário que mais precisa aqui, não tira de longe. E adubo, mais caro ou mais barato ele chega, né.

D. M.<sup>30</sup>, engenheiro agrônomo que chegou à região de Sorriso em 1982 para trabalhar como técnico da EMATER, relata as dificuldades iniciais de manejo e correção de solos:

A única coisa que tinha aqui [referindo-se ao ano de 1982] que era fator limitante para o plantio da soja era o investimento no solo, porque o sulista não tinha costume de investir no solo como deveria investir. Eu recorro que aí nós iniciamos a botar uma adubação e uma correção pesada; correção de acidez pesada e adubação de manutenção também pesada. E nisso causou no primeiro momento uma determinada resistência, mas foi a saída, foi a saída. Eu me recorro que você utilizava o método do alumínio, saturação de base, e aí você chegava de jogar ali de cinco a seis toneladas de calcário. Então, o que

---

<sup>27</sup> As características do solo, clima, relevo e fotoperíodo em relação aos plantios de soja nas áreas de cerrado são trabalhadas por Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (2004).

<sup>28</sup> Cf. Tabela 5, Anexo H.

<sup>29</sup> Entrevista com A. M. Sorriso, 10 de outubro de 2005.

<sup>30</sup> Entrevista com D. M. Sorriso, 11 de outubro de 2005.

a gente fazia, aquilo causava resistência no produtor. Você jogava metade no arroz, para não ficar muito pesado e também muito trabalhoso, e jogava a outra metade por ocasião do plantio da soja. Aí nós passamos a utilizar aquele método de Campinas, método de calagem, alumínio solúvel em água, aí carregamos mais ainda a calagem, mas carregava de forma profunda; o produtor gostava de incorporar de forma superficial, aquilo no arroz dava um problema sério, dava toxidez [...]. Nós não tínhamos tecnologia, nós não tínhamos um centro de produção. Se você for na Empaer você vai encontrar lá um sistema de produção, que eu participei, fomos para Cuiabá, fomos discutir, onde tinha soja, aqui, Rondonópolis, Itiquira, fomos participar de uma diretoria de soja, que é um sistema de produção. Aí nós elaboramos, baseado nessa informação que nós levamos daqui, mais algumas de alguns colegas nosso da região de cerrado, elaboramos um sistema de produção para soja. Ali nós adquirimos não só essa questão de manejo, mas adquirimos também quais os tipos de materiais tolerados e os recomendados e não recomendados para a cultura da soja, porque plantavam duas variedades do Sul do país. Então eu acho que foi um grande passo com essas diretorias da soja, um grande passo para a alavancada da soja em Mato Grosso.

Como resposta às novas variedades e técnicas de manejo de solos, na década de 1980 a área cultivada passou de 56 mil hectares para 1,7 milhão, e o volume de produção saltou de 88,8 mil toneladas para 3,8 milhões, crescimento favorecido pelo aumento da produtividade, cuja média subiu de 1.570 para 2.213 quilos por hectare<sup>31</sup>. Nas considerações de H. P.<sup>32</sup>, foi ainda nessa época que a soja começou a se consolidar no estado de Mato Grosso como uma atividade economicamente viável:

Eu considero que a partir de 1980 a soja começou a se firmar em definitivo aqui em Mato Grosso. Em 1980 foi um marco assim que ela começou a caminhar e caminhar forte. Porque do jeito que tinha empresário aqui em cima e aqui em baixo [referindo-se às mesorregiões Norte e Sul, respectivamente], do momento que a SUDAM [Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia] começou a financiar moinhos, eu não tenho a data da criação desses moinhos aqui, dessas indústrias de calcário, é que marcaram a introdução da soja aqui no Norte, porque ou você calcariava ou não tinha soja. Então, essas empresas financiadas pela SUDAM, que deram condições para que esses moinhos de Nobres e dessa região foi o que avançou a soja nessa região de cima. A lá de baixo o calcário vinha de Goiás, mas aqui em cima não, foi esse calcário de Nobres que alavancou.

H. P. coloca em destaque a importância das usinas de calcário na promoção do crescimento da área plantada. Conforme dito anteriormente, o cultivo da soja nas áreas

---

<sup>31</sup> Cf. Tabela 5, Anexo H.

<sup>32</sup> Entrevista com H. P. 22 de julho de 2006.

de cerrado deparava dois problemas “técnicos” a serem equacionados: um referente ao efeito do fotoperíodo, ou seja, o número de horas de incidência de luz sobre o desenvolvimento da planta, que foi trabalhado através da adaptação de variedades, e outro associado às características do solo do cerrado. No estado de Mato Grosso, especialmente nas áreas produtoras de soja (Planaltos), predomina o Latossolo Vermelho Amarelo (LVA): solo álico (ácido), em decorrência da baixa saturação de base (nutrientes disponíveis para a planta) e de elevado teor de alumínio trocável, responsável pela toxidez às plantas (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, 1999). Esse elemento químico é neutralizado pela aplicação do calcário, a calagem, sendo corrente a administração de quatro a cinco toneladas por hectare em áreas de abertura. O custo do transporte pode inviabilizar o processo, motivo pelo qual H. P. destaca a importância das novas usinas de calcário como estímulo para a abertura de novas áreas de soja.

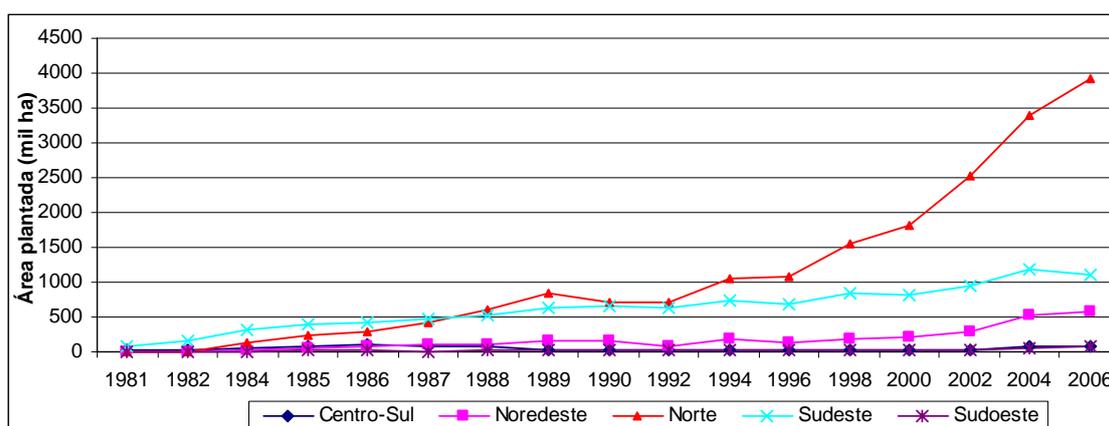
Com o destaque dos obstáculos tecnológicos encontrados pelos agricultores no início dos plantios de soja, entre eles as variedades pouco adaptadas e o manejo de solos, não se pretende explicar o crescimento dessa atividade pela sua superação, como ocorre, por exemplo, com a teoria da inovação induzida, isto é, com o fato de a inovação tecnológica induzir o desenvolvimento da agricultura. O que se busca demonstrar, antes de qualquer coisa, é que não existe um modelo pré-estabelecido para orientar o crescimento da área plantada nas áreas de cerrado. Existe, sim, práticas de mobilização de recursos orientadas para um modelo a ser construído através das oportunidades geradas pelos agentes envolvidos no processo. Não é a tendência do crescimento mundial do consumo de soja que explica isoladamente o incremento da produção no Brasil ou em Mato Grosso, mas sim as relações estabelecidas entre essa tendência com as possibilidades construídas pelos agentes, em configurações sociais específicas, ao converter diferentes tipos de recursos, inclusive econômicos, em recursos de produção.

Até o ano de 1987, a produção de soja em Mato Grosso estava concentrada na mesorregião Sudeste, que engloba a microrregião de Rondonópolis, Primavera do Leste e Alto Araguaia, com 43,7% da área cultivada. A partir desse período, ganharam expressão os plantios no Planalto do Pareci, abrangendo a mesorregião Norte, que, no final da década, passou a responder por 50% do total do plantio do Estado (INSTITUTO

BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 1989; 1990-2007)<sup>33</sup>. Ou seja, a partir da segunda metade dos anos de 1980, a taxa de crescimento da área cultivada com soja na região do Médio-Norte, especialmente ao longo da BR-163, onde estão situados os municípios de Nobres, Lucas do Rio Verde e Sorriso, e na microrregião do Parecis, composta pelos municípios de Diamantino, Campos de Júlio, Sapezal e Campo Novo do Pareci, foi mais acentuada do que no Sudeste do Estado. Além dessas, a região de Canarana, situada na mesorregião Nordeste, sentido vale do Araguaia, apresentava também uma tendência de crescimento da área plantada de soja, de tal modo que, em 1985, essa passou a figurar como a principal atividade agrícola em termos de área plantada e volume de produção, superando as lavouras de arroz.

De 1990 a 2005, a área de cultivo saltou de 1,5 para 6,1 milhões de hectares, o que representou um crescimento médio anual de 19,5%. Esse percentual foi um pouco maior em termos volume de produção devido aos ganhos de produtividade, que passaram de 2.200 para 2.900 quilos por hectare. No entanto, no ano seguinte, a área plantada reduziu em, aproximadamente, trezentos mil hectares<sup>34</sup>, reflexo, segundo os agricultores, do endividamento causado pelo descompasso entre custo de produção e preço de comercialização.

Para uma melhor visualização da dinâmica da soja em Mato Grosso, o gráfico abaixo representa a distribuição da área plantada pelas mesorregiões geográficas definidas pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.



**Gráfico 5** – MT: Distribuição das lavouras de soja (ha) por mesoregião

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1979-1989; 1990-2007.

<sup>33</sup> Cf. Apêndice C - E.

<sup>34</sup> Cf. Tabela 5, Anexo H.

A primeira característica é o crescimento mantido mais ou menos constante desde 1978, exceto em três anos agrícolas, 1991, 1992 e 1996, que apresentou ligeiro declínio, ao contrário da região Sul do Brasil, que manteve a produção mais ou menos estabilizada até o ano de 2000.

A segunda característica é que a dinâmica de crescimento não tem sido homogênea para todas as regiões do Estado, esboçando particularidades que refletem o processo de colonização adotado, a disponibilidade e os tipos de recursos naturais e o acesso à infra-estrutura de transporte, produção e serviços, que, no conjunto, irão definir as particularidades da atividade em cada região. Na mesorregião Norte, as estruturas das relações sociais e os padrões da produção agrícola diferem entre as microrregiões do Parecis e do Alto Teles Pires. No primeiro caso, os plantios de soja são realizados por agricultores e empresas anteriormente estabelecidas em outras regiões, especialmente no Sul do Estado, e que passaram a ocupar a região dos Parecis, com o objetivo de ampliar a área cultivada. No caso da microrregião do Alto Teles Pires, em que pesem suas particularidades, o plantio da soja decorre de um processo mais heterogêneo: agricultores migraram para Mato Grosso através de projetos de colonização privados, trazendo na bagagem experiências e trajetórias diferenciadas, fatores que refletiram tanto no padrão de ocupação das terras quanto nas lógicas de gestão e inserção no mercado. Essas diferenciações serão trabalhadas nos capítulos seguintes, ao longo das análises dos processos migratórios e dos mecanismos de acesso a terra.

Assim, até o ano de 1987, a mesorregião Sudeste figurava como a principal região produtora de soja, com aproximadamente quinhentos mil hectares, refletindo, entre outros fatores: a disponibilidade de uma infra-estrutura de produção um pouco mais consolidada em relação a outras regiões, o efeito de difusão de técnicas mais apropriadas às condições de cerrados, desenvolvidas nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, e o acesso a mercados de insumos e produção. Apesar do impulso inicial, o ritmo de crescimento posterior foi menos acelerado, de tal modo que, ao longo da década de 1990 até os dias atuais, a área plantada foi acrescida em seiscentos mil hectares, totalizando 1,1 milhão no ano de 2006<sup>35</sup>.

A partir de 1988, a mesorregião Norte passou a ser a principal produtora de soja no Estado, com seiscentos mil hectares cultivados, chegando a 1,1 milhão no ano de

---

<sup>35</sup> Cf. Tabela 6, Anexo I.

1996 e a aproximadamente quatro milhões em 2006. A produção concentrava-se, predominantemente, em duas microrregiões: do Alto Teles Pires, localizada na margem da BR-163, abrangendo os municípios de Sorriso, Lucas de Rio Verde, Nova Mutum, Nobres e Tapurah; e do Parecis, localizada na porção Leste do Estado, próximo à divisa com Rondônia, abarcando os municípios de Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio, Sapezal, Comodoro e Diamantino.

A mesorregião Nordeste também figura como importante produtora de soja, especialmente na microrregião de Canarana, que abrange os municípios de Canarana, Querência e Santo Antonio do Leste, entre outros. A área plantada aí foi de seiscentos mil hectares em 2006. Devido à disponibilidade de terras em áreas de cerrado e à possibilidade de escoamento da produção através da BR-158, que liga Mato Grosso ao estado do Pará e ao Porto de Itaquí, no Maranhão, a região do Baixo Araguaia tem se constituído em uma nova fronteira para as lavouras de soja.

A terceira característica refere-se à incorporação de novas terras ao sistema produtivo. Após consolidada uma determinada região, o crescimento das lavouras seguia para as áreas de menor valor imobiliário, de relevo plano e solos profundos e com acesso a infra-estrutura de transporte, o que permitiu ampliar a área cultivada por unidade produtiva, com menor investimento. Essa dinâmica tem aproximado as lavouras de soja das áreas de mata da floresta Amazônica e ampliado a escala de produção.

A lógica de incorporação de novas áreas, através da migração para as regiões de abertura mais recente, é relatada por D. M.<sup>36</sup>, agrônomo que trabalha na região desde 1982:

Nós tivemos muitos agricultores que migraram daqui em função da soja ter dado uma concentração de receita muito grande para determinados produtores que já chegaram bem, onde eles foram comprando as pequenas propriedades, pagando um preço que ele levaria dez anos para poder reaver o seu custo. Esses produtores foram subindo ou fôra se expandindo e até subindo. Uns foram para Cláudia, Feliz Natal, Tapurah, Tabaporã, uns para União do Sul, outros para Ubitatã e outros até para o Pará. Muitos pequenos produtores foram para Terra Nova e muitos foram até para o Pará. Tem uma dezena de produtores de Sorriso que não foram muito bem aqui ou que a sua propriedade era muito pequena para toda a sua família, e eles terminaram pegando um bom preço nessas terras aqui e comprando

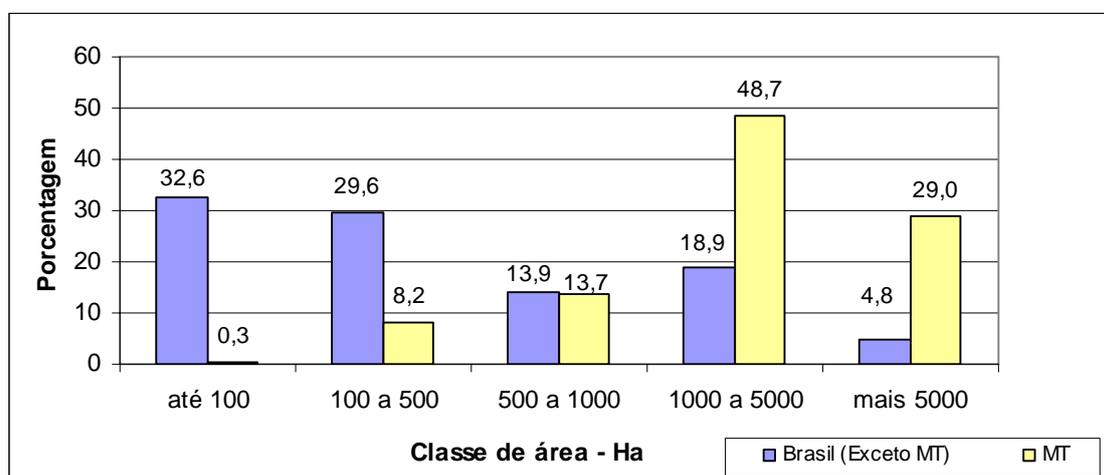
---

<sup>36</sup> Entrevista com D. M. 11 de outubro de 2005.

terras fora do município de Sorriso, dentro do estado de Mato Grosso, de forma que pudessem continuar na atividade.

Segundo o Censo Agropecuário de 1996, a área média dos plantios de soja em Mato Grosso era de 633 hectares. Enquanto isso, a média nacional, excluindo esse Estado, era de 32,2 hectares e do Rio Grande do Sul, apenas 16,8 hectares (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 1996).

Para melhor caracterizar a escala de produção das lavouras de soja no Estado, o gráfico abaixo compara a distribuição percentual dos plantios por extrato de área dos estabelecimentos entre Mato Grosso e o Brasil (dos dados nacionais extraiu-se a participação do Estado).



**Gráfico 6** – Distribuição das lavouras de soja por classes de área – Brasil e Mato Grosso, 1995-96  
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1996.

No estado de Mato Grosso, 91,4% das lavouras localizavam-se em estabelecimentos com mais de quinhentos hectares, sendo que 29% se situavam em áreas superiores a cinco mil hectares e apenas 0,3%, em estabelecimentos de até cem hectares. A distribuição nacional concentrava-se em estabelecimentos com menos de quinhentos hectares – 32% possuíam menos de cem hectares. No outro extremo estavam 4,8% das lavouras situadas em áreas superiores a cinco mil hectares.

O Sr. A. M.<sup>37</sup>, durante a entrevista, demonstrava certa timidez ao falar do tamanho da sua lavoura, que considerava pequena para o padrão da região:

Nós não cultivamos muito não, pelo padrão daqui é pouco. Aqui parece igual Itu, onde tudo é grande. Então a gente está satisfeito, porque a

<sup>37</sup> Entrevista com A. M. 10 de outubro de 2005.

gente veio de uma geração pequeninha lá do Paraná, de cem hectares de lavoura, era uma boa lavoura, passou para 1.800, a gente se contenta né. Mas tem gente que aproveitou a onda e está muito mais estourado. Mas por outro lado, tem muita gente não conseguindo sair para frente porque avançou muito e agora as coisas..., a crise, o comércio, o preço, às vezes estão em pior situação. Em tudo caso, estamos satisfeito porque estamos com os pés no chão.

A tendência no caso mato-grossense é que, de 1996 para os dias atuais, venha ocorrendo maior concentração da produção em um menor número de estabelecimentos, uma vez que faz parte da estratégia do sojicultor ampliar a área cultivada, adquirindo propriedades limítrofes ou em outras regiões. O Sr. D. L., agricultor que chegou ao município de Sorriso, em 1979, com os pais e mais quatro irmãos, adquiriu inicialmente uma área de 450 hectares e atualmente cultiva cinco mil hectares de soja, dos quais três mil são em terras próprias e dois mil, em terras arrendadas. A história dos D. L., com escala diferenciada de aquisição de terra, é recontada por inúmeras outras famílias, que, na leitura de Santos (1993), não retornaram para o Sul porque se enquadram no “modelo” de ocupação territorial das colonizadoras. A produção de soja se constitui em um processo de produção de “terras”, como relata o Sr. D. L.<sup>38</sup>:

Às vezes sobrou um dinheirinho, em vez de você guardar para financiar a próxima safra, você fala, ‘não, eu vou comprar mais um pedacinho de terra’. Isso é um erro nosso, mas, já já, Sorriso não vai ter mais área para se abrir, praticamente não tem mais, os vizinhos não vendem. Aí as terras vão valorizar, vão ser super valorizadas.

Portanto, o crescimento das lavouras de soja vem sendo dinamizado por uma contínua concentração de terras, de recursos naturais e de bens de capital. Se, para “algumas” das milhares de famílias que migraram para Mato Grosso e para a Amazônia, a “soja” proporcionou a realização do projeto de “ser colono na fronteira”, para “outras”, transformou-se em obstáculos ao acesso a terra e à permanência nela, restando-lhes a alternativa de retorno ao Sul, a continuidade da migração mais para o Norte, ou, ainda, o assalariamento nas propriedades que se abriam.

O objetivo deste trabalho é explicar o processo de expansão das lavouras de soja em Mato Grosso, cuja área plantada, nas últimas três décadas, cresceu por volta de seis milhões de hectares e de quinze milhões de toneladas, respectivamente. No entanto, a expansão dessas lavouras não expressa apenas a incorporação de novas áreas aos sistemas produtivos, o crescimento do volume de produção e produtividade e sua

---

<sup>38</sup> Entrevista com D. L. 13 de novembro de 2005.

inserção no mercado internacional de óleo e proteína vegetal. Mas revela um processo mais amplo, de longa duração, que foi e vem sendo definido por movimentos migratórios de colonos e empresas, atraídos por incentivos de políticas públicas e/ou pressionados pela estrutura fundiária local, deslocando-se para regiões de cerrados e de floresta Amazônica; pela formação de comunidades, vilas, distritos e cidades; pela desterritorialização e reagrupamento de povos indígenas e populações tradicionais, redefinindo formas de apropriação e uso dos recursos naturais; pela estruturação de novas configurações de relações sociais, políticas e econômicas; enfim, trata-se de um processo de “formação social total” e não apenas do crescimento de uma atividade econômica específica, de modo que o crescimento da área plantada e do volume de produção da leguminosa responde às maneiras pelas quais os indivíduos interagem entre si, em estruturas de configurações sociais específicas, e convertem diferentes tipos de recursos, construídos ao longo do processo de ocupação de terras, em recursos de produção.

No capítulo seguinte será analisada a relação estabelecida entre o processo de migração, no âmbito dos programas de colonização e de reocupação das áreas de cerrado e da floresta Amazônica, com a dinâmica de incorporação de áreas aos plantios de soja.

#### 4 TEMPOS DE REOCUPAÇÃO

Por que e sob quais condições a expansão dos plantios de soja para as áreas de cerrado em direção às áreas de mata da floresta Amazônica ocorreu com base em unidades de produção em larga escala? Esse problema traz duas reflexões, uma de ordem teórica, que trata das condições de possibilidades da produção capitalista em larga escala na agricultura, e outra de ordem prática, empírica, que trata das condições históricas que tornaram possível a construção de um modelo de produção agrícola com base na produção em larga escala. Para responder a essas questões e, assim, alcançar o objetivo da tese, que é explicar a expansão das lavouras de soja em Mato Grosso, no próximo capítulo serão analisadas as implicações do processo de colonização sobre a disponibilidade de terra. Não se trata de realizar uma análise do processo de colonização de terras do Brasil, mas de oferecer elementos auxiliares à compreensão da maneira pelas quais os mecanismos de acesso a terra favoreceram essa expansão.

Por que dedicar um capítulo específico para tratar da “questão da terra”, se o foco da análise sobre o “desenvolvimento da agricultura” tem sido predominantemente direcionado para fatores como composição de capital, formação de mercado e gestão de cadeias produtivas? Elementos esses que delineiam a estrutura do “agronegócio brasileiro”, cuja visibilidade principal é a sua inserção em redes internacionais de *commodities* e capital. Talvez seja essa a própria resposta, isto é, a “terra”, enquanto “mercadoria”, apresenta certas especificidades que não se enquadram no *roll* das *commodities*, pertencendo a um mercado mais “doméstico” (apesar da sua aquisição por empresas e agricultores americanos, inclusive para o plantio de soja).

O “desenvolvimento da agricultura”, ou a sua “modernização” (termos que são tratados como sinônimos), sugere uma progressiva mudança no padrão de produção e de gestão do negócio agrícola, no sentido de se adequar às lógicas e racionalidades específicas de mercados competitivos. Duarte e Castro (2004), analisando a relação entre as transformações ocorridas na agricultura e o papel desempenhado pela transferência de tecnologia, sintetizam de forma singular os pressupostos da teoria modernizante:

Até a década de 1980 ainda era comum, além do agricultor de subsistência, a presença de aventureiros, curiosos e especuladores,

que, por força do subsídio estatal e do protecionismo obtiveram lucro mesmo com pouca capacidade de gerenciar e produzir. Entre as principais mudanças ocorridas nessa década está a redução intervencionista do Estado em políticas públicas, como programas de suporte, créditos, garantia de preços mínimos, sistema de extensão rural e pesquisa. A partir dos anos 90 configura-se no ambiente empresarial agrícola uma realidade em que se exige ‘que o produtor seja um administrador rural, um profissional da agricultura dedicado ao ofício e permanentemente atualizados em novas tecnologias para modernizar o seu negócio e competir com sucesso. É a lei do mercado: competir ou desaparecer’.

A idéia principal que governa as explicações sobre as mudanças que vêm ocorrendo na agricultura, no amplo leque das abordagens modernizantes e desenvolvimentistas no qual está situado o “agronegócio”, é a utilização do mercado como mecanismo mediador e regulador das ações e dos comportamentos dos indivíduos e das empresas. A aquisição dos fatores de produção (insumos, máquinas, capital) ocorre via mercado, ou seja, por um lado, pela troca realizada entre diferentes agentes, segundo o princípio de maximização dos investimentos e, por outro, pelo equilíbrio entre a demanda e a oferta. No entanto, a realidade em volta do “mercado de terras” no Brasil é mais complexa e envolve diferentes lógicas e recursos que não “aqueles” mediados pelas “leis do mercado”, mas que têm se mostrado fundamentais para a expansão e a consolidação do negócio do “agronegócio” brasileiro. É o que Braudel (1997, p. 12, grifo do autor) denomina de “zona de opacidade”, para se referir aos elementos de formação da vida material da *civilização* no século XIX, os quais foram “ofuscados” pelas teorias econômicas ao priorizar o “mercado” como elemento explicativo da formação econômica:

O mesmo é reconhecer que não há *uma* economia, mas sim economias. A que costuma ser preferencialmente descrita é a chamada economia de mercado [...]. Foi assim que, desde o início, esta se encerrou num espetáculo privilegiado, com exclusão das outras.

Uma série de outros mecanismos, que não o mercado, tem se mostrado presente no processo de incorporação de terras aos sistemas produtivos, o que significa dizer que a transformação da “terra” em mercadorias, ou em fatores de produção, não passa necessariamente pela mediação de mercados regulados por leis específicas de oferta e procura. Em outras palavras, uma extensa zona de opacidade que encobre o “mercado” de terras foi criada pelas teorias econômicas que tratam como “externalidade” ou simplesmente desconsideram as práticas e ações que não se enquadram no modelo

teórico pré-estabelecido. Para uma análise mais próxima da complexidade da formação do mercado de terra no Brasil, mais especificamente nas regiões de abertura recente, como é o caso da região Centro-Oeste e da Amazônia, é preciso identificar as estruturas de relações sociais que possibilitam a conversão de diferentes tipos de recursos, e não apenas o econômico, em recursos de produção.

Cunha (1994 apud REZENDE, p. 1, 2002, grifo do autor), na análise que realiza acerca da ocupação agrícola do cerrado, associa o emprego de tecnologias para a correção da fertilidade e da acidez dos solos, através do uso de adubos e calcário, com a idéia de “construção do solo”, ou seja, “de recurso natural herdado, os solos de cerrado transformaram-se em *capital* artificialmente produzido.” Para o autor, o que viabiliza a incorporação dos solos do cerrado como fator de produção nas lavouras de soja é o emprego de tecnologias capazes de alterar as suas características naturais, ou seja, é uma alteração mediada pelo mercado. No entanto, essa perspectiva de análise reduz um processo de longa extensão a um conjunto de procedimentos temporalmente definidos. Para que a aplicação de calcário e adubo pudesse transformar os solos de cerrado em solos de lavoura, utilizados para o plantio de soja, foi necessária a intervenção de agentes públicos e privados no enquadramento de Povos Indígenas, que ocupavam o extenso território do Planalto do Parecis, em Terras delimitadas (VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994; GRÜNBERG, 2004; SCHLESINGER; NORONHA, 2006); foi necessário ainda o enquadramento de posseiros em áreas de assentamentos, para que as terras pudessem ser “desobstruídas” e utilizadas pelo “capital” (CASTRILLON FERNÁNDEZ, 1997); foi necessária a migração de colonos “gaúchos” pressionados pela estrutura fundiária nos Estados de origem (SANTOS, 1993); foi necessária a migração de “nordestinos”, cuja mão-de-obra era empregada na catação de raízes<sup>1</sup>. Portanto, a transformação das terras do cerrado em “mercadoria”, através da “produção do solo”, não foi um processo mediado apenas pelas chamadas “leis do mercado”, mas por um *processo social* que se realizou pela capacidade de os agentes transformarem forças políticas, culturais e, também, econômicas em recursos de produção. Sendo assim, o custo do fator de produção terra e, conseqüentemente, o custo final da produção, nas áreas de abertura recente, foi influenciado (mas não definido) diretamente pela presença desses mecanismos não mediados pelo mercado.

---

<sup>1</sup> Levantamento em pesquisa de campo.

No primeiro momento da análise procura-se destacar a importância do “estoque” de terras na região de cerrado e na Amazônia como incentivo para a migração dos colonos do Sul e do crescimento dos plantios de soja em larga escala. Em seguida são analisados os mecanismos de apropriação de terras, seja no âmbito das políticas públicas de colonização, seja pela aquisição via mercado, seja, ainda, através de ações ilícitas, de coerção e de violência.

#### **4.1 A função das “novas terras”**

Como demonstrado anteriormente, a produção de soja no Brasil passou de 45 mil toneladas, no ano de 1940, para 54,3 milhões de toneladas no ano agrícola de 2005-2006, o que representou um crescimento médio anual, ao longo dos 65 anos, de 18,2%. Além disso, até 1976 a produção nacional de soja, que já era de 12,1 milhões de toneladas, estava quase que exclusivamente concentrada na região Sul, responsável por 88% desse total. O que se procura destacar é que a produção e a área cultivada com soja na região Sul, no ano agrícola de 2000/2001, foram praticamente as mesmas ocorridas no ano de 1976 (com flutuações ao longo do período), de modo que o aumento da produção foi decorrente da abertura de novas áreas em outras regiões. O Centro-Oeste foi a região que mais absorveu esse crescimento, cuja área plantada passou, no período de referência, de 378 mil para 5,7 milhões de hectares, com destaque para o estado de Mato Grosso, que incorporou ao seu território 55% desse crescimento.

A partir desses dados, constata-se que a expansão das lavouras de soja no estado de Mato Grosso e em outras regiões brasileiras é um desdobramento e, ao mesmo tempo, uma continuidade da sua expansão e consolidação na região Sul: desdobramento porque resulta das dificuldades encontradas pelos pequenos colonos em ampliar a área da propriedade, a fim de incorporar o crescimento da família e pelos médios colonos que buscam ampliar a área do estabelecimento, devido à elevação do preço da terra. A alternativa dessas famílias foi dar continuidade ao empreendimento agrícola, adquirindo terras nas áreas de fronteira; é uma continuidade porque esses colonos foram os agentes mobilizadores de recursos para o plantio de soja no cerrado. Em outras palavras, o

crescimento das lavouras de soja da região Sul, a partir da segunda metade dos anos de 1970, ocorreu em outras regiões do país, apesar de não ter sido planejado por seus atores, uma vez que o início da migração dos colonos sulistas para o Centro-Oeste e a Amazônia antecedeu as possibilidades técnicas de plantio de soja no cerrado.

A relação entre a “modernização agrícola” e os processos migratórios na região Sul foi analisada por Santos (1993, grifos nossos), que faz as seguintes considerações:

Desde que o Golpe de estado de 1964 reprimiu e acabou com as lutas camponesas pela terra na região Sul, começou a desenvolver-se um duplo processo social na região: assiste-se paralelamente ao surto de modernização da agricultura e da política de colonização. Houve, em fins dos anos de 1960, um amplo crescimento da camada de médios produtores agrícolas, cuja base produtiva era um sistema rotativo sazonal das culturas de trigo e soja. O ‘boom’ da soja no mercado internacional desde 1973 desencadeou uma verdadeira corrida para essa cultura. Não obstante, essa expansão dos médios produtores não impediu que a estrutura da propriedade fundiária se concentrasse sobremaneira no Sul; de outro lado, houve uma nítida redução do número de pequenos proprietários. O resultado foi que a produção camponesa ficou encurralada de um lado, pela barreira da grande propriedade, mesmo mantendo terras inexploradas; de outro, foi também atingida pela expansão dos médios produtores modernizados, ávidos de ampliar suas áreas e que, bloqueados também eles pela grande propriedade, tentavam comprar as terras dos colonos. *A crise do campesinato do Sul se agravou ainda com as dificuldades dos pequenos exploradores de adquirir superfícies suplementares para poder estabelecer seus filhos; e um dos efeitos da expansão da soja foi disparar os preços da terra, reduzindo ainda mais as possibilidades de compra por parte dos camponeses.*

Por um lado, pressionados pela concentração e pelo elevado preço das terras e, por outro, estimulados pelas ofertas de áreas a preços mais baixos e de “boa qualidade”, os colonos, inseridos em programas oficiais de colonização ou induzidos por colonizadoras privadas e por imobiliárias, seguiam o caminho da migração para o “Norte”.

Nas entrevistas, os agricultores relatam como motivo desses deslocamentos as dificuldades encontradas no Sul para ampliar a área trabalho. Assim, por diferentes trajetórias, mas sempre em busca de mais terra a preços baixos, chegavam a Mato Grosso. Esta é a história do senhor A. M., agricultor em Mato Grosso, a qual se equipara a de tantas outras famílias que chegaram à região nos fins dos anos de 1970:

Sou nascido em Espumoso, Rio Grande do Sul. De Espumoso vim em 1955 para Marmeleiro, Francisco Beltrão, Sudoeste do Paraná. Em 1978 nós começamos o trabalho aqui [...]. Nós tínhamos lavoura em

Marmeleiro e comércio em Francisco Beltrão, trabalhamos seis anos com comércio dentro da cidade. Mais tarde deixei o comércio e saí para a madeira, no município do Salto da Lontra no Paraná, aí trabalhei dez anos com madeira, acabou a madeira... aí acabou vindo para cá, para o Mato Grosso, foi em 78 [...]. Vontade de crescer, de adquirir. Pouco dinheiro lá. Lá as coisas eram mais difíceis, mais resumida. Aqui o espaço era enorme. Tudo difícil, mas tudo barato para se apossear em área melhor. Foi essa ganância de a gente vir para cá, para assentar em cima de um banco melhor. Para ficar, lá tinha que ficar como estava, o dinheiro não dava para crescer, e na realidade foi acertado porque aqui o negócio foi para frente, desenvolveu e deu certo. Quando nós viemos para cá, aqui não se produzia milho, não se produzia soja, era arroz e boi, mas nós chegamos aqui no rumo do boi, nós caímos do cavalo, porque as terras daqui são muito fracas, ruins, tem que refazer, nativo aqui não produz nada. A riqueza aqui é a planície que, o que se põe aí fica, vai se recuperando o solo. Então, o objetivo mesmo era boi, já tinha um pouquinho de boi lá, pouquinho coisa mas tinha. Nós chegando aqui fomos abrindo e logo vimos que é dois períodos, seca e chuva, parava a chuva dali a 30 dias o pasto já estava secando, porque a terra não tinha nutriente. Então tivemos que voltar para trás e começar quase tudo novamente, porque agricultura leva adubo, calcário, tem que refazer a terra, tanto que aí caí fora a parte de gado. Começou com a agricultura e aí é uma máquina, é outra, é outra, é outra... adubo... calcário... abria... é calcário, é isso, é aquilo, não deu para tocar as duas coisas, acabamos entrosando na agricultura e ficamos nela. Mas não foi errado né, foi um bom negócio. [...] Então tudo começou porque nós tinha aquela vontade, família grande, geração boa, mas de pouco recursos. Essa vontade de chegar aqui e adquirir área, quantidade né.

Para essas famílias, Mato Grosso não era apenas um lugar distante, mas também desconhecido, com características de solo, clima e vegetação diferentes das da região de origem, o que exigiu, por experiência de acerto e erro, um novo aprendizado para trabalhar a terra. Isso era compensado pela possibilidade de crescimento do tamanho da área, como no caso do senhor A. M., cujos cem hectares de lavoura no Sul passaram para 1.800 na região Norte Mato-grossense. A aquisição de terra continuava após o estabelecimento das famílias na região de destino. À medida que a área adquirida ia sendo ocupada, aberta para o plantio de soja, novas vão sendo compradas, inicialmente dos vizinhos mais próximos e, posteriormente, quando necessário, em regiões mais distantes. Essa estratégia fez de pequenos e médios colonos no Sul grandes produtores e proprietários de terras no Norte.

O preço da terra de cultivo no Rio Grande do Sul era quatro vezes superior ao valor pago em Mato Grosso, diferença que poderia ser maior, dependendo da localização, da disponibilidade de infra-estrutura e da legalidade dos documentos. Em

relação aos estados do Paraná e de São Paulo, essa diferença subia para a proporção de cinco para um e de seis para um, respectivamente (REZENDE, 2002, p. 8), sendo ainda maior para as terras ainda não cultivadas. O senhor A. T.<sup>2</sup>, engenheiro florestal que trabalhou como agrimensor de uma colonizadora particular em Mato Grosso e atualmente atua como corretor de imóveis, relata que o valor da terra por ocasião da chegada dos primeiros colonos era “[...] pouco mais do que nada, pouquinho, pouquinho, valia as terras aqui. A colonizadora comprava por um e vendia por cinco, era um lucro fantástico. Agora, os números não fazem sentido hoje [...], o que eu posso dizer é que não valia nada”.

O preço baixo não era sinônimo de facilidade para aquisição, uma vez que o recurso mobilizado com a venda da terra no Sul era quase que completamente empregado na compra da nova área, restando os trabalhos de infra-estrutura e de abertura, que se constituíam no desmatamento, na catação de raiz e no preparo do solo. L. D.<sup>3</sup>, pequeno produtor de soja que chegou ao município de Sorriso em 1985, dizia não lembrar quanto o pai tinha pagado pela área, “[...] mas não era muito não, mas mesmo assim não foi fácil de pagar. Porque a gente tinha que abrir, corrigir ela, pagar [...] aí a gente sofreu um pouco porque não tinha nada dentro dela.” Argumento também defendido pelo Senhor I. N.<sup>4</sup>, agricultor no município de Querência, para quem comprar a terra não era o mais difícil, “mas até ela ficar pronta se tornava cara, tem que preparar ela”.

O preparo da terra, em muitos casos, tornava-se mais caro do que a própria aquisição, gerando dificuldades para o estabelecimento das famílias. Diante disso, as linhas de crédito do Banco do Brasil e os programas de incentivo do Governo Federal foram fundamentais para que os colonos pudessem tornar cultiváveis as suas áreas. Segundo Rezende (2002), o custo de abertura de um hectare em área de savana era de seiscentos dólares, distribuídos entre desmatamento e limpeza, que constava da catação de raiz, do calcareamento e da adubação. O autor considera que a “conversão da terra tem um custo por hectare mais baixo para áreas maiores, devido à necessidade do uso de máquinas e ao menor custo de aquisição e de transporte de quantidades maiores de insumos.” (REZENDE, 2002, p. 15).

---

<sup>2</sup> Entrevista com A. T. 12 de outubro de 2005.

<sup>3</sup> Entrevista com L. D. 01 de setembro de 2005.

<sup>4</sup> Entrevista com I. N. 16 de junho de 2006.

As grandes extensões territoriais requeridas do Estado, mas não ocupadas e trabalhadas, faziam da terra o fator de produção mais barato dentre os que compunham o custo de cultivo da soja, compensado dessa forma os valores mais elevados dos demais fatores. Também conforme Rezende (2002, p. 5), a competitividade da soja brasileira e mato-grossense em relação à americana está associada ao custo do “fator terra”: “é graças principalmente ao menor custo da terra que a produção de soja em Mato Grosso consegue ser competitiva com a produção de soja americana e paranaense”. Enquanto o custo de produção por hectare nos Estados Unidos (estado de Illinois) era de 798 dólares, em Mato Grosso era de apenas 386, diferença decorrente do referido fator terra,

[...] que lá [EUA] é de US\$ 286 contra apenas US\$ 37 em Mato Grosso [...]. A maior distância das regiões do cerrado em relação aos centros consumidores inviabiliza todo um conjunto de atividades agrícolas que têm de estar mais próximas do mercado; ora, isso faz cair o preço da terra e viabiliza as atividades, como os grãos e a pecuária de corte, que utilizam intensamente esse fator de produção e que não ‘sofrem’ muito com a distância (REZENDE, 2002, p. 5).

O preço da terra e a disponibilidade de extensas áreas foram fatores de atração para as famílias que encontravam dificuldades em manter ou ampliar a atividade produtiva na região Sul, contribuindo para o crescimento da produção, da área plantada e da escala produtiva das lavouras de soja no Brasil. As principais mudanças na escala de produção não ocorreram no Sul, como demonstra a Tabela 8, abaixo<sup>5</sup>. Da área total de soja do estado do Rio Grande do Sul, 49,6% foram cultivadas em estabelecimentos de até cem hectares, ao passo que essa participação foi de 21,9% nas propriedades acima de quinhentos. O estado de Mato Grosso apresentava um quadro oposto: apenas 0,3% da área plantada de soja ocorreram na classe de até cem hectares e 91,4%, em áreas acima de quinhentos, dos quais, porém, 29% se situavam em estabelecimentos acima de cinco mil hectares. Ou seja, é um novo padrão agrícola que se estabelece no Brasil, pelo menos em termos de escala de produção, a partir dos processos migratórios para as regiões Centro-Oeste e Norte.

---

<sup>5</sup> Os dados utilizados são do Censo Agropecuário de 1996, os quais, apesar da defasagem, são os mais atualizados para esse tipo de comparação, até que os dados do Censo 2007 sejam disponibilizados.

**Tabela 8** - Distribuição das lavouras de soja por grupo de área, 1995/96 – Brasil, RS, PR, MT

		Brasil		RS		PR		MT	
		Estabel.	Área	Estabel.	Área	Estabel.	Área	Estabel.	Área
Total	Num.	242.999,0	9.488.081,8	142.487,0	2.403.614,9	69738,0	2.267.590,0	2.746,0	1.740.391,8
	Porc.	100	100	100	100	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 100 ha	Num.	214.351,0	2.532.177,4	134.719,0	1.182.547,6	61927,0	1.073.796,2	166,0	5.443,5
	Porc.	88,2	26,7	94,5	49,6	89	47,4	6,0	0,3
100 a 500	Num.	20.635,0	2.437.870,8	6.353,0	692.621,9	6.749	755.790,0	822,0	144.182,8
	Porc.	8,5	25,7	4,5	28,8	10	33,3	29,9	8,3
500 a 1.000	Num.	4.078,0	1.321.949,4	930,0	284.119,3	694	251.518,0	579,0	238.872,1
	Porc.	1,7	13,9	0,7	11,8	1	11,1	21,1	13,7
1000 a 5.000	Num.	3.492,0	2.315.867,6	472,0	233.669,5	359	176.529,5	981,0	846.761,7
	Porc.	1,4	24,4	0,3	9,7	1	7,8	35,7	48,7
mais 5.000	Num.	443,0	880.216,6	13,0	10.656,5	9	9.956,3	198,0	505.131,6
	Porc.	0,2	9,3	0,0	0,4	0	0,4	7,2	29,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo Agropecuário (1996).

Alguns autores, como Zancopé e Nasser (2005), Hasse (1996) e Klaus (2005), definem como a causa da expansão das lavouras de soja e da mudança do padrão agrícola a ela associada os processos migratórios, que, tornando possível a presença de colonos gaúchos em diferentes regiões do Brasil, como a expressão de um movimento intencionalmente construído para dar continuidade a um modelo de produção consolidado e saturado na região de origem. No entanto, como se pôde observar, ainda que preliminarmente, tanto a migração quanto o cultivo de soja no cerrado estão inseridos em um conjunto mais amplo de mudanças, que, a partir da segunda metade dos anos de 1970 e, no caso de Mato Grosso, mais especificamente a partir do início dos anos de 1980, configurou oportunidades e possibilidades, inclusive técnicas, de produção sob as condições do cerrado. É o que demonstram as entrevistas realizadas com os agricultores: as famílias que migraram até o final dos anos de 1970 e se estabeleceram em áreas de cerrado tinham um projeto inicial associado à criação de bovinos e ao plantio de arroz; já aquelas que se deslocaram para as áreas de mata tinham as lavouras perenes como atividades principais. O fluxo migratório ocorrido a partir dos anos de 1980 foi alimentado pelas possibilidades de cultivo de soja, uma vez que a região já demonstrava as suas potencialidades para essa cultura. Ou seja, se Mato Grosso disponibilizava grandes “estoques de terras”, já disponibilizava, também, no início dos anos de 1980, período em que se viabilizavam tecnicamente os plantios, um grande “estoque de famílias” que migraram para o Estado e retomaram como atividade principal a produção de soja.

Esse argumento é importante para a análise, pois problematiza a perspectiva da linearidade atribuída aos processos sociais e econômicos. Quando a relação entre o processo migratório e de expansão da soja é analisada, observa-se que esse deslocamento representa mais uma ruptura na composição da vida das pessoas e da atividade econômica do que propriamente uma continuidade, ou, caso se prefira, representa uma continuidade marcada por rupturas. Dizendo em outras palavras, foi a negação da sua condição de produtor nos estados do Sul ou foram os limites delineados pela valorização da terra que geraram as possibilidades para que se tornassem agricultores no Centro-Oeste e na Amazônia. No caso específico da soja, para as famílias que migraram antes da década de 1980, deixar de cultivá-la foi fundamental para se tornarem novamente produtoras, agora em bases diferentes. Isso demonstra que a dinâmica dos processos sociais não é definida apenas pela posição que os agentes ocupam nas estruturas de relações sociais, nem apenas pela força de coerção que essas estruturas exercem sobre eles (o que faria com que esses mesmos agentes ocupassem sempre as mesmas posições, não alterando a dinâmica das relações), mas é definida, também, pela capacidade desenvolvida por eles de converterem diferentes tipos de recursos em recursos de produção, deslocando, dessa forma, tanto a posição que ocupam nas estruturas de relações sociais quanto a composição das relações de força nas configurações por eles estabelecidas.

Em síntese, a produção de soja no Brasil apresentou dois momentos distintos de crescimento: o primeiro na região Sul, iniciado no estado do Rio Grande do Sul e deslocado para o Paraná e Santa Catarina. O crescimento da área plantada e a mudança do padrão tecnológico em curso foram responsáveis pela concentração e elevação do preço das terras, reduzindo a possibilidade de compra pelos pequenos colonos e dificultando o crescimento dos médios produtores. E o segundo momento na disponibilização de grandes extensões territoriais a preços reduzidos, associada às políticas de incentivos do Governo Federal, favoreceu a migração de colonos do Sul para o Centro-Oeste e Norte, gerando as possibilidades de cultivo de soja nas áreas de cerrado.

Apesar da estreita relação existente entre os conflitos e preços de terras na região Sul e a disponibilidade de extensas áreas a preços reduzidos nas regiões de cerrado e na Amazônia, a expansão das lavouras de soja não foi um desdobramento contínuo e linear

mediado pelos processos migratórios, ligando os dois extremos. A viabilidade dessa produção no cerrado é construída a partir das experiências de vida dos colonos, que se depararam com novos desafios econômicos e é potencializada pelas estratégias de mobilização de recursos, dentre os quais se destacaram os incentivos de políticas públicas e os domínios territoriais. Por isso, é preciso considerar não apenas as condições de conflitos e formas de impedimentos para a continuidade do crescimento das lavouras de soja no Sul como também as “facilidades” de acesso a terra com preços reduzidos no Norte. Fundamentalmente, torna-se necessário trazer à tona as condições históricas sob as quais os migrantes “sulistas” se estabeleceram nas áreas de colonização e criaram estratégias não só para assegurar sua permanência, mas também para ampliar as possibilidades de realização econômica, procurando, assim, romper com a noção de causalidade presente nas abordagens econômicas sobre o desenvolvimento da agricultura. Nesse caso, uma questão chave para se entender o crescimento das lavouras de soja nas áreas de cerrado rumo às áreas de mata da floresta Amazônica passa pela reconstrução dos processos sociais de disponibilização de terras, tema que será desenvolvido na seqüência do trabalho.

#### **4.2 Paisagem: terra, mato e gente**

Antes de proceder à análise dos mecanismos de disponibilização, concessão e acesso a terra, serão apresentadas de forma resumida as características das unidades de vegetação, relevo e solo predominantes no Estado. Em seguida, serão descritas as atividades econômicas que aí predominaram até a segunda metade do século XX. Esses elementos são auxiliares na compreensão dos programas federais de reocupação do território mato-grossense, de modo especial, na compreensão da dinâmica de crescimento das lavouras de soja.

#### 4.2.1 Formação vegetal

A área que compreende o estado de Mato Grosso é de 903.386,1 quilômetros quadrados (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2006), com predominância de três unidades de vegetação: o cerrado, que abrange 39% do território, a floresta, 54,0%, e o pantanal, 7,0% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2004a)<sup>6</sup>.

A vegetação de cerrado ocorre em variadas condições de clima, desde os estacionais tropicais, marcados pelo período seco, que varia de três a sete meses (de abril a setembro), até os ombrífilos, sem um período seco definido. Sua distribuição está relacionada a determinados tipos de solos, na maioria profundos, álicos e distróficos, arenosos lixiviados e litólicos (solos rasos, com presença de concreções minerais); em geral são solos de baixa fertilidade natural, mas quando situados em áreas de planaltos, apresentam boa permeabilidade e estrutura física que comporta o uso intenso de máquinas. Em geral apresentam dois estratos de vegetação: um, arbóreo lenhoso, formado por árvores de pequeno e médio porte, podendo variar de um a dezoito metros, com tronco e galhos tortuosos, casca grossa e folhas coriáceas e brilhantes, e o outro, formado por uma vegetação gramíneo-lenhosa.

De acordo com a distribuição dos elementos arbóreos, o cerrado é classificado em Campo Cerrado (Savana Parque), no qual predominam componentes vegetais herbáceos e arbustivos, que variam entre um e dois metros de altura; Cerrado propriamente dito (Savana Arborizada), que melhor reflete as condições ambientais predominantes, sendo rico em espécies adaptadas ao fogo e composto por um estrato arbóreo que varia de três a dez metros de altura, um arbustivo e um herbáceo, com predomínio de gramíneas, com presença de plantas arbóreas de troncos e galhos retorcidos, cascas espessas e folhas grossas, podendo variar de dois a sete metros; Cerradão (Savana Floresta), dotado de fisionomia florestal e composto por espécies arbóreas com dossel variando de oito a doze metros de altura. Além dessas formações vegetais, há ainda a presença das matas galerias, que margeiam os rios, córregos e nascentes e as áreas de “tensão”, formadas pelo contato das Savanas com as Florestas

---

<sup>6</sup> Para melhor visualização espacial das unidades de vegetação do estado de Mato Grosso ver Anexo A.

Estacionais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2004a). O desenho abaixo representa as diferentes composições da vegetação do cerrado.



**Figura 8. Representação do bioma Cerrado.**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007).

O bioma Amazônia recobre mais da metade do território mato-grossense, ocorrendo com predominância na área Centro-Norte do Estado. É característico do clima quente e úmido, com temperaturas médias em torno de 25° C, apresentando pouca variação durante o ano e precipitação pluviométrica acima de dois mil milímetros, sem ocorrência de período biologicamente seco.

A vegetação característica desse bioma é a Floresta Ombrófila Densa, formada por árvores altas e de grande porte, característica das planícies que acompanham o rio Amazonas. No estado de Mato Grosso a ocorrência dessa fisionomia vegetal está restrita à região Noroeste, próximo da divisa com o estado do Amazonas.

A Floresta Ombrófila Aberta e a Floresta Estacional Semidecidual são as fisionomias florestais de maior ocorrência no Estado. A primeira caracteriza-se pelo predomínio de árvores mais espaçadas e de estrato arbustivo pouco denso, presente em áreas cujo período seco varia de dois a quatro meses de duração e que se localizam predominantemente ao norte do Estado, como uma extensão das Florestas Ombrófilas Densas e em contato com as áreas de cerrado, formando uma extensa área de Tensão Ecológica. A segunda ocorre em áreas de clima com duas estações bem definidas, uma chuvosa e outra seca, com acentuada variação de temperatura, o que determina uma estacionalidade foliar das árvores, que chegam a perder entre 20 e 50% das folhas no período seco. Em Mato Grosso a ocorrência dessa fisionomia vegetal está concentrada na região Sudoeste, divisa com o estado de Rondônia (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2004a; SCHWENK, 2005). O desenho abaixo representa as alterações de paisagem da Floresta Ombrófila Aberta.



Figura 9 – Representação do bioma Floresta

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007).

Além dessas variações típicas de florestas, o estado de Mato Grosso é formado por uma extensa área (entre os paralelos 11° e 13°), denominada Tensão Ecológica ou zona de transição entre as unidades de paisagem florestal e de cerrado. A superfície ocupada pela floresta é interpenetrada pelo cerrado, compondo uma unidade de paisagem que absorve características fisiográficas e vegetais tanto do bioma cerrado quanto do bioma floresta.

O enquadramento da chamada “área de transição” tem sido objeto de disputa entre Estado, movimentos ambientalistas e produtores, uma vez que a Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001 (BRASIL, 2001), alterou os dispositivos do Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 1965), que regulamentavam as Áreas de Reserva Legal<sup>7</sup> e de Preservação Permanente<sup>8</sup>. Originalmente, o Código Florestal definia em 50% a área de Reserva Legal para as propriedades situadas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste, e a Medida Provisória ampliou-a para 80%, reduzindo, dessa forma, a conversão dos biomas nativos em terra de cultura e pastagens.

Para os agricultores e pecuaristas, cujas atividades refletem na intensa ocupação do solo, a área de transição, que converge floresta e cerrado, deve ser enquadrada na categoria de cerrado e para os “movimentos ambientalistas” e setores do Estado, deve ser enquadrada, tal como regulamenta a Medida Provisória, como área de mata, garantindo a preservação de 80% da vegetação natural.

---

<sup>7</sup> Área de Reserva Legal – “Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas” (BRASIL, 1965, Art. 1º).

<sup>8</sup> Área de preservação permanente – “Área protegida [...], coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 1965, Art. 1º).

A mudança da legislação teve forte influência na dinâmica do crescimento das lavouras de soja em Mato Grosso, uma vez que a principal área de expansão, o Médio-Norte, foi enquadrada nos novos parâmetros de preservação (tema que será trabalhado nos próximos capítulos). Isso não necessariamente tem refletido na mudança do padrão ocupacional da região, como relata o Sr. S. R.<sup>9</sup>, técnico agrícola que chegou na região Norte Mato-grossense em 1982 para trabalhar como técnico da EMATER:

Era uma região de cerrado, tida por cerrado, isso aqui passou por cerrado, na verdade aqui é uma área de mata, Sorriso é uma área de transição. Aliás, hoje não existe isso, para o IBAMA não existe, ou é mata, floresta, ou é cerrado, não existe essa categoria de transição, né. Mas aí criou-se aqui em Mato Grosso, através da FEMA, a Área de Transição, um intermediário entre cerrado e floresta. Aí eles criaram ainda outro termo que é o Cerradão. Ora, cerrado, cerradinho, campo, campo tudo bem, cerradão? Então é um termo que tecnicamente eu desconheço. Se você vai conversar com um profissional, um engenheiro florestal, por exemplo, essa classificação Cerradão eu conheci aqui em Sorriso. Na verdade, aqui em Sorriso, como foi muito rápido o processo de desbravamento, muito acelerado a ocupação das terras aqui em Sorriso, criou-se até essa idéia de que aqui fosse cerrado. A maior parte da extensão geográfica de Sorriso seria cerrado, mas na verdade não é, passa-se por essa área de transição. Hoje você pega algumas reservas ou algumas margens de rio, para o lado da Barreiro, divisando aí com Sinop, também Tapurah, alguns trechinhos ali divisando com Vera e também Nova Ubiratã, você vai perceber que ainda existe essas características dessas partes de reserva que é mata mesmo. Uma vez eu até brinquei, ‘mudou o paralelo de Sorriso, porque estão classificando tudo aqui como cerrado e estão desmatando’.

O tipo de vegetação predominante (cerrado e transição das florestas com o cerrado) contribuiu para a expansão das lavouras de soja no Estado, tendo sido ocupados inicialmente as áreas com vegetação menos densa (cerrado), nas regiões Sul e Centro-Norte, e que representavam custos mais baixos de abertura e preparação, e posteriormente as áreas mais densas (transição cerrado/florestas), com custos mais elevados. É o que relata o Senhor A. P.<sup>10</sup>, com propriedade situada em “áreas de cerrado”: “se via muita viabilidade na abertura dessas áreas, com dois tratorzinhos de pneu você fazia um estrago. O custo para nós abrir era baixo”.

A prioridade dada às áreas de cerrado também estava associada ao tipo de máquinas utilizado para o desmatamento, como informa o Sr. B. N.<sup>11</sup>, produtor de soja,

---

<sup>9</sup> Entrevista com S. R. 02 de setembro de 2005.

<sup>10</sup> Entrevista com A. P. 13 de outubro de 2005.

<sup>11</sup> Entrevista com B. N. 13 de setembro de 2005.

engenheiro agrônomo e proprietário de uma empresa de assistência técnica, ao comparar o processo de abertura das áreas de cerrado e de mata:

A vegetação lá [Sinop] é diferente, é mata. Mata na época era difícil de abrir, grande parte dela era manual. Derrubava manual, plantava mandioca, deixava os tocos no meio e com o tempo foi tirando. Aqui [Sorriso] era cerrado, cerrado fraco. Aí chegou um pessoal naquela época, com uns tratores pequenos, na maioria deles CBT, e máquinas bem deficientes mesmo. Na verdade eu não conheci o sul naquela época, mas vieram os tratores mais rústicos que tinham, eu acho que 90% deles eram CBT mesmo.

#### 4.2.2 Unidade de relevo

Segundo a classificação de Ross (1996 apud VASCONCELOS, 2005), o relevo de Mato Grosso apresenta três tipos de unidades geomorfológicas: os planaltos, as depressões e as planícies. Para efeito de análise dos plantios de soja, apenas os planaltos têm representação em termos de área cultivada, de modo que será priorizada aqui apenas a caracterização dessa unidade de relevo.

Planalto é um termo utilizado em geral para designar “regiões de relevo suave, porém de altitude relativamente mais elevada, podendo ou não ser contornada por relevos mais rebaixados, apresentando, contudo sempre em um dos lados, um desnível altimétrico abrupto” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2004b, p. 246).

Mato Grosso possui como unidade de paisagem três formações de planaltos: Planalto em Bacias Sedimentares, Planalto em Intrusões e em Coberturas Residuais de Plataforma e Planalto em Cinturões Orogênicos<sup>12</sup>. Nas duas últimas formas, os Planaltos comportam relevos mais acidentados, impedindo ou dificultando o uso agrícola em larga escala. É o caso dos Planaltos e Serras Residuais do Norte de Mato Grosso, que ocupam uma vasta área “[...] toda pontilhada por intrusões graníticas que determinam formas de relevo em morros de topos convexos com distribuições descontínuas.” (VASCONCELOS, 2005, p. 226). Características semelhantes são encontradas na Província Serrana e nas Serras Residuais do Alto Paraguai, que

---

<sup>12</sup> Cf. Unidades de relevo Mato Grosso, Anexo B.

[...] compreende um conjunto de serras de cristais paralelas com topos arrasados e depressões interplanálticas localizadas na porção sul do estado [...]. Essas serras são intensamente dobradas e falhadas por processos orogênicos e posteriormente trabalhadas por vários ciclos erosivos.” (VASCONCELOS, 2005, p. 227).

Os Planaltos formados em Bacias Sedimentares apresentam características topográficas amplamente favoráveis à mecanização dos solos e ao desenvolvimento de lavouras em larga escala. Em Mato Grosso foram identificados, nessa unidade morfológica, o Planalto e Chapada dos Parecis, o Planalto e a Chapada dos Guimarães e o Planalto dos Alcantilados – Alto Araguaia.

O Planalto do Parecis é formado por uma grande superfície que se estende do Leste de Mato Grosso até a divisa com o estado de Rondônia, predominando como forma de relevo os topos planos e ligeiramente convexos, constituindo em extensos platôs (VASCONCELOS, 2005, p. 224). Concentra a maior extensão de área cultivada de soja no Estado, abrangendo a região de Sapezal, na microrregião do Parecis, e a região da BR-163, nas microrregiões do Alto Teles Pires e de Sinop.

A Chapada dos Guimarães é formada por uma extensa área de relevo aplainado, cujas altitudes variam de seiscentos a oitocentos metros, localizando-se predominantemente na porção Centro-Sul do Estado, área limítrofe com a baixada cuiabana. Sobre esse Planalto estão localizadas as lavouras de soja dos municípios de Campo Verde, Chapada dos Guimarães e Primavera do Leste.

O Planalto dos Alcalinados está situado mais na porção Sul do Estado, divisando com os estados de Goiás e de Mato Grosso do Sul. De acordo com Vasconcelos (2005, p. 225, p. 225), nesse planalto “[...] destacam-se feições de relevos conservadas, diferenciadas pela altitude [...], que se caracterizam por topos planos e pouco inclinados, delimitado por escarpas com altitudes em torno de 800 metros.” Nessa unidade de relevo estendem-se os plantios de soja da região Sudeste do Estado.

Os latossolos são predominantes nas regiões conformadas pelos Planaltos em Bacias Sedimentares: são solos minerais (baixa concentração de matéria orgânica), álicos (ácidos com)  $PH < 5,6$ , profundos, bem drenados (não hidromórficos), com médio teor de argila e de baixa fertilidade natural, ocorrendo, portanto, nos relevos planos a suavemente ondulados.

Em síntese, as condições de clima, solo, relevo e vegetação não são os únicos nem os principais elementos indutores de processos produtivos na agricultura na e pecuária, de modo que potencializam e são potencializados pela relação estabelecida com processos sociais em curso: são fabricações mútuas de sociedade e de natureza. No caso de Mato Grosso, uma extensa área de Planalto, com topografia plana, vegetação de baixa densidade florestal, solos profundos e bem drenados, clima relativamente estável, dividido em duas estações bem definidas, compôs uma configuração de recursos que favoreceu o rápido crescimento das lavouras de soja.

A predominância dos cerrados como cobertura das áreas de Planaltos e Chapadas proporcionou menores investimentos para a abertura de novas áreas de plantios, compatibilizando-se com os tipos de tecnologia de mecanização disponíveis entre os colonos que migraram a partir dos anos de 1970 (tratores de baixa potência); os Planaltos, como unidade de relevo predominante, favoreceram a implantação do cultivo em larga escala, aumentando o rendimento por unidade de trabalho; os latossolos, apesar da baixa fertilidade natural e da acidez, sustentaram o intenso trabalho de mecanização; e a regularidade climática, com duas estações bem definidas, facilitou o desenvolvimento do ciclo produtivo. A combinação desses fatores, associada aos processos migratórios, aos mecanismos de políticas públicas de concessão de terras, de programas de créditos subsidiados, de desenvolvimento de tecnologia, de construção de infra-estruturas e de formação de mercados, foi decisiva não só para transformar a “natureza” em ambiente de produção, mas também para transformar todo o conjunto de relações sociais constitutivo dos processos de ocupação e reocupação de terras.

#### 4.2.3 Os ciclos econômicos

O primeiro ciclo econômico de Mato Grosso estava ligado à mineração e ao aprisionamento de índios. As monções do Sul, conduzidas por bandeirantes paulistas em busca de riquezas minerais e de “[...] uma mercadoria que segundo eles abundava nos sertões brasileiros: os índios.” (SIQUEIRA, 2002, p. 30), no início do século XVIII, alcançaram as terras que mais tarde passaram a pertencer à província de Mato Grosso.

Em 1719 foram localizadas as primeiras jazidas de ouro nas margens do rio Coxipó, quando, no mesmo ano, foi fundada a cidade de Cuiabá. Com a escassez dessas minas e de outras próximas à cidade nascente e pressionados pelos altos tributos impostos pela Coroa, os mineiros deixaram Cuiabá em busca de novas lavras. Em decorrência da descoberta de veios auríferos no Vale do Guaporé, em 1752 foi fundada a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital mato-grossense. Até o fim do período Colonial, 1820, a principal atividade econômica do estado de Mato Grosso foi a mineração. No entanto, pequenas atividades agrícolas foram desenvolvidas para atender os grupos populacionais que se formavam em torno das áreas de extração mineral (SIQUEIRA, 2002, especialmente unidade 2).

O fim desse período foi marcado pela transferência da capital mato-grossense para Cuiabá, em 1824, em consequência da crise da extração de ouro e do desenvolvimento de novas atividades econômicas. Ao longo do período Imperial, compreendido entre os anos de 1822 e 1889, e até o início da segunda metade do século XX do período Republicano, as principais atividades econômicas do Estado estavam relacionadas ao extrativismo vegetal e mineral (diamante), às usinas de produção de açúcar e álcool, à pecuária extensiva e ao comércio, dinamizadas pela intensa navegação fluvial dos rios que compõem a Bacia do Prata (Rio Paraguai, Rio Cuiabá, Rio Paraná e seus afluentes).

A expansão da pecuária ocorreu sobre as áreas de pastagens nativas das regiões que compreendem as bacias do Pantanal, do Guaporé e do Araguaia, com destaque para a primeira, devido ao intenso fluxo comercial estabelecido com a região Sudeste e com outros países. Como relata Siqueira (2002, p 118),

Apoiado inicialmente na navegação pelo rio Paraguai, um grande número de empresários se interessou em investir no criatório pastoril. O gado de corte era enviado para os estados de Minas Gerais e São Paulo, através de longos caminhos terrestres, uma vez que os animais não tinham condições de ser conduzidos pela via fluvial.

As grandes fazendas, situadas nas margens dos rios, dispunham de infraestrutura para o abate dos animais e o processamento da carne, como era o caso da Fazenda Descalvado, localizada na margem direita do rio Paraguai, abaixo da cidade de Cáceres, que possuía “[...] a fábrica industrial mais importante da Província, já pelo material empregado e das fazendas de gado que lhe estão anexas, já pela importância dos impostos que paga à Província.” (BORGES, 2001 apud SIQUEIRA, 2002, p. 119).

A erva-mate, extraída dos ervais localizados no Sul do atual Mato Grosso do Sul, era um produto muito valorizado nos mercados do Prata. Inicialmente, a atividade foi desenvolvida pelo comerciante Tomás Laranjeira, que requereu ao governo da província de Mato Grosso, no ano de 1878, licença para explorar os ervais nativos da região. Com a concessão, foi criada a Companhia Mate Laranjeira, cujo principal mercado era a Argentina, que processava a erva em diferentes tipos de chás e a exportava para a Europa. Essa licença foi estendida até o início do governo Vargas, quando a arrendamento das terras foi suspenso (SIQUEIRA, 2002; HIGA, 2005).

A poaia (*Cephaeles ipecacuanha*) é um arbusto cuja raiz é rica em emitina, substância utilizada na fabricação de diversos medicamentos para o tratamento de bronquite e coqueluche. Em Mato Grosso é nativa nas áreas de mata localizadas entre as bacias hidrográficas dos rios Paraguai e Guaporé, ocupando a porção Sudoeste do Estado. Até 1940 praticamente toda a produção era exportada para a Europa, quando foram instaladas as primeiras indústrias farmacêuticas no Brasil (SIQUEIRA, 2002; HIGA, 2005). O desenvolvimento de substâncias sintéticas substituiu o uso da poaia na fabricação de medicamentos, cuja extração ficou restrita a algumas comunidades tradicionais.

A extração do látex teve o seu apogeu entre o final do século XIX e início do XX, período em que o Estado recebeu forte fluxo migratório de outras regiões, especialmente do Nordeste, contribuindo para o crescimento de alguns núcleos urbanos existentes, como Cáceres, Rosário Oeste e Cuiabá. A principal região produtora estava localizada no Centro-Norte, margeando os grandes rios da região. O crescimento da produção asiática, no início do século XX, contribuiu para a queda da produção brasileira. Atualmente, Mato Grosso possui apenas uma área de extrativismo da seringa, localizada no município de Aripuanã, nas margens dos rios Roosevelt e Guariba, divisa com o estado do Amazonas.

A instalação das grandes usinas de açúcar em Mato Grosso está associada à abertura da navegação pelo rio Paraguai, a partir de 1856, com a assinatura do tratado que permitiu a livre navegação, facilitando a importação de máquinas e a exportação da produção. Nesse período grandes usinas foram instaladas ao longo dos rios Cuiabá e Paraguai, atividade que entrou em decadência na década de 1940, com a criação das

indústrias canavieiras nas regiões de São Paulo e do Rio de Janeiro. Higa (2005, p. 30) considera que um fator que em muito contribuiu para o fim desse ciclo

[...] foi a política empreendida pelo Governo Vargas de combate ao coronelismo – representado em Mato Grosso principalmente pelos usineiros –, que resultou em inspeções federais nas usinas e punição aos proprietários pelos descumprimento das leis trabalhistas. A política de centralização do poder de Vargas privilegiou os usineiros do Sudeste, desarticulando a atividade em Mato Grosso e resultando em perdas de oferta de trabalho.

Como se demonstrou, as principais atividades econômicas do estado de Mato Grosso, desde o período Colonial até o início da segunda metade do século XX, estiveram associadas, predominantemente, ao extrativismo mineral e vegetal, ao uso de pastagens nativas e ao desenvolvimento de lavouras nas áreas de maior fertilidade natural, próximas aos canais de navegação, como no caso da produção de cana-de-açúcar para os engenhos.

Desse modo, essas atividades se estabeleceram em áreas específicas, explorando os recursos naturais disponíveis: a pecuária foi desenvolvida em áreas de pastagens nativas localizadas nas bacias do Pantanal, do Guaporé e do Araguaia, assim como em algumas áreas de campo cerrado, da baixada cuiabana e do vale do Araguaia; a cana-de-açúcar foi cultivada nas áreas de fertilidade natural mais elevada, próximas aos rios navegáveis da bacia do Prata, onde estavam situadas as grandes usinas; o látex, a poaia e a mineração também ficaram restritas às áreas de ocorrência.

Até esse período, Mato Grosso dispunha de uma grande extensão territorial que recobria parte da região Sul, principalmente o Planalto dos Alcantilados – Alto Araguaia; parte da região central, abrangendo o Planalto e a Chapada dos Guimarães e praticamente toda a extensão do Planalto; e a Chapada dos Parecis, que recobre a mesorregião Norte e parte da mesorregião Nordeste do Estado. Como foi dito no item anterior, são áreas de solos ácidos, de baixa fertilidade natural e com variação de unidades de vegetação entre cerrado e floresta, características restritivas para a incorporação delas aos modelos de produção e às estruturas produtivas disponíveis.

Foi sobre esse extenso mosaico de terras que, a partir da segunda metade dos anos de 1930, um novo modelo de ocupação passou a ser construído, inicialmente através do programa *Marcha para Oeste*, lançado por Getúlio Vargas em 1937, e, posteriormente, pelos programas de colonização dos governos militares. Os argumentos

eram os mesmos: ocupar o grande “vazio demográfico” e unificar política e economicamente o território nacional. Temas abordados nos itens seguintes.

### 4.3 Os programas de reocupação

O objetivo aqui não é realizar uma análise dos programas oficiais de ocupação das regiões Centro-Oeste e Norte, implantados a partir da década de 1940, mas analisar de que maneira eles se inseriram e contribuíram para a construção de um processo social de longa duração, que resultou na expansão das lavouras de soja no Brasil, de modo particular no estado de Mato Grosso.

A análise será focada em dois grandes programas: *Marcha para Oeste*, implantado por Vargas em 1937 e que desempenhou papel preponderante na construção de infra-estrutura e implantação de cidades na região do Vale do Araguaia, proporcionando, desse modo, o acesso e a apropriação das terras locais por fazendeiros, empresas e outros grupos da região Sudeste do país; e os programas de colonização instituídos a partir da segunda metade dos anos de 1960 e direcionados para a ocupação de diferentes regiões do Estado, mediante processos migratórios de “sulistas” e “nordestinos” para a Amazônia.

#### 4.3.1 Na “Marcha para o Oeste”

A expressão “Marcha para Oeste” é utilizada para designar, de um modo geral, os movimentos de reconhecimento, exploração e ocupação que partiam do litoral brasileiro rumo ao “interior”, isto é, ao oeste. A obra de Ricardo (1970) retrata a amplitude desses deslocamentos, cujo objetivo era a conquista do “sertão”, inicialmente promovidos pelas incursões das bandeiras e, posteriormente, como resultado da ação direta do Estado para ocupação das terras do Centro-Norte do país. Em nota explicativa, para a quarta edição da sua obra, o autor faz a seguinte consideração:

*Falou-se, desde a 1.<sup>a</sup> edição, em Marcha para Oeste, ao invés de ‘para o Oeste’. Para Oeste quer dizer apenas em oposição ao litoral. Qualquer deslocação do litoral para o interior seria inevitavelmente para Oeste; isto é, para o poente, e não ainda para a região onde, no Brasil, e já traçados os seus limites, estão situadas agora as terras de Mato Grosso, para os paulistas, e as do Acre, para os cearenses. No se tratava como hoje, do Oeste do Brasil. Direi então: para Oeste, ao início, para um Oeste sem saber até onde; para o Oeste, depois, para o Oeste já determinado. No primeiro caso o rumo; no segundo, a região, a unidade geográfica (RICARDO, 1970, p. xxxix, grifos do autor).*

Para fins deste trabalho será considerado estritamente o programa *Marcha para o Oeste*, criado por Vargas e implantado a partir de 1937 como mecanismo de disponibilização, acesso e ocupação de terras. Tratava-se de um projeto amplo, cujo objetivo era unificar as fronteiras econômicas e políticas do Brasil, garantindo dessa forma a “integridade do território nacional”, que se encontrava fragmentado devido à existência de “extensos vazios demográficos”. Portanto, a *marcha* do Brasil litorâneo ao encontro do Brasil do sertão, no sentido *oeste*, foi a construção de um projeto de afirmação da identidade nacional sob os novos arranjos de “modernização” e industrialização da economia brasileira, como retratado no discurso de Vargas ao apresentar o projeto modernizante do Estado Novo para a sociedade brasileira, em 1938:

Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que o verdadeiro sentido da brasilidade é o rumo ao Oeste. Para esclarecer a idéia devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. *Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território.* Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitirá a hipótese de ver cedido um palmo desta terra, que é sangue e carne de nosso corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeado por espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e suas fronteiras políticas, coincidem com as fronteiras econômicas. *Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador,* pela falta de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se entre elas o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que se dispuserem todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão, teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial. Deste modo o programa do ‘Rumo ao Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração de modernos processos de cultura. *Precisamos promover essa arrancada sob todos os aspectos e com todos os*

*métodos, a fim de suprimirmos os espaços demográficos de nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Não ambicionamos um palmo do território que não seja o nosso, mas temos um expansionismo que é o de crescermos dentro da nossa própria fronteira (CANCELI, 1983 apud PIVETA; BANDEIRA, 1993, p. 77, grifos nossos).*

Para colocar em “marcha” o processo modernizante e desse modo povoar os “vastos espaços despovoados”, foram criadas, em 1943, a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central. A primeira tinha como atribuição o reconhecimento da vasta região compreendida entre a Serra do Roncador e o Baixo Xingu, a definição de locais estratégicos para a formação de cidades e pistas de pouso e a abertura de picadas para a construção de estradas. A segunda tinha por finalidade implantar os núcleos populacionais, criando condições de infra-estrutura a fim de que os migrantes pudessem se estabelecer. Ou seja, segundo Villas Bôas (1994), “o primeiro órgão era, assim, a vanguarda do segundo”.

Quando começou a expedição Roncador-Xingu, a população do estado de Mato Grosso era de 193,6 mil habitantes, cuja densidade demográfica não passava de 0,15 habitantes por quilômetro quadrado (MORENO; HIGA, 2005), concentrada em alguns poucos municípios próximos a rios navegáveis, como Cuiabá, Cáceres, Corumbá e Campo Grande. Uma grande extensão de área abrangendo todo o Médio-Norte do Estado, no sentido leste-oeste, exceto alguns pequenos núcleos de extrativismo, constituía o “vazio demográfico” ou as “áreas brancas” que precisavam ser ocupadas para garantir a integração nacional. Nas palavras dos Irmãos Villas Bôas, responsáveis pela “vanguarda” da expedição,

O grande sertão do Brasil central, compreendido entre o rio Araguaia e seus afluentes da esquerda, a leste, o Tapajós com seus formadores a oeste, os chapadões mato-grossenses ao sul, e uma linha correspondente aproximada ao paralelo 4 [L.S.], que corta aqueles rios na altura de seus encachoeirados, com uma área de aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados, até poucos anos era a região menos conhecida de todo o continente americano, talvez do mundo (VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 41).

Em que pese a força das palavras de personagens que viveram ativa e intensamente as dificuldades de reconhecimento de áreas de difícil acesso, dispondo de poucos recursos, a região Norte do estado de Mato Grosso, salvo alguns povoados nas margens do rio Araguaia e áreas de extrativismos (mineral e vegetal), até os anos de 1940-1950, era distante não só da população que se firmava nos aglomerados urbanos

das planícies do Pantanal, como também das ações públicas que não demonstravam interesses pela região. O difícil acesso, a inexistência de infra-estrutura, a falta de recursos, entre outros motivos, fez com que os governos estaduais deixassem de priorizar o “Norte” para se dedicar ao “Sul”, com caminhos navegáveis para a exportação dos produtos primários. Isso contribuiu, de certa maneira, para manter a região Norte por muito tempo desconhecida das “sociedades portuárias” dos rios pantaneiros.

À medida que a vanguarda da Expedição Roncador-Xingu avançava, abrindo picadas e construindo pistas de pouso, a invisibilidade do povoamento do “sertão” ia ganhando visibilidade. Após deixar as margens do rio das Mortes, afluente esquerdo do rio Araguaia, surgiram os primeiros sinais da presença de povos indígenas. Incomodados com o avanço da expedição sobre o seu território, os Xavantes, utilizando fogo, camuflagem, sons imitando animais, procuravam refutar a presença dos desconhecidos, com os quais não demonstravam interesse algum em um possível contato:

De alguns dias para cá temos notado uma ronda mais assídua dos índios [...]. A proximidade de um aldeamento definitivo é o que tem acarretado essas visitas mais constantes [...]. À noite os cachorros não param de latir, correndo ora numa direção ora noutra, completamente desorientados. Já não há mais tranqüilidade. Notamos que diversos homens permanecem acordados quase que a noite toda. Volta e meia cai, entre as redes, um pau ou uma pedra, atirados pelos *donos do lugar* (VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 73, grifo do autor).

A expedição cortou todo o território ocupado pelos Xavantes, até chegar ao rio Kuluene, sendo acompanhada de perto pelos nativos e sob sua vigilância permanente, embora não manifestassem qualquer interesse em um possível contato. No seu percurso, a expedição penetrou em territórios de outros povos, que foram sendo contactados, e até mesmo incorporou alguns índios ao grupo de vanguarda.

Os índios que habitavam as bacias do Xingu, do Araguaia e de outros rios da região Norte do estado de Mato Grosso, formadores da bacia Amazônica, não eram desconhecidos da sociedade brasileira. Outras expedições, com o propósito de identificar esses povos, já haviam sido realizadas, como as viagens etnológicas do médico psiquiatra alemão Karl von den Steinen (COELHO, 1993), que passou a se interessar por estudos antropológicos, entre eles dos povos do Brasil Central. Von den Stein realizou duas viagens para a região do Xingu, a primeira, de maio a outubro de

1884, e a segunda, de fevereiro de 1887 a maio de 1888, quando foram identificados e contatados alguns desses povos (THIEME, 1993)<sup>13</sup>. A extensão do território, associada à riqueza dos recursos naturais (fauna, flora, rios, com destaque para a caça e pesca), contribuiu para uma grande concentração de povos na região.

Segundo a FUNAI (Fundação Nacional de Assistência ao Índio), atualmente 49 povos, distribuídos em 72 Terras Indígenas (BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO, 2007), habitam o espaço demográfico delimitado como estado de Mato Grosso (ver Anexo C). Esse número reflete a densidade dos territórios indígenas na extensa região Norte do Estado, antes do processo de ocupação dos anos de 1960. Portanto, não era apenas a falta de estradas e de meios de locomoção que bloqueava a entrada da “sociedade nacional” ao “sertão”, mas os seus habitantes nativos, que buscavam proteger seu território, conforme pode ser observado no relato dos irmãos Villas-Bôas (1994, p. 515-516):

O Vale do São Manoel ou Teles Pires, nas décadas anteriores à de 60, constituía uma área interdita pelo risco. Foram poucos os que aventuraram a invadi-la. Assim mesmo esses poucos não se animaram a nela criar raízes. Foram de passagem. Os índios barravam a entrada do vale. No alto curso, duas concentrações caiabis impediam a entrada dos extrativistas que moravam no possante rio. E não eram só eles. Inúmeras aldeias estavam semeadas, principalmente à sua direita até lá embaixo, onde existiam os grandes saltos. As tentativas de atração feitas pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio malograram. Os seus encarregados eram mortos pelos índios, que, em homenagem ao feito, dançavam no pátio da aldeia com a cabeça da vítima espetada na ponta de uma vara. E, ainda, se as vítimas tivessem porventura dentes vistosos, eles não deixavam de exibi-los em bem-feitos colares.

Portanto, a disponibilização dessas terras para o processo ocupacional que se desenvolveu, a partir dos anos de 1940, com a *Marcha para o Oeste*, e dos anos de 1960, com os programas de colonização criados pelos governos militares, foi precedida de um longo e intenso “trabalho” de expropriação dos territórios indígenas no qual a ancianidade da ocupação não garantia o direito de uso, de moradia e de vida das populações.

---

<sup>13</sup> Segundo Hemming (2005, p. 26), cerca de vinte expedições visitaram a região do Alto Xingu, na primeira metade do século XX: “Lá estiveram antropólogos alemães e americanos, oficiais de Rondon, expedições do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, posteriormente, missionários protestantes, topógrafos e cineastas. Alguns aventureiros foram mortos, provavelmente pelas tribos da parte mais baixa do rio [...]; cinco americanos foram mortos pelos Suyá em 1899; e o excêntrico coronel inglês Percy Fawcett, que em 1925 fora à procura das cidades míticas perdidas. No final dos anos de 1930, 12 italianos foram massacrados em uma ilha perto da cachoeira de Von Martius, possivelmente pelos Jurunas. Exceto esses infelizes, a maioria dos visitantes foi bem-recebida pela típica hospitalidade xinguaná.”

Sem entrar no mérito valorativo dos efeitos da política de criação de Terras Indígenas no Brasil, a vanguarda da expedição Roncador-Xingu cumpriu um papel preponderante na definição dos novos aldeamentos na área que compreende o vale do Xingu. Primeiramente, porque firmou os primeiros contatos com vários povos da região e, segundo, porque “atenuou” os conflitos existentes entre os diferentes grupos<sup>14</sup>. Finalmente, sob a influência dos irmãos Villas-Bôas, foi criado, em 1961, o Parque Indígena do Xingu, onde foram agrupados quatorze Povos Indígenas<sup>15</sup>, como forma de “evitar danos maiores”, decorrentes do avanço da “frente de expansão” (VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994; BARUZZI; JUNQUEIRA, 2005).

O contato da sociedade nacional com os povos indígenas, de uma maneira geral, foi mediado por relações tensas, quando não conflituosas e marcadas por violência, quadro que se delineou desde o período Colonial, quando os índios constituíam uma das principais fontes de trabalho. Antes das descobertas das minas de ouro no rio Coxipó, as incursões dos bandeirantes tinham por objetivo a captura de índios, “[...] uma mercadoria que, segundo eles, abundava nos sertões brasileiros.” (SIQUEIRA, 2002, p. 30). No período recente, não mais o trabalho figurava como interesse da sociedade nacional, mas o seu território, intensificando disputas e conflitos. Os Panará são um desses povos cujo território vem sendo ocupado desde o século XVIII.

Em seguida será apresentado de forma sucinta a trajetória do Povo Paraná, os sucessivos deslocamentos até a sua chegada à região Norte de Mato Grosso, e, posteriormente, o aldeamento na Terra Indígena do Xingu.

Os Panarás, pertencentes ao tronco lingüístico Jê, também são denominados de Kreen-Akrore, Krenacore, Krenacarore, Crenacarores ou Índios Gigantes. É um povo do Brasil Central que desde o início do século XVIII ocupava a área compreendida pelo Sul e o Sudoeste do estado de Goiás, o atual Triângulo Mineiro até Anápolis, parte do

---

<sup>14</sup> “À medida que foram conhecendo mais o Xingu e seus povos indígenas, os Villas-Bôas pouco a pouco trouxeram a paz para as tribos antagônicas. Procediam de três maneiras: primeiro, tinham de contatar e ganhar amizade dos grupos hostis – uma tarefa quase sempre delicada e perigosa. Em segundo lugar, precisavam persuadir essas e outras tribos que eram do interesses deles esquecer rixas passadas. Deveriam viver pacificamente e coexistir dentro do que, em 1961, se tornou o Parque Indígena do Xingu. Em terceiro lugar, resgataram outros quatro grupos e os trouxeram para dentro do santuário do Parque, persuadindo inimigos antigos a dar boas-vindas a esses refugiados” (HEMMING, 2005, p. 29).

<sup>15</sup> Os povos que formam o Parque Indígena do Xingu são: Kuikuro, Kalapalo, Matipu, Nahukuá, Mehinaku, Waurá, Aweti, Kamaiurá, Trumai, Yawalapiti, Suiá, Kaiabi, Ikpeng e Yudjá (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA, 2006).

Norte de São Paulo, o Leste do atual Mato Grosso e o Leste e o Sudeste do atual Mato Grosso do Sul (GIRALDIN, 1997, p. 57).

Segundo Giralдин (1997), os Cayapó (os Panará são descendentes de um grupo maior denominado de Cayapó do Sul) foram atingidos por duas frentes de expansão. A primeira, dos mineradores, que se situaram em pontos específicos de seu território, como no caso de Bartolomeu Bueno da Silva, que em 1722 descobriu as minas de ouro na Serra Dourada, atual cidade de Goiás. Esse tipo de contato foi marcado por enfrentamentos que tinham por objetivo expulsar os índios para os territórios não cobijados pelos mineradores.

Com o esgotamento das minas de Goiás e Minas Gerais, cresceram as atividades ligadas à agricultura e pecuária, gerando o segundo tipo de conflito: era preciso expulsá-los em definitivo de seu território para incorporá-los à atividade agrícola.

Esses contatos forçaram o deslocamento dos Panarás para o estado de Goiás e, posteriormente, para Mato Grosso, colocando-os na rota dos colonizadores portugueses, que, com suas bandeiras, saíam de São Paulo com destino a essas regiões. Os índios estrategicamente se dispunham nas margens dos rios e atacavam as expedições quando estas se encontravam mais vulneráveis: no momento da travessia. Os conflitos com os Panarás deixaram de ser eventuais para serem tratados como uma questão de interesse nacional:

Nos primeiros choques, segundo um cronista da época, mil Cayapó foram capturados numa só campanha de três meses e oito mil foram escravizados nas primeiras guerras. Depois da segunda metade do século XVIII, as bandeiras organizadas contra os Cayapó abandonaram o intuito de ‘descer’, ou seja, escravizar os índios, limitando-se a matar todos os homens que pudessem pegar em armas. A guerra contra os Cayapó provocou mortandade e aldeamento compulsório (ISA, 2006).

Giralдин (1997) também descreve esses conflitos como uma situação de guerra. A população da vila de Itu, no período de 1730, a mais interiorana das povoações vizinhas de São Paulo, “preparava-se para participar de uma guerra”. Segundo o autor, um padre da região escreveu para o Conde de Sarzedas, comunicando que as pessoas que se interessavam pela guerra contra os Kayapós faziam-no com o único objetivo de obter escravos: “De nada adiantariam as opiniões do padre, uma vez que as intenções dos moradores estavam respaldadas na Lei de 1611, que garantia a escravidão em caso de índios aprisionados em guerra justa.” (GIRALDIN, 1997, p. 63).

O recrudescimento dos conflitos levou a população Kayapó-Panará praticamente ao desaparecimento. Os grupos que não aceitaram o aldeamento nos séculos XVIII e XIX se deslocaram para o Norte de Mato Grosso, vindo a ocupar a bacia do rio Peixoto de Azevedo, afluente da margem direita do rio Teles Pires.

A saga dos Crenacarores ganhou destaque, novamente, no início dos anos de 1970, com a construção da BR-163, estrada que liga Cuiabá/MT à cidade de Santarém, no Pará. Instalada a base de Cachimbo, que foi demarcada e aberta pela vanguarda da Expedição Roncador-Xingu, os índios passaram a freqüentar com certa distância aquelas imediações e os acampamentos que abrigavam os trabalhadores envolvidos com a construção. A fama de arredios e violentos levou o Ministério do Interior a organizar uma nova expedição, dessa vez exclusiva para contatar os Crenacarores. Como relatam os Irmãos Villas Bôas, responsáveis pela expedição, a missão foi iniciada em 1971 e concluída no início de 1973, após inúmeras tentativas de aproximação e fuga.

#### *O primeiro aperto de mão*

[...] aconteceu ao meio-dia [...]. Com cautela, rindo, sem gestos bruscos, fomos nos aproximando dos índios. Um recebeu nas mãos um facão, o outro permitiu, embora um tanto agitado, que fosse colocado um colar no seu pescoço. Os demais continuavam no interior da mata. Demos a entender que não estávamos preocupados com eles. Voltamos mais para a beira do rio, não olhamos para o interior, e nos dispusemos a fazer um fogo. Reunimos gravetos, folhas, acendemos um fósforo e, mostrando a maior indiferença possível, começamos a conversar, e ajeitar o fogo. Os índios voltaram para perto da árvore grossa. Sorrateiramente observávamos que estavam atentos não ao fogo, mas ao jeito de consegui-lo. Para eles o fazer o fogo é uma tarefa ingrata, demorada, cansativa e impossível ao relento ao dia de chuva. O que não estaria pensando ao ver o fogo surgir de um golpe na ponta de um pauzinho? O rosto de um deles não se conteve e abriu um sorriso diante de um palito de fósforo em chama. Sabíamos que os outros que lá da mata a tudo observavam, dia mais, dia menos, chegariam em paz. Abraçados aos dois índios, fizemos sinal para que o pessoal da outra margem, sem atropelo, tomasse o batelão e atravessasse com calma, principalmente os documentaristas que lá estavam aflitos (VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, 532).

A longa história de conflito, violência e migração desse povo parecia alertá-lo para o perigo que o rondava com a presença dos “construtores da nação”. Mas ele muito pouco pôde fazer, senão se esconder mata adentro a cada tentativa de contato, e não demorou para que o encantamento produzido pelo acender de um fogo brilhando nos

olhos ingênuos de um “índio gigante” destruiu um povo que durante séculos lutou pela sua sobrevivência.

O ritual de contato relatado pelos Irmãos Villas-Bôas é ilustrativo do tipo de relação que a sociedade nacional tem mantido com os povos indígenas brasileiros. Tanto que, dois anos após o *primeiro aperto de mão*, quando foi selada a “paz” com os Crenacarore, dos 1.500 índios existentes, restavam apenas 135 (SIQUEIRA, 2002).

Desagregados, destribalizados, os kreen-akororé viviam como mendigos nos arredores da estrada, já liberada ao tráfego, pegando carona nos ônibus da Expresso Maringá (que fazia a linha Cuiabá – Santarém), pedindo aos motoristas e passageiros caramelos, biscoitos, açúcar, farinha e até prostituindo suas mulheres em troca de objetos. Foram perdendo sua cultura, adquirindo os vícios da cachaça [...] e pegando as doenças da nossa cultura, como blenorragia. A gripe e a conseqüente pneumonia foram dizimando sua resistência, pondo em risco a existência da própria tribo (PRETTI, 1993 apud SIQUEIRA, 2002, p. 236).

Em 1975 a FUNAI providenciou a transferência de 75 pessoas para uma aldeia construída no Parque Indígena do Xingu, a 250 quilômetros a oeste do seu território original. A mudança não eliminou os problemas de doenças, a fome e a desagregação do povo. Em 1991, os Panará iniciaram um movimento de retomada do seu território tradicional, localizado na bacia do Peixoto de Azevedo, afluente da margem direita do Teles Pires. No mesmo ano, seis índios realizaram uma viagem para lá e, sobrevoando o seu antigo território, constataram que, das oito aldeias existentes em 1968, seis haviam sido destruídas pelo garimpo, pelos projetos de colonização e pela pecuária. Nessa mesma viagem foi identificada uma área próxima à serra do Cachimbo que ainda não tinha sido alterada. Em 1996 foi criada a Terra Indígena Panará, com quinhentos mil hectares nos municípios de Guarantã (MT) e Altamira (PA) (ISA, 2006).

A história de contato dos Panará com a sociedade nacional não foi muito diferente daquelas vividas pela maioria dos povos cujo território tradicional estava disposto na região Norte do estado de Mato Grosso.

O povo Kaiabi ocupou até os anos de 1940 uma extensa área entre o rios Arinos, o rio dos Peixes e o rio Teles Pires. Na última década do século XIX, seu território começou a ser ocupado pelos seringalistas, desencadeando uma série de conflitos. Porém, “[...] aos poucos os índios foram induzidos para o trabalho nos seringais.” (ISA, 2006). Com o fim da extração da borracha teve início a exploração da madeira e a

implantação de grandes fazendas. Em seguida, esse território foi alienado pelo Estado e transformado em grandes glebas para fim de colonização.

Em 1949, a expedição Roncador-Xingu chegou ao rio São Manoel, e não demoraram a ocorrer os primeiros contatos com os Kaiabi:

Vigilância porque na noite passada ouvimos esturros de onça, assobios de macaco, pios de aves, até ronco de queixadas. Claro que percebemos, pela insistência, pelas manifestações simultâneas de animais que não se dão bem, como onça com porco, macaco com mutum, macuco perto de jacumim, que aquilo tudo não passava de imitações feitas por índios [...]. Lentamente subimos a barranca e lhes estendemos, cada um de nós, um facão dizendo pausadamente no tupi dos camaiurás: 'Icati ié' [somos amigos]. Com gestos, os mais expressivos que nos ocorriam, e usando algumas expressões camaiurás, conseguimos incutir confiança nos dois índios a ponto de convencê-los de nos acompanhar até o nosso pouso do outro lado do rio. No acampamento não foi difícil encontrar mais algumas coisas para lhes dar. Depois de algumas horas de permanência conosco, voltaram para a sua margem, prometendo nos visitar novamente no dia seguinte (VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 487).

Para evitar o processo de destribalização e marginalização em curso, os irmãos Villas-Bôas sugeriram a transferência dos Kaiabi para o Parque Indígena do Xingu, em 1966, ao que uma parte da população foi contra, ficando, então, divididos em três áreas: a Terra Indígena Apiaká-Kaiabi, TI kaiabi e Parque Indígena do Xingu (ISA, 2006). Atualmente lutam para recuperar partes do território original e reagrupar novamente o povo. No entanto, enfrentam dificuldades, uma vez que grandes plantios de soja dos municípios de Sorriso, Lucas de Rio Verde, Sinop, entre outros, ocupam as tradicionais áreas onde se localizavam as aldeias.

Essa situação de conflito e aldeamento decorrente da expropriação de territórios indígenas ocorreu e vem ocorrendo com os Iranxe, que lutam pela criação de uma nova Terra na área de ocupação tradicional, atualmente ocupada com extensos plantios de soja (PIVETA; BANDEIRA, 1993). Situação semelhante é vivenciada pelos Parecis, Enawenê-nawê, Umutina, Xavante, Bakairi e outros povos situados em áreas nas quais se concentram grandes monoculturas de soja, milho, algodão, cana e a pecuária.

O contato dos povos indígenas com a sociedade nacional deu-se a partir de uma relação de extrema desigualdade. No caso dos primeiros, apesar do grande conhecimento da região e domínio da mata, os recursos disponíveis para a defesa do seu território e para barrar o avanço dos extrativistas, garimpeiros, grileiros, fazendeiros e do próprio Estado mostravam-se totalmente ineficazes. A belicosidade é destrutiva não

apenas pelo uso de armas de fogo, comum nos conflitos mais tensos, mas também pela prática do envenenamento de alimentos, como ocorreu com o povo Juruna, segundo relato dos Irmãos Villas Bôas<sup>16</sup>:

Depois que entraram em paz conosco, os Jurunas nos contaram que certa feita o dono de um afamado seringal, de nome Constantino, organizou uma festa e convidou os Jurunas mais próximos. Foi uma lástima e uma traição: a farinha servida estava envenenada com arsênico. Morreram quase todos os Jurunas que lá estavam. A ilha onde se deu essa festa é chamada até hoje de Ilha da Traição. Diante de tanta crueldade, os índios resolveram abandonar suas aldeias e rumar rio acima (VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 596).

O estado de Mato Grosso, até os anos de 1950, era formado de um verdadeiro mosaico de territórios indígenas, abrigando, aproximadamente, cinquenta povos, com culturas, línguas, rituais e uso de recursos naturais distintos, não se caracterizando, portanto, como um “espaço despovoado”, conforme sugeriu Vargas à sociedade brasileira, no discurso de apresentação do programa *Marcha para o Oeste*.

A Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central não tiveram por objetivo apenas a construção de infra-estrutura e a criação de cidades como pontos de apoio aos movimentos ocupacionais que seguiriam a vanguarda da expedição. Todavia, contribuíram para desobstruir os territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas, função adequadamente cumprida pelos irmãos Villas Bôas, que no final da expedição mobilizaram forças para a criação do Parque Indígena do Xingu, atualmente abrigando quatorze povos, antes distribuídos por extensos territórios. Ou seja, a política de aldeamento foi fundamental para a disponibilização de terras (extraídas dos territórios indígenas) às frentes expansionistas, como pode ser observado nas palavras desses indigenistas:

O Vale do São Manoel ou Telles Pires, em verdade, era praticamente interdito ao avanço. Agora, com as notícias que já correm sobre a paz no vale, com a emigração espontânea dos Caiabis para o Xingu, seduzidos pelos nossos caminhos deixados do divisor, o retraimento dos Tatuês para as bandas do rio Arinos, os Apiacás fugindo para o longínquo divisor do Juruena, e finalmente os ‘gigantes’ prestes a dar ‘fala’, o vale voltou a ser namorado pelos extrativistas da seringueira,

---

<sup>16</sup> Não existem muitos estudos e levantamentos sobre o envenenamento de povos indígenas no Brasil, mas há vários relatos que indicam a ocorrência dessa prática, como, por exemplo, o relatório produzido pelo Procurador da República Jader Figueiredo, em 1967, e apresentado no ano seguinte pelo Ministro do Interior Albuquerque Lima: “O general Lima tornou públicos não só casos de corrupção no extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), como também massacres de tribos inteiras a dinamite, metralhadoras e envenenamento por açúcar misturado com arsênico.” (ISA, 2001).

da castanha e dos garimpos (VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 529).

As narrativas sobre os contatos dos povos indígenas com a sociedade nacional, seja por meio de programas oficiais seja pelo avanço do extrativismo vegetal e mineral, demonstram que a partir da década de 1940 teve início, na região do Médio-Norte de Mato Grosso, abrangendo os vales do Araguaia e do Guaporé, um processo de expropriação das Terras Indígenas para torná-las disponíveis às frentes de expansão que o seguiram. Ou seja, a “disponibilidade” dos chamados “grandes estoques” de terras, encravados nos denominados “vazios” populacionais, decorreu de um longo processo social de construção de novos territórios, processo esse pautado na desarticulação e desestruturação de territórios tradicionais de caça, pesca, roças, moradia, rituais, conflitos e lazer dos povos indígenas. Essa construção social do “despovoamento” foi mediada por relações de conflito e violência, levando à quase extinção de vários grupos, como o caso dos Panarás, que tiveram a sua população reduzida de 1.500 índios, em 1973, quando os Villas Bôas firmaram o *primeiro aperto de mão*, para 74 indivíduos, em 1975, quadro que se repetiu com os Iranxes, os Parecis, os Bakairi, os Bororo, entre outros.

Portanto, o que caracterizou as políticas públicas direcionadas à ocupação do Oeste brasileiro foi a definição de instrumentos capazes de elevar ao estatuto de públicas as terras que estavam incorporadas aos territórios tradicionais dos povos indígenas, facultando ao Estado Nacional o direito e o poder de executarem a alienação dessas áreas ao domínio privado.

Foi nesse contexto que Arnaldo Estevão de Mendonça, ao assumir o governo do Estado em 1947, propôs mudanças nas “leis de terras”, com o objetivo de agilizar a referida ocupação. Segundo Moreno (1993), o governador, em mensagem à assembléia legislativa, considerava que a legislação existente era incompatível com os interesses dos grandes empreendimentos particulares capazes de efetivar a ocupação do Estado em moldes empresariais:

[...] ela não atende ao nosso desejo de colonização e de aumento de produção e nem tão pouco visa o incremento rápido de povoamento e de abertura de enormes tratos de terras novas à iniciativa privada [...]. Precisamos diminuir os prazos, anular as fórmulas e praxes burocráticas procurando liberar o processo de aquisição de terras de longas desanimadoras. O especionismo legal tem prejudicado a abertura de zonas novas, a legislação de posses antigas e, sobretudo,

impõe restrições ao desbravamento indispensável ao crescimento demográfico e ao alargamento da produção do Estado (FIGUEIREDO, 1948 apud MORENO, 1993, p. 182-183).

Devido à “incompatibilidade de interesse”, foi elaborado e aprovado em 1949 o Primeiro Código de Terras de Mato Grosso, criando facilidades para a venda e a concessão das terras devolutas estaduais. Em 1951, no governo de Fernando Corrêa da Costa, a referida legislação passou por novos “aprimoramentos”, resultando em “uma maior liberdade da legislação no processo de vendas de terras devolutas, através de concessão a empresas particulares” (MORENO, 1993, p. 200).

Entre os ajustes necessários para estimular as vendas, principalmente da região Norte, foi definido o preço de comercialização das terras, fixando-se em sete cruzeiros as áreas pastais, em nove, as extrativas, e em dez cruzeiros, as lavradas. Para efeito de comparação, no estado de Goiás os preços médios variavam de 44,37 a 278,75 cruzeiros (MORENO, 1993, p. 203). O baixo preço, associado às facilidades legais de requerimento, refletiu no movimento de vendas de áreas devolutas. No período de 1951 a 1955, o Órgão de Terra do Estado de Mato Grosso recebeu 20,7 mil requerimentos de compra e regularização de terras, o que resultou em 10,3 mil concessões e 7,3 mil emissões de títulos provisórios, totalizando 21,9 milhões de hectares de terras; ainda, foram emitidos 3.170 títulos provisórios, distribuídos em onze milhões de hectares (MORENO, 1993, p. 206).

Os mecanismos de venda e transferência de terras públicas serão analisados no capítulo seguinte. Neste momento, procura-se enfatizar que, após a “liberação” dos territórios tradicionais ocupados pelos povos indígenas, o Estado atuou como mediador de uma nova definição de territorialidade, às vezes mais, às vezes menos complacente com as recorrentes irregularidades dos processos de concessão. Nesse mesmo período, 22 empresas colonizadoras entraram com requerimento de terras junto ao Departamento de Terras do Estado, totalizando o pedido de 4,1 milhões de hectares (ESTERCI, 1987, p. 17):

Os contratos de concessão, assim como as transações de compra e venda que se seguiram, foram denunciados pela oposição ao governo estadual como ‘fraude à constituição’, porque atingiam terras da União e porque as vendas a particulares, feitas conforme os módulos estabelecidos por lei, eram apenas um artifício através do qual superfícies muito maiores passavam na verdade ao domínio de pessoas físicas, através de transferências feitas pelos originalmente

beneficiados – todos parentes e prepostos – dos verdadeiros interessados (ESTERCI, 1987, p. 14).

Em síntese, o programa *Marcha para o Oeste*, como um instrumento de política de modernização da economia nacional, oficializou o processo através da Expedição Roncador-Xingu e da Fundação Brasil Central, o qual já se havia iniciado pela expansão dos movimentos de extrativismo mineral e vegetal, de expropriação dos tradicionais territórios indígenas, abrindo a fronteira Oeste para novas ações expansionistas. O sentido do termo “abrir fronteira” não é uma referência figurativa a movimentos genéricos que avançavam na direção do “novo”, do “desconhecido”. No caso da “fronteira Oeste” de Mato Grosso, o termo traduz um movimento real de abertura de área, uma vez que, como sugerem os Irmãos Villas Bôas, tratava-se de uma área interdita para avanços migratórios. Foi preciso despovoar e desterritorializar os modos de ocupação tradicionais. Nesse caso, o processo de desterritorialização, acompanhado dos aldeamentos, foi marcado pela precarização das condições de vida das populações<sup>17</sup>. Assim se fabricou o “grande estoque de terras” e os “vazios demográficos”, que foram os motes dos programas voltados a realizar a unificação da “fronteira política” com a “fronteira econômica”.

Ao mesmo tempo em que esse movimento de “fabricação de terras” estava em curso no Norte do estado de Mato Grosso e de maneira geral na Amazônia, ocorria em outras regiões do Brasil mudanças estruturais na composição fundiária e nos padrões produtivos. Foi o caso da região Sul, cuja agricultura passava por um processo de “modernização”. Como já apresentado anteriormente, as mudanças do padrão tecnológico criaram dificuldades para que os pequenos e médios colonos pudessem ampliar suas áreas com o objetivo de incorporar o crescimento familiar à atividade produtiva ou elevar o rendimento por unidade de trabalho, mediante a incorporação das novas tecnologias de mecanização e o uso de insumos. A migração para a Amazônia,

---

<sup>17</sup> “Cabe chamar atenção, que a ação do SPI [Serviço de Proteção ao Índio] garantiu que imensas regiões do país fossem ocupadas pacificamente e os índios que as habitavam passassem a viver nos Postos Indígenas que correspondiam a pequenas partes dos territórios tribais [...]. Além do mais, a ação do SPI não impediu o efeito de desagregação cultural dos grupos indígenas, nem conseguiu conter os invasores porque o Estado não garantiu os direitos legais dos índios, fundamentalmente, a posse da terra necessária a sua sobrevivência. Se, por um lado, é verdade que a ação do SPI salvou algumas tribos da extinção total, também é verdadeiro, por outro, que o processo de *‘pacificação das tribos hostis ocasionou a disseminação da fome, de doenças, da desintegração tornando os índios parte do grupo mais miserável dos segmentos marginais da sociedade’*.” (COSTA, 1987, p. 390, grifos do autor).

através dos programas de colonização, foi o mecanismo empregado pelo Estado para equacionar os conflitos emergentes no Sul.

Portanto, esses programas, criados pelos governos militares, resultaram na medição de dois processos sociais em curso: um desenvolvido na fronteira Oeste brasileira, promovendo a “disponibilização” de terras para novas formas de ocupação, e o outro, na região Sul, resultado das mudanças tecnológicas e da estrutura fundiária, que passou a gerar maior demanda por terra, seja para assegurar o crescimento familiar na propriedade, seja para atender aos objetivos de crescimento agrícola proporcionado pelo uso mais intenso de máquinas e insumos.

O item seguinte analisa a importância dos programas de colonização enquanto recurso que proporcionou a migração de empresas da região Sudeste, de colonos da região Sul e de trabalhadores da região Nordeste para a Amazônia brasileira, criando, dessa forma, as condições necessárias para a implantação e a expansão das lavouras de soja no estado de Mato Grosso.

#### 4.3.2 A abertura do “estoque de terra” para o Sul: os programas de colonização

O objetivo deste item não é realizar uma ampla análise dos programas de colonização durante os governos do regime militar (1964 a 1985)<sup>18</sup>, mas explorar alguns elementos que contribuam para uma melhor compreensão da continuidade do processo de transferência de terras públicas ao domínio privado. O ritmo e a intensidade de ocupação da Amazônia, pós-64, foram determinados pelas facilidades de acesso a terra e pelas políticas de incentivos fiscais, servindo de atrativo não apenas para as grandes empresas situadas na região Sudeste (os seus maiores beneficiários), mas também para os colonos do Sul do Brasil e os camponeses e trabalhadores do Nordeste. A introdução e a expansão dos plantios de soja em Mato Grosso foram os resultados da instituição de tais políticas.

Situada em um processo de longa duração, percebe-se que a ocupação da Amazônia, definida pós-64 pelos governos militares é uma continuidade, salvo suas

---

<sup>18</sup> O tema da colonização em Mato Grosso foi trabalhado por diferentes autores e sob diferentes abordagens, destacando-se: Oliveira, 1983; Santos, 1993; Castro, 1994; Oliveira 1997; Guimarães Neto, 2002.

particularidades na definição de políticas, do programa *Marcha para Oeste*, colocado em curso pelo Estado Novo do governo Vargas. A expropriação dos tradicionais territórios indígenas abriu as “fronteiras” para o avanço dos projetos agropecuários e de colonização que vieram em seguida, franqueados pelas políticas de incentivos fiscais.

Assim como na “Marcha para o Oeste”, os programas de ocupação da Amazônia, estabelecidos sob a guarda do regime militar, foram estrategicamente elaborados como uma política de segurança nacional, “[...] assentada nos acordos militares entre o Brasil e os Estados Unidos.” (OLIVEIRA, 1997, p. 57), e como forma de frear o avanço dos movimentos de esquerda na América Latina:

Para consolidar essa ideologia de aliança, os governos militares trataram de impor ao país a ideologia da ‘segurança com desenvolvimento’, ou seja, todas as estratégias do desenvolvimento capitalista estavam atravessadas de expedientes da ideologia da segurança nacional (OLIVEIRA, 1997, p. 58).

Portanto, tornava-se necessário ocupar esses grandes “espaços vazios” antes que atraíssem a atenção dos países vizinhos e se transformassem em territórios de movimentos contestadores do regime<sup>19</sup>. A preocupação dos militares com a segurança nacional é apresentada na justificativa do Plano de Valorização da Amazônia, quando a região foi caracterizada como “[...] um imenso vazio demográfico que se oferece à atenção mundial como possível área de reserva, à medida que aumentam as justas preocupações com o fenômeno da explosão populacional.” Ainda, como uma “extensa área de fronteira, virtualmente desabitada, confinando com cinco países estrangeiros.” (BRASIL, Lei 5.173, 1966).

A ocupação da Amazônia também foi planejada como solução para os problemas agrícolas, agrários e “demográficos” de outras regiões brasileiras, especialmente o Nordeste e o Sul, onde os conflitos agrários se avolumavam devido à concentração fundiária, à ausência de políticas para os camponeses e às precárias relações de trabalho. Com “[...] seus escassos três milhões de habitantes [que] não alcança, sequer, a densidade demográfica de um por km<sup>2</sup>.” (BRASIL, Lei n. 5.513, 1966 apud OLIVEIRA, 1997, p. 58), a colonização era vista como alternativa ideal para

---

<sup>19</sup> “Na época começam a circular rumores a respeito de um grupo de ‘guerrilheiros’ ao Norte o estado de Goiás e ao sul do Pará: tratava-se da ‘Guerrilha do Araguaia’ [...]. Pesadas operações militares foram desencadeadas contra os militantes, provocando a morte de grande parte deles no confronto. Parece que esse levante, segundo análise de Ianni (1979), serviu de pretexto para mobilizar o regime militar na concretização dos projetos de colonização na Amazônia o mais depressa possível” (SANTOS, 1993, p. 51).

solucionar dois problemas simultaneamente: o da Amazônia, “fracamente povoada”, e do Nordeste e Sul, “densamente povoados”. Desse modo, os referidos conflitos eram tratados como problemas demográficos e como tal deveriam ser resolvidos. Para Ianni (1979), a colonização se efetivava como uma política de neutralização das “lutas camponesas” e, conseqüentemente, “contra a reforma agrária”.

Para colocar em andamento a estratégia de desenvolvimento regional e consolidar a nova geopolítica de integração nacional, os governos militares adotaram como medida inicial a reestruturação dos órgãos de planejamento e a execução das políticas regionais, ainda em fase de definição.

Foi assim que, em 1966, através da Lei nº 5.173, criou-se o Plano de Valorização Econômica da Amazônia<sup>20</sup>, cujo objetivo era “Promover o desenvolvimento e o auto-sustento da economia e o bem-estar social da região amazônica, de forma harmônica e integrada na economia nacional.” (BRASIL, Lei n. 5.173, 1966, Art. 3). Para elaborar e coordenar sua execução, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), órgão criado em 1953, por Getúlio Vargas, também com a finalidade de coordenar as ações federais na região.

Para colocar em prática o Plano de Valorização da Amazônia foram definidas três áreas de ação: a) políticas de incentivos fiscais; b) disponibilização de terras; c) construção de infra-estrutura.

O fundo de recursos da SUDAM era formado por, no mínimo, 2% da Renda Tributária da União e por 3% da Renda Tributária dos Estados, acrescidos de outras dotações orçamentárias, auxílios e subvenção. Além dos fundos públicos, foi constituído o Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM), cujo recurso provinha de no mínimo um por cento da Renda Tributária da União; do Fundo de Fomento à Produção; da receita líquida resultante de operações efetuadas pelo Banco da Amazônia (BASA), entre outras fontes (BRASIL, Lei n. 5.173,

---

<sup>20</sup> Pelo Art. 2º da referida lei, a Amazônia é “[...] compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.”

1966, Art. 20). Todos os recursos da SUDAM e da FIDAM eram depositados no BASA, constituído como o agente financeiro do sistema.

Todavia, o atrativo principal para a instalação das empresas na região da Amazônia, através das grandes agropecuárias, foi definido pela Lei nº 5.174 de outubro de 1966, que dispunha sobre a concessão de incentivos fiscais, de modo que às interessadas nesse estabelecimento, além das facilidades de acesso à terra, concedia-se o direito de deduzirem até 50% do imposto de renda devido, revertidos em projetos agrícolas, pecuários e industriais. Naturalmente, em vez de pagar o imposto para o Estado, as empresas optavam por criar novos negócios na Amazônia, mesmo sem a rentabilidade esperada. Ainda, quando lá fixadas, gozavam da isenção plena do imposto de renda, medida que vigorou até o ano de 1982.

Após a definição das bases dos incentivos para a ocupação da Amazônia pelas grandes empresas, o próximo passo foi criar a infra-estrutura necessária para que os projetos pudessem ser implantados e viabilizados economicamente. No início do governo Médici, através do Decreto-Lei nº 1.106, de junho de 1970, foi criado o primeiro Plano de Integração Nacional (PIN), com o objetivo de “promover a maior integração à economia nacional das regiões compreendidas nas áreas e atuação da SUDENE e SUDAM.” Para tanto, o plano previa recursos para a construção das rodovias BR-163, ligando Cuiabá a Santarém, e a Transamazônica. Em 1972, também por Decreto-Lei, foi criado o segundo PIN, ampliando a construção das rodovias.

O primeiro PIN definia como áreas pertencentes à União as faixas de terra de dez quilômetros à esquerda e à direita das rodovias federais em construção, as quais deveriam ser incorporadas aos programas de colonização. No ano seguinte, através do Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, essa extensão das terras foi ampliada para cem quilômetros de cada lado das rodovias federais, mudança que garantiu à União maior controle sobre as terras devolutas da Amazônia Legal.

Para estimular a implantação e o desenvolvimento das agroindústrias, que em Mato Grosso ficaram restritas às agropecuárias, foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA). Com um recurso inicial de quatro bilhões de cruzeiros, valor duas vezes maior do que o destinado para a abertura da BR-163 e da Transamazônica, o programa tinha por objetivo incentivar a implantação dos projetos de colonização, bem como assegurar

recursos para a abertura de áreas e aquisição de insumos (BRASIL, Decreto-Lei 1.179, 1971). Por fim, na linha dos incentivos, foi instituído em 1974 o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), com recursos para “promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais e florestais” das regiões-pólo selecionadas (BRASIL, Decreto-Lei n. 74.607, 1974, Art. 1º).

O Plano de Valorização da Amazônia, com todos os seus incentivos, priorizou a implantação dos grandes projetos agropecuários, fomentando, dessa forma, o aumento pela procura de terras em Mato Grosso. No período de 1975 a 1979, o Banco da Amazônia investiu 4,04 bilhões de cruzeiros em crédito rural, dos quais 86% foram aplicados na pecuária. Somente nesse Estado, em 192 projetos, distribuídos em 4,8 milhões de hectares, foram investidos 2,1 bilhões de cruzeiros, sendo 1,5 bilhão proveniente de incentivos (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 159). A área média dos projetos financiados pela SUDAM era de 25 mil hectares<sup>21</sup>. Com essas vantagens, muitos dos grandes grupos industriais e financeiros passaram a abrir fazendas no Nordeste de Mato Grosso, Norte de Goiás e Sul do Pará, como por exemplo, “Anderson Clayton, Goodyear, Nestlé, Mitsubishi, Liquifarm, Bordon, Swift Armour, Camargo Correa, Bradesco, Mappin, Eletrobrás etc.” (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 120).

O interesse dos governos estaduais em acolher um maior número de projetos financiados pela SUDAM levou à criação de uma série de mecanismos capazes de facilitar a aquisição de grandes extensões de terra por parte dos grupos empresariais<sup>22</sup>. Em uma decisão aparentemente contraditória ao movimento expansionista em curso, em 1966 foi fechado o Departamento de Terra e Colonização, que só voltou a reabrir em 1975, com a criação da Intermat (Instituto de Terras de Mato Grosso). No entanto, o que parecia ser contraditório “[...] combinava-se perfeitamente com a política de desenvolvimento do Governo Federal para a Amazônia, onde a distribuição da terra a uma classe privilegiada seria condição necessária aos empreendimentos idealizados.” (MORENO, 1993, p. 247).

---

<sup>21</sup> Segundo Castrillon Fernandez (1997, p. 34), “em uma década de existência (1966 a 1976) a SUDAM financiou 194 projetos de desenvolvimento econômico em Mato Grosso, sendo que 0,44% dos recursos foram investidos em imóveis com até 5.000 ha; 5,44% em imóveis com até 10.000 ha; o restante, 94,12%, em empreendimentos com mais de 10.000 hectares, predominando aqueles com áreas entre 20.000 e 50.000 ha.”

<sup>22</sup> No capítulo seguinte serão analisados os diferentes tipos mecanismos de acesso a terra.

O fechamento do Departamento de Terras do Estado representou uma proliferação das transações fraudulentas de terra<sup>23</sup>. Um simples protocolo era negociado como documento “oficial” e “legal” de domínio territorial, utilizado para registrar a área no Cartório de Registro de Imóveis, gerando uma sobreposição de títulos para uma mesma área<sup>24</sup>. Esse quadro de aparente “caos” que reinava sob o território mato-grossense não necessariamente obstruiu o desenvolvimento dos projetos agropecuários, mas, ao contrário, foi a base para a sua consolidação. Como adverte Ferreira (1986, p. 68),

Salvaguardar a legitimidade das terras era uma questão basilar, mas, acima de tudo, um estorvo no final da década de sessenta. Mato Grosso não podia ficar às margens das linhas idealizadas de crédito, não podia ficar de fora dos programas que seriam estimulados e implantados através da SUDAM, do BASA e, logo depois, a SUDECO.

Para se ter uma idéia da dinâmica do processo de incorporação de terras em Mato Grosso, segundo os dados cadastrais do INCRA, no período de 1972 a 1976, a área cadastrada do Estado passou de 56,2 para 82,1 milhões de hectares, representando um crescimento de, aproximadamente, 25,8 milhões de hectares, dos quais 19,6 milhões ocorreram na mesorregião Norte-Mato-Grossense; 76% do total incorporado situavam-se nos imóveis classificados como “latifúndio por exploração” e “empresa rural” (MATO GROSSO, 1979). Com a crescente transferência das terras públicas ao domínio privado, o território de Mato Grosso, em 1979, já possuía 74,8% da sua superfície cadastrada, com 64,2% em títulos definitivos e 6,8% em títulos provisórios (MATO GROSSO, 1979).

O processo de conversão de terras públicas em propriedades privadas, no âmbito do Programa de Valorização Econômica da Amazônia, foi favorecido tanto por incentivos fiscais quanto pelas facilidades administrativas e legais de apropriação de terras devolutas ou pertencentes a outros grupos sociais e povos indígenas. As empresas

---

<sup>23</sup> Segundo Moreno (2007, p. 189), “A situação fundiária encontrada na década de 70 apresentava-se caótica, pois, mesmo com o órgão de terras ‘fechado’ desde 1966 por acusações de corrupção, centenas de títulos foram expedidos e alguns transcritos nos Livros de Registros sem a devida formalização dos processos. Nessas condições milhares de hectares de terras foram alienados, em operações fraudulentas ou, no mínimo, suspeitas.”

<sup>24</sup> Segundo Foweraker (1982, p. 153), “Qualquer folha de papel, reclamando uma reivindicação a terra, é registrada e negociada como se fosse um título. Registram-se exemplo de criança de menos de três anos ‘candidatando-se’ a títulos de terras e tendo suas assinaturas devidamente ‘testemunhadas’ nos registros, pessoas fictícias também preenchendo requerimentos.”

com sede nas regiões Sudeste e Sul foram as mais beneficiadas, utilizando-se do grande capital financeiro, convertido em incentivos, e das forças políticas estabelecidas com o Governo Federal. O empenho político, não só da União, mas também dos Estados integrantes da Amazônia Legal, foi expresso pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com todos os seus mecanismos de incentivos. No entanto, foi durante um “cruzeiro” de nove dias pelo rio Amazonas, em dezembro de 1966, a bordo do navio Rosa da Fonseca e com a presença de governadores, ministros e representantes de empresários, que foi selado um pacto entre Estado e União a fim de mobilizar forças políticas “necessárias” à viabilização dos projetos econômicos na região Amazônica. Após as considerações sobre o evento, os participantes da viagem declaram “seu compromisso de mobilizar todas as forças vivas da Nação visando a atrair para a Amazônia empreendimentos de qualquer natureza indispensáveis ao seu desenvolvimento.” (OLIVEIRA, 1997, p, 63).

Martins (1993, 1994) analisa os incentivos fiscais concedidos às grandes empresas para se tornarem, também, grandes proprietárias de terras na Amazônia, como um mecanismo encontrado pelos governos militares para eliminar os efeitos da “renda da terra” sobre o capital, ou seja, os investimentos imobilizados na aquisição da terra refletindo na dedução da rentabilidade do capital. Segundo a teoria clássica, essa renda é em um empecilho para o desenvolvimento do capitalista, pois ela, de acordo com esse autor, “constitui um tributo de classe a ser pago pelo capital e, portanto, uma dedução da rentabilidade do capital, que prejudica o processo de acumulação”:

Então, através dos incentivos fiscais, o Estado militar diz aos empresários: o que vocês perdem pagando a renda da terra, nós subsidiamos pagando os incentivos fiscais. Essa é uma solução que inverte a teoria. A teoria foi contestada pela prática dos militares no poder, por meio de uma compensação em incentivos fiscais para a redução de capital representada pelo pagamento da renda territorial (MARTINS, 1993, p. 83).

O que se constata é uma imbricada relação política e econômica para transformar o grande capital financeiro e industrial, sediado no Centro-Sul, em grandes proprietários de terras e pecuaristas na Amazônia Legal. Nesse caso, em particular, a renda agrícola é o resultado de todo um empenho político em minimizar ou até mesmo eliminar a ineficiência produtiva das grandes empresas agropecuárias situadas na

Amazônia. Muitas delas, com o fim dos subsídios, abandonaram os projetos e venderam as terras para outras empresas<sup>25</sup>:

Hoje, os grandes bancos, as grandes indústrias, as grandes empresas são proprietários de terra mediante associação com outros grupos econômicos, mesmo que em termos contábeis tenham prejuízos. É só examinar o balanço dessas empresas para constatar que quase todas têm prejuízos contábeis ou lucros irrisórios, embora não tenham prejuízos econômicos. (MARTINS, 1993, p, 86).

Quando se analisa o processo de reocupação das terras na Amazônia, de forma particular na região Norte do estado de Mato Grosso, desde os anos de 1940, com o programa a *Marcha para o Oeste*, passando pelo Plano de Valorização da Amazônia, dos governos militares, observa-se que a incorporação das terras nos projetos agropecuários e extrativistas tem sido mediada por relações políticas, que agem no sentido de reduzir os investimentos para a sua aquisição. O que mais chama atenção é o fato de a mediação política não ter ocorrido “ocasionalmente”, o que poderia ser caracterizado como uma “externalidade”, denominação aplicada pelas abordagens econômicas para eventos não compreendidos em uma lógica propriamente econômica de ação. Dessa forma, a economia, marcadamente compreendida pelos empreendimentos agropecuários, foi o resultado de um conjunto de relações sociais que não apenas proporcionaram o acesso às políticas de incentivos direcionadas aos grandes empreendimentos, mas criaram todas as condições de infra-estrutura e de acesso a terra, impondo, por outro lado, restrições aos modos de vida e de organização territorial das populações tradicionais.

Outro aspecto do Plano de Valorização Econômica da Amazônia foi a implantação dos projetos de colonização, que cumpriram dois objetivos básicos: mobilizar a força de trabalho necessária para a viabilização dos grandes projetos agropecuários e equacionar os conflitos sociais no campo, que ganhavam repercussão política nas regiões Nordeste e Sul:

A colonização dirigida aparece, portanto, como um esforço consciente, não apenas para ocupar os vazios amazônicos e valorizar as terras, mas como uma alternativa para a ‘pressão’ demográfica em certas áreas do país. Uma espécie de válvula de segurança para evitar problemas maiores sem que medidas drásticas sejam tomadas para reestruturar o estatuto da propriedade (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 141).

---

<sup>25</sup> No caso da região do Araguaia, em Mato Grosso, a venda dessas empresas, abertas com recursos da SUDAM, vem proporcionando, no período mais recente, a abertura de áreas para o plantio de soja.

Constatação semelhante é identificada por Santos (1993), ao analisar a situação da origem das famílias que migraram para Mato Grosso através dos projetos de colonização dirigida. Para os pequenos colonos, com a mudança do padrão tecnológico aplicado à agricultura, “as terras do Sul se haviam tornado difíceis de encontrar e caras para comprar [...]” (p. 79), gerando limites para que continuassem exercendo sua atividade: “o que todos têm em comum é a falta de terras, cujas superfícies continuam insuficientes para manter a família.” (p. 123). Ou, ainda, nas considerações de Guimarães Neto (2002, p. 37), “serem ‘donos da terra’, com extensão suficiente para manter a produção familiar, se lhes afigura, enquanto pequenos produtores, como a única forma de garantir o futuro.”

A colonização funcionou, portanto, como uma “espécie” de reforma agrária, ou como diz Ianni (1979), “uma contra-reforma agrária” dos governos militares que eliminou os conflitos sociais no campo mediante a transferência de colonos, pequenos produtores, trabalhadores rurais e sem-terra para a região Amazônica, sem alterar o regime de propriedade privada nas áreas de maior tensão social. Como foi o caso do Nordeste, com o fortalecimento das ligas camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais, e do Sul, com a emergência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Não se tratava de um programa para a definição do padrão de ocupação da Amazônia, estabelecido com a implantação dos grandes projetos agropecuários, para onde se direcionavam os recursos de investimentos da SUDAM, mas sim para garantir o povoamento da região e ao mesmo tempo assegurar a produção de alimento e de força de trabalho para os empreendimentos econômicos em curso.

A União estabeleceu como área prioritária para os projetos de colonização uma faixa de cem quilômetros ao longo das rodovias federais situadas na Amazônia Legal (BRASIL, Decreto-Lei, 1.164, 1971). Em nível institucional foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em substituição ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)<sup>26</sup>, sendo a ele atribuída a função de “promover e executar a reforma agrária, visando a corrigir a estrutura agrária do país, adequando-se aos interesses do desenvolvimento econômico e social” e, ainda, de “[...] promover, coordenar, controlar e executar a colonização.” (SANTOS, 1993, p. 51).

---

<sup>26</sup> Cf. Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, publicado no D.O.U de 10/07/1970.

Colonização é definida pelo Art. 5º do Decreto n. 59.428 de 27 de novembro de 1966 como:

“[...] toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover o seu aproveitamento econômico [...], através da divisão de lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra [...]” (BRASIL, Decreto n. 59.428, 1966, Art. 5º),

e será viabilizada a partir da seleção, do registro e do transporte de agricultores a serem radicados em “regiões de vazío demográfico”, nesse caso “com fins de povoamento e segurança nacional” (BRASIL, Decreto n. 59.428, 1966, Art. 5º, § 2º).

Na Colonização Oficial cabe ao poder público, no caso o INCRA, como órgão responsável, planejar, coordenar e executar todas as atividades necessárias para a implementação do projeto. No período de 1970 a 1980 foram criados nove Projetos de Assentamento Rápido (PAR), atendendo a 4.524 famílias, em 270 mil hectares. Projetos realizados em áreas que já possuíam um mínimo de infra-estrutura, implantada em parceria com os governos estadual e municipal, cabendo ao INCRA regularizar e titular os lotes. “A ação visava à rápida eliminação dos focos de tensão social.” (MORENO, 2007, p. 164). No início dos anos de 1970, foram criados quatro PACs (Projeto de Ação Conjunta), modalidade na qual o “[...] Incra respondia pela colocação de infra-estrutura básica e pela titulação das parcelas e a cooperativa assumia a administração e manutenção dos projetos.” (MORENO, 2007, p. 165), e definidos quatro projetos, com capacidade para assentar 7.579 famílias em 538 mil hectares de terra: o PAC Peixoto Azevedo, localizado no entroncamento da BR-080 com a Cuiabá – Santarém e desenvolvido com a Cooperativa Tritícola de Erechim, em uma área de 211 mil hectares, antes ocupada pelos Kreen-Akarore (Pinará), para assentar 1.230 famílias de colonos sulistas, que tiveram suas terras inundadas pela barragem construída no rio Jacuí; o PAC Braço Sul, criado em 1981 para assentar 2.200 famílias, constituídas de “brasiguaios”, em uma área de 213 mil hectares, executado em conjunto com a Cotrel, em tradicional território dos Pinarás (MORENO, 2007, p. 166).

A colonização particular foi criada com a finalidade de “complementar e ampliar a ação do Poder Público na política de facilitar o acesso à propriedade rural através de empresa organizada para sua execução.” (BRASIL, Decreto n. 59.428, 1966, Art. 81). Nessa modalidade, cabia à empresa colonizadora a responsabilidade de planejar e

executar todas as etapas do processo, segundo os critérios definidos pelo Estatuto da Terra e regulamentados pelo Decreto nº 59.428.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, foram registradas no Incra-MT 33 empresas privadas, sendo criadas 88 áreas de colonização, abrangendo 3,2 milhões de hectares, com capacidade para assentar vinte mil famílias em lotes rurais e 49 mil em lotes urbanos. O público prioritário das colonizadoras era formado pelo colono procedente do Sul. Com o fim dos programas oficiais, o Nordeste deixou de ter prioridade no processo de ocupação de terras.

O grande número de empresas de colonização privadas em Mato Grosso deve-se à grande facilidade de aquisição de terras e às vantagens financeiras concedidas pelo Estado, as quais muitas vezes aceitavam e aprovavam projetos localizados em áreas griladas e em terras indígenas. A colonização transformou-se em um grande negócio econômico: compravam-se terras a preços baixos, ou adquiriam-nas direto da União, ou, ainda, através de processos irregulares<sup>27</sup>, construía-se uma infra-estrutura básica e revendiam-nas aos colonos a preços bem superiores. Como bem disse o Sr. A. T.<sup>28</sup>, anteriormente citado, referindo-se à colonizadora Sorriso: “a colonizadora comprava por um e vendia por cinco, era um lucro fantástico.”

Além do mais, o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA) funcionava como um fundo de crédito para as empresas, de modo que os colonos recebiam um financiamento cobrindo até 80% do valor do lote, que era repassado diretamente para a empresa, sendo o restante completo com recursos próprios.

O interesse da empresa não era apenas a venda do lote para o colono, mas a garantia do sucesso da colonização, o que representava uma valorização das terras adquiridas e não comercializadas e ainda acrescidas pela definição de novas etapas do projeto. Foi o que ocorreu com a colonização de Sinop, implantada em cinco fases, que começou em 1972 e terminou em 1981. À medida que a colonização ia se estruturando, os agricultores iam se estabelecendo, inicialmente em lotes menores e mais próximos do núcleo urbano; novos investidores iam sendo atraídos para áreas maiores e mais

---

<sup>27</sup> “Muitas áreas foram adquiridas de ‘terceiros’, sabidamente com vícios na titulação de domínio, caracterizando atos de grilagem legalizados. Além disso, uma grande parte dos projetos foi implantada em áreas indígenas, com pleno conhecimento da FUNAI e dos órgãos oficiais de terra, que não só aprovaram os projetos de colonização, como também implantaram projetos oficiais nessas áreas” (MORENO, 2007, p. 179).

<sup>28</sup> Entrevista com A. T. Sorriso, 12 de outubro de 2005.

valorizadas. Para assegurar a estruturação e o desenvolvimento econômico do projeto de colonização, atraindo assim novos investidores, o colonizador definiu como público prioritário “[...] o agricultor de tradição, aquele que detinha um saber acumulado sobre como lidar com a lavoura, mas, especialmente, o agricultor que detinha uma outra capacidade – *a de ter participado da fronteira agrícola do Paraná*” (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 107, grifos do autor).

Segundo Santos (1993, p. 197), a seleção social e regional da clientela dos programas de colonização foi definida pela representação do que o autor denominou de “colono modelo”:

É o agricultor que, supostamente, tem mais instrução, mais acesso às modernas técnicas agrícolas, mais utilização de insumos agrícolas industrializados, mais recurso ao crédito agrícola e que devia ser associado às cooperativas e aceitar os conselhos dos técnicos agrícolas. Enfim, pequenos produtores tecnificados, cujas origens estrangeiras serão evocadas, isto é, descendentes de imigrantes europeus ou japoneses.

Com isso, colocava-se em curso a construção de uma nova categoria social, a do “agricultor moderno”, mais tarde transformada em criadores de gado e produtores de grãos, dependendo da localização da área ocupada. Isso, porém, não ocorreu sem um intenso processo de exclusão daqueles que não se adequaram à dinâmica das instituições responsáveis pela liberação do crédito, pela assistência técnica e organizacional e normalmente ligadas à colonizadora, produzindo, assim, outra categoria social, a dos “retornados”. Estes, em alguns casos, eram em maior número que os “estabelecidos”: dos colonos que foram para Altamira, cerca de 50% abandonaram o programa; do projeto Canarana, pouco menos de 40% regressaram; de Terra Nova é estimado em 70%; e de Lucas do Rio Verde, 90% (SANTOS, 1993, p. 178).

Em depoimento concedido a Moreno (2007, p. 167), um representante do INCRA-MT faz o seguinte comentário sobre os retornados do Projeto Lucas do Rio Verde:

Nós trouxemos de lá, do Rio Grande do Sul, em torno de duzentas famílias pra resolver o problema de lá do Sul do país, [...]. Hoje, a maioria vendeu os lotes e voltou para o Rio Grande do Sul [...]. Mas, apesar disso, em termo de produção de soja, os novos colonos selecionados, fixados por lote, estão produzindo normalmente.

Esse é um processo que ocorreu praticamente em todos os projetos de colonização. O tamanho da área média das propriedades foi crescendo à medida que os

lotes dos “retornados” foram sendo comercializados. A venda foi uma estratégia para retornar ou continuar crescendo em direção a áreas mais distantes e mais baratas.

Para efeito de análise da expansão das lavouras de soja em Mato Grosso, é importante destacar que tais projetos apresentaram especificidades quanto a sua localização. De um modo geral, foram dispostos na faixa de cem quilômetros ao longo das rodovias federais e localizaram-se na região do Médio-Norte do Estado, abrangendo o vale do Araguaia. Para cumprir a função de povoar os “vazios demográficos” e também de disponibilizar mão-de-obra para os grandes empreendimentos agropecuários, os projetos, inicialmente, ocuparam as áreas de mata da região Norte de Mato Grosso, como Sinop, Alta Floresta, Colíder, Matupá, Peixoto de Azevedo, Aripuanã, entre outros, onde estavam concentradas grandes extensões de terras devolutas. No entanto, aqueles implantados no Vale do Araguaia abrangeram tanto áreas de mata quanto de cerrado e transição. Essa disposição estava associada à idéia de que as áreas de mata eram mais férteis e adequadas à prática agrícola, porém a escassez de terras nessas regiões desencadeou uma nova fase da colonização, a ocupação das áreas de cerrado. A falta de tecnologia para a exploração dos solos de baixa fertilidade natural e de elevada acidez tornava -as pouco atrativas aos empreendimentos agrícolas, despontando como favoráveis a projetos de pecuária de corte em sistema extensivo, atividade não muito valorizada pelos colonos que migravam do Sul. Esse quadro foi alterado com o desenvolvimento de tecnologias para o uso agrícola do cerrado com monocultura em larga escala, inicialmente com o arroz e, posteriormente, com a soja.

Ou seja, os projetos de colonização, em sua formulação inicial, no âmbito do Plano de Valorização Econômica, não foram elaborados e implantados com o propósito de estender para a Amazônia o modelo produtivo que estava em curso na região Sul: agricultura mecanizada com elevado uso de insumos. Tratava-se de incorporar ao território em construção o “excedente” de indivíduos como resultado das mudanças que vinham ocorrendo nos sistemas de produção: mais insumos e máquinas representavam menos trabalho empregado na atividade agrícola. A função colonizadora foi disponibilizar terras para neutralizar os efeitos políticos causados pelo “excedente populacional” e, ao mesmo tempo, formar um contingente humano capaz de suprir a demanda de força de trabalho necessária à execução dos projetos agropecuários.

O interesse da colonizadora particular era valorizar as terras adquiridas ou regulamentadas pela União, adotando como estratégia principal a transferência de colonos em processo de empobrecimento na região Sul, capazes de suportar as adversidades da nova empreitada, e ao mesmo tempo disponibilizar recursos para a compra do lote.

Para efeito de síntese do que foi apresentado sobre o processo de ocupação de terras e a expansão das lavouras de soja no estado de Mato Grosso, é importante destacar que, desde o programa “Marcha para o Oeste”, criado no governo Vargas, entrou em curso um extenso movimento com o objetivo de criar as condições materiais e simbólicas para que territórios de domínio tradicional de povos indígenas e de outros grupos sociais pudessem ser convertidos em empreendimentos agropecuários.

Esse movimento ganhou força com o início dos governos militares, que passaram a priorizar a construção de infra-estrutura e a definição de fundos de subsídios para atrair “investidores” para o setor agropecuário, quase sempre, grandes empresas sediadas na região Sudeste. Portanto, os incentivos fiscais associados aos mecanismos de concessão de terras marcaram o ritmo de reocupação da região a partir da segunda metade dos anos de 1960.

Para ampliar os investimentos federais em Mato Grosso, os governos do Estado facilitaram a transferência de terras públicas às empresas agropecuárias e de colonização. Em alguns casos, aceitavam passivamente o uso de procurações em nome de terceiros, a fim de conceder áreas superiores ao tamanho definido em lei; em outros, legalizavam processos marcados por irregularidades: títulos sobrepostos, incompatibilidades de perímetro e intrusão em terras indígenas. Verifica-se, assim, que foi recorrente o uso de diferentes mecanismos de burla para suprimir os procedimentos legais, que impunham restrições ou elevavam os custos de aquisição de terras.

Um dos argumentos utilizados para explicar o crescimento da produção de soja no Brasil foi a “disponibilidade” de um “grande estoque de terras” nas regiões Centro-Oeste e Norte, “inutilizado”, até então, devido à falta de recursos tecnológicos capazes de suprir a deficiência da sua fertilidade natural. Não cabe aqui um questionamento sobre a importância do emprego de máquinas e insumos para viabilizar o cultivo em larga escala de cereais nas áreas de cerrado. No entanto, a idéia da existência de um “grande estoque de terra” e da sua “disponibilidade” carece de uma melhor

problematização. Nas abordagens econômicas, a “terra” é considerada um fator de produção como outro qualquer, passível de aquisição em um mercado que funciona com certo grau de auto-regulação. Em outras palavras, é uma “mercadoria” cujo processo de produção e aquisição é mediado por leis ou princípios que regulam o mercado.

Quando se analisa o longo processo de ocupação da Amazônia brasileira e, de modo particular, do estado de Mato Grosso, observa-se que a idéia da “disponibilidade” de “grande estoque de terra” resultou de uma prática discursiva que procurava evidenciar a existência de “vazios demográficos”, empregada por sucessivos governos e setores empresariais empenhados em reocupar esses territórios, tradicionalmente ocupados por povos indígenas e outros grupos sociais. Para colocar em curso os seus empreendimentos, foi necessário produzir tal “disponibilidade”. É nesse sentido que a “terra” deve ser compreendida como o produto de relações sociais, em que o acesso de “alguns” ocorre pela negação de “outros”, sem antes passar por uma mediação de intensas relações conflitivas. Ou seja, “terra” não é um bem natural, “naturalmente dado”, mas é um produto social, “socialmente construído”, e a sua disponibilidade dependeu dessa construção.

No período aqui analisado, de Vargas aos governos militares, a construção social da “disponibilidade de terras” ocorreu mediante ações governamentais direcionadas para o assentamento de novas bases de ocupação na Amazônia. Esse processo intensificou-se no período pós-64, com a liberação de recursos visando à abertura de estradas, à construção de infra-estruturas gerais e à criação de fundos de incentivos para atrair a migração de empresas e colonos. Investimentos que poderiam ser financiados, segundo Foweraker (1982), em até 7%, com prazo para pagamento em 12 anos. No caso da aquisição de insumos (vacinas, fertilizantes, calcário etc.), havia isenção de juros nos primeiros cinco anos, e, se fosse computado nos cálculos os baixos preços da terra, “os incentivos poderiam montar até três vezes mais a soma do capital original investido. Não é de surpreender, portanto, que os afluxos de capitais para os projetos de pecuária tivessem se transformado numa verdadeira avalanche.” (FOWERAKER, 1982, p. 203).

A ocupação da Amazônia, por meio das políticas de incentivos e de concessão de terras, revela a maneira como os processos econômicos foram construídos pelas relações de interdependência estabelecidas com outros processos sociais, forjando, nesse caso, a própria construção da “identidade nacional”, que passava pela valorização

não das formas tradicionais de ocupação do território, mas das formas modernas de valorização do capital. Isso justificou todas as vantagens concedidas às empresas “paulistas”<sup>29</sup> em prejuízo aos modos de vida nativos, demonstrando que a ocupação da terra foi um processo ao mesmo tempo econômico, político e cultural, cuja característica principal foi a interdependência desses fatores em sua construção. A desterritorialização dos povos indígenas é construída pelo mesmo processo que garantia aos empreendimentos agropecuários e colonizadores as facilidades de concessão de terras e incentivos fiscais.

Foweraker (1982) atribui aos fatores econômicos a migração de diferentes capitais e grupos para a fronteira, mas “o problema de ganhar o controle sobre a terra torna-se político, e esses capitais e grupos procuram os títulos à terra que possam legitimar a sua atividade econômica”. Em outras palavras, na fronteira, a legitimação da ação econômica passa por uma mediação política. O que se tem procurado demonstrar, desviando um pouco da perspectiva desse autor, é que processos econômicos e processos políticos não apenas estão relacionados e se justificam, mas são construídos mutuamente. A procura da terra, no caso dos empreendimentos agropecuários e também colonizadores, não representa apenas o acesso a um recurso de produção, ela representa todas as demais vantagens que estão potencialmente embutidas na sua aquisição. Dessa forma, não é produtivo discutir se é o econômico que determina o político, ou vice-versa, mas de que maneira e respondendo a que objetivos ambos são construídos mutuamente. Sob essa perspectiva, será analisado no capítulo seguinte o caso da colonização do município de Sorriso, maior produtor de soja do estado de Mato Grosso.

---

<sup>29</sup> “Paulista” é a denominação dada pela população local aos “capitalistas que investiram na Amazônia” (OLIVEIRA, 1997, p. 62).

## **5 A FORMAÇÃO DE UM NOVO TERRITÓRIO: O CRESCIMENTO DAS LAVOURAS DE SOJA**

O crescimento da área plantada de soja em direção à região Oeste do país tem sido apontado pelos estudos econômicos, de uma maneira geral, como consequência do baixo preço das terras em relação aos valores praticados nas regiões de ocupação mais consolidada, como o Sul e Sudeste. Esse argumento se desenvolve no âmbito da teoria neoclássica de substituição dos fatores escassos, segundo a qual, na medida em que avança a “modernização da agricultura” e com ela o crescimento da taxa ocupacional das terras, ocorre uma redução das áreas disponíveis e, conseqüentemente, um aumento do seu valor, transformando-a em fator de produção escasso e valorizado. Como esse fator pode ser apenas parcialmente substituído por outros (tecnologias), resta a alternativa de incorporar áreas mais distantes que apresentam menor taxa ocupacional. É o que sugere, por exemplo, a análise realizada por Rezende (2002, p. 2) sobre a ocupação agrícola do cerrado a partir de 1970, que “[...] deve ser vista como um fenômeno estritamente associado a essa ‘produção do solo’ e ao conseqüente baixo preço da terra.”

No entanto, quando se verifica a relação entre o movimento de aquisição de terras pelos colonos que migraram da região Sul para Mato Grosso e sua incorporação aos plantios de soja, observa-se que este último não é a causa daquele. Em outras palavras, não existe uma relação causal, direta, entre a expansão da ocupação territorial e a incorporação de terras aos plantios de soja. Essa relação foi sendo construída à medida que os agentes iam se estabelecendo no território mato-grossense e criando as possibilidades, ainda não dadas, para o cultivo de monoculturas em larga escala nas áreas de cerrado. Para sermos mais claros, o processo de aquisição de terra em todo o Oeste e Norte do Brasil estava relacionado, em um primeiro momento: a) a uma resposta dada por setores econômicos aos incentivos apontados pelo Governo Federal no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, visando à implantação de grandes projetos agropecuários; e b) à busca de alternativas pelas famílias que se encontravam em situação de empobrecimento na região Sul, decorrente das dificuldades de enquadramento no padrão modernizante da agricultura. Somente no momento seguinte, quando a ocupação do território já se encontrava em fase de consolidação, mediante o

acesso às tecnologias que viabilizavam o cultivo de lavouras extensivas em solos de cerrado, é que passaram a ocorrer movimentos migratórios mais direcionados à aquisição de áreas com o propósito de ampliar as atividades econômicas estabelecidas na região de origem, no caso, o plantio de soja.

Com isso procura-se demonstrar que a incorporação de terras ao cultivo de soja, tal como se tem observado, não resulta apenas de cálculos econômicos com o objetivo de elevar a eficiência dos investimentos pela subtração de fatores escassos. Apesar da sua relevância, decorre, também, da disposição econômica dos agentes para suprir as necessidades materiais em termos de área, de capital, de tecnologia e de força de trabalho, e dos recursos financeiros que dispõem para essa finalidade; dá-se, ainda, em função do quadro de disponibilização de terra (tanto na região de origem quanto na de destino), aspecto que tem sido fortemente influenciado pela ação do Estado, através das políticas de arrecadação e de incentivos para ocupação dos territórios; finalmente, e sem configurar um aspecto de importância menor, depende das características dos recursos naturais (vegetação, clima, relevo) e do desenvolvimento de tecnologias (sementes, insumos, máquinas, manejo) que permitam a conversão desses recursos em sistemas produtivos. Ou seja, o crescimento das lavouras de soja é influenciado, de maneira mais ou menos direta, por uma série de condicionantes econômicos e sociais derivados das políticas públicas de disponibilização de terras e de incentivos para a sua ocupação. Particularmente, através de créditos subsidiados, de iniciativas de colonização, de legalização de processos fraudulentos e viciados e de construção de infra-estrutura.

No desenvolvimento deste capítulo serão analisadas as estratégias de incorporação de terras e as relações que estabelecem com o processo de expansão das lavouras de soja, buscando-se demonstrar as intrínsecas relações de dependência que as relações econômicas estabelecem com as relações políticas e sociais.

## 5.1 A migração

Atualmente a soja é cultivada em quinze estados brasileiros<sup>1</sup> e, de forma predominante, por agricultores cuja origem remete à região Sul do país<sup>2</sup>, ou seja, pelos “gaúchos”, os quais desenvolveram um grande conhecimento e domínio sobre a cultura desse grão, que, por sua vez, desde os anos de 1960 figurava entre as suas principais atividades agrícolas.

As mudanças tecnológicas decorrentes da utilização de máquinas, insumos e variedades de maior rendimento por unidade de área, incentivadas pelas políticas de crédito rural, elevaram a taxa de ocupação dos solos, acarretando um aumento nos preços das terras. Isso tornou inviável para pequenos e médios colonos a compra de novas áreas, cuja superfície era insuficiente para manter a família ou dar continuidade ao crescimento da atividade econômica. Constrangidas pela pressão fundiária, essas famílias ingressaram nas iniciativas de colonização implantadas pelos governos militares após a segunda metade dos anos de 1960.

O início do plantio de soja no estado de Mato Grosso está associado aos movimentos de colonização. No entanto, isso não significa afirmar que o objetivo da colonização tenha sido a implantação de um modelo ocupacional pautado no desenvolvimento de lavouras extensivas nas áreas de cerrado (características atuais dos plantios de soja), como também não o foi dos colonos que para lá migravam por uma razão objetiva: até o início da década setenta não se dispunha de tecnologia para o cultivo de soja nessas áreas. Os colonos começaram a produzi-la à medida que passaram a construir as condições técnicas, econômicas e sociais favoráveis para a sua viabilização. O propósito deste capítulo, portanto, é compreender de que maneira e com quais recursos estas condições favoráveis para a produção de soja foram construídas pelos agentes envolvidos no processo. Mais precisamente, procura-se compreender, a partir da análise inicial da reocupação dos territórios da região Norte-Mato-Grossense,

---

<sup>1</sup> Cf. Tabela 4, Anexo G.

<sup>2</sup> Não existem dados estatísticos, censitários, disponíveis que definam a origem dos agricultores por tipo de atividade. Informação que poderia ser obtida a partir dos micros dados dos Censos Agropecuários, não acessíveis ao uso público. A associação entre a expansão de soja no Brasil com os processos migratórios do Sul do país pode ser encontrada nos seguintes trabalhos: Hasse (1996), Haesbaert (1997), Christensen (2004) e Zancopé e Nasser (2005).

de que maneira e utilizando quais recursos as condições favoráveis para a implantação das lavouras de soja em larga escala foram produzidas.

Para problematizar as circunstâncias que deram suporte à implantação e expansão das lavouras de soja, foram adotadas como ponto de partida as condições sob as quais ocorreu a migração das famílias de colonos para Mato Grosso, a partir da segunda metade dos anos de 1960. Pela trajetória desses grupos procura-se identificar os fatores que os motivaram a deixar as regiões de origem para ingressar em movimentos coletivos ou individuais de busca por novas terras; procura-se identificar, também, as estratégias que definiram a escolha das áreas e posteriormente a sua ampliação; ainda, permite trabalhar os espaços e as estruturas de relações sociais construídas como suporte de viabilização das ações econômicas. Investe-se em cada um desses elementos de análise, respeitando-se as suas devidas particularidades, para se compreender a relação de interdependência que se estabeleceu entre a formação dos processos sociais e a formação dos processos econômicos.

Esse é o ponto de apoio empírico para transcender o determinismo econômico das abordagens correntes sobre o “desenvolvimento” e a “modernização” da agricultura e, no seu lugar, fazer uso de uma sociologia dos processos sociais cuja preocupação central é compreender as mudanças a partir das configurações constituídas entre os agentes.

A singularidade da migração no processo de incorporação de novas áreas às estruturas produtivas não se limita ao deslocamento de grupos de indivíduos de uma determinada região para outra, motivados por um fator específico, que pode ser a busca de uma maior eficiência aplicada aos empreendimentos agrícolas. Esse deslocamento é mais amplo, complexo e multifacetado. À objetividade da terra (ampliação da superfície da propriedade) complementam-se sonhos, desejos e esperanças alimentados pela promessa de dias melhores, mas também tristezas, incertezas e sofrimentos por se deixar para trás o percurso de uma vida construída e partilhada em extensas redes de relações sociais e, ainda, por não se ter a certeza de que a promessa possa vir a se realizar. No sentido mais extenso do termo, trata-se de um “projeto totalizante”, em que, segundo Bosi (2006, p. 15), ao caracterizar a colonização, “os agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas; são também crentes que trouxeram nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer.”

Por outro lado, a migração também representa o encontro (ou, talvez, o desencontro) com outros povos, grupos e indivíduos já estabelecidos, com os seus territórios tradicionais delimitados, mas não garantidos pela legitimidade de uso. Encontro que é marcado pela tensão, pelo conflito e, não raras vezes, pela violência. A desestruturação das formas organizativas precedentes, ou nativas, tem sido uma regularidade nos movimentos de colonização da fronteira Oeste brasileira. Quando se define a análise por um processo de longa duração percebe-se que a construção de novas *colônias* (“novas” porque se trata da reocupação de um território anteriormente ocupado) é conduzida no sentido de substituir formas anteriores de ocupação do solo, de trabalho, de cultivo, de uso dos recursos naturais, enfim, de substituir as formações sociais estruturadas por aquelas a serem construídas pelos agentes da colonização, como movimento que estabelece uma nova cultura não só no sentido de produção, mas também de modos de vida.

Definir o processo colonizador como um “projeto totalizante” é uma maneira de expressar, de um lado, a amplitude da ação e, do outro, a sua intensidade. Portanto, a migração não representa apenas o deslocamento geográfico de um grupo de indivíduos de uma região para outra, representa também o seu deslocamento social. No caso de Mato Grosso, representou, para algumas famílias, a passagem de pequenos colonos para grandes e médios produtores rurais e, para outras, a sua proletarização ou retorno à condição de colono no Estado de origem. Notadamente o que muda não é somente a escala de produção ou a condição de trabalho, mas todo um conjunto de relações que viabiliza a construção da realidade social.

Entre os atuais produtores de soja encontra-se parte daquelas famílias que deixaram o Sul do Brasil motivadas pelas promessas dos Governos Federais de facilidades de acesso à terra e de incentivos à produção. Em referência ao perfil dos agricultores no município de Sorriso, o engenheiro agrônomo e secretário municipal da agricultura, FD<sup>3</sup> fez a seguinte consideração:

Na grande maioria eles vieram como pequenos colonos. Na época vendiam um hectare no Sul e comprava até vinte hectares no Mato Grosso [...]. Então eles vieram inicialmente como colonos e principalmente na região de Sorriso, no primeiro ciclo da colonização eram chácaras, sítios de cem hectares e depois duzentos hectares e mais longe do município quinhentos e até mil ou até maiores. Ele vem

---

<sup>3</sup> Entrevista com FD. 23 de agosto de 2005.

com toda a família e coloca a família inclusive numa forma até subumana de condição. Se você for conversar com diversas pessoas, quando ele chegou no município, ele morou debaixo de um casebre, e as vezes até debaixo de uma árvore e ali fazia todo o processo, até chegar a abertura e ter as condições para construir uma casa, da primeira casa, ele fazer a segunda casa, comprar casa na cidade, fazer sua mansão, ele teve um processo de evolução, que ele hoje chega e diz que “eu não cheguei aqui com isso”.

No imaginário dos habitantes das regiões produtoras de soja, nesse caso específico do município de Sorriso, é forte a idéia do “pequeno colono” que deixa o Sul, supera toda sorte de dificuldades e se estabelece como “grande produtor” ou, pelo menos, em melhores condições econômicas do que a deixada na região de origem. Essa situação é evidenciada pelo tamanho da área cultivada e pelo padrão tecnológico adotado. Conforme vai se estabelecendo, a autodenominação de “colono” vai sendo substituída pela de “produtor”, revelando uma nova disposição do “antigo colono” nas estruturas das relações sociais, representada pelo vínculo que mantém com o banco, com as empresas de revenda de insumos e de compra da produção, com o Estado e com os parentes e amigos que ficaram no Sul. O próprio produtor, quando entrevistado, faz questão de narrar a sua “epopéia” sem furtar da memória os momentos de angústia, de privação e de “sorte” e do denso volume de trabalho empreendido pela família.

Uma imagem semelhante à do colono que chega a Mato Grosso é apresentada pelo pároco de Querência<sup>4</sup>, pertencente à Prelazia de São Félix do Araguaia, município situado na região Nordeste do Estado e importante pólo produtor de soja:

O pessoal que veio para todo o Mato Grosso, não só Querência, tinha uma colônia de terra no Rio Grande do Sul e tinha um monte de filhos. A colônia de terra não era suficiente para deixar a herança para os filhos e para manter a família [...]. Você tem um sulista que veio da zona rural, muito fechado e conservador. Muitos falando italiano, falando alemão entre marido e mulher e os filhos mais velhos, muitos ainda falam o italiano, o veneto [...]. É um pessoal que vou lhe dizer, é um pessoal trabalhador, não é pouco não. Eu distribuo a Eucaristia no município de Querência, entre aquele que tem grande propriedade e entre o filho dele que trabalha com o pai, ou aquele que não tem nada que trabalha de empregado para outro, você vê as mãos todas cheias de calos, mulheres, homens e crianças, é um pessoal que trabalha. Vieram com um pequeno capital e conseguiram crescer e crescer muito, muito mesmo.

---

<sup>4</sup> Entrevista com Pe. Samuel. 15 de maio de 2006.

De modo geral, os colonos que chegaram a Mato Grosso (inseridos nos movimentos migratórios e incentivados pelos programas de colonização) e que se constituíram em produtores de soja são retratados, no conjunto das entrevistas, como pequenos produtores, com pouco capital, com área insuficiente para incorporar o crescimento familiar e com muita disposição para o trabalho. Essa situação se constitui em um fator freqüentemente empregado para justificar o rápido incremento da área plantada e do crescimento econômico.

## 5.2 Origem dos colonos

O movimento migratório realizado por esses colonos teve origem em diferentes municípios da região Sul do Brasil, de modo particular em áreas agrícolas que passaram por intenso processo de transformação da base técnica, repercutindo sobre a concentração dos recursos fundiários.

A saída para Mato Grosso normalmente não foi a primeira da longa trajetória das famílias de migrantes europeus, italianos e alemães, que chegaram ao Rio Grande do Sul no início do século XIX, e para muitas delas também não foi a última. Sempre motivados pela ampliação de suas propriedades e da atividade agrícola, como forma de proporcionar maior segurança para a família, buscaram as regiões que ofereciam melhores condições para o seu estabelecimento, mesmo que fosse provisório:

[...] a partir do momento que ele fez a mudança da sua terra natal, ele não se vincula necessariamente àquele lugar que ele está [...], e se houver necessidade dele mudar daquele lugar e fazer uma nova abertura de área em uma nova situação ele vai tranquilamente. Por isso que ocorre muito no processo de colonização sulista, você ter cem, depois passar para trezentos, estar com quinhentos e chegar a mil hectares. Isso é uma coisa nata dele, ele não se vincula necessariamente a um lugar. Mas sempre levando o seu lado colonial, o seu lado de colono mesmo junto consigo<sup>5</sup>.

A migração está incorporada à trajetória dessas famílias. Do Rio Grande do Sul, seguiram para o Paraná e Santa Catarina e posteriormente para outros Estados, caso da

---

<sup>5</sup> Entrevista com F. D. 23 de agosto de 2005.

família do agricultor A. M.<sup>6</sup>: nascido em Espumoso, Rio Grande do Sul, mudou-se em 1955 para Francisco Beltrão, Oeste do Paraná e em 1978, para Mato Grosso. Cada etapa da migração fecha um ciclo familiar: Seu A. M. deixou Espumoso com os pais aos 21 anos de idade, constitui uma nova família em Francisco Beltrão e aos 44 anos seguiu para Mato Grosso acompanhado de três filhas e dois irmãos mais novos. Trabalharam juntos até a formação de novas famílias, quando então se desmembraram para o começo de um novo ciclo.

O percurso de outros grupos familiares pode ser mais longo, como foi o caso do seu G. B.<sup>7</sup>, que ao deixar a região de Três Passos (RS) passou por Rio Brilhante (MS) e, após sucessivos problemas com a lavoura de arroz, quando tiveram que vender parte da área para pagar as dívidas, deslocou para Sorriso em 1987, mudando-se em seguida para Feliz Natal. Agora, como ele próprio diz, encontra-se “assentado em posses maiores”.

Trajeto semelhante, mas por outros caminhos, foi seguido por F. G.<sup>8</sup> e seu irmão mais velho: Em 1984 deixaram o Rio Grande do Sul para arrendar terras no Chapadão do Sul, estado de Goiás, e em 1995 decidiram pela compra de terras em Querência, onde cultivam atualmente quinze mil hectares de soja.

Chegar e estabelecer-se em Mato Grosso não necessariamente finalizava os percursos migratórios. A abertura de novas áreas atraía os agricultores que desejavam ampliar os espaços de produção. Alguns seguiram para Santarém (PA), outros para o Vale do Araguaia (MT) e, ainda, havia aqueles que se dirigiram para o Oeste da Bahia. A. B., produtor de soja e algodão no município de Campo Verde (MT) e no município de São Desidério (BA), após a abertura de novas áreas, diz que “o produtor vai aonde existe áreas acessíveis para serem compradas, com terras que tenha um perfil que possam ser mecanizadas, de forma fácil, de grandes extensões de área, preferivelmente planas e que tem pouco risco climático”<sup>9</sup>.

Associar os processos migratórios apenas ao ritmo de crescimento das famílias é cair no determinismo biológico, mas, por outro lado, considerá-los como o produto de uma racionalização de investimentos em fatores produtivos é prender-se a um determinismo econômico. Eles carregam os elementos de uma ruptura com o quadro de

---

<sup>6</sup> Entrevista com A. M. 0 de outubro de 2005.

<sup>7</sup> Entrevista com G. B. 14 de setembro de 2005.

<sup>8</sup> Entrevista com F. G. 16 de junho de 2006.

<sup>9</sup> Entrevista com A. B. 17 de agosto de 2006.

relações sociais estabelecidas na região de origem para reproduzi-los sob novas bases na região de destino. Trata-se de uma dinâmica social que, segundo Santos (1993), deve ser considerada como um fenômeno coletivo que envolve ao mesmo tempo “razões objetivas e subjetivas”. As razões objetivas referem-se a um conjunto de fatores que geram dificuldades para que as famílias mantenham as atividades agrícolas, “as terras do Sul se haviam tornado difíceis de encontrar e caras para comprar”; as razões subjetivas referem-se ao acesso a “uma terra que lhes dê a possibilidade de ter a liberdade de um trabalho autônomo” (SANTOS, 1993, p. 79).

### 5.3 Motivos da migração

A reconstrução dos motivos que levaram os colonos a deixar o Sul do Brasil para adquirir terras em outras regiões, especialmente no Norte de Mato Grosso, onde foram implantadas grandes extensões de lavouras de soja, proporciona uma melhor problematização dos modelos de análise que vinculam o desenvolvimento da agricultura a tomadas de decisões objetivamente orientadas por um cálculo econômico, visando à otimização dos investimentos. Com isso, não se pretende afirmar, por outro lado, que a migração seja destituída de interesses econômicos. O que se busca é chamar atenção para a importância de outros fatores: a manutenção da unidade familiar, a liberdade do trabalho autônomo, a formação de redes de relações sociais que dão suporte à estruturação da agricultura, o desejo de formar um patrimônio e garantir o futuro da família. Ou seja, superar as condições adversas encontradas na região Sul e que não apenas comprometiam o desempenho econômico das famílias, mas a sua própria existência como unidade de trabalho e organização social. O relato do Sr. I. N.<sup>10</sup>, produtor de soja no município de Querência, traz a preocupação com o futuro da família. A terra era pequena para acomodar todos os filhos e dela tirar o seu sustento.

Nós não queríamos um futuro para os nossos filhos igual ao nosso. No começo era difícil, muito difícil, né. Era pouco, nós começamos com muito pouco. Tinha que trabalhar junto naquele pedacinho de chão, que era pequeno para todo mundo poder sobreviver. Tinha que fazer muita coisa. Tinha que vender leite, mexia com vaca de leite, mexia

---

<sup>10</sup> Entrevista com I. N. 16 de junho de 2006.

com porco, muita coisa, né, para poder sobreviver [...]. Hoje, eu e meu irmão, nós colhemos mais que toda a comunidade junto lá. É uma viravolta total, né. O cara dá um giro. Se o cara pensar hoje, pensar de volta, como superou as dificuldades.

A superfície da colônia não crescia na mesma proporção que a família, gerando dificuldades para acomodar as novas gerações, cujos membros se casavam e constituíam um novo núcleo familiar. Nas contas do Sr. A. P.<sup>11</sup>, agricultor no município de Sorriso, faltava terra para tanta gente: “nós tínhamos 45 alqueires, nós éramos em três irmãos, se dividíssemos dava quinze para cada um, se eu dividisse com os meus filhos ficava cinco para cada um, eu ficava sem e as meninas também. Então, viemos para cá para tentar expandir”.

Esse descompasso entre o tamanho da colônia e o crescimento da família era reflexo dos problemas decorrentes da modernização da agricultura na região Sul. Os pequenos colonos não dispunham de recursos para aquisição de novas terras, indispensável tanto para acolher os núcleos familiares que surgiam com os casamentos dos filhos quanto para justificar o emprego das novas tecnologias, que exigiam áreas maiores e contínuas. A migração foi a saída encontrada pela família do agricultor L. R. produtor de soja, para escapar dos problemas que se avolumavam com o avanço da modernização da agricultura:

Lá não tinha mais como a gente expandir. Eu tinha dez alqueires de terra, o pai me deu oito e eu comprei mais dois, mas era pura pedra. E a gente sonhava em comprar mais terra, mas em outro lugar do Brasil. A nossa terra lá valia mais ou menos bem. Aí quando a gente veio para cá em 83, o meu irmão veio em 82, aí eu vi aquele arroz e achei tudo uma maravilha.

Para o agricultor F. L.<sup>12</sup>, produtor de soja no município de Vera, deixar o Sul representou o abandono do trabalho assalariado para ter o próprio negócio mesmo que, inicialmente, em terras arrendadas:

Há cinco ou seis anos atrás eu trabalhava como empregado lá, eu era empregado de uma granja, trabalhava de funcionário mesmo, eu não queria mais ser empregado, queria ter o meu próprio negócio, e hoje estamos aqui, a coisa está feia, mas você é o patrão e vamos trabalhando.

---

<sup>11</sup> Entrevista com A. P. 13 de outubro de 2005.

<sup>12</sup> Entrevista com F. L. 15 de setembro de 2005.

Apesar da predominância de um quadro de empobrecimento mais ou menos acentuado dos colonos que não dispunham de recursos para manter ou ampliar as áreas dos seus estabelecimentos, as suas condições econômicas ao ingressarem nos movimentos migratórios eram bastante diversificadas. Para alguns a migração é tida como último artifício para conseguir uma área e assim dar continuidade ao trabalho familiar; para outros é um meio de assegurar a continuidade do crescimento econômico proporcionado pela modernização da agricultura através da mecanização dos solos, como é o caso do agricultor F. G.<sup>13</sup>, atualmente produtor de soja no município de Querência:

Quando foi em 72 o meu pai já comprou um tratorzinho. A gente começou com agricultura mecanizada. Então a gente fazia manual as áreas mais caídas. Quando foi em 75 o meu pai comprou o segundo tratorzinho, aí a gente praticamente mecanizou toda a área. Meu pai tinha sete filhos na época, o sonho era de comprar um sítio para cada filho e ele tinha ganhado cinco hectares do pai dele, que era pedreiro, que deu conta de dar para cada filho meia colônia de terra, o meu avô. O sonho do pai era de dar uma colônia para cada filho, 25 hectares, e consegui. Eu que tinha um sonho de não ficar só em 25 hectares, eu vim embora para Goiás em 1984, com o meu irmão, eu era ainda moleque tinha dezessete anos, fui direto mais para as terras mecanizadas [...]. Foi onde o meu irmão mais velho e o falecido meu pai arrendaram uma área na época uma área de terra de quinhentos hectares, e nós abrimos no primeiro ano duzentos hectares.

Nas narrativas dos agricultores a pressão da estrutura fundiária surge como o fator de maior expressão entre os motivos que os levaram a migrar para Mato Grosso e outros estados. Com praticamente todo esse território já ocupado na década de 1970 por pequenos estabelecimentos, mas não exclusivamente, o crescimento da população rural deparava-se com o limite de abertura de novas áreas. Os pontos de fuga restringiam-se ao adensamento familiar nas colônias, quadro agravado com a mudança da base técnica de produção, que passou a exigir maiores superfícies plantadas para justificar a aquisição de máquinas e implementos. O banco somente financiava a aquisição de colheitadeiras, segundo depoimento de J. R.<sup>14</sup>, atualmente produtor de soja em Mato Grosso, para agricultores que cultivavam áreas superiores a oitenta hectares, de modo que a modernização da agricultura na região Sul provocou uma redefinição da estrutura agrária, visando ampliar o tamanho das propriedades e reduzir o número de

---

<sup>13</sup> Entrevista com F. G. 16 de junho de 2006.

<sup>14</sup> Entrevista com J. R. 02 de setembro de 2005.

estabelecimentos, atingindo principalmente os pequenos colonos. Foi nesse contexto que, de acordo com Martins (1984, p. 99), entre 1970 e 1980, desapareceram cerca de cem mil propriedades rurais somente no estado do Paraná e aproximadamente duzentos mil nas regiões Sudeste e Sul. Para Santos (1993, p. 212), “é exatamente uma crise de reprodução social que ameaça os camponeses da região Sul, o que tanto os torna disponíveis a lutar para conseguir um lote de terra no Sul, como a partir para as novas terras.”

Se a decisão de partir para novas áreas é tomada no âmbito do grupo familiar, a configuração que leva a esta resolução advém de uma dupla construção social. De um lado, na região de origem, por meio das cooperativas e empresas de colonização e com a participação do Estado, criaram-se mecanismos de pressão e convencimento sobre os colonos com propriedade inferior a 25 hectares para que ingressassem nos movimentos de ocupação das novas áreas que se abriam na região amazônica. Ainda, cabia a essas empresas e cooperativas obrigar os colonos decididos pela mudança a “[...] vender suas propriedades aos agricultores limítrofes, ‘lindeiros’, para ser feito o remembramento dos minifúndios.” (SANTOS, 1993, p. 211). Por outro lado, na região de destino, ações públicas e privadas foram desenvolvidas com a finalidade de criar um “estoque de terras” e disponibilizá-lo, conjuntamente com uma série de incentivos, às empresas e famílias que decidissem pela ocupação dos novos territórios. Portanto, eram dois movimentos que se complementavam: no primeiro caso, a desocupação das pequenas colônias para em seguida serem incorporadas ao processo de modernização agrícola; no segundo, a ocupação das novas áreas, visando o “povoamento” das grandes extensões territoriais, desprovidas, segundo os governos militares, de um “sentimento nacional”.

Com isso, não se pode atribuir, como fazem algumas análises econômicas sobre o desenvolvimento da agricultura, que a opção de se estabelecer como agricultor em novas áreas, no caso específico do estado de Mato Grosso, gerando extensos plantios de soja, seja apenas o resultado de uma escolha racional, orientada pelas vantagens econômicas da aquisição de fatores de produção menos escassos, no caso, a terra. Sem dúvidas, o crescimento da área plantada e a incorporação de novas tecnologias estavam presentes entre as prioridades daquelas famílias. A ampliação do patrimônio fazia parte da lógica de reprodução familiar, uma forma de garantir aos filhos, especialmente aos homens, uma nova colônia de terra para assentar a família que se formava. Também

fazia parte do processo a incorporação de novas tecnologias, que proporcionava melhor rendimento e menor desgaste físico do trabalhador. Como relata o seu L. R.<sup>15</sup>, “aí apareceu um tal de rebocado, puxado pelo trator [...], aí não precisava mais cortar na foicinha, não precisava mais riscar o braço para jogar na colhedeira, ai ficou bom.” Portanto, na lógica de reprodução do colono não se manifestava nenhum traço de aversão ao crescimento do patrimônio e à inovação tecnológica. O que se procura demonstrar é que a dinâmica de incorporação desses elementos não segue o princípio da liberdade de escolha dos fatores mais eficientes e produtivos (características de mercados que tendem a funcionar com custo de transação nulo), mas ela se ajusta às necessidades e possibilidades da própria família. É a partir dessa perspectiva que devem ser analisados tanto o movimento migratório dos colonos quanto o seu estabelecimento como produtor de soja nas áreas de cerrado em Mato Grosso.

#### **5.4 Estratégia de migração**

Constituiu-se em um padrão mais ou menos corrente entre os colonos a venda de suas propriedades aos “lindeiros” com o objetivo de obter recursos necessários para a compra das novas terras e para o início do desmatamento e preparo do solo. No entanto, esse não foi um processo comum para todas as famílias, especialmente para aquelas que atualmente são produtoras de soja. O baixo preço da terra e as possibilidades de parcelamento facilitaram, para os colonos com um pouco mais de recurso, a aquisição dos lotes iniciais sem que precisassem vender as propriedades do Sul. Manter a colônia foi uma estratégia utilizada para garantir um lugar caso o retorno fosse inevitável. Foi com essa preocupação que o seu I. N. não comercializou toda a sua área:

Nós tínhamos deixado uma colônia lá, assim no caso se alguém não se adaptasse com o clima aqui, né, para poder voltar, porque tinha muita gente que dizia assim, ‘ah, vai lá para Mato grosso, lá não se adapta com o clima, depois tem que voltar e aí não tem mais’. Aí nós pensando nisso, como muita gente falava, aí a gente deixou uma colônia lá. No segundo ano nós vendemos ela. Nós se sentimos bem com o clima, não deu nenhum problema com nenhum da família.

---

<sup>15</sup> Entrevista com L. R. 02 de setembro de 2005.

Na pesquisa, foram identificadas famílias que optaram por uma transferência gradual do patrimônio, mantendo a atividade agrícola no Sul até que se estabilizasse a produção das novas áreas. Temporariamente seus membros ficavam divididos em dois grupos, um tocando as lavouras do Sul (geralmente os pais, as filhas e os filhos mais novos) e o outro responsável pela abertura das áreas adquiridas (os filhos mais velhos e intermediários):

Tínhamos duas equipes. Nós tinha uma parte aqui e a outra parte lá. Quando aqui não dava, vinha recurso de lá, e aí nós fomos se mantendo assim. Daí fomos comprando umas terras, que tem uma fazenda aqui em baixo, setecentos e poucos hectares. Aí fomos trabalhando, trabalhando e lá também trabalhava, então como é que se diz, fomos escorando uns com outros até que todos vieram embora<sup>16</sup>.

Estratégia semelhante foi vivenciada por J. R.<sup>17</sup>, agricultor no município de Sorriso. Com a família dividida, uma parte no Sul e outra em Mato Grosso, ele todo ano retornava para tocar as lavouras com os pais, situação que se estendeu por cinco anos, até a consolidação da abertura na nova área: “Eu trabalhava aqui, mas o meu pai continuou com terra lá no Paraná, vinha aqui, trabalhava sessenta dias e voltava, ficava uns trinta dias lá e depois vinha para cá [...], foi em 95 que o meu irmão e o meu pai vieram”.

A mudança parcial da família e o adiamento da venda do patrimônio foram os mecanismos encontrados para se protegerem das incertezas e surpresas que a nova região poderia guardar, especialmente para os primeiros colonos, que deparavam com um lugar desconhecido, distante e desprovido de infra-estrutura, como escola, saúde, estradas e armazéns, conforme relata o agricultor D. L., produtor de soja:

“Viemos para morar no mato, não tinha escola, para ir ao médico era quase duzentos quilômetros, [...] eu acho que foi até assim uma certa loucura do meu pai, porque com cinco filhos pequenos, o meu irmão mais velho tinha quinze anos, eu tinha quatorze e os outros mais pequeninhos [...]. Por uma sorte do destino nós demos bem”.

Mas também foi uma estratégia, seguir crescendo sem se desfazer das terras valorizadas do Sul. Segundo T. R.<sup>18</sup>, engenheiro agrônomo, a mudança da família continua ocorrendo trinta anos após a chegada do primeiro indivíduo: “o primeiro da família veio para cá para abrir, comprar e abrir, o resto ficou lá, lenta e gradualmente eles vieram

<sup>16</sup> Entrevista com G. D. 11 de maio de 2006.

<sup>17</sup> Entrevista com J. R. 02 de setembro de 2005.

<sup>18</sup> Entrevista com T. R. 14 de setembro de 2005.

vindo. Exemplo dos D. A.<sup>19</sup> em Mato Grosso. Tem D. A. que até hoje está vindo lá do Sul. Eu acho que tem mais gente lá para vim e tem D. A. que está aqui há trinta anos”.

Assim como a estratégia de migração, que foi definida a partir dos vínculos familiares, a compra da terra e a formação do espaço produtivo também se apoiaram nessas relações de pertencimento. A formação de sociedades entre irmãos, primos e tios procurava manter o grupo reunido, facilitando, no momento de abertura das áreas, quando o trabalho era mais intenso, a troca de serviços, a compra de máquinas e insumos e a comercialização dos produtos. O que torna comum encontrarmos nas margens das estradas placas de identificação das propriedades levando o nome de famílias.

A família do seu A. P.<sup>20</sup>, constituída de cinco filhos, três homens, casados, que trabalham na propriedade e duas mulheres, também casadas, que moram na comunidade. A superfície do estabelecimento é de 3.600 hectares, dividida entre os filhos homens, mas a lavoura de soja, com cerca de 2.800 hectares, é cultivada coletivamente. Esse é um modelo muito presente entre os grupos familiares, no qual, mesmo a terra sendo adquirida no nome de cada filho, a produção é de responsabilidade de todos.

Os irmãos J. R.<sup>21</sup> cultivam 2.700 hectares de soja, como eles mesmos dizem, “tudo no coletivo”. Desde que chegaram a Sorriso estão abrindo novas áreas, de modo que os quinhentos hectares iniciais saltaram para aproximadamente 3.200, dos quais os últimos 730 foram adquiridos em 2004. Cada irmão possui uma casa, que compartilha o mesmo terreiro, uma caminhonete e bens de uso particular, e com exceção das trinta vacas, que são ordenhadas pela manhã, no “sistema lá do Sul”, para a produção de queijo, comercializados uma vez por semana no mercado local, tudo o mais é do “coletivo”.

Seu G. D., agricultor no município de Alto da Boa Vista, juntamente com mais quatro irmãos, que deixaram o Sul em 1987, trabalham individualmente, mas as propriedades são vizinhas, facilitando o uso comum de máquinas e implementos, bem como a troca de serviços em período de pico de trabalho, como a colheita, o plantio e a aplicação de veneno. Nesse caso, mesmo que a produção não seja realizada em

---

<sup>19</sup> Referindo-se a uma determinada família de agricultores localizada na região Norte de Mato Grosso, cuja atividade principal é o plantio de soja.

<sup>20</sup> Entrevista com A. P. 13 de outubro de 2005.

<sup>21</sup> Entrevista com J. R. 02 de setembro de 2005.

conjunto, apenas a permuta de trabalho e equipamentos e a distribuição dos lotes mantêm a unidade familiar: “Somos em cinco, todos vizinhos aqui. É o G. D. que sou eu, aí na frente já é o E. L., que é esse mais de idade. É o C. R. que mora aqui em cima, nos fundos, e tem o A. T., lá em cima, onde você foi, e tem o A. D.”<sup>22</sup>.

A constituição formal e informal de sociedades também foi utilizada como mecanismo para a realização de trabalho e aquisição de máquinas e implementos, entre grupos familiares, principalmente no período de abertura das áreas. Com o crescimento e consolidação dos plantios, as organizações informais e mais restritas aos grupos familiares foram sendo substituídas por modalidades mais formais e abrangentes, como os condomínios e associação de produtores. D. A.<sup>23</sup> e dois primos, que chegaram ao Norte de Mato Grosso no final dos anos de 1970, formaram uma sociedade para facilitar o início de abertura das áreas: “[...] compramos máquinas juntos, cada um tinha uma área, que os pais deles também tinham comprado, o meu também. Então, cada um abriu um tanto na área de cada um, eram próximos um do outro.”

A trajetória dos colonos que deixaram o Sul para se estabelecer em Mato Grosso como produtores de soja, mesmo que inicialmente essa condição não estivesse dada, demonstra que a construção da atividade econômica ocorreu a partir de uma base familiar de organização dos espaços produtivos, independentemente do tamanho das propriedades que foram adquiridas. Os vínculos familiares que orientaram a estratégia de migração dos Delavechia, em que cada irmão atualmente cultiva 230 hectares, foram os mesmos que guiaram a família do agricultor D. A., cuja área cultivada é de quinze mil hectares. O que os distinguem são as disposições que ocupam nas estruturas de relações sociais, bem como o tipo e o volume de recursos que controlam, não apenas os de natureza econômica, mas também os de ordem política e cultural, estabelecendo, dessa forma, relações diferenciadas com a colonizadora, com o banco, com as empresas de venda de insumos e de compra da produção e com o Estado. Ou seja, a formação do espaço produtivo passa pela construção das relações sociais que os agentes estabelecem entre si, dentre as quais, os vínculos familiares e de pertencimento (parentes, vizinhos, amigos) destaca-se no momento inicial de abertura das áreas.

O deslocamento da região Sul para as novas áreas ocasionou uma ruptura na trajetória dos colonos, a qual se deu, entre outros fatores, pelo próprio efeito do

---

<sup>22</sup> Entrevista com G. D. 11 de maio de 2006.

<sup>23</sup> Entrevista com D. A. 14 de setembro de 2005.

deslocamento espacial. Distância que ampliava devido as dificuldades de acesso às novas áreas, em decorrência da precariedade das estradas e dos meios de comunicação. A separação física, em si, é uma causa de ruptura que, por sua vez, traz implicações sobre as redes de relacionamentos no âmbito da família, da comunidade, do grupo de amigos, do esporte, da produção agrícola, da comercialização, enfim, tudo o que envolve o grupo familiar. Elas são reinventadas em novas bases, abrangendo outros tipos de protagonistas, de recursos e de interesses. Diante do exposto, essa reinvenção na fase inicial da abertura das áreas é carregada de fatores relacionados à produção agropecuária (compra de terra, máquinas, financiamentos) que por seu turno está intimamente associada aos vínculos familiares.

Por outro lado, a ruptura não caracteriza um rompimento definitivo com o Sul. A “tradição gaúcha” mantém-se através das festas realizadas nos Centro de Tradição Gaúchas (CTGs) para celebrar a santa padroeira, a Semana da Farroupilha e outras dadas comemorativas da região de origem; do hábito alimentar, com os produtos da colônia, encontrados nos mercados em gôndolas separadas (salame, queijos, chimia, vinhos, sucos e chimarrão); pelos nomes das cidades, das ruas, dos prédios e dos bairros; pela utilização de técnicas de cultivo e manejo de solo lá desenvolvidas e adaptadas para o cerrado; pelos vínculos pessoais e familiares criados e mantidos com outros colonos; pelas viagens de visitas a parentes e amigos; enfim, por um conjunto amplo de práticas que trazem para o presente a materialidade do passado, como diz Bosi (1992, p. 15), “[...] lembranças de mortos que teimam em morrer”.

A migração é, portanto, um movimento de ruptura e ao mesmo tempo de continuidade que marca um recomeço a partir de uma história que não pode ser abandonada. Esses dois termos aparentemente se opõem, porém, ao reconstruir um processo histórico como o da migração, em que o deslocamento físico produz um distanciamento das bases de relações sociais a que os agentes estavam vinculados, para redefinir novos parâmetros de associação, observa-se que *começo* e *repetição* são partes de um mesmo movimento que estão intrinsecamente associados. A construção de novas configurações sociais que dão suporte à organização dos espaços produtivos apóia-se na reinvenção de uma série de disposições pré-reflexivas incorporadas ao comportamento prático dos indivíduos, a qual se estende desde o uso de conhecimentos aplicados à agricultura até o senso de pertencimento a grupos sociais específicos. Procura-se, dessa

maneira, demonstrar que o processo de migração e de abertura de novas áreas, bem como de expansão da atividade agrícola, está assentado numa razão prática que reinventa, a partir do saber incorporado e da disponibilização de novos recursos (não apenas econômicos, mas também culturais, políticos e ambientais), a construção de novos espaços sociais de produção. Sendo assim, afasta-se das perspectivas de análise que consideram a introdução e o crescimento da área plantada de soja nas regiões Centro-Oeste e Norte como um prolongamento dos plantios do Sul, situados em uma estratégia econômica de valorização de capital. Se, por um lado, trata-se de uma continuidade dos plantios do sul, pois são cultivados por agricultores que de lá migraram com todo um conhecimento aplicado a esta lavoura, por outro, todo esse processo configura um recomeço, uma reinvenção coletiva que associa o saber incorporado e o senso de pertencimento aos recursos que as novas áreas proporcionam. Na seqüência, serão analisados os mecanismos e as estratégias de acesso a terra.

## **6. MECANISMOS E ESTRATÉGIAS PARA EXPANSÃO DAS LAVOURAS DE SOJA: “eu pergunto, isso é uma agricultura normal?”**

A compra de terra pelos colonos que deixaram o Sul com o propósito de ampliar suas atividades agrícolas em Mato Grosso ocorreu principalmente via colonizadora particular ou aquisição de terceiros. O requerimento de terras públicas e devolutas foi uma modalidade pouco utilizada, uma vez que essas áreas já haviam sido requeridas ou ocupadas por colonizadoras e empresas, por produtores e grileiros. Com o objetivo de atrair os incentivos fiscais concedidos às empresas que investissem na Amazônia Legal, o Estado deu prioridade às grandes concessões territoriais para a implantação da atividade agropecuária em regime de criação extensiva de gado, além de ter priorizado os interesses de grupos específicos que atuavam com especulação imobiliária, utilizando, para isso, procedimentos diversos voltados à legalização de ações irregulares de apropriação das terras.

Nos anos de 1960 e 1970, a colonizadora foi o principal (mas não o único) meio de aquisição de terras pelos colonos, muitos dos quais já migravam inseridos nesses programas. De 1980 em diante a comercialização foi realizada principalmente pelas corretoras e pelas pessoas que requereram domínios, mas não os ocuparam, negociando muitas vezes apenas o protocolo de entrada do processo junto ao órgão responsável. Esse é o caso de Seu A. M.<sup>1</sup>, que em 1978 chegou à região da BR 163, Mato Grosso, e foi apresentado a um de “pessoal de Goiânia” que estava vendendo o seu “direito de posse”:

Já estava requerido no INCRA, foi o que eu comprei, comprei o direito de posse dele, já medida, já demarcada, já com a documentação dentro do INCRA. Ai eu passei a administrar esse processo até que conseguimos legalizar em duas etapas.

Como demonstrado no capítulo anterior, o Estado manteve pouco controle sobre os procedimentos de arrecadação de terras. A fragilidade estrutural do Departamento de Terras de Mato Grosso (que era fechado a cada governo para um balanço geral das áreas já concedidas e novamente reaberto para receber novos pedidos) facilitou que funcionários encaminhassem processos permeados de irregularidades e que o próprio

---

<sup>1</sup> Entrevista com A. M. 10 de outubro de 2005.

governo fosse favorável a grupos de interesses (FOWERAKER, 1982; OLIVEIRA, 1997; MORENO, 2007).

O caminho da burocracia, dos favores e muitas vezes da corrupção era longo e difícil para os pequenos colonos que chegavam do Sul, restando-lhes como alternativa recorrer às colonizadoras e à compra da propriedade pelas mãos de terceiros, ou seja, as áreas requeridas ou apossadas anteriormente. Assim como ocorreu com o seu A. M., o seu B. N. também comprou terras “de umas pessoas lá de São Paulo”, que as haviam adquirido do INCRA, sem, no entanto, ocupá-las: “A maioria dessas pessoas que não plantavam, venderam. Quem plantava não vendeu, quem já estava na atividade com certeza não vendeu. Nós compramos de uma construtora de São Paulo.”

A aquisição também era negociada diretamente com colonos que adquiriram suas áreas através da colonizadora e não vieram a ocupá-las ou resolveram vendê-las para comprar outras em lugares mais distantes. A família do J. R.<sup>2</sup> comprou a primeira terra “desses gaúchos aqui” e os L. D.<sup>3</sup> de um tio: “Ele só tinha comprado aqui e morava lá, morava no Rio Grande ainda. Ele comprou da colonizadora, como ele não veio, vendeu para o meu pai.”

Outro fator que favoreceu a venda de terras para as famílias que vieram do Sul no início dos anos de 1980 foi a “crise do arroz” (1982 e 1983), causada pela incidência do brusone (*Pyricularia oryzae*), fungo que ataca a planta em diversos estágios de crescimento e reprodução, provocando redução de produtividade. Nesse período muitos produtores precisaram se desfazer das suas propriedades para saldar as dívidas, “[...] foi por isso que a gente achou terra para comprar, porque só plantavam arroz e não foram bem com o arroz, foi a onde a gente começou a comprar terras mais fáceis”<sup>4</sup>.

A estrutura fundiária do Vale do Araguaia, região Nordeste de Mato Grosso, é constituída, de um lado, por um pequeno número de grandes fazendas de criação de gado, implantadas com recursos da SUDAM, e, de outro, por um grande número de pequenos posseiros<sup>5</sup> e assentados<sup>6</sup>. Essa polarização favoreceu que o movimento de

---

<sup>2</sup> Entrevista com J. R. 02 de setembro de 2005.

<sup>3</sup> Entrevista com L. D. 01 de setembro de 2005.

<sup>4</sup> Entrevista com F. M. 10 de outubro de 2005.

<sup>5</sup> Segundo Martins (1984, p. 84), posseiro é “[...] o camponês que foi expulso de um lugar, deslocou-se para mais adiante, de preferência para áreas de mata, e abriu ali sua roça. Ou seja, expulso pelos grileiros, pelos proprietários e pelas empresas, recusou-se a aceitar a migração para as cidades, e não foi absorvido como assalariado pelas grandes fazendas. Como no geral essas grandes fazendas, que têm sido abertas nestas duas últimas décadas, são geralmente destinadas à pecuária, o número de empregos gerados é

aquisição de terras avançasse sobre as áreas de posse, movimento que se intensificou com o início dos plantios de soja, como relata o Sr. E. L.<sup>7</sup>, representante da Comissão Pastoral da Terra no Município de Cana Brava do Norte:

Aqui não existe grandes fazendas que estão ai, por exemplo, a fazenda São João, o que eles têm de mata, eles já não podem mais derrubar, senão eles vendem com multa. Não há assim na nossa região grandes fazendas mais, a não ser essas já formadas. Ai uma forma de estar fazendo isso, uma fazenda, de forma pacífica, é comprar de pequenos posseiros.

Essa foi a estratégia de compra da família do seu G. D.<sup>8</sup>, produtor de soja no município de Alto da Boa Vista: “Os posseiros invadiam e aí nós ia e comprava. Gaúcho tem medo de traque, então nós agarrava e ia comprando dos outros. Hoje já está tudo, como é que se diz, nós só não temos o documento, mas já está saindo a Carta de Anuência.”

Em suas trajetórias as famílias depararam com diferentes situações de acesso a terra, que não passava por um mercado “formalmente constituído” nem pela aquisição direta do Estado (este, por sua vez, abdicou-se da tarefa de criar mecanismos que proporcionassem a distribuição e a legalização de terras para pequenos e médios posseiros e colonos), mas dependia das estruturas sociais e políticas nas quais os agentes estavam situados e da relação que mantinham com o Estado e todo aparato legal (quadro que será analisado mais à frente). Portanto, o processo de migração e de compra de terras foi marcado por particularidades que não se enquadravam nas teorias gerais de mercados regulados por forças derivadas de relações econômicas principalmente no momento de abertura das áreas. À medida que se consolidava a ocupação, novas estratégias iam sendo criadas.

Essas características (da aquisição de terra e da migração) problematizam os argumentos utilizados pelas teorias econômicas para explicar o desenvolvimento da agricultura nas regiões de cerrado, as quais evidenciam as bases das relações sociais que dão o sentido econômico das atividades agrícolas. Isto é, quando se associam os motivos que levaram as famílias a migrarem com as estratégias de migração, aquisição e

---

desproporcionalmente pequeno. De cada 7 ou 8 famílias expulsas, sobrarão trabalho para um único trabalhador.”

<sup>6</sup> O “assentado” é o beneficiário de um lote nos Projetos de Assentamento criados pelo INCRA a partir do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República.

<sup>7</sup> Entrevista com E. L. 13 de maio de 2006.

<sup>8</sup> Entrevista com G. D. 11 de maio de 2006.

ocupação das terras, observa-se que o sentido econômico da ação é produto da base social em que esses agentes estão assentados, ou seja, nos vínculos familiares e de pertencimento. Isso não expressa nenhuma contradição com a lógica de reprodução econômica, apenas demonstra que ela é o produto das estruturas de relações sociais às quais os agentes estão submetidos. Em outras palavras, não existe uma separação formal entre “economia” e “sociedade” e sim um vínculo de interdependência entre ambas, como pode ser constatado na análise das fontes de informações sobre o mercado de terras, dentre as quais as duas principais foram: as colonizadoras, que desenvolveram forte esquema de propaganda em regiões com grande concentração de pequenos colonos<sup>9</sup>, e as redes sociais de pertencimento, definidas pelas relações familiares, de parentesco, de vizinhança e de amizade.

A pouca informação sobre a região de destino era compensada pela confiança nas relações de proximidade, o que fazia das experiências já vivenciadas por parentes, amigos e vizinhos uma fonte de informação imprescindível para a escolha da área a ser adquirida. Por meio de um vizinho do Sul, o seu A. P.<sup>10</sup> ficou sabendo sobre a área que adquiriu em Sorriso: “[...] foi através do S..., que era vizinho lá, veio para cá, comprou, daí nós compramos da colonizadora. Só que compramos e depois tivemos que requerer do Estado, porque era documento frio, jogando em cima.” Foi também a partir das relações de parentesco que os D...<sup>11</sup>, os R...<sup>12</sup>, os F...<sup>13</sup>, entre outros, obtiveram informações sobre a região de Sorriso. Apoiando-se nessas redes de relações reconstroem na nova região as relações que mantinham no Sul. Nos croquis elaborados com o objetivo de identificar as propriedades próximas daquelas cujos proprietários estavam sendo entrevistados, encontravam-se parentes, vizinhos, conhecidos e amigos.

---

<sup>9</sup> A mensagem das colonizadoras foi analisada por Santos (1993, p. 81) no estudo sobre a colonização particular em Mato Grosso. O objetivo era motivar os colonos sobre as vantagens da migração. Além de apresentar as qualidades dos recursos naturais, realizavam uma série de promessas que deveriam converter em vantagens para esses migrantes, como crédito, casa, infra-estrutura etc. “Todo esse aparelho ideológico construído em torno da colonização produziu um clima de opinião favorável à adesão ao programa de colonização; produziu, portanto, uma ‘influência’ entre esses camponeses sem terra, com relação à todas as vantagens que teriam se aceitassem partir. Por outro lado, já havia entre os colonos uma rede de informações sobre Mato Grosso [...]. Esta rede era de tipo familiar e vicinal. Nela as opiniões espalhadas eram sobretudo favoráveis ao Mato Grosso.”

<sup>10</sup> Entrevista com A. P. 13 de outubro de 2005.

<sup>11</sup> Entrevista com L. D. 1º de setembro de 2005.

<sup>12</sup> Entrevista com S. R. 30 de agosto de 2005.

<sup>13</sup> Entrevista com F. L. 15 de setembro de 2005.

É como se estivessem reconstruindo as redes de relações deixadas no Sul. Às vezes, casualmente construída:

Teve até um fato muito engraçado que ajudou muito. Nós tínhamos uns amigos nossos, que nós plantávamos vizinhos lá no Paraná [...], e a dois anos atrás, no ano de 84, eles tinham vindo para cá, na região de Sorriso e nunca mais a gente tinha se falado. O meu tio vindo para fazenda, no dia em que o A... e o A... estavam juntos, parou na Caravágio para conversar com o gerente. O meu tio falou, 'comprei uma área de terra ali e tal...', aí o gerente falou, 'ah, então eu acho que é perto do M...'. Os meus irmãos deixou eles conversarem e perguntou, 'mas qual M...?', 'dois rapazes assim, assim'. O A... e o A... falaram, 'será que são os nossos amigos de lá?'. Aí chegaram na fazenda que o meu tio comprado, tinha um caseiro, aí eles foram perguntar para o caseiro e o caseiro respondeu, 'não, mora sim. Eles vêm todos os dias pegar água no rio'. Sai para fora da casa e falou, 'olha, eles estão pegando água no rio, bem pertinho ali'. Para o M..., para o A... e para o E. M... foi a maior surpresa, né. Os dois chegando no meio de um mato aí que estava tudo por abrir. 'Mas o que é que vocês estão fazendo?'. 'Nós estamos querendo comprar área de terra'. Aí o pai do A. M... e do E..., já falecido, falou, 'eu vou mostrar umas áreas para vocês', não era negócio dele, mas por ser amigo, né. Aí deu certo, nós compramos essa área que nós estamos aqui hoje. Aí foi que começamos a vir<sup>14</sup>.

Conforme demonstrado até o momento, a migração não foi apenas um recurso incorporado à trajetória dos colonos para garantir o acesso a uma superfície maior de terra (condição considerada por eles como determinante para que a família se mantivesse na atividade agrícola). Foi, sim, um processo social mais amplo que permitiu a redefinição das bases da produção agrícola assentadas em novas configurações sociais, isto é, em novas redes de relações sociais. A migração carrega o dever do colono, esse fazer permanente que traz do passado a memória do seu futuro. E isso se dá de maneira que se encontram nas relações familiares, de vizinhança, de comunidade, enfim, nas relações de pertencimento os elementos que ajudaram a definir a escolha da região a ser ocupada, da área a ser adquirida, da estratégia inicial de abertura do estabelecimento, fazendo com que a economia se organize a partir dessa base de relações sociais e vá adquirindo novas configurações na medida em que avança a formação dos espaços sociais de produção econômica. A análise da ação colonizadora, a ser realizada no item seguinte, nos ajudará a caracterizar a construção desse espaço social, ou melhor, o espaço de interação entre os agentes.

---

<sup>14</sup> Entrevista com J. R. 02 de setembro de 2005.

## **6.1 A função colonizadora na construção dos espaços sociais**

A colonização foi um instrumento de política pública criado e implantado durante os governos militares, no âmbito do Programa de Valorização Econômica da Amazônia, com o objetivo equacionar dois problemas: o “despovoamento” da Amazônia e o “excedente” populacional nas áreas rurais do Sul e do Nordeste, fontes de tensão social. Os conflitos sociais eram tratados como um problema demográfico e, portanto, demograficamente deveriam ser equacionados. O balanço social era simples: consistia em transferir o excedente de indivíduos do Sul para o excedente de terras do Norte.

Em Mato Grosso foram criados quatorze programas de Colonização Oficial e 87 de Colonização Particular, estes últimos implantados sob a coordenação de 32 empresas colonizadoras (MORENO, 2007) que assumiram a responsabilidade de investimento com infra-estrutura, demarcação dos lotes, abertura de estradas e implantação do núcleo urbano e dos serviços básicos de saúde, educação, lazer e outros, todos eles localizados na mesorregião Norte do Estado.

As principais regiões produtoras de soja do estado de Mato Grosso estão situadas nas áreas de abrangência de alguns desses programas de colonização particular, como é o caso dos municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Querência, Canarana, Sapezal, entre outros. No entanto, como já destacado, nenhum deles foi planejado, inicialmente, para ser um pólo produtor de soja, condição essa criada a partir de um conjunto de fatores que iam sendo desenvolvidos à proporção que o movimento de ocupação das terras avançava.

As áreas de matas eram mais visadas pelos colonos e pelas colonizadoras do que as de cerrado, pois a prática agrícola dependia da fertilidade natural do solo, esta associada à presença de vegetação abundante formadora de uma rica camada de matéria orgânica recobrando a sua superfície. A campanha de divulgação da colonização de Alta Floresta difundia a idéia das suas terras férteis e adequadas ao plantio de culturas perenes, como a do café, agregando a vantagem da não ocorrência de geadas, fenômeno comum nas áreas produtoras desse grão no Paraná (GUIMARÃES NETO, 2002). Com

o desmatamento, aquela camada rica em matéria orgânica que conferia fertilidade ao solo ia se perdendo a cada ano, até comprometer a produtividade das lavouras cafeeiras, o que ocorreu também em Sinop, Guarantã do Norte, Aripuanã, enfim, em todos os núcleos de colonização implantados nas áreas de florestas.

Os projetos estabelecidos nas áreas de cerrado eram mais direcionados para a formação de pastagens, visando à criação de bovinos e o cultivo de arroz (SILVA, 2003), atividades que apresentavam maior tolerância à acidez dos solos causada pela elevada taxa de alumínio (elemento que pode ser tóxico para as plantas), mas que não eram prioritárias para os colonos.

D. M.<sup>15</sup>, técnico que da antiga Empresa Mato-Grossense de Extensão Rural (EMATER), considera que os primeiros colonos que chegaram à região que abrange o município de Sorriso “foram enganados pela colonizadora”:

Porque é lógico, eles não esperavam chegar aqui e encontrar uma terra tão ruim como era a terra da região. É terra de cerrado, ácida, arenosa, profunda, com lençol freático muito profundo. Então eles eram acostumados com aquelas terras férteis lá do Sul, boa. Aqui eles depararam com essas terras, com uma topografia bonita, plana, mas em contrapartida o solo era muito ácido, arenoso, textura dois e ao mesmo tempo seco. Para eles, isso aqui deveria ter sido naquele primeiro momento uma frustração.

Dessa forma, procura-se demonstrar que, embora a produção de soja esteja concentrada na área de abrangência dos projetos de colonização implantados em regiões com predomínio da vegetação de cerrado, isso não resultou de uma ação planejada para tal finalidade, como se os colonos tivessem migrado visando objetivamente se estabelecer e tendo como atividade principal a cultura da soja. Existe um processo de construção das possibilidades técnicas, econômicas e sociais que viabilizou esse cultivo e é isso que será trabalhado na seqüência, considerando-se o espaço social da colonização do município de Sorriso, principal produtor de soja do estado de Mato Grosso.

### 6.1.1 Sorriso

O município de Sorriso, situado na microrregião do Alto Teles Pires, ao norte de Mato Grosso, às margens da BR-163 e distante 414 quilômetros da capital, Cuiabá, resultou de um projeto de colonização privada implantado em 1977. Seu território é de

---

<sup>15</sup> Entrevista com D. M. 11 de outubro de 2005.

934,5 mil hectares, distribuídos na sub-bacia hidrográfica do rio Teles Pires, formador da Bacia Amazônia (MATO GROSSO, 2006). Ao sul a vegetação predominante é o Cerrado (44%) e ao norte, áreas de Mata (56%) formadas por Florestas Ombrófilas Abertas e por áreas de Tensão Ecológica<sup>16</sup>, que estão dispostas sobre um relevo plano a suavemente ondulado do Planalto do Parecis. Atualmente é o maior produtor de soja do Estado, com uma área plantada de 600 mil hectares, o que representa 64% do seu território.

A população estimada é de 48.326 habitantes, em sua maioria formada por “sulistas” descendentes dos grupos migrantes do início da colonização, dado este confirmado pelo primeiro Censo Demográfico (1991) realizado após a criação do município em 1986: 68% dos habitantes eram naturais dos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e 17% eram de Mato Grosso, índice resultante da primeira geração de “matuchos”<sup>17</sup>, isto é, filhos de “gaúchos” nascidos em território mato-grossense. Apesar de terem na agricultura a principal atividade econômica, apenas 11,4% dos habitantes residem na zona rural e 88,6%, na zona urbana (MATO GOSSO, 2006).

Antes de ser apropriada pela colonizadora, fazendeiros e agentes imobiliários, a área que forma o município de Sorriso era território tradicional do povo Kaiabi, que ocupava uma extensa faixa de terra entre o rio Arinos, o Teles Pires e rio dos Peixes. No final da década de 1940, os Kaiabi foram contatados pela Expedição Roncador – Xingu, comandada pelos Irmãos Villas Bôas, quando foi decidida sua transferência para o Parque Indígena do Xingu. Um grupo resistiu à transferência, forçando a criação da Terra Indígena Kaiabi (Apiacás) e Apiacá-kayabi (Juara) (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 2004; ISA, 2006). Antes da sua realocação em novos aldeamentos, os Kaiabi foram alvos de intensas investidas de seringalistas, fazendeiros e grileiros, que se

---

<sup>16</sup> A definição da cobertura vegetal foi extraída do Programa de Monitoramento do Desflorestamento nos Municípios da Amazônia Legal (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS, 2006). Em documento produzido pela Prefeitura Municipal de Sorriso, a vegetação do município recebe a seguinte caracterização: “A vegetação do Município de Sorriso é constituída por cerrado, arbórea densa, não ultrapassando 20m<sup>3</sup> de lenha/ha; florestas abertas subcadusifólia (mata ciliares), apresentando acima de 100 m<sup>3</sup> de lenha/ha. Esse tipo de vegetação cobre aproximadamente 30,8% da área do município, perfazendo um total de 286.713 ha. Os 69,2% restantes, equivalentes a 643.957 ha, as quais se localizam nas áreas mais elevadas de topografia plana, estão totalmente mecanizadas e utilizadas para a agricultura e pastagens.” (SORRISO, Prefeitura Municipal, 1990).

<sup>17</sup> O termo “matucho”, como uma referência aos filhos de gaúchos que nasceram em Mato Grosso, foi empregado por Santos (1993).

utilizaram da violência para apropriar do território indígena. Em sua entrevista, T. M.<sup>18</sup>, relata a perversidade a que esse povo foi submetido para que o seu território pudesse ser expropriado e disponibilizado para novas ocupações:

Dizimaram aldeias inteiras de índios, envenenando açúcar. Lógico que isso livro nenhum traz e ninguém vai querer confirmar e muito menos eu, mas é história que eles envenenavam sacas de açúcar e deixavam na beira da estrada e os índios levavam para a aldeia e lógico comiam açúcar envenenado e ali se iam aldeias inteiras para o pau. Em nome do progresso se fez isso na nossa região aqui. É o tal negócio, a gente acha isso um absurdo, embora não concorde com isso eu penso também que foi porque eles fizeram isso que hoje essa região é o que é, embora não se justifique uma coisa dessa, mas nós estamos ai, graças a Deus em um lugar bom de se viver, uma cidade próspera, por enquanto eu não tenho intenção nenhuma de ir embora daqui.

Em 1973, o catarinense Bejjamim Raiser adquiriu do americano Edmund Zanini, uma área de cinco mil hectares na margem do Rio Teles Pires. Em 1975, seu filho Ivo Raizer e seu genro Nelson Frâncio deram início às primeiras atividades de demarcação e abertura da terra para implantar um projeto agropecuário. Com esse mesmo objetivo e estimulado pelos terrenos planos e de baixos preços, Nelson e seus dois irmãos Claudino Frâncio e Demétrio Frâncio, que moravam em Videiras, Santa Catarina, adquiriram do mesmo americano uma área de dez mil hectares (DIAS; BORTONCELLO, 2003), localizada um pouco mais ao sul. Como o valor da área era maior do que os recursos disponíveis para cobri-lo, os irmãos Frâncio retornaram à Santa Catarina e venderam uma parte para “alguns conhecidos”, “uma pequena parte, que era suficiente para ajudar pagar a área, mas viu que o negócio começou e era bom, quando viram, já tinham vendido toda área”<sup>19</sup>. Para formalizar a comercialização da terra, os irmãos Frâncio com outros associados criaram em 1979 a Colonizadora Sorriso, que incluía a venda de lotes urbanos e rurais.

Apesar de toda a área que viria a constituir o município de Sorriso já ter sido requerida e demarcada quando a colonizadora foi criada, ela desempenhou um papel importante na ocupação da região. Comprava o título possessório referente a uma determinada área, fracionava-a em partes menores e revendia-as para colonos do Sul, especialmente do Oeste de Santa Catarina e do Paraná.

---

<sup>18</sup> Entrevista com T. M. 11 de novembro de 2005.

<sup>19</sup> Entrevista com L. C. 31 de agosto de 2005.

No entanto, parte da área comercializada pela colonizadora, segundo informações obtidas em campo, teve origem ilícita. O caso de maior repercussão no município foi a venda irregular, por meio de procurações falsificadas, da área de 140 mil hectares pertencente ao americano Edmundo Zanini, como relata B. N.<sup>20</sup>: “O americano passou procuração para vender uma parte da área e parece que ela vendeu a mais. Quem comprou dentro dessa área legal do americano tem escritura certinho, agora quem comprou na área a mais do que aquela da procuração está enrolado até hoje.”

Outras áreas também foram comercializadas de forma irregular. Segundo T. R., a colonizadora, lançando mão de documentos falsificados, grilava as terras e depois as revendia: “todas elas tinham dono, mas eram terras assim compradas, às vezes até aleatoriamente no mapa, às vezes tinha até alguém morando em cima, um peão que cuidava.” O colono só tomava conhecimento dessa irregularidade quando o antigo proprietário entrava na justiça para reaver sua propriedade:

O cara vendeu terras que nem era dele, tivemos que comprar de outros, aí perdemos tudo, ficamos sem nada [...]. Eles [colonizadora] não estavam preocupados em colocar ali uma família que vinha com dificuldades, não, o objetivo deles era viver o momento e pegar o dinheiro e acabou [...]. Eles forneceram três ou quatro tipos de escritura para nós, de um cara, de outro, eles estava, acertando, estava acertando. Na verdade eles nunca estavam acertando. Bem depois, lá adiante a gente conseguiu requerer definitivamente do INCRA. O INCRA acabou cancelando todos aqueles documentos e fez outros para os verdadeiros donos e acabou<sup>21</sup>.

Portanto, a colonizadora atuava como uma imobiliária, adquirindo terras de terceiros por meios lícitos e ilícitos, as loteava e revendia para os colonos. No caso da área adquirida pelas famílias do seu D. P. e do seu A. P., entre outras, a cadeia de ilegalidades remontava ao título considerado original, o que levou o INCRA a cancelá-lo e conceder ao novo proprietário uma outra documentação.

Os lotes possuíam tamanhos variados, desde pequenas chácaras próximas do núcleo urbano e voltadas à produção de alimentos para abastecer a cidade, até áreas superiores a mil hectares em regiões mais distantes. Como estratégia de valorização das terras, primeiro vendiam-se os lotes mais longínquos e na seqüência os mais próximos. Os colonos não exerciam o direito de escolha, a não ser que pagassem por isso, como

---

<sup>20</sup> Entrevista com B. N. 13 de setembro de 2005.

<sup>21</sup> Entrevista com D. P. 13 de novembro de 2005.

relata o seu A. P.<sup>22</sup>: “Quando chegamos em Sorriso o cara falou, ‘tem essa área aqui’. Se eles quisessem colocar aqui colocava, se quisessem colocar lá colocava, era assim. Era tudo meio direcionado.”

Para valorizar o empreendimento e assim atrair novos compradores, era preciso veicular entre o público prioritário, os colonos do Sul, uma imagem promissora das potencialidades das áreas comercializadas. Além de implantar canteiros demonstrativos com de plantação arroz, milho, soja e algodão, os quais eram apresentados como “cartão de visita” da prosperidade oferecida pela região<sup>23</sup>, a colonizadora selecionava lideranças locais para atuarem como corretores, “[...] tipo uma pessoa de influência na região para poder formar grupo de visitantes.”<sup>24</sup> O seu A. P. foi um desses líderes escolhido para atrair novos compradores: “[...] me indicara como corretor deles lá. Isso aí, o cara tem que nascer para isso. Picareta, né. Eu trouxe até uns quatro ou cinco. O único que eu acho que ficou foi o R..., que comprou uns cinqüenta alqueires.”<sup>25</sup>

O papel do representante da colonizadora na localidade era mais do que exercer sua influência no convencimento de potenciais compradores, ele também desempenhava a função de escolha, de seleção dos colonos com perfil empreendedor, com capacidade de gerenciamento e poder econômico para investir na abertura da área, compra de máquinas e insumos. Nas palavras do seu A. T.<sup>26</sup>, “Ele [Claudino Frâncio] escolhia as pessoas, uma certa característica, um certo perfil empreendedor, poder econômico e trazia para cá. Motivava essas pessoas para serem empreendedores. Tinha uma grande capacidade de persuasão”. O sucesso da colonização e, portanto, a valorização das terras da colonizadora dependia do desenvolvimento econômico da região.

O controle social do espaço da colonização não ocorria apenas pela seleção do público prioritário, que Santos (1993) denominou de “colono modelo”, referindo-se aos pequenos produtores tecnificados da região Sul, mas acontecia também pelas práticas,

---

<sup>22</sup> Entrevista com A. P. 13 de outubro de 2005.

<sup>23</sup> Na publicação da revista comemorativa aos quatro anos de emancipação do município de Sorriso, foi realizado um resgate histórico dos principais eventos da colonização, no qual se destaca: “A colonização manteve a direção que já tomara, de procurar compradores de terra entre aqueles que, no Sul, tinham experiência com lavoura mecanizada. Por ali passaram levas de colonos paranaenses afeitos ao café e que iam ver terras em Alta Floresta, Colíder, Sinop [...]. E Bizinnella, um relações públicas nato, com seu jeito simples acabava sempre convencendo os pretendentes. E apontava: ali no campo experimental estava a prova” (SORRISO, Prefeitura Municipal, 1990, p. 20).

<sup>24</sup> Entrevista com L. C. 31 de agosto de 2005.

<sup>25</sup> Entrevista com A. P. 13 de outubro de 2005.

<sup>26</sup> Entrevista com A. T. 12 de outubro de 2005.

algumas explícitas, outras implícitas, que impediam ou dificultavam o fluxo de pessoas não enquadradas no perfil estabelecido pela colonizadora.

Para suprir a carência de mão-de-obra, alguns colonos eram acompanhados de trabalhadores para ajudar na abertura da área. De acordo com informações cedidas por T. M., a colonizadora recomendava aos novos proprietários a não contratação de negros. Caso isso ocorresse havia no núcleo urbano um bairro exclusivo para essa população, o bairro Bom Jesus. Segundo seu S. L., “O Claudino Frâncio, que era dono da colonizadora, fez um bairro só para os negros, ele era racista. Se os negros quisessem morar tinha que ser lá. Ainda resta lá quatro, cinco famílias, encostou lá esse povo”<sup>27</sup>. Curiosamente, o primeiro morador da região foi “Nego Otávio”, mineiro que desde 1972 cuidava de uma propriedade nas margens do rio Teles Pires<sup>28</sup>. Fora do Bom Jesus era difícil para uma pessoa negra adquirir um lote urbano, como ocorreu com o seu S. L., que ao procurar a colonizadora foi informado de que não se vendia lote para “pessoa de cor”:

Uma vez fui comprar um lote da Luciana Frâncio, que é filha dele [Claudino Frâncio]. Naquela época ela era mocinha, menina, mas ela trabalhava na colonizadora [...]. Tinha um lote bonito lá onde hoje é a Tancredo Neves, era tudo estrada, mas já estava cortado o loteamento, era tudo mato, não tinha casa, não tinha nada. Aí eu falei para ela, ‘ainda tem lote para vender?’. Ela falou, ‘tem. O senhor quer comprar?’. Eu falei, ‘eu quero comprar um lote’. Ela falou: ‘mas o meu pai não vende lote para gente de cor’. Aí eu falei, ‘ah é, não vende?’, ‘não’, ela respondeu. Eu falei, ‘então está bom’, pequei a bicicleta e fui embora<sup>29</sup>.

O controle do espaço também foi exercido sobre a migração de trabalhadores nordestinos dos garimpos de Alta Floresta e de Peixoto de Azevedo, que, com o fim da mineração, foram atraídos pela atividade de catação de raízes na abertura de áreas para o plantio de soja. Esse deslocamento passou a ser tratado como um problema pela população local a partir do momento em que o número de pessoas que chegava ao município era maior do que a oferta de emprego em atividades braçais, especialmente para a limpeza de área e também para serviços domésticos, em armazéns e serrarias. De acordo com D. M.<sup>30</sup>, discutiu-se por muito tempo a construção de barreira física<sup>31</sup>,

<sup>27</sup> Entrevista com S. L. 13 de novembro de 2005.

<sup>28</sup> Cf. PREFEITURA DE SORRISO, 1990.

<sup>29</sup> Entrevista com S. L. 13 de novembro de 2005.

<sup>30</sup> Entrevista com D. M. 12 de novembro de 2005.

como a instalação de porteiras, com o objetivo de impedir a entrada de nordestinos no município: “eu recebi muita crítica, tinha, porque tinha que colocar a porteira”.

Mesmo sem a implantação desse artifício, em 2001 foi impedida através de ação policial a entrada de um grupo de maranhenses no município, como relata S. R.<sup>32</sup>: “Colocaram os homens todos no ônibus de volta e fizeram eles assinar que queriam voltar [...]. A polícia foi levando até na divisa de Mato Grosso com o Pará, isso foi a quatro anos atrás.”

O controle do espaço social é evidente no município de Sorriso. Do lado esquerdo da BR-163, no sentido Cuiabá-Santarém, foi implantado o núcleo urbano, com bairros residenciais, setor de comércio e serviços e administração municipal. Do lado direito, o setor industrial, onde ficam localizados os armazéns de aquisição de grãos, serrarias, oficinas mecânicas e outros serviços. Para quem percorre o centro da cidade, encontra avenidas amplas, com intenso fluxo de carros, especialmente caminhonetes, além de lojas sofisticadas, supermercados amplos, com um setor específico para os produtos da “colônia”. Na medida em que se afasta da área central, surgem bairros residenciais bem estruturados, com casas vistosas, de arquitetura moderna, garagem ampla, algumas com muros altos, outras com grades protetoras, mas sempre bem protegidas, deixando a impressão de que o município passa por uma forte dinâmica econômica. “Do outro lado da BR” desenvolveu-se aos fundos do setor industrial, mas sem o mesmo planejamento, o bairro São Domingos, hoje conhecido como o bairro dos “nordestinos”, para abrigar os trabalhadores da agricultura e dos serviços em geral.

Quando se analisa a construção de um espaço de convívio social, como é a colonização, observa-se de forma muito contundente que os aspectos econômicos, da mesma forma que os mecanismos de controle social, fundem-se com os aspectos políticos, culturais e étnicos. Para possuir a terra não basta ter o recurso econômico,

---

<sup>31</sup> Guimarães Neto (2003) faz o seguinte comentário sobre os mecanismos de controle na formação de novas cidades no Norte de Mato Grosso: “É muito revelador que nos primeiros momentos da abertura das novas áreas ditas de colonização as empresas erigiam barreiras físicas, construídas de madeira ou cimento, ou, também, utilizavam barreiras naturais como rios de difícil travessia (controlando as passagens), impedindo a entrada daqueles que não podiam se identificar ou que não eram bem-vindos. Estes mecanismos de exclusão direcionavam-se, sobretudo, a negros ou homens e mulheres que haviam se deslocado de áreas geográficas muito pobres do Brasil, como de determinadas partes do Nordeste. Neste caso, estigmatizavam os ‘nordestinos’, que eram associados a todos os homens pobres, perigosos e ‘sem rumo’. As diversas barreiras que eram ocupadas por homens armados, encarregados da vigilância do local, passavam a funcionar também como barreiras étnicas. Inúmeros são os casos de violências registradas contra garimpeiros e trabalhadores sem terra pelos donos das colonizadoras.”

<sup>32</sup> Entrevista com S. R. 02 de setembro de 2005.

como foi o caso do sr. S. R. que, ao procurar a colonizadora com a intenção de adquirir um lote, viu seu direito de comprador negado pelo fato de ser negro. É preciso mais, é preciso ter o lastro cultural e étnico que permita inseri-lo no projeto dominante. Desse modo, uma mercadoria carrega mais do que o seu valor de uso e o seu valor de troca, ela carrega a identificação e o devir de um grupo. É nesse sentido que a colonização é analisada como projeto totalizante, posto que não se trata apenas da ocupação de uma área específica por um grupo também específico, mas da construção de um processo social, ou, caso se prefira, da construção de uma sociedade. Foi sobre essa construção social do espaço que ocorreu a expansão das lavouras de soja.

## **6.2 A expansão das lavouras de soja**

Todos os colonos entrevistados são proprietários dos seus estabelecimentos, instalados em extensões de terra superiores às que possuíam no Sul (alguns produtores fazem arrendamentos para ampliar a área plantada), onde o tamanho da colônia variava entre 25 a cem hectares, enquanto que a superfície da área adquirida girava em torno de quinhentos e mil hectares, refletindo o volume de recurso disponível para a aquisição da propriedade. De qualquer modo, o aumento do patrimônio foi significativo a despeito da qualidade do solo, da infra-estrutura e de todo um conjunto de outros fatores que valorizavam as terras do Sul.

Os colonos também eram proprietários dos meios de produção, constituídos principalmente por máquinas e implementos agrícolas: tratores de pneu, carretas, grades, arados, plantadeiras e, em alguns casos, colheitadeiras. Parte desses equipamentos foi trazida com a mudança das famílias e a outra foi adquirida com os financiamentos facilitados pelo Governo Federal. A vegetação nativa, formada de cerrado, não foi obstáculo para a abertura inicial das áreas. Os tratores de pneu, de baixa potência, não encontravam resistência para o desmatamento e enleiramento, o que facilitou o rápido preparo das terras adquiridas. Seu L. R.<sup>33</sup>, no primeiro ano, desmatou

---

<sup>33</sup> Entrevista com L. R. 02 de setembro de 2005.

e preparou o solo para o plantio de 150 hectares de arroz, superfície cinco vezes maior do que a que possuía no Sul.

A primeira atividade agrícola de destaque no município de Sorriso, segundo registro do escritório local da EMPAER (2004), foi o plantio de arroz, devido a sua resistência aos solos ácidos do cerrado. A área plantada no ano de 1976 foi de 650 hectares, passando para 24 mil em 1982, uma extensão expressiva para a região por causa das condições de infra-estrutura, mercado e tecnologia encontradas pelos colonos, que ainda estavam em processo de mudança e adaptação. Uma das explicações para a origem do nome do município remete-se à predominância da cultura de arroz: “o nome de Sorriso surgiu da cultura do arroz. O gringo, o italiano, pessoal do interior, quando perguntava para ele, ‘o que é que dá lá?’, o cara falava ‘só rizzo, só rizzo’ [...]. Rizzo num italiano bem sem vergonha significa arroz”<sup>34</sup>.

O plantio sucessivo dessa lavoura em uma mesma área e em áreas antigas favoreceu o surgimento da brusone, fungo que ataca a planta em diferentes estágios de desenvolvimento, resultando em perdas de produtividade. O ano agrícola de 1983 foi difícil para os produtores de arroz, pois o aparecimento dessa doença, associado aos problemas climáticos e de mercado, gerou uma crise financeira que resultou na venda de terras para pagamento de dívidas. A “crise do arroz” acelerou a busca de alternativas para viabilizar o plantio de soja no cerrado, que já vinha sendo cultivada desde 1981 em uma área ainda experimental de quinhentos hectares. O seu A. P.<sup>35</sup> faz referência à crise do arroz como um momento de virada da atividade agrícola: “Daquele ano que deu uma seca lascada o pessoal entrou na soja meio de bico [...], porque soja é mais seguro, se dá uns dias de sol ela dá igual, com o arroz é bastante sensível, se não chover naqueles dias que está cacheando perde tudo.” O plantio de arroz foi ficando restrito apenas às áreas de abertura em função da sua resistência à acidez do solo.

No ano de 1982 a área cultivada de soja passou para dezesseis mil hectares e no ano seguinte para 45 mil, superando a produção de arroz. O rápido crescimento foi estimulado pela adaptação de tecnologias às condições do cerrado, principalmente de

---

<sup>34</sup> Entrevista com T. R. 14 de setembro de 2005.

<sup>35</sup> Entrevista com A. P. 13 de outubro de 2005.

variedades mais resistentes à acidez e pouco sensível ao fotoperíodo, como a IAC2, a Cristalina e a Doko<sup>36</sup>:

Em 82 por aí, surgiu umas variedades que se plantava em Goiás, foi trazido, experimentado e ela saiu razoavelmente bem. A partir daí começou a diversificar a cultura, plantava arroz na abertura de área, já no segundo e terceiro ano já entrava com a soja e foi aperfeiçoando.<sup>37</sup>

Ainda em termos de tecnologia, foi importante o desenvolvimento de práticas de manejo do solo visando ao controle da acidez e da baixa fertilidade natural através do emprego de calcário e de fertilizantes sintéticos. No entanto, a experiência dos colonos e a vontade de voltar a produzir soja, projeto que não foi abandonado, determinaram o ritmo de crescimento da área plantada. Em 1983, a soja já era uma atividade tecnicamente viável para o cerrado, fato que alterou algumas características da migração. As terras mais baratas do Norte de Mato Grosso passaram a atrair os colonos produtores de soja que tinham o interesse de ampliar o plantio dessa lavoura, inviabilizado no Sul devido ao elevado preço da terra. Em duas décadas, de 1986 a 2006, a área plantada em Sorriso passou de cem mil hectares para seiscentos mil, ocupando praticamente todo o território do município.

O encontro das trajetórias dos colonos, da colonização, da colonizadora, dos trabalhadores, da tecnologia e dos povos indígenas, que constitui um processo de formação territorial com todos os seus mecanismos de coerção e estímulos, expressa a expansão das lavouras de soja como um fenômeno social em construção que não foi definido nem planejado por algum dos agentes isoladamente, mas pelas relações de interdependência que eles estabelecem entre si. A trajetória dos colonos revela melhor esse quadro: produtores de soja no Sul que, ao migrar para Mato Grosso, abandonaram sua atividade principal, para depois retomá-la em outras bases. Ou seja, para as primeiras famílias que deixaram o Sul, o sentido da migração não estava orientando para a lavoura mecanizada em larga escala, não porque não fosse de interesse delas continuar plantando soja, mas porque não existiam as condições materiais necessárias

---

<sup>36</sup> Hortêncio Paro, agrônomo da EMPAER a quem foi atribuída a função de acompanhar das primeiras pesquisas de adaptação de variedades de soja para o cerrado em Mato Grosso, considera a variedade IAC2 a grande responsável pela expansão inicial da soja no Estado: “um material que fez com que a soja começasse a andar em Mato Grosso com uma velocidade maior foi a IAC2. Se alguém tivesse que fazer uma estatueta de bronze com uma variedade, essa teria que ser com a variedade que praticamente viabilizou a soja aqui”. Entrevista realizada em Cuiabá, a 22 de julho de 2006.

<sup>37</sup> Entrevista com D. A. 14 de setembro de 2005.

para que isso pudesse ocorrer. Foi o que ocorreu com a trajetória da colonização no âmbito do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que tinha dois objetivos: por um lado, povoar as áreas consideradas desocupadas, antigos territórios tradicionais de povos indígenas, definindo como atividade econômica principal a agropecuária em larga escala e, por outro lado, agir sobre as regiões de conflitos sociais no campo. Isto é, o planejamento do Estado estava direcionado para atender grandes empresas, principalmente da região Sudeste, que manifestavam interesse nos subsídios das políticas públicas. No entanto, cada uma dessas trajetórias carregava também elementos de reinvenção de novos espaços sociais e produtivos, o que nos permite afirmar que a cultura da soja também não é o resultado de um movimento aleatório e desprovido de intencionalidade, mas de uma razão prática capaz de criar e mobilizar diversos tipos de recursos considerados necessários para proporcionar as condições favoráveis a sua implantação. Como será demonstrado a seguir, o plantio em larga escala não é uma característica intrínseca do capital, uma tendência inevitável do desenvolvimento econômico da agricultura, tendo, sim, uma base social que pode ser compreendida quando se analisam os mecanismos de apropriação de terra.

### 6.2.1 O crescimento

A abertura das terras ocorreu de forma gradual e permanente, dependendo da capacidade de trabalho, da disponibilidade de máquinas e dos recursos dos colonos, bem como dos programas de incentivos do governo.

Abrir o cerrado não se constituía em uma tarefa difícil. A vegetação de baixo porte era eliminada por tratores de pneu, geralmente CBT, que também faziam o serviço de enleiramento e de limpeza da área. Assim, a cada ano uma nova porção da terra era preparada para o plantio, que assim se configurava: após a limpeza era preciso aplicar o calcário (até cinco toneladas por hectare), preparar o solo, fazer a correção de fertilidade e proceder ao plantio. Os custos eram altos principalmente por causa da elevada demanda de insumos, que chegava a superar o preço da “terra bruta”.

A área inicial do agricultor J. R.<sup>38</sup> e de seus irmãos, que era de quinhentos hectares, levou cinco anos para ser aberta, uma média de cem hectares ao ano:

No primeiro ano nós plantamos cem hectares. Daí, depois foi mais 180 ha, que foi enleirado no outro ano, essa safra foi feita em 87-88. Aí continuemos. Se não me falha a memória, 91 pode ser, foi quando nós derrubou mais um pedaço de cerrado lá em cima e aqui em baixo, que vai dar umas 45 mais, é vai dar umas trinta aqui em baixo, mais umas 75 ha por aí, e o resto ficou como reserva.

Essa estratégia foi adotada praticamente por todos os colonos de Sorriso. O crescimento da área plantada, que também representava o crescimento econômico da família, foi lentamente sendo construído com o apoio das políticas de incentivos fiscais, cujo objetivo principal era conceder empréstimos fundiários para a aquisição de terra e financiamentos para projetos destinados à expansão da agricultura, com subsídios ao uso de insumos. Em 1971, por meio do Decreto-Lei 1.179, o governo Médici criou o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) (BRASIL, Decreto-Lei n. 1.179, 1971). Ainda, em 1975, o governo Geisel, buscando dar maior dinamicidade para a ocupação do Cerrado, criou o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) (BRASIL, Decreto n. 75.320, 1975), cujo propósito era promover a modernização das atividades agropecuárias.

Para H. P.<sup>39</sup>, agrônomo da EMPAER, o que impulsionou a ocupação do cerrado foi o programa Polocentro, que além de financiar máquinas, implementos e insumos, com juros subsidiados, financiava também armazéns, usinas e até pequenos aviões para uso agrícola: “Esse programa financiou toda a abertura de terra e criou a infra-estrutura mínima nas propriedades [...], foi ele que permitiu a quebra do Cerrado e fez com que os agricultores criassem uma infra-estrutura para o plantio da soja mecanicamente.”

O agricultor D. A., um dos maiores produtores de Sorriso, cuja propriedade inicial de setecentos hectares passou a quinze mil hectares, relembra as vantagens dos incentivos públicos:

O Banco do Brasil tinha uns incentivos do Governo Federal, o POLOCENTRO, o PROTERRA, esses financiamentos que existiam para abertura de área, calcário, fosfatar a área, com fosfato natural na época, e armazéns e compra de máquinas também. Então, a gente fez esses financiamentozinho na época, e aí foi uma alavancada no negócio da gente. A gente montou secador junto com os primos dali, e aí foi evoluindo, fomos abrindo essas areazinha e tá [...]. Houve umas

---

<sup>38</sup> Entrevista com J. R. 02 de setembro de 2005.

<sup>39</sup> Entrevista com H. P. 22 de julho de 2006.

épocas aí que tinha o preço mínimo dos produtos, né. E esse preço mínimo não era excelente, mas também não era tão ruim, era razoável. Se você produzisse bem, você conseguia pagar as suas contas e sobrar algumas coisas.<sup>40</sup>

Para se ter acesso a esses recursos era necessária a apresentação dos documentos das propriedades como garantia dos empréstimos. Os problemas fundiários decorrentes de títulos falsos e sobrepostos impediram que uma parte dos agricultores fosse beneficiada, refletindo na estruturação dos estabelecimentos e na dinâmica de abertura das áreas. Foi o que ocorreu com o seu A. P<sup>41</sup>. e outros agricultores que tiveram problemas com a documentação, cuja demora de legalização junto ao INCRA impediu-os de ser favorecidos por essas linhas de incentivos, reduzindo o ritmo de abertura das áreas.

No entanto, conseguir o título da propriedade não era garantia para a inclusão dos colonos na lista dos beneficiários desses programas. Precisava-se, ainda, de outros lastros, como possuir o “espírito” empreendedor para investimentos em novas tecnologias, ter bom relacionamento com a colonizadora, ter acesso ao gerente e ser dono de uma boa carteira bancária, ou seja, estar bem situado nas estruturas de relação sociais. Esses mecanismos de distinção direcionavam os incentivos, com juros subsidiados, para um grupo restrito de agricultores, que passavam a adquirir maior dinamicidade para a abertura e a ampliação da nova área, como narra T. R.<sup>42</sup>: “Então entrou a questão de sobreviver o mais forte, sobreviver o mais esperto [...]. Nós tivemos um caso da fazenda P... que comprou 25 tratores e quando foi pagar a primeira parcela, o valor de um pneu pagava o valor dos outros todos, foi o PROTERRA.”

Desse modo, o crescimento econômico e o ritmo de abertura de área foram influenciados, no primeiro momento, pela capacidade desenvolvida pelos agricultores de acessar as políticas de incentivos. Atravessar a porta do banco, ser recebido pelo gerente, organizar todos os documentos necessários e ainda solicitar crédito subsidiado era um percurso muito longo a ser cruzado pelos pequenos colonos, que muitas vezes encontravam dificuldades até para chegar à sede do município. Para outros, no entanto, esse percurso era mais curto e acessível. Portanto, a distância social que separava ou que aproximava o produtor das fontes de recursos determinou o seu ritmo de crescimento.

---

<sup>40</sup> Entrevista com D. A. 14 de setembro de 2005.

<sup>41</sup> Entrevista com A. P. 13 de outubro de 2005.

<sup>42</sup> Entrevista com T. R. 14 de setembro de 2005.

À medida que as áreas iam sendo ocupadas com os plantios de soja, novas propriedades iam sendo adquiridas, seguindo basicamente duas estratégias: a primeira consistia na anexação da área vizinha e a segunda, na venda da propriedade já formada para a compra de uma outra maior, porém mais distante. Optar por uma delas dependia, entre outros fatores, da estrutura econômica do colono e do seu vizinho, bem como das características do solo e do relevo predominantes na região. Ou seja, não havia uma regularidade nessas ações que permitisse definir um padrão para a compra e venda das terras. No entanto, pode-se observar, em linhas gerais, que os pequenos e médios colonos optavam por formar a propriedade e, em seguida, vendê-la ao vizinho. Com o recurso adquirido, compravam uma nova área, maior e mais distante, dando início a um novo ciclo de abertura. Os colonos mais estruturados, que em geral foram os que mais se beneficiaram dos programas de incentivo, passaram a adquirir as terras do entorno, ampliando o tamanho da sua propriedade e da área cultivada.

L. R. e o irmão, em 1986 adquiriram uma área de 726 hectares. Em seguida, seu pai comprou mais novecentos hectares para dois outros irmãos que estavam de mudança para Mato Grosso, formando, ao todo, 1.626 hectares, em cuja área trabalhavam quatro irmãos e duas irmãs. Com a morte do pai, a terra foi dividida: “Eu vendi a minha fazenda e comprei lá em Ubitatã uma área de 1.700 hectares e outra de dois mil. Tenho hoje 3.700 hectares. Eu vendi seiscentos para comprar 3.700 [...]. Eu tenho mais quatro filhos, dois homens e duas mulheres.”<sup>43</sup>

Trajetória semelhante foi percorrida por S. G.<sup>44</sup>, que chegou na região de Sorriso em 1983, adquiriu em parceria com o irmão oitocentos hectares e em seguida mais 650, que foram vendidos para a compra de duas novas áreas, que em conjunto somam 7.200, dos quais 6.800 são cultivadas. Quando indagado se ainda pretendia continuar ampliando a área, fez o seguinte comentário: “Não, acabou. É isso que nós temos agora. Não queremos mais nenhum pedaço mais não. Hoje nós temos 6.800, em dois. A nossa meta, chega, é essa aí. A hora que os filhos crescerem se eles quiserem ampliar, aí eles fazem.”

Com o crescimento da área plantada ocorreu uma valorização do preço das terras, forçando os agricultores a se deslocarem para regiões cada vez mais distantes, sempre obedecendo à regra de terras planas, preferencialmente o cerrado, de solos

---

<sup>43</sup> Entrevista com L. R. 02 de setembro de 2005.

<sup>44</sup> Entrevista com S. G. 30 de agosto de 2005.

profundos, com acesso à infra-estrutura e preços baixos. Foi assim que os plantios de soja irradiaram-se para os municípios vizinhos de Sorriso, como Vera, Ipiranga do Norte, Nova Ubiratã, entre outros, como também passaram para outras regiões mais ao Norte, seguindo a BR-163 na direção do porto de Santarém.

A venda da propriedade nem sempre é o resultado de uma escolha voltada ao crescimento econômico do estabelecimento ou da família, podendo ser também fruto das dificuldades encontradas para a manutenção da atividade agrícola. Essa situação fica mais evidente durante os períodos de “crise na agricultura”, como a do arroz, em 1983, e da soja, em 1990, 1996 e 2003. Nesses momentos, em que a margem de rentabilidade é baixa e não cobre as despesas dos investimentos e custeios, os agricultores com menor poder de negociação encontram mais dificuldades em prorrogar os compromissos, restando-lhes a alternativa de vender a terra. Nesse caso, a venda da terra não é apenas o resultado do desempenho econômico dos agricultores, mas também da posição que ocupam nas estruturas de relações sociais e que lhes permite, ou não, a renegociação da dívida. Trata-se, pois, de uma “seleção social”, termo utilizado por Santos (1993) para denominar o movimento de entrada e de saída dos colonos nos programas particulares de colonização em Mato Grosso.

Como já demonstrado anteriormente, desde o início de 1980 a produção e a área cultivada com soja vêm crescendo ano a ano, exceto nos períodos específicos em que ocorreu pequena regressão, e simultaneamente a esse incremento eleva-se a concentração de terra, de capital e de meios de produção. Os dados censitários disponíveis não permitem mensurar essas mudanças. Apoiando-se em duas fontes distintas, o Censo Agropecuário de 1996 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 1996) e o Levantamento de Mercado por Cliente, realizado em 2006<sup>45</sup>, procura-se demonstrar a tendência de concentração produtiva.

Comparando essas duas informações, o número de estabelecimentos que produzem soja reduziu em 27%, passando de 339 para 246. No entanto, deve-se considerar que o Levantamento de Mercado feito pela empresa não prioriza os plantios com menos de trezentos hectares. Mesmo assim, é seguro afirmar que nesse intervalo de tempo houve uma redução número de propriedades resultado do agrupamento de área.

---

<sup>45</sup> Esse levantamento não identifica com precisão a área plantada nos estabelecimentos com menos de duzentos hectares, prejudicando uma comparação mais precisa.

A participação dos plantios em áreas que variam entre duzentos e quinhentos hectares, no total da área cultivada, reduziu de 9,6% para 1,5%. Também ocorreu redução nos plantios entre quinhentos e mil hectares, que contribuía com 19,4% da área total em 1996 e passaram para 10,1% em 2006. Mesmo nos plantios em áreas entre mil e cinco mil hectares houve uma ligeira redução de 60,1% para 54,4%. Foi apenas nos plantios em extensões superiores a cinco mil hectares que aconteceu um crescimento significativo, passando de 9,1% em 1996 para 33,8% em 2006.

Em síntese, nos últimos dez anos o crescimento da área plantada de soja no município de Sorriso foi proporcionalmente maior entre os plantios acima de cinco mil hectares, o que ajudou a elevar o tamanho médio das lavouras, que passou de 498 hectares para, aproximadamente, dois mil.

O processo de ocupação da terra, especificamente nessa região, desenvolveu-se mais pelo crescimento do tamanho médio das propriedades que, a cada ciclo agrícola procuravam ampliar a superfície da área plantada, do que pelo estabelecimento inicial de grandes empresas ou produtores rurais (situação que pode ser encontrada em outras regiões do Estado, como em Sapezal e no Vale do Araguaia).

Para os agricultores esse crescimento tem sido resultado do esforço pessoal, do sacrifício imposto à família e do contínuo investimento na abertura de novas áreas, como relata F. G.<sup>46</sup>, agricultor no município de Querência:

Na agricultura ninguém guarda gordura, como alguns setores que guardam gordura para queimar, agricultura não tem gordura para queimar. Quem tem duzentos hectares, quando tiver gordura vai para trezentos. Quem tem trezentos vai para quatrocentos. Quem tem oitocentos vai para mil e assim por diante. Mas uma coisa eu te digo, ninguém tira dinheiro da agricultura para comprar apartamento na praia, sacar dinheiro da agricultura para levar para a Suíça escondido. Aí os caras perguntam, ‘cadê a gordura da agricultura?’ A gordura que o cara tem para queimar é esse crescimento que você está vendo, entendeu?

É forte o sentimento de “sucesso” alcançado pelo esforço pessoal, pelo trabalho da família, pela competência no manejo tecnológico, o “ser bom da porteira para dentro”<sup>47</sup>. Mesmo ao ganhar proporção que extrapola a capacidade do trabalho familiar,

---

<sup>46</sup> Entrevista com F. G. 16 de junho de 2006.

<sup>47</sup> A referência ao esforço familiar e a dedicação no trabalho estão presentes em praticamente todas as entrevistas realizadas com agricultores, técnicos e representantes de empresas. Vejamos esse aspecto na fala de D. M: “O sulista é muito ousado. Aqui tem exemplos de famílias que chegaram aqui para trabalhar como trabalhadores rurais e hoje são grandes empresários rurais, plantam quatro, cinco mil hectares de

a agricultura continua sendo tratada e gerenciada como um negócio da família, refletindo a preocupação do colono no Sul em garantir ao filho uma colônia de terra, só que, agora, com outras referências de produção, produtividade e capitalização. O depoimento de B. N.<sup>48</sup> enfatiza essa preocupação: “Tem essa necessidade de ampliar a área em função da família, porque a família cresce. O problema é quando vêm os filhos, vem o casamento dos filhos, vem a necessidade de separar a propriedade [...]. A tendência no final é cada um separar e pegar o seu pedaço.”

Além da “gordura” produzida pela agricultura, que a cada ano é “queimada” na ampliação de novos plantios, através dos investimentos na aquisição de terra e de máquinas, outros recursos mostram-se também relevantes. Um deles foi apontado pelo próprio F. G., que além de agricultor exerce a função de prefeito municipal. Nos anos agrícolas de 2005/2006, quando a agricultura se encontrava em “situação de crise”, o então prefeito, em suas atribuições legais, determinou “estado de emergência” no município, em decorrência de uma suposta seca que acarretou perdas na produção. Porém, a média de produtividade não foi diferente à dos anos anteriores. Esse foi um recurso utilizado pelo agricultor/prefeito com o objetivo de criar um aparato legal que desse aos agricultores condições mais favoráveis para renegociar dívidas com o banco e as empresas. Sendo assim, tão importante quanto a “queima da gordura” tem sido a utilização de recursos políticos criados pelos agricultores ao eleger prefeito e vereadores comprometidos com os seus problemas. Em escala regional pode-se estender essa escolha à eleição de governador do Estado, que é um dos maiores produtores de soja, e de deputados e senadores.

Como se pode observar, o processo de expansão das lavouras de soja tem sido construído pelo emprego de diferentes tipos de recursos para a aquisição de terras e meios de produção. Uma prática bastante recorrente no início da abertura das áreas foi a utilização do seguro do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) para comprá-las. O agricultor requeria do banco esse seguro, reclamando perdas na produção, e empregava-o nessa compra, como confirma T. R.<sup>49</sup>:

O desenvolvimento de Mato Grosso como um todo se deu em cima de uma coisa chamada arroz, grão de arroz plantado no sequeiro. Onde a

---

lavoura de soja. Outros que já eram mais ou menos, plantando já trezentos, quatrocentos hectares e hoje plantam dez mil hectares de soja”. Entrevista com D. M. 11 de outubro de 2005.

<sup>48</sup> Entrevista com B. N. 13 de setembro de 2005.

<sup>49</sup> Entrevista com T. R. 14 de setembro de 2005.

maior produção, o maior lucro, a maior rentabilidade, a maior produtividade se deu com o PROAGRO. O PROAGRO quitando a dívida no banco, ele desviava a produção para pagar a prestação de terra que comprou do vizinho.

Mesmo não tendo prejuízo com a lavoura o agricultor requeria do banco o seguro de safra, que era empregado na aquisição de novas propriedades, estabelecendo assim um ciclo de crescimento. De forma indireta, ou não formal, ocorria uma transferência de recursos públicos para o investimento em compra de terras e máquinas agrícolas, fato que se tornava possível devido ao grande volume de crédito rural<sup>50</sup> e à fragilidade do sistema de controle e fiscalização, facilitando a ocorrência de burla. A redução do volume de crédito rural destinado a investimento e custeio deixou mais complexa a transferência de recursos públicos, exigindo o desenvolvimento de novos mecanismos de “subsídios”, indiretos, para a continuidade do processo de abertura de áreas. Talvez um dos mais elaborados e complexos destes mecanismos tenha sido a invenção social da crise, a chamada “crise da agricultura”.

## 6.2.2 A expansão da soja e produção social da crise

O fim dos programas protecionistas, que perduraram até a segunda metade dos anos de 1980, principalmente através das políticas de preço mínimo e de proteção de safra, levou governo e agricultores a criar alternativas de proteção, cada vez mais restritas e seletivas, mas necessárias para dar continuidade ao movimento expansionista.

Utilizando como exemplo a trajetória do agricultor S. G., cuja área plantada passou de quinhentos hectares em 1985 para 6.800 em 2005, observa-se que o crescimento da sua atividade nesse período foi de 1.200%, o que representa uma média de 63% ao ano. Não se trata de um agricultor que transferiu recursos próprios de um setor para outro apenas para a aquisição inicial da terra. Como explicar tamanha dinamicidade econômica em um setor no qual os próprios agricultores e técnicos

---

<sup>50</sup> Em valores atualizados, o montante de crédito rural liberado em 1974 foi de 61 bilhões de reais, elevando-se em 1979 para 103 bilhões e chegando em 1987 a 64 bilhões. Durante os anos de 1990 chegou ao patamar de dezessete bilhões de reais, voltando novamente a crescer no ano de 2004 (BANCO CENTRAL, 2005).

consideram que a média de rentabilidade é de aproximadamente 16% ao ano, isto é, dez sacas de soja por hectare?

Situação semelhante ocorre com a trajetória econômica do Sr. D. A., cuja área plantada, em duas décadas e meia, passou de setecentos hectares para quinze mil, crescimento médio anual de 81%. Essa é uma tendência que, em maior ou menor escala, vem ocorrendo com os agricultores que produzem soja em Mato Grosso. Naturalmente que devem ser preservadas as especificidades dessas trajetórias, principalmente as daqueles que mantiveram a mesma superfície de terra de quando migraram para o Estado.

Para melhor compreender a lógica de aquisição de terra serão apresentadas as condições de compra de uma área de quatrocentos hectares realizada por J. R. no ano de 2004. O preço de compra foi de 320 sacas por hectare, dívida em cinco parcelas anuais. Segundo o agricultor, da área total adquirida, somente 238 hectares seriam ocupados, já que o restante forma a Reserva Legal e a Área de Preservação Permanente. Ou seja, o custo de cada hectare incorporado ao plantio foi de 537 sacas de soja. Considerando que a rentabilidade média é de dez sacas por hectare, essa área seria paga com a produção nela obtida em 53 anos. No entanto, não é esse o tempo de crescimento que se tem observado na dinâmica de expansão das lavouras de soja em Mato Grosso.

A. T.<sup>51</sup>, corretor de imóveis, exemplifica o custo da terra no município de Sorriso:

Um número que os agrônomos consideram razoável como lucro, não é palavra minha, é dos agrônomos, é dez sacas por hectare. Isso também não é uma coisa muito segura porque cada lavoura é uma lavoura, mas isso aqui é considerado um bom lucro. Alguns têm prejuízo, mas vamos pegar um número para expor o raciocínio. Então pega uma área de mil hectares, vale 250 mil sacas. Mas você não planta mil hectares, você planta oitocentos. Você tem um lucro de dez sacas por hectare, então oito mil sacas por mil hectares, 250 mil dividido por oito mil, portanto você leva 31 anos para pagar. Te pergunto, não é uma coisa maluca? Na minha opinião é uma coisa maluca, sou corretor de imóveis, mas acho uma coisa maluca.

Para evitar os altos custos da terra aberta, isto é, preparada para o cultivo de soja, os agricultores procuram terras mais baratas em locais mais distantes. Um hectare de mata no município de Vera pode custar quarenta sacas desse grão e mesmo somando os custos iniciais, estes ainda são mais reduzidos do que o preço de uma área já preparada,

---

<sup>51</sup> Entrevista com A. T. 12 de outubro de 2005.

fato que tem estimulado a expansão para os municípios vizinhos dos principais centros produtores, de modo particular, avançando para as áreas de mata da floresta Amazônica.

Com o fim dos programas protecionistas, cujo objetivo era promover o desenvolvimento modernizante da agricultura brasileira, lançando mão principalmente das linhas de créditos subsidiadas, os produtores de soja, associados a outros agentes econômicos, como as empresas que comercializavam insumos e compravam a produção, apoiaram-se em um sistema de endividamento para manter os ciclos expansionistas.

Ao comprar a nova propriedade o agricultor assumia uma dívida parcelada em cinco anos. Da produção agrícola precisava retirar recurso suficiente para quitar as parcelas, mas também para pagar os investimentos em máquinas e implementos. Como o investimento era superior a sua capacidade de pagamento, o agricultor entrava em um ciclo de endividamento. Quando a dívida deixava de ser um problema individual e passava a constituir como problema de um grupo maior de produtores, que vivenciavam o mesmo processo, ela se tornava um “problema agrícola”. Isto é, os custos de produção, considerando o investimento em terra, eram maiores do que a renda obtida com a venda do produto. O sistema de endividamento gerou uma situação de crise, que passou a compor uma pauta de negociação como o Governo. Nesse sentido, a crise é construção social resultante da ação de agentes para equacionar um ciclo de endividamento, causado, entre outros fatores, pelo movimento de aquisição de terra.

A partir de 2001 a agricultura comercial de exportação brasileira, de modo particular, a soja, apresentou uma grande capacidade de crescimento. Em Mato Grosso, a área plantada praticamente duplicou, passando de 3,1 milhões de hectares para 6,1 milhões. Esse avanço foi reflexo das mudanças macroeconômicas do Governo Federal, visando à desvalorização da moeda nacional com o objetivo de estimular as exportações. Os contratos que os produtores de soja realizavam com as empresas de oferta de insumos e de compra da produção eram efetuados em dólares, o que elevou significativamente o preço de venda do produto em moeda nacional. No município de Sorriso, a saca de soja chegou a ser comercializada a R\$ 45,00 no ano de 2004, valor que passou a R\$ 20,00 no ano de 2006 (INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGRÍCOLA – IMEA, 2007).

A desvalorização cambial e, conseqüentemente, a elevação do preço da soja em moeda nacional estimularam a ampliação da área cultivada, dando início a um novo ciclo de endividamento, causado pela aquisição de terras, máquinas e implementos. Os investimentos foram planejados tendo como referência o preço da soja acima da média histórica. Com a revalorização do Real, a partir de 2005, os agricultores perderam a capacidade esperada de saldar os investimentos, como relata o senhor F. L.<sup>52</sup>:

No ano passado vendeu soja a R\$ 45,00 até. Aí fizemos bastante compromisso que a gente faz, né? A soja estava bom de preço, todo mundo compra um tratorzinho ou troca um pequeno por um maior, compra mais um pedaço de terra, na esperança de que o produto se valoriza, né. Aí numa situação dessa agora, o cara pergunta, ‘mas plantar de novo?’. Tem que plantar, então como é que fica a dívida desse maquinário, de terra, de tudo, insumo. Aí o que é que faz? Planta de novo, sem expectativa nenhuma para o ano que vem.

A “crise” é definida pelos agricultores e pelas entidades de representação, dentre as quais a Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Associação dos Produtores de Soja (APROSOJA), como resultado do balanço negativo entre custo de produção (insumos, máquinas, mão-de-obra, terra, transporte) e o valor de comercialização da soja. Essa diferença foi causada pelo descasamento da taxa de câmbio entre a data da compra de insumos e da venda da produção, ou seja, os insumos foram adquiridos com o dólar a R\$ 3,00 e a produção foi comercializada com o dólar valendo R\$ 2,50. Essa diferença foi assumida como prejuízo pelos agricultores.

Para equacionar o fechamento dessa contabilidade, os agricultores desencadearam um conjunto de ações com o objetivo de pressionar o Governo Federal a liberar mais recursos para a agricultura e solucionar o problema do endividamento, principalmente com as “tradings”, que financiam os plantios através do Plano Safra (antecipação de insumos para pagamento com a produção)<sup>53</sup>. Em Julho de 2006,

---

<sup>52</sup> Entrevista com F. L. 15 de setembro de 2005.

<sup>53</sup> A. B., agricultor no município de Campo Verde, em entrevista, descreve o papel desempenhado pelas *tradings* no processo de expansão das lavouras de soja: “Muita gente cresceu e hoje está com problemas financeiros. Muitas vezes o agricultor não tem o conhecimento de bom administrador. Então, às vezes e vai crescendo alavancado pelas indústrias de insumos que financiam, pelas indústrias de defensivos, pelas indústrias de máquinas, pela ajuda do governo; financiam ele e ele vai, tendo recurso às vezes ele não faz muita conta de que se a coisa lá na frente vai dar certo, e ele vai indo, ele vai indo, ele vai indo. Tanto que acontece o que está acontecendo no Estado hoje, essa crise toda, os caras compraram terra e mais terra e ampliaram, investiram em máquinas. Hoje os recursos que as multinacionais dão, porque hoje elas financiam todo o veneno, todo os recursos de fertilizante, o mercado agroquímico [...]. Então, o dinheiro é importante aí, as indústrias têm interesse, as margens das multinacionais são gigantescas, então compensa

produtores de soja iniciaram o movimento chamado “Grito do Ipiranga”<sup>54</sup>, que consistia no fechamento das estradas com grandes caminhões, tratores, colheitadeiras, impedindo que a produção agrícola chegasse aos portos de exportação.

Diante dessas pressões, conduzidas pelo setor ruralista no Congresso Nacional, o Governo Federal editou uma série de medidas para compensar as “perdas” enunciadas pelos produtores de soja e seus representantes. Entre elas se destacam: a) recursos para a quitação de dívidas, junto aos fornecedores de insumos (leia-se *tradings*: Bunge, Cargill, Amaggi, ADM, Inlogs, entre outras), relativas às safras de 2004/2005, 2005/2006 (BRASIL, Medida Provisória, n. 372, 2007); b) prorrogação das operações de custeio e investimento contraídas junto ao Banco do Brasil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, Resolução 364, 2006); c) Subvenção econômica para redução das diferenças entre custo de produção e preço de comercialização, através dos Leilões Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO) e Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP) (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, 2007); d) Repactuação das parcelas do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) (BRASIL, Lei n. 11.420, 2006); e) Securitização das dívidas; e f) Aumento de recursos e redução de juros para novos financiamentos agrícolas.

No grupo de agricultores entrevistados, os mais endividados são aqueles que investiram na compra e/ou abertura de novas áreas, pois, além dos recursos necessários para cobrir o custeio da lavoura, ainda acumulam parcelas de financiamentos referentes à aquisição de máquinas, implementos e da própria terra. O Sr. B. N. refere à compra de terras como a causa do endividamento: “Essa é a causa do nosso endividamento. Essa ambição, essa necessidade de ampliar a área em função da família, porque a família cresce.” Em outra situação encontra-se S. G.<sup>55</sup>, que já finalizara a ampliação da sua propriedade quando ocorreu a valorização da moeda nacional:

No meu caso particular, nós estamos colhendo muito bem [...]. A nossa situação econômica é relativamente boa, então com isso a gente

---

para eles estar financiando, alavancando essa expansão, e a coisa vai andando, financiada, alavancada com dinheiro e o produtor vai indo.”

<sup>54</sup> O nome se refere a um protesto inicialmente organizado por produtores do município de Ipiranga do Norte, situado ao norte do estado de Mato Grosso, e que posteriormente se alastrou para outras localidades, passando a ser uma referência à idéia de independência dos agricultores.

<sup>55</sup> Entrevista com S. G. 30 de agosto de 2005.

acaba não ficando tão preocupado. E a gente fez um negócio bom, na época que a agricultura estava boa a gente ampliou a área, quando chegou nessa época de crise nós já não estávamos mais devendo [...]. Agora, não é a realidade da maioria dos agricultores aqui não. Você pega aí, tem 20% dos agricultores tranquilos, o resto dos produtores estão perdendo os cabelos.

O objetivo não é demonstrar que alguns agricultores criam uma situação de crise para transferir ao Estado os custos de abertura da área e que outros não se utilizam desse mecanismo. Trata-se de evidenciar que a construção social da crise é um mecanismo que transfere para o Estado parte dos custos de aquisição e ampliação da área cultivada. A valorização da moeda nacional, em si, não é fator que gera o endividamento dos agricultores, ela impõe limites para a geração de renda, reduzindo a margem de diferença entre custo de produção e preço de comercialização, especialmente quando o produtor está vinculado às *tradings*. O endividamento resulta de um investimento maior do que aquele que pode ser suportado pela atividade econômica, nesse caso decorrente da aquisição de terras e máquinas.

A partir das entrevistas com os agricultores, não se pode aferir se a construção do enunciado “crise” é uma estratégia intencionalmente planejada ou se simplesmente é o resultado de um planejamento econômico mal dimensionado. Parece que essas possibilidades não se excluem, eles se repetem em ciclos mais ou menos regulares, como ocorreu em 1992, com o perdão das dívidas; em 1996, com o amplo programa de securitização; e, novamente, em 2005 e 2006. Segundo G. M.<sup>56</sup>, produtor de soja e proprietário de uma loja de insumos no município de Querência, “desde quando saiu o protecionismo, lá no final de oitenta, começou a acumular dívidas e vai passando para o Estado, primeiro vem a securitização, depois prorroga a securitização e assim vai, a agricultura é muito instável”. De todo modo, observa-se que os agricultores, através de uma mobilização política, agem no sentido de pressionar o Estado para que ele incorpore parte das suas dívidas e assim consolide a expansão da agricultura. O depoimento de F. D.<sup>57</sup>, agrônomo que atuou como secretário da agricultura em Sorriso, é ilustrativo dessa estratégia adotada pelos agricultores no processo de crescimento das lavouras de soja:

Você começa ver pessoas que tiveram origem na agricultura no Sul do país e que vislumbraram na agricultura de Mato Grosso, no tamanho

---

<sup>56</sup> Entrevista com G. M. 15 de maio de 2006.

<sup>57</sup> Entrevista com F. D. 23 de agosto de 2005.

de área, uma melhor qualidade de vida. Em conjunto com isso eles trazem uma característica que nesse momento de crise como a atual eles não deixam se abater. Eles vendem uma imagem de abate, mas internamente eles não estão abatidos. Internamente é aquela característica empreendedora. Ele fabrica um ambiente não propício, para que possa reverter isso em forma de pressão social, diminuindo mais à frente um custo de produção, e que possa novamente ter a sua margem de rentabilidade garantida e de investimento preservado.

Como demonstrado acima, os agricultores associam diferentes estratégias para incorporar novas terras aos sistemas de produção. De um lado, recorrem a áreas de valor imobiliário mais baixo, sempre com características produtivas adequadas, o que permite substituir superfícies já formadas e valorizadas por outras de extensões superiores, mas ainda necessitando de elevados investimentos para proceder à abertura (desmatamento, catação de raiz, calcariamento e adubação), cujos custos operacionais não raramente superam o valor da terra. De outro lado, apóiam-se em políticas de incentivos e de subvenção para suprir a demanda de capital necessária à compra e/ou abertura da área, transferindo ao Estado partes dos custos dessas aplicações, de modo que o mercado de terra situado no processo de expansão das lavouras de soja em Mato Grosso não é mediado apenas pelas relações econômicas, ele tem sido construído, também, pelas relações que os agricultores estabelecem com outros agentes, com objetivo de converter recursos culturais, políticos e sociais em recursos de produção, no caso, a terra. Este capítulo será concluído com um trecho da entrevista realizada com T. R.<sup>58</sup>, na qual ele apresenta, por caminhos distintos, a pergunta inicial deste trabalho: por que a expansão das lavouras de soja ocorreu tendo como base unidades de produção em larga escala?

Esse ponto de interrogação a agente se perguntou muitas vezes. Nós temos um caso de um rapaz aqui que planta 1.500 ha. Ele no Paraná, ele comprava algodão, era a família inteira, o pai mais cinco filhos. Juntaram tudo e falaram, 'bom, o algodão começou a dar para trás'. Eles vieram para cá sem dinheiro, sem terra, sem nada. Aí foi indo, foi indo, ele meio que grilou uma terrinha ali, depois conseguiu documentar e tal. Ele vendeu a terra para o vizinho e comprou uma terra maior. Na terra maior ele já foi para uns trezentos hectares de lavoura. Nesses trezentos hectares ele descobriu um grilo, uma terra meio problemática. Ele comprou e jogou um documento em cima da área e hoje ele planta mil e quinhentos hectares. É um grande produtor, financia no Banco do Brasil, faz pacote nas empresas, anda de camionete nova, mora numa mansão da área nobre e é um senhor do agronegócio de Sorriso, do *agribusiness* brasileiro. Está preparado para dar entrevista para o Globo Rural e mostrar um puta parque de

---

<sup>58</sup> Entrevista com T. R. 14 de setembro de 2005.

máquinas, deve ter ali uns dez milhões em trator, colheitadeira, a sede dele é uma loucura, sabe. Não tinha nada. Aí eu te pergunto, *isso é uma agricultura normal?* O normal dele seria estar plantando trinta hectares, isso é o normal dele, só que ele vira uma lacraia, é uma mão aqui, outra lá, e lá, e lá, e ele espirra para todo lado. E ele não está parado não, ele, o irmão dele, o pai dele já tem outras ambições, se puderem vender ali, eles estão querendo comprar dez mil hectares em Tapurah ou lá em Tabaporã, já estão pensando em dez, quinze mil hectares. Ai você entende por que eles crescem tão rápido.

## 7 CONCLUSÃO

O tema tratado neste estudo consiste na relação entre a trajetória dos colonos que migraram do Sul para a Amazônia e a dinâmica dos plantios de soja em Mato Grosso. Procurou-se mostrar que a expansão desta atividade nas áreas de cerrado em direção às áreas de floresta foi um processo social desencadeado a partir da relação entre o movimento de concentração fundiária que vinha ocorrendo no Sul do Brasil, em razão do processo de modernização da agricultura, e as ações desenvolvidas pelos Governos Federais (no âmbito dos programas Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas e do Plano de Valorização da Amazônia, dos Governos Militares) com o objetivo de disponibilizar terras para reocupação da Amazônia, através da implantação de grandes empresas agropecuárias e dos projetos de colonização. Para isto, adotou-se como tarefa a análise sociológica do que foi denominado de *processo de expansão das lavouras de soja*.

Existe uma diferença temporal entre o início da migração e o do cultivo da soja em Mato Grosso. O movimento migratório teve início no começo dos anos de 1970, ao passo que, as primeiras lavouras de soja foram plantadas, na Mesorregião Norte Mato-Grossense, no início dos anos de 1980. Antes desta data não havia condições técnicas, principalmente em termos de variedades adaptadas, para viabilizar o cultivo de soja nas áreas de cerrado, devido à acidez dos solos e a influência do fotoperíodo sobre o desenvolvimento das plantas. Este descompasso entre o tempo de migração e o tempo da soja permite afirmar que o processo em análise é desprovido de uma intencionalidade original cujo propósito era estender os plantios de soja do Sul para a Amazônia, como o resultado de um balanço econômico que visava melhor adequação dos custos de produção, induzido pela substituição dos fatores escassos pelos fatores mais abundantes, neste caso, a terra. Ele é um movimento mais complexo, que se estruturou a partir das condições materiais de vida e de economia das famílias que encontravam dificuldades para manter e ampliar suas atividades agrícolas na região Sul. Neste caso, a análise foi desenvolvida procurando compreender as estratégias geradas pelos agricultores, a partir das relações que estabeleceram entre si, para criar as condições, consideradas por eles, como adequadas para o cultivo de soja.

O crescimento da produção brasileira de soja nas últimas três décadas foi bastante significativo, passando de treze milhões de toneladas em 1980 para 51 milhões em 2005. Depois de consolidada na região Sul, fato que ocorreu no final da década de 1970, a produção ganha espaço nos cerrados brasileiros, com destaque para o Estado de Mato Grosso, cuja produção passou de 1,6 milhões de toneladas em 1985 para dezessete milhões em 2005, crescimento que repercutiu sobre o processo de aquisição de terra para incorporação aos sistemas produtivos.

Em síntese, a história da soja no Brasil pode ser definida em três períodos, desde os primeiros plantios comerciais no estado do Rio Grande do Sul, até os atuais plantios nas áreas de transição dos cerrados com a floresta Amazônica. O primeiro refere-se ao período da introdução da espécie no Brasil e estende-se até o final dos anos sessenta, com a produção concentrada na região Sul e o cultivo em consórcio com a lavoura do trigo. O segundo período, entre os anos de 1970 a 1985, tem sido amplamente analisado na literatura brasileira como o período da “modernização” da agricultura e da formação dos “complexos agroindustriais”, cuja produção estava fortemente concentrada na região Sul, com destaque ao estado do Rio Grande do Sul, maior produtor nacional, e ao estado do Paraná. Nessa época, a produção agropecuária foi estimulada pelos programas de crédito subsidiado, pela expansão da infra-estrutura produtiva (armazéns), pelo investimento em pesquisa e pelos programas de colonização, induzindo fluxos migratórios da região Sul para a Amazônia. O terceiro período, que se configura a partir da segunda metade da década de 1980 aos dias atuais, tem se caracterizado pela expansão e consolidação da agricultura mecanizada nos cerrados, com destaque à lavoura de soja, que se desloca em direção às áreas de floresta Amazônica, beneficiados pelos programas de Valorização Econômica da Amazônia e da disponibilização das terras públicas e devolutas.

A ampliação da área plantada nas regiões Centro-Oeste e Norte foi acompanhada de um crescimento da escala produtiva: enquanto na região Sul o tamanho médio das lavouras, no ano de 1996, era de 17 hectares, no Estado de Mato Grosso esta média era de 663 hectares, sendo que 77% dos plantios possuíam área superior a mil hectares (IBGE, 1996). Ou seja, a expansão das lavouras de soja vem sendo acompanhada de um forte processo de concentração de terra, de meios de produção e de capital.

No âmbito das teorias econômicas e dos estudos agrônômicos este crescimento de área e de escala de produção tem sido explicado pela convergência de fatores tecnológicos e econômicos, tais como: disponibilização de grandes estoques de terra a preços baixos; áreas com características físicas, topográficas e climáticas favoráveis ao plantio em larga escala, elevando a produtividade da terra, do capital e do trabalho; desenvolvimento de tecnologias mais produtivas; aumento da demanda nacional e internacional por proteína de origem vegetal, utilizada na criação de animais; articulação do capital agrícola e financeiro; e, formas de gestão mais adequadas à dinamicidade e complexidade dos mercados. Nestas abordagens, os elementos explicativos das mudanças ocorridas na agricultura restringem-se àqueles delimitados pelo próprio sistema econômico e tecnológico. No âmbito das teorias econômicas aplicados aos estudos da agricultura, não faz sentido questionar quais as condições sociais de possibilidades de realização das práticas econômicas, uma vez que elas são contingenciadas pelas próprias forças que atuam no interior do sistema. As demais forças são tratadas como externalidades, e, portanto, de menor poder explicativo. A economia, nesses casos, é trabalhada como uma unidade completa, autônoma e auto-referenciada.

Estas ponderações não desconsideram as contribuições dos estudos econômicos para a compreensão das mudanças que vêm ocorrendo na agricultura, especialmente no que se refere à identificação das inovações tecnológicas, na composição de capitais e no estabelecimento de relações entre diferentes etapas do processo produtivo. Elas procuram destacar os limites das abordagens que apreendem as práticas econômicas fora do contexto político, cultural e ambiental em que foram produzidas, abstraindo-as do conjunto de relações que formam as bases materiais e sociais necessárias para a sua realização.

A análise da trajetória dos colonos que deixaram o Sul para adquirir terras em Mato Grosso, com o objetivo de ampliar o tamanho das propriedades e assim assegurar a continuidade do trabalho agrícola, demonstra que a ação econômica destes agentes está apoiada nas estruturas de relações sociais que construíram tanto na região de origem quanto na região de destino. A migração, a escolha da área, o início dos plantios e, posteriormente, a aquisição de novas terras são ações que estão assentadas nos vínculos familiares e de pertencimento. Assim como as ações políticas recobrem o sistema de endividamento construído para compensar os elevados investimentos em

aquisição de terra. As relações familiares são utilizadas como redes de avalistas e empregadas como estratégias de ampliação dos recursos financiados pelos bancos oficiais. Em toda a sua extensão, o conjunto das práticas econômicas na agricultura não está separado das práticas que constitui o cotidiano da vida social.

O crescimento da área plantada de soja, que tem sido acompanhado de mudanças na base técnica de produção, das formas de inserção no mercado, de gestão compartilhada de bens e atividades e de concentração de capital não aponta para uma maior autonomização da esfera econômica em relação à esfera política e cultural que constituem os espaços de relações sociais. Mas ao contrário desta perspectiva, observou-se que a razão prática dos “agentes econômicos” procura converter outros tipos de recurso, que não o “econômico” propriamente dito, em fatores de produção. Neste caso, a maior eficiência produtiva não resulta apenas do balanço financeiro entre custos e produção, mas da capacidade de converter diferentes tipos de recursos (político, cultural, ambiental) em recursos de produção. Quanto mais eficiente for esta conversão mais eficiente também será o crescimento econômico. Sendo assim, a especificidade da ação econômica aplicada aos estudos da agricultura não está no grau de autonomia, de independência e auto-realização que possa ter em relação a outros tipos de ação, mas na capacidade dos agentes em mobilizar e trazer diferentes tipos de recursos para o “campo” das ações econômicas. Entende-se, portanto, que a dimensão econômica só pode ser compreendida como um processo social em construção caso se adote como perspectiva de análise a relação de interdependência que ela estabelece com as demais dimensões que constituem os espaços de relações sociais.

Diante deste panorama, procura-se aproximar do problema de estudo: por que a expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado ocorreu com base em estabelecimentos em larga escala? O sentido do problema não é questionar a viabilidade econômica da produção agrícola em larga escala em regimes de economia capitalista, como foi abordado por Mann e Dickinson (1987), Veiga (1991) e Abramovay (1992), mas é o de problematizar de que maneira, sob quais condições e utilizando de quais recursos a produção em larga escala vem sendo construída nas áreas de fronteira. Dizendo em outras palavras, o problema visa definir um percurso analítico que ajuda a explicar por que a agricultura se configurou em unidades de produção em larga escala.

As hipóteses enunciam o argumento segundo o qual, a expansão das lavouras de soja, que incorporam mudanças na composição do capital, no padrão tecnológico, na formação dos mercados e nas formas de gestão, não conduz a um efeito de autonomização dos processos econômicos, como sugerem, de uma maneira geral, as teorias econômicas aplicadas aos estudos do desenvolvimento da agricultura. O que muda são as formas de interdependência entre os fatores econômicos e os fatores políticos, culturais e ambientais; muda, também, a disposição dos agentes nas configurações sociais e os tipos de recursos utilizados em suas ações, mantendo, assim, fortes vínculos com o meio social em que está inserido.

Um dos fatores que estimularam o início dos plantios e o crescimento da produção de soja nas áreas de cerrado foi a “disponibilidade” de grandes estoques de terra nas regiões Centro-Oeste e Norte, que eram adquiridas a preços inferiores àqueles praticados nas regiões Sul e Sudeste. Segundo Rezende (2002), a competitividade da soja brasileira no mercado internacional resulta do baixo custo do fator de produção terra, o que tem impulsionado o seu avanço para as regiões de menores taxas de ocupação, com características adequadas aos plantios contínuos e em larga escala, ou seja, relevos planos localizados nas áreas de planaltos e solos profundos e bem drenados (latossolos).

No Mato Grosso, a “disponibilidade” de terras, ou a formação de um estoque de terras, consistiu em um processo social de expropriação dos territórios tradicionalmente ocupados por diferentes Povos Indígenas, que foi mediada por diferentes formas de violência, implicando desde transferência dos Povos para outras áreas até a eliminação física dos indivíduos. Também consistiu na expropriação de terras de posseiros, de extrativistas e de pequenos produtores, em que a ancianidade da ocupação não garantia o seu direito de uso. Assim como o Estado atuou para transformar territórios tradicionais em terras públicas e devolutas, atuou também no direcionamento das concessões dessas áreas para as empresas agropecuárias e de colonização particular, utilizando de diversos meios para a legalização de processos fraudulentos. Neste caso, “terra” não é apenas um “recurso natural” que pode ser apropriado e incorporado aos sistemas de produção, ou um “fator de produção” que pode ser adquirido no mercado, mas um recurso produzido socialmente antes de ser disponibilizado aos novos ocupantes. Desse modo, o processo de aquisição de terra foi fortemente assentado nas

relações que os requerentes estabeleciam com o Estado, com os agrimensores que reconheciam a localização de terras já devolutas, com os funcionários das agências estatais que acolhiam, por meio de propinas, requerimentos permeados de irregularidades, enfim, um processo econômico que se constrói a partir das relações sociais estabelecidas entre os agentes, bem como, dos recursos por eles disponibilizados.

Nos espaços da colonização privada, o processo de aquisição e ampliação das áreas incorporadas aos plantios de soja foi acompanhado de mecanismos controle social, entre os quais destacam-se: a seleção dos colonos e dos trabalhadores empregados na atividade agrícola; a construção de barreiras físicas ou de monitoramento de grupos de indivíduos que migravam para as regiões produtoras de soja; o controle do espaço urbano e rural por meio segregação étnica e cultural; a seleção dos beneficiários do crédito rural e dos incentivos fiscais que proporcionaram a compra de novas áreas. Portanto, o controle do espaço de produção agrícola, que é acompanhado pela construção dos espaços de relações sociais, não é determinado apenas pelas forças econômicas, mas também pelas forças políticas, culturais e étnicas. Fato que tem favorecido os agentes mais bem situados nas estruturas de relações sociais converterem a sua posição, bem como os recursos que controlam, em recursos de produção, isto é, em mais terra, capital e meios de produção. Ou seja, a dinâmica de incorporação de terra aos sistemas produtivos e conseqüentemente a expansão das lavouras de soja não depende apenas da disponibilidade de recursos econômicos para estes investimentos, mas, fundamentalmente, da capacidade dos agentes em converter os recursos políticos, culturais em recursos de produção. Característica que torna produtiva análise da agricultura como um processo social de longa duração, permitindo apreender as estratégias e mecanismos utilizados direta e indiretamente pelos agentes com o objetivo de reduzir os investimentos financeiros na aquisição e abertura de áreas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec: Anpocs; Campinas: UNICAMP, 1992.
- ALMEIDA, A. W. B. **Conflito e mediação**: Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
- AMERICAN SOYBEAN ASSOCIATION. **History of soybean**. 2007. Disponível em: <<http://www.soygrowers.com/library/Default.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2007.
- ANDER-EGG, E. **La entrevista**: técnica de investigação social. Buenos Aires: Lumen, 1995.
- ARCHER DANIELS MIDLAND COMPANY. **Nutrição animal**: produtos de proteína vegetal. [2007]. Disponível em: <<http://www.admworld.com/lapo/ahn/vegetableprotein.asp>>. Acesso em: 07 jan. 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS - ABIOVE. **Complexo soja**: estatística mensal 2000 a 2006. Disponível em: <[http://www.abiove.com.br/estatistica\\_br.html](http://www.abiove.com.br/estatistica_br.html)>. Acesso em: 12 mar. 2007.
- BACHELARD, G. **A intuição de instante**. Campinas: Versus, 2007.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/CREDRURAL>>. Acesso em: 17 jan. 2007.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 3.364**, de 21 de junho de 2006. Dispõe sobre a reprogramação de parcelas vencidas e a prorrogação de parcelas vincendas em 2006 de financiamentos de custeio e de investimento Disponível em: <<http://www5.bcb.gov.br/normativos/detalhamentocorreio.asp?N=106184500&C=&ASS=RESOLUCAO+3.376>>. Acesso em: 01 agos. 2007.
- BARUZZI, R. G; JUNQUEIRA, C. (Org.). **Parque indígena do Xingu**: Saúde, cultura e história. São Paulo: Terra Virgem, 2005.
- BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. da. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (Cord.). **Gestão Agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. cap. 1.
- BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BONETT, L. P. **De santa a pecadora**: A saga da soja pelos campos do Rio Grande do Sul. Cruz Alta, RS: [S.n], 1987.

- BOSI, Alfredo. **A Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. **Cosas dichas**. Barcelona: Gedisa, 2000.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.
- BOURDIEU, P. **Lições de aula**. São Paulo: Ática, 2001b.
- BOURDIEU, P. **Las estructuras sociales de la economía**. Barcelona: Anagrama, 2003.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais das ciências: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- BOURDIEU, P. O campo econômico. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 6, p. 15-57, abr. 2005.
- BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J; PASSERON, J. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BRANDÃO, A. S. P.; REZENDE, G. C.; MARQUES, R. W. da C. **Crescimento agrícola no período 1999-2004, exploração da área plantada com soja e meio ambiente**. Rio de Janeiro, 2005. (Texto para discussão: IPEA, n. 1062). Disponível em: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em: 12 maio 2005.
- BRASIL. **Lei nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o Código Florestal Brasileiro. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L4771.htm#art16>>. Acesso em: 5 jun. 2007.
- BRASIL. **Decreto n. 59.428**, de 27 de outubro de 1966. Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 - 82 - 83 - 91 - 109 - 111 - 114 - 115 e 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75559>>. Acesso em: 14 jul. 2007.
- BRASIL. Lei n. 5.513, de 27 de outubro de 1966. In: OLIVEIRA, A. U. de. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. 1997. Tese (Livre Docência) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.
- BRASIL. **Lei n. 5.173**, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L5173.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2007.

BRASIL. **Lei n. 5.174**, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0164.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0164.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2007.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 1.106**, de 16 de junho, 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao/Decreto-Lei/1965-1988/Del1106.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2007.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 1.110**, de 9 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.mps.gov.br/srp/terceiros/decreto\\_lei\\_1110.asp](http://www.mps.gov.br/srp/terceiros/decreto_lei_1110.asp)>. Acesso em: 13 jun. 2007.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 1.164**, de 1 de abril, 1971. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/Del1164.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del1164.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2007.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.179**, de 6 de julho de 1971. Institui o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA). Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/1965-1988/Del1179.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

BRASIL. **Decreto n. 74. 607**, de 25 de setembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuárias e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=203996>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

BRASIL. **Decreto Nº 75.320** de 29 de janeiro de 1975. Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO). Brasília, DF. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=204661>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

BRASIL. **Medida Provisória n. 2.166-67**, de 24 de agosto de 2001. Altera os arts. 1o, 4o, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/mpv/2166-67.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

BRASIL. **Lei n. 11.420**, de 20 de dezembro de 2006. Altera dispositivos da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste –

ADENE, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Atos2004-2006/2006/Lei/L11420.htm>>. Acesso em: 1º ago. de 2007.

BRASIL. **Medida Provisória n. 372**, de 22 de maio de 2007. Dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos à vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais e suas cooperativas junto a fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006, e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos2007-2010/2007/Mpv/372.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2007/Mpv/372.htm)>. Acesso em: 05 jul. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. **Importações e exportações brasileiras: complexo soja 2005 – 2007**. Disponível em: [http://www.conab.gov.br/conabweb/download/indicadores/0204\\_export\\_complexo\\_soja\\_e\\_trigo.pdf](http://www.conab.gov.br/conabweb/download/indicadores/0204_export_complexo_soja_e_trigo.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. **Soja: Brasil série histórica. 2007**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/SojaSerieHist.xls>>. Acesso em: 20 jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. **Instrumentos de políticas**. [2007]. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=42>>. Acesso em: 1º ago. 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio - FUNAI. **Povos Indígenas: [mapa fundiário]**. 2007. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/mapas/fr\\_mapa\\_fundiario.htm](http://www.funai.gov.br/mapas/fr_mapa_fundiario.htm)>. Acesso em: 22 jun. 2007.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo no século XV-XVIII: as estruturas do cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v.1.

CAETANO, V. A invasão americana no cerrado brasileiro: empresas e famílias chegam para cultivar soja, milho e algodão. Governo dos EUA recomenda compra de terras. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 dez. 2003. Disponível em: <[http://www2.rio.rj.gov.br/cgm/clipping/especial/noticia\\_detalhe.asp?idClipping=7173](http://www2.rio.rj.gov.br/cgm/clipping/especial/noticia_detalhe.asp?idClipping=7173)>. Acesso em: 15 mar. 2005.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CASTRILLON FERNANDEZ, A. J. **Violência, luta pela terra e assentamentos: a construção social dos assentados**. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

CASTRO, S. P. et al. **A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade**. Cuiabá: Ed. UFMT, 1994.

SCHWENK, L. M. Domínios biogeográficos. In: MORENO, G; HIGA, T. C. S. (Org.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 250-271.

CHRISTENSEN, T. N. de S. **Soja 80 anos de produção 1924-2004**. Santa Rosa: Lucano Cultura e Marketing, 2004.

COELHO, V. P. (Org.). **Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu**. São Paulo: Edusp, 1993.

CORADINI, O. L. As missões da "cultura" e da "política": confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 125-144, 2003.

COSTA, D. C. Política indigenista e assistência à saúde Noel Nutels e o serviço de unidades sanitárias aéreas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p.388-401, out./dez. 1987. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X1987000400003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1987000400003&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 11 Jul. 2007.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of Agribusiness**. Boston: Division of Research. Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1957.

DIAS, E. A.; BORTONCELLO, O. **Resgate histórico do município de Sorriso: "portal da agricultura no cerrado mato-grossense"**. Cuiabá: [S. n.], 2003.

DUARTE, J.; CASTRO, A. M. G de. **Comunicação e tecnologia na cadeia produtiva da soja em Mato Grosso**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005.

ELIAS, N. **Escritos e ensaios: Estado, processo, opinião pública**. Organização e apresentação Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília, DF: Embrapa Produção da Informação; Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 1999.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Tecnologia de produção de soja: Região Central do Brasil 2005**. Londrina: Embrapa Soja, 2004.

EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL. **Evolução da área cultivada no município de Sorriso**. Sorriso, 2004.

ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia**: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade**: mercado, Estado e organização. São Paulo: Singular, 1997.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, E. de C. **Posse e propriedade territorial**: a luta pela terra em Mato Grosso. Campinas: Unicamp, 1986.

FOWERAKER, J. **A luta pela terra**: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.

GIRALDIN, O. **Cayapó e Panará**: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

GOLDBERG, R. A. **Agribusiness Coordination**: a systems approach to the wheat, soybean and Florida orange Economic. Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1968.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOODMAN, D. Economia e sociedade rurais a partir de 1945. In: BACHA, E.; KLEIN, H. S. **A transição incompleta**: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 113-176.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Das lavouras às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. In: GRANOVETTER, M; SWEDBERG, R. **The Sociology of Economic life**. Boulder: Westview Press, 2001. p. 51-76.

GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. **The Sociology of Economic life**. 2 ed. Boulder: Westview Press, 2001.

GRÜNBERG, G. **Os kaiabi do Brasil Central**: história e etnografia. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

GUIMARÃES NETO, R. B. **A lenda do Ouro Verde**: política de colonização do Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002.

GUIMARÃES NETO, R. B. Vira Mundo, vira mundo: trajetórias nômades. **Projeto História**, São Paulo, n.27, p.49-69, dez. 2003.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HASSE, G. **O Brasil da soja**: abrindo fronteiras, semeando cidades. Porto Alegre: L&PM, 1996.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. **Desenvolvimento agrícola**: teoria e experiências internacionais. Brasília: EMBRAPA, 1988.

HEMMING, J. "A Pax Xinguana". In: BARUZZI, R. G; JUNQUEIRA, C. (Org.). **Parque indígena do Xingu**: Saúde, cultura e história. São Paulo: Terra Virgem, 2005. p. 25-47.

HIGA, T. C. S. Processo de ocupação e formação territorial. In: MORENO, G; HIGA, T. C. S. **Geografia de Mato Grosso**: Território, sociedade e ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 18-33.

HYMOWITZ, T; SHURTLEFF, W. R. Dedunking Soybean Myths and Legends in the Historical Popular Literature. **Crop Science**, Madison, v. 45, p. 43-46, mar./apr., 2005. Disponível em: <<http://crop.scijournals.org/cgi/reprint/45/2/473?maxtoshow=&HITS=10&hits=10&RESULTFORMAT=&andorexacttitle=and&andorexacttitleabs=and&andorexactfulltext=and&searchid=1&FIRSTINDEX=0&sortspec=relevance&volume=45&firstpage=473&resourcetype=HWCIT>>. Acesso em: 05 mar. 2007.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento de Produção e Safra**: Mato Grosso. Rio de Janeiro, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal**: Mato Grosso: Série Histórica 1979 a 1989. Rio de Janeiro, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro 1940-1996. Disponível em: <[www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=3&i=P](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=3&i=P)>. Acesso em: 20 jun. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**: 1995/96. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <[www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>. Acesso em: 20 jun. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de Biomas do Brasil**. Primeira aproximação. Rio de Janeiro, 2004a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro, 2004b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cartografia: área territorial oficial. 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default\\_territ\\_area.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm)>. Acesso em: 22 jun. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal – PAM**. Rio de Janeiro, 1990 - 2007. Disponível em: <[www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>. Acesso em: 20 jun. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas Geográfico Escolar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico  
INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Cotações de grãos**. Cuiabá, 2007. Disponível em: <[www.famato.org.br](http://www.famato.org.br)>. Acesso em: 12 mar. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **PRODES**: Programa de Monitoramento do Desflorestamento dos Municípios da Amazônia Legal. 2006. Disponível em: <[www.obt.inpe.br/prodes/](http://www.obt.inpe.br/prodes/)>. Acesso em: 16 maio 2006.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Índios no Brasil foram vítimas de guerra bacteriológica**. Brasília, 11 out. 2001. Disponível em: <<http://www.isa.org.br/nsa/detalhe?id=64>>. Acesso em: 9 jun. 2007.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil 2001/2005**. 2006. Disponível em: <[www.socioambiental.org/pib/index.html](http://www.socioambiental.org/pib/index.html)>. Acesso em: 12 maio 2006.

KAGEYAMA, A. **Questão agrária brasileira**: interpretações clássicas. [São Paulo]: [198?]. Mimeografado.

KLAUS, W. **Soja**: sua fantástica história. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.

LATOUR, B. **A esperança de pandora**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LENHARO, A. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**. Cuiabá: UFMT – Imprensa Universitária, 1982.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

MANN, S. A. **Agrarian Capitalism in Theory and Practice**. Chapel: The University of North Carolina Press, 1990.

MANN, S. A.; DICKINSON, J. M. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. **Literatura Econômica**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 7-25, fev. 1987.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991.

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MATO GROSSO. GOVERNO DO ESTADO. **Diagnóstico geral da situação fundiária de Mato Grosso**. Cuiabá, 1979. Mimeografado.

MATO GROSSO. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. **Anuário Estatístico 2005**. Cuiabá: SEPLAN-MT, 2006. V.27.

MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-690920010003\\_00002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-690920010003_00002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 22 Jun. 2007.

MIRANDA, L.; AMORIN, L. **Mato Grosso: Atlas geográfico**. Cuiabá: Entrelinhas, 2000.

MOONEY, P. H. Tempo de trabalho, tempo de produção e desenvolvimento capitalista na agricultura: uma reconstituição da tese de Mann-Dickinson. **Literatura Econômica**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 27-41, fev. 1987.

MORENO, G. **Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso**. 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismo de burla: 1892 a 1992**. Cuiabá, MT: Entrelinhas: UFMT, 2007.

MORENO, G.; HIGA, T. C. S. Dinâmica populacional de Mato Grosso. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. **Geografia de Mato Grosso: Território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 72-87.

MÜLLER, G. Observações sobre a noção de complexo agroindustrial. **Rascunho**, Araraquara, v. 19, n. 19, p. 2-28, 1991.

MULLER, G. (1981). **O complexo agroindustrial brasileiro**. São Paulo: EAESP/FGV, 1981. (Relatório n. 13)

NORTH CAROLINA SOYBEAN PRODUCERS ASSOCIATION. **The history of soybean**. North Carolina, [ca. 2000]. Disponível em: <[http://www.ncsoy.org/History\\_of\\_Soybeans/history\\_of\\_soybeans.htm](http://www.ncsoy.org/History_of_Soybeans/history_of_soybeans.htm)>. Acesso em: 01 mar. 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência.** 1997. Tese (Livre Docência) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, J. (Org.). **Estatuto da Terra.** São Paulo: Saraiva, 1986. (Série Legislação Brasileira).

OLIVEIRA, J. M. de. **A esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de Sinop.** 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1983.

PEREIRA, S. A. A evolução do complexo soja e a questão da transgenia. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 12, n. 2, p. 26-32, abr./mai./jun. 2004. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/portal/page?\\_pageid=33,1198198&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid=33,1198198&_dad=portal&_schema=PORTAL)>. Acesso em: 12 jan. 2007.

PIVETA, D. L.; BANDEIRA, M. L. **Iranxe: luta pelo território expropriado.** Cuiabá, Editora UFMT, 1993.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil.** Prefácio e organização de José Graziano da Silva. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2000.

REZENDE, G. C. de. **Ocupação agrícola e estrutura agrária no cerrado: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e da tecnologia.** Rio de Janeiro, 2002. (Texto para Discussão: IPEA, n. 913). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 22 maio 2004.

RICARDO, C. **Marcha para Oeste.** 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1970. 2v.

ROMEIRO, A. R. Dinâmica de introdução de inovações na agricultura: uma crítica à abordagem neoclássica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 43-55, jan./mar. 1991.

ROSA, F. R.T.; ISAAC, F. L.; NOGUEIRA, M. P. Terra: inflação dos preços abala rentabilidade. **Agroanalysis**, São Paulo, v. 27, n. 06, p. 15-17, jun. 2007.

RÜCKERT, A. A. **Metamorfoses do território: Agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SALLES-FILHO, S. L. M. **A Dinâmica Tecnológica da Agricultura: perspectiva da biotecnologia.** 1993. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

SALLES FILHO, S. L. M.; SILVEIRA, J. M. **A teoria da inovação induzida e os modelos de “Demand Pull”**: uma crítica com base no enfoque neo-schumpeteriano. São Paulo, [199?]. Mimeografado.

SANTOS, J. V. T. dos. **Matuchos**: exclusão e luta: do Sul para a Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SCHLESINGER, S.; NORONHA, S. **O Brasil está nu!** O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SCHWENK, L. M. Domínios biogeográficos. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). **Geografia de Mato Grosso**: território, sociedade e ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

SILVA, C. A. F. **Grupo André Maggi**: corporação e rede em áreas de fronteira. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SILVA, J. G. da. **Progresso técnico e relação de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SILVA, J. G. da. Complexos agroindustriais e outros complexos rurais. **Reforma Agrária**, Campinas, v.21, n.3, p. 5-34, 1991.

SILVA, J. G. da. Fim do “agribusiness” ou emergência da biotecnologia. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.1, p. 163-167, ago. 1992.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

SILVA, J. G. da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SILVA, M. K. **Os “processos participativos”**: esboço de um modelo de análise da participação social na gestão pública, a partir da Sociologia Configuracional de Norbert Elias. Porto Alegre: 2005. (versão preliminar).

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SMELSER, N. J.; SWEDBER, R. (Ed.). **The Handbook of Economic Sociology**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press; New York: Russel Sage Foundation, 2005.

SORRISO. PREFEITURA MUNICIPAL. **Sorriso 4 anos**: a semente plantada em 1976 mostra grande vigor. Sinop, MT: [S. n], 1990.

SOUZA, J. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, J. A visibilidade da raça e a invisibilidade da classe contra as evidências do conhecimento imediato. In: SOUZA, J. (org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 71-95.

STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, R. Sociologia Econômica hoje e amanhã. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 7-34, nov. 2004.

SWEDBERG, R. **Max Weber e a idéia de Sociologia Econômica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005.

SWEDBERG, R.; GRANOVETTER, M. Introduction to the second edition. In: GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. **The Sociology of Economic life**. 2 ed. Boulder: Westview Press, 2001. p. 1-28.

THIEME, I. Karl von den Steinen: vida e obra. In: COELHO, V. P. (Org.). **Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu**. São Paulo: Edusp, 1993. p. 37-108.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE - USDA. Foreign Agricultural Service. **Oilseeds: World markets and trade**. Jun. 2007. (Circular Series). Disponível em: <<http://www.fas.usda.gov/psdonline/psdgetreport.aspx?hidReportRetrievalName=BVS&hidReportRetrievalID=703&hidReportRetrievalTemplateID=8>>. Acesso em: 20 jun. 2007.

VASCONCELOS, T. N. N. Estrutura e formas de relevo: compartimentação geomorfológica de Mato Grosso. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 218-231.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola**. São Paulo: Editora USP: HUCITEC, 1991.

VILLAS-BÔAS, O.; VILLAS-BÔAS, C. **A Marcha para o oeste: a epopéia da Expedição Roncador-Xingu**. 6. ed. São Paulo: Globo, 1994.

WEBER, M. **Sobre a teoria das Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1979.

WEBER, M. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 11 ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

WILLIMSON, O. E. **Market and Hierarchies: analysis and Antitrust Implications**. New York: The Free Press, 1983.

WILLIMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting**. New York: The Free Press, 1985.

WILLIMSON, O. E. Transaction cost economics and organization theory. **Jornal of Industrial and Corporate Change**, [S.l], n.2, p. 107-156, 1993.

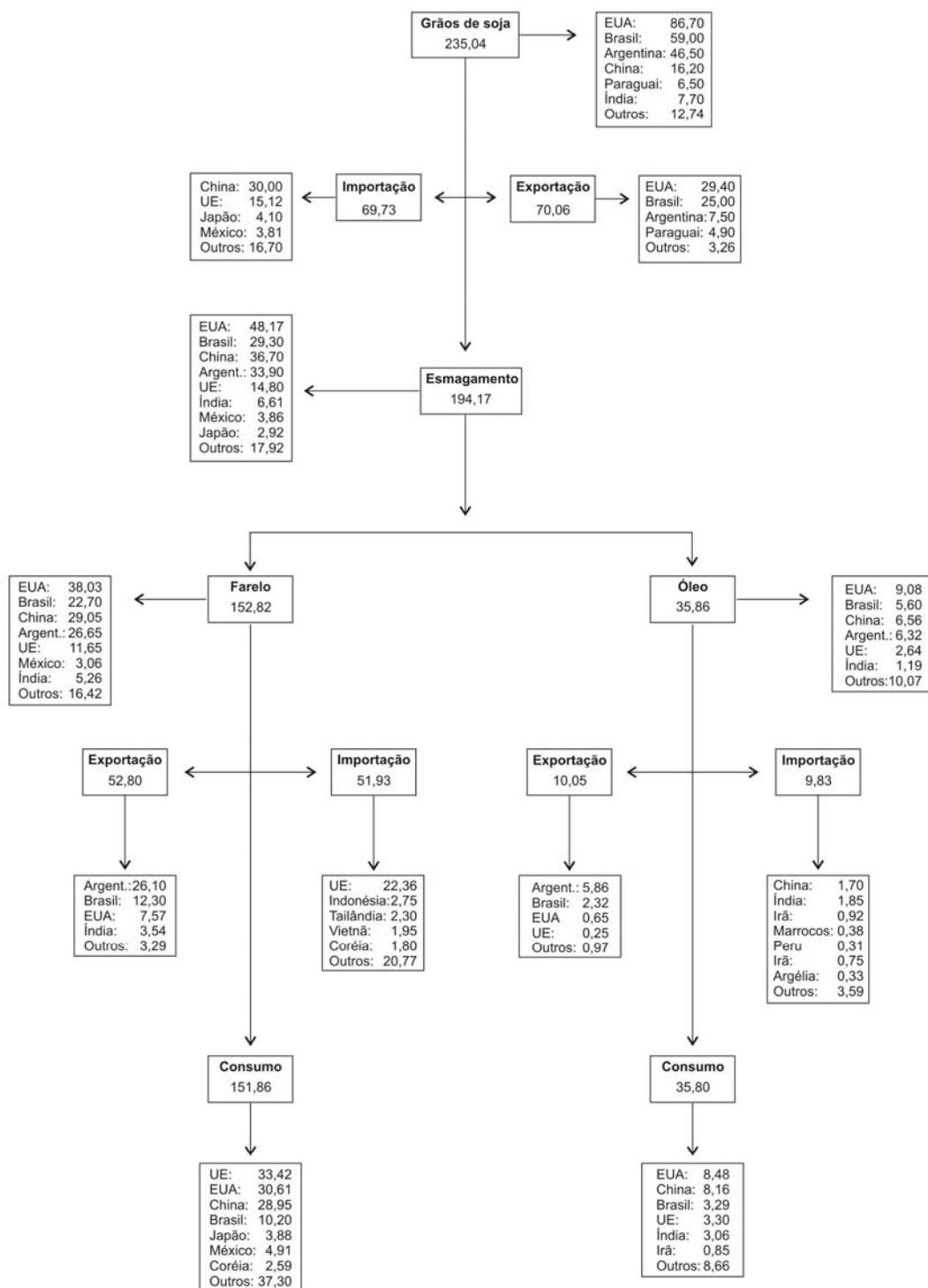
ZANCOPÉ, G. J.; NASSER, J. M. **O Brasil que deu certo: a saga da soja brasileira.** Curitiba: Tríade, 2005.

ZILBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e Coordenação do Agribusiness: uma aplicação da Nova Economia das Instituições.** 1995. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERZTAJN, D.; NEVES, M. F (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares.** São Paulo: Pioneira, 2000. cap.1.

## APÊNDICE A

Diagrama 1\*. Fluxo do mercado internacional de soja e seus derivados - 2006 ( em milhões de ton.)

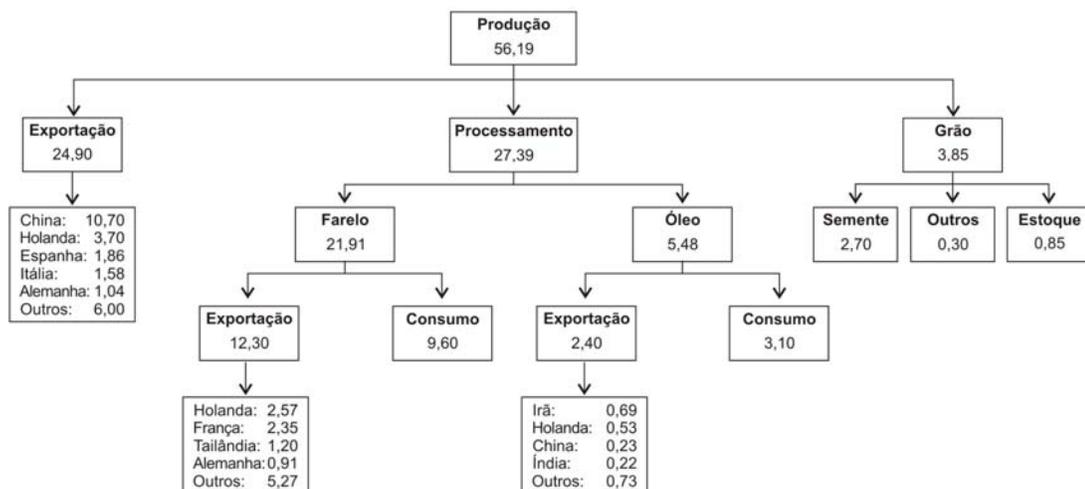


\* Adaptado de Bertrand et al., (1983)

Fonte: United States Department of Agriculture - USDA, (2004).

## APÊNDICE B

Diagrama 2. Fluxo do mercado nacional de soja e seus derivados - 2005/2006 ( em milhões de ton.)

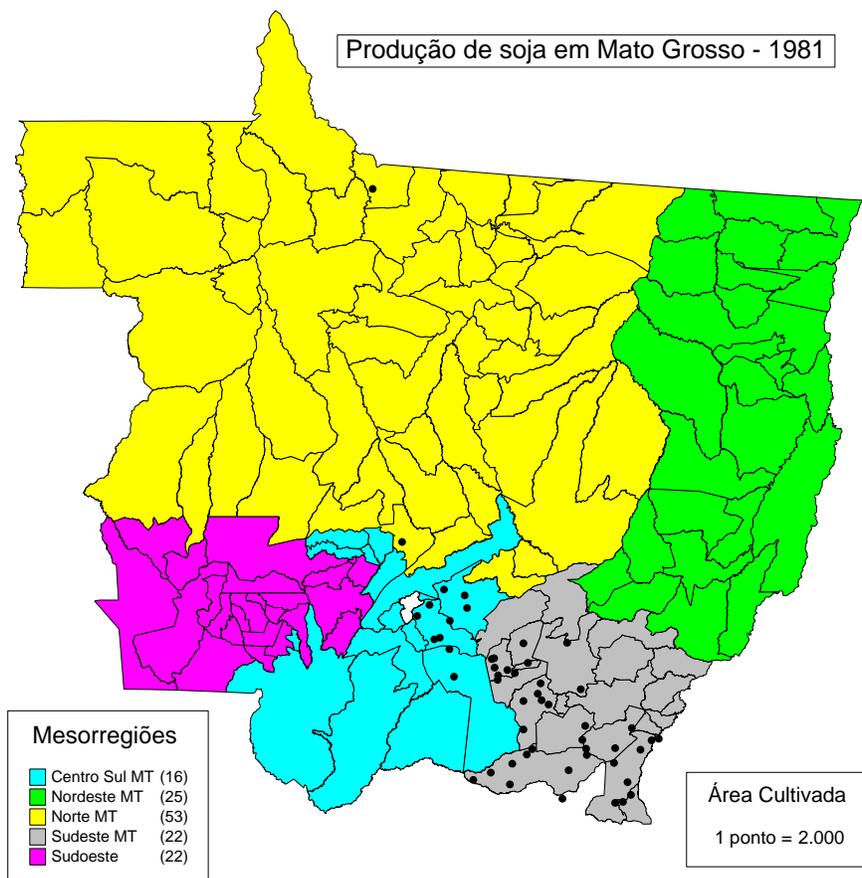


Elaborado pelo autor

Fonte: Associação Brasileira das Indústria de Óleos Vegetais - ABIÓBE, 2005-200;  
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, 2005-2007.

## APÊNDICE C

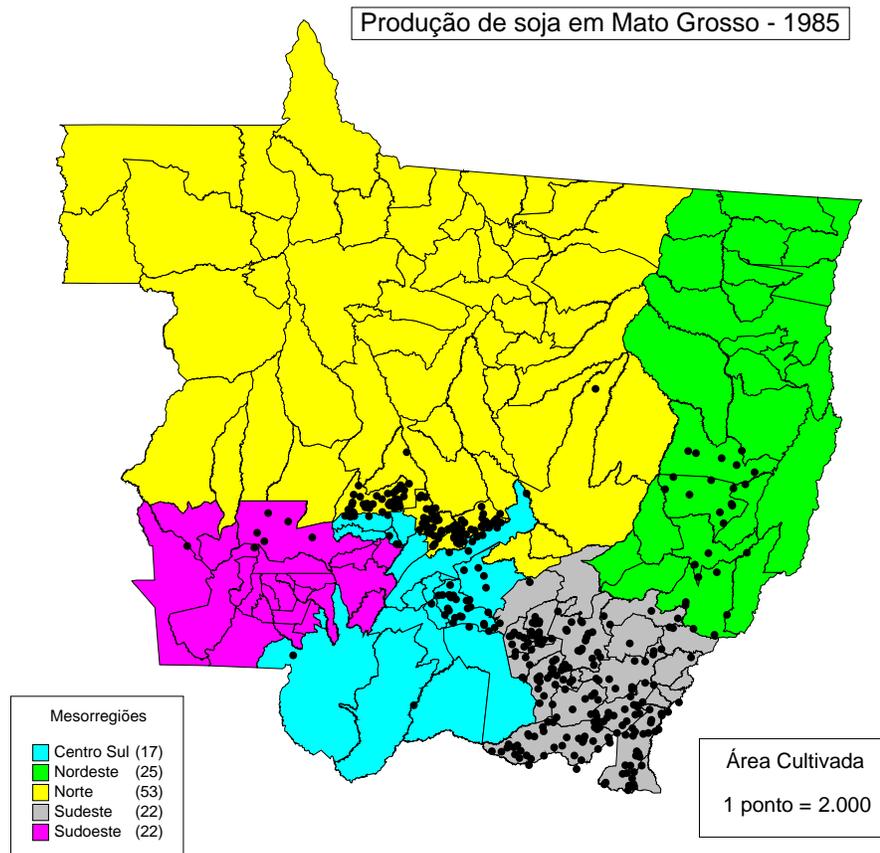
Figura 1: Distribuição da área plantada de soja em Mato Grosso, 1981.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Produção Agrícola Municipal – PAM. IBGE, 1983.

**APÊNDICE D**

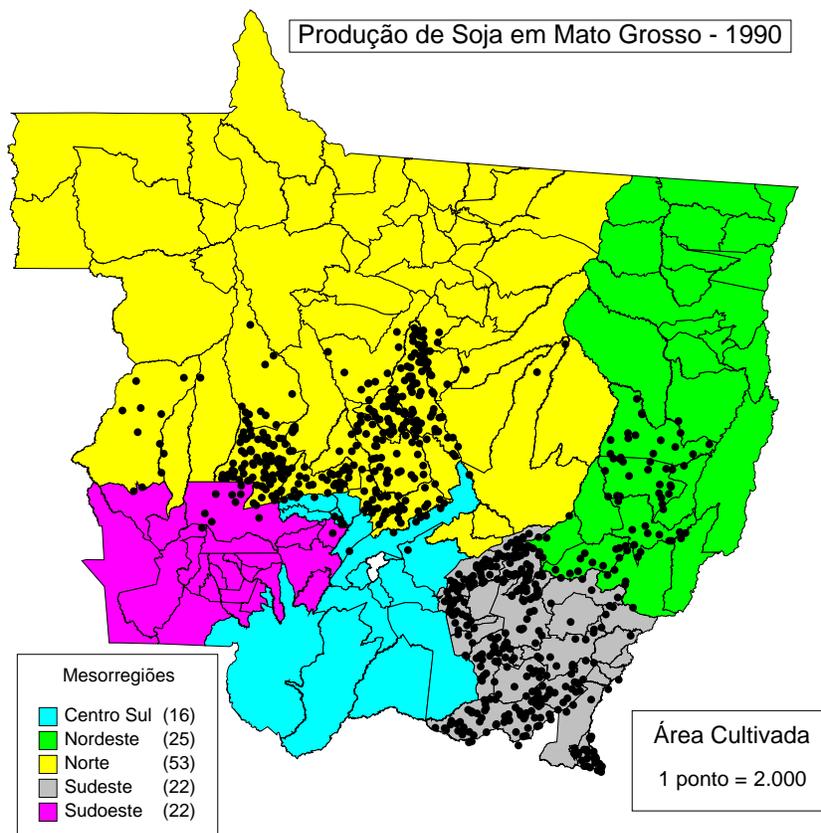
Figura 2: Distribuição da área plantada de soja em Mato Grosso, 1985.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Produção Agrícola Municipal. IBGE, 1983.

**APÊNDICE E**

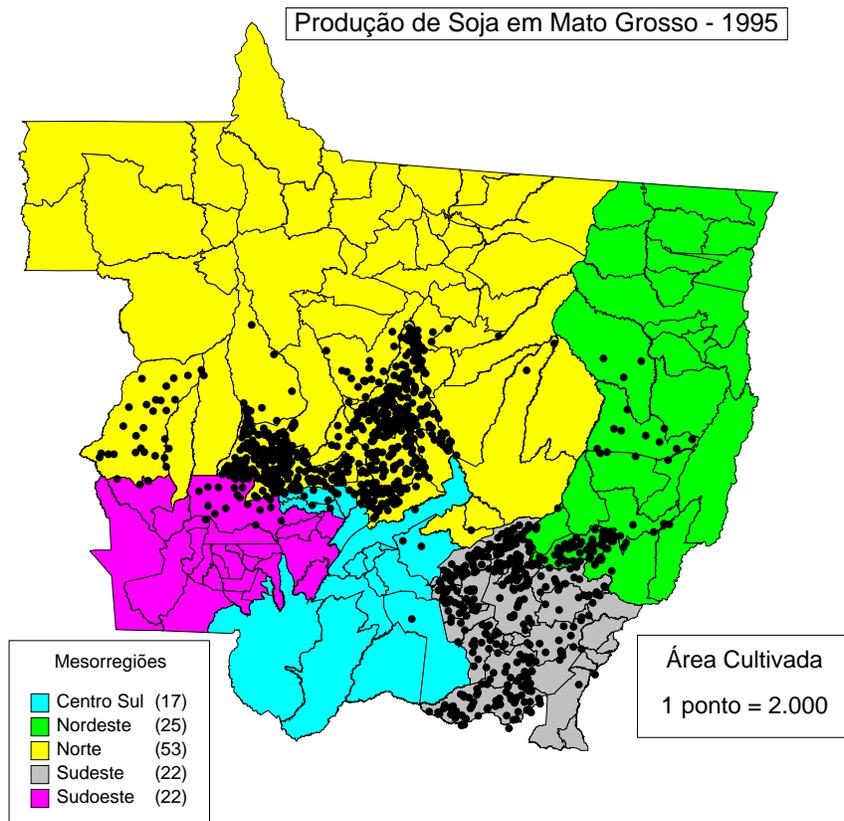
Figura 3: Distribuição da área plantada de soja em Mato Grosso, 1990.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Produção Agrícola Municipal – PAM. IBGE, 1990-2007.

**APÊNDICE F**

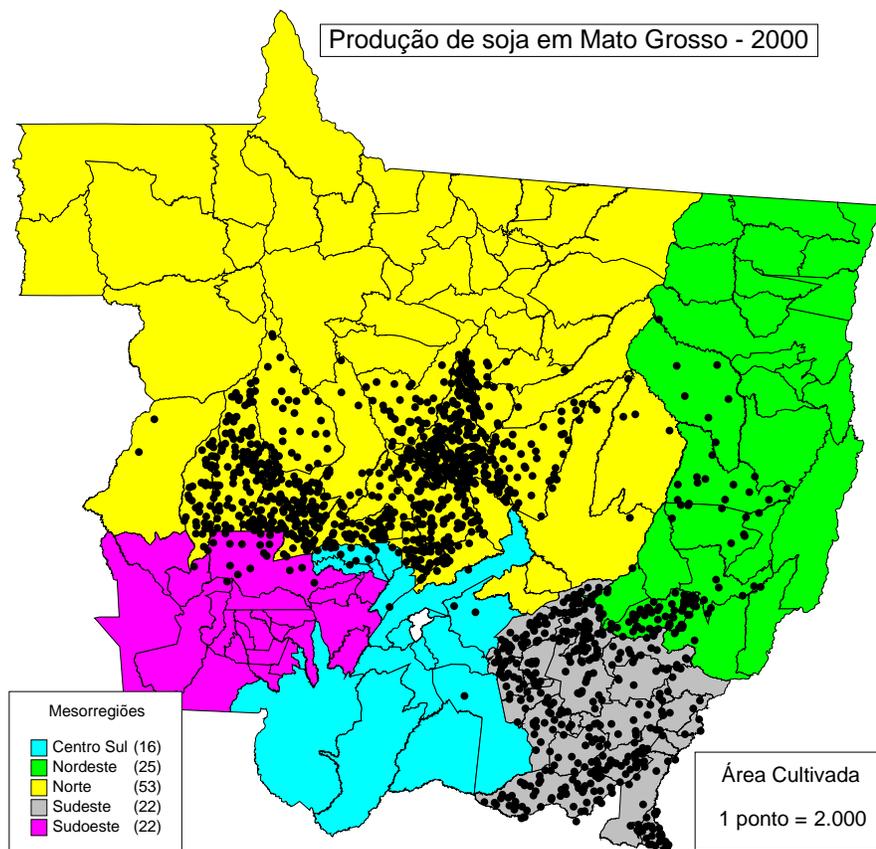
Figura 4: Distribuição da área plantada de soja em Mato Grosso, 1995.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Produção Agrícola Municipal - PAM. IBGE, 1990-2007.

**APÊNDICE G**

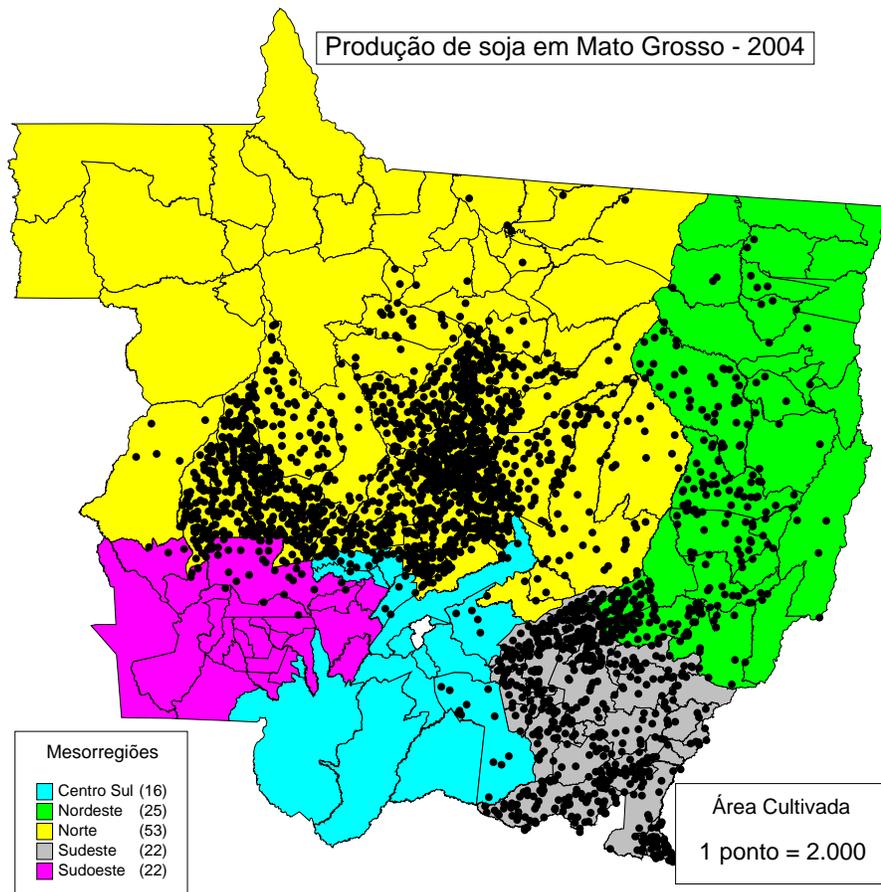
Figura 5: Distribuição da área plantada de soja em Mato Grosso, 2000.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Produção Agrícola Municipal – PAM. IBGE, 1990-2007.

## APÊNDICE - H

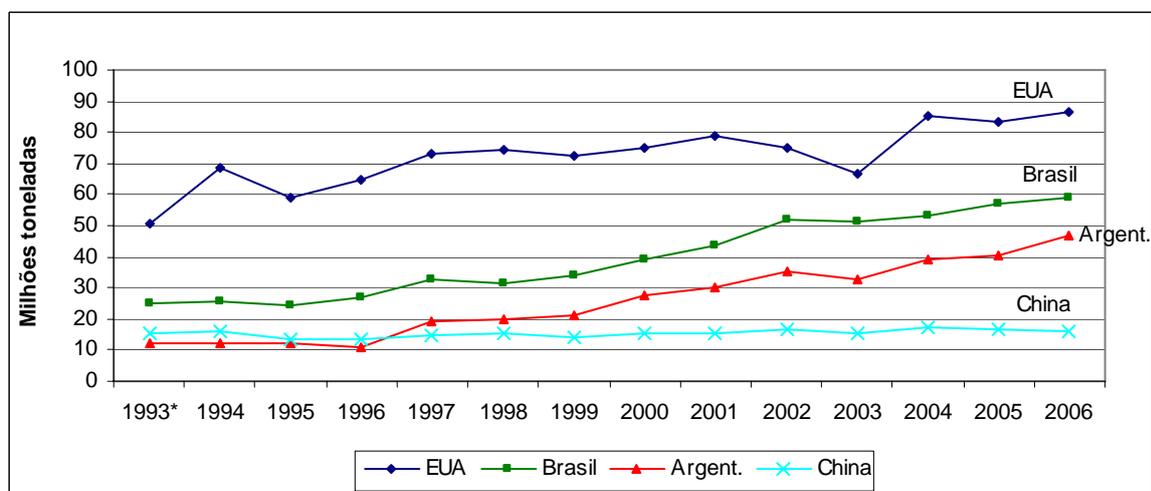
Figura 6: Distribuição da área plantada de soja em Mato Grosso, 2004.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Produção Agrícola Municipal – PAM. IBGE, 1990-2007.

## APÊNDICE I

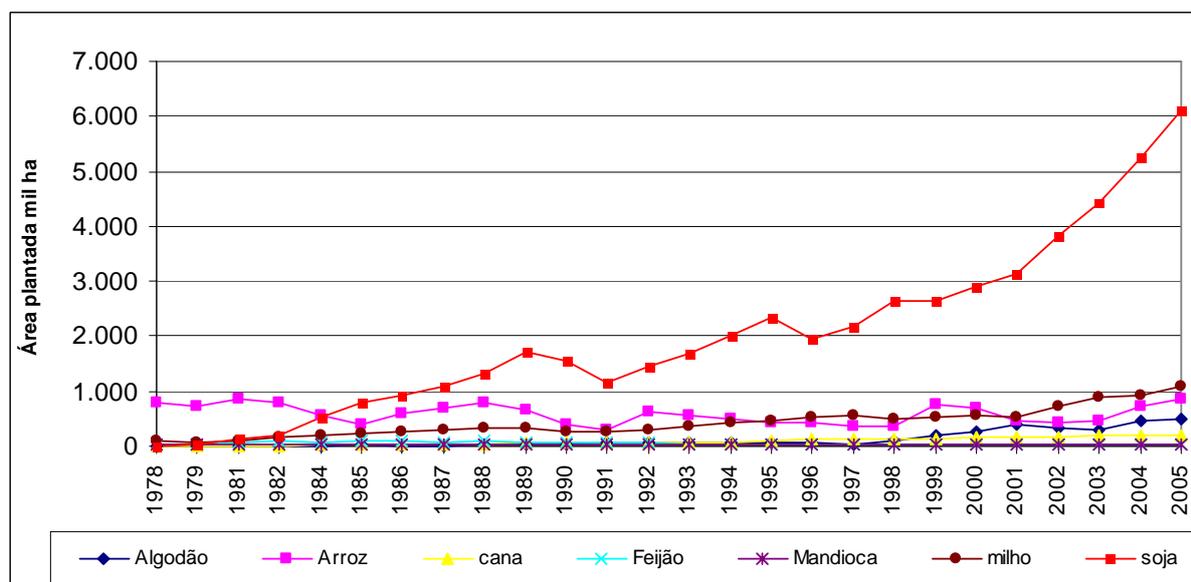
Gráfico 2. Produção Mundial de Soja: principais países produtores.



Fonte: United States Department of Agriculture - USDA, 2007.

## APÊNDICE J

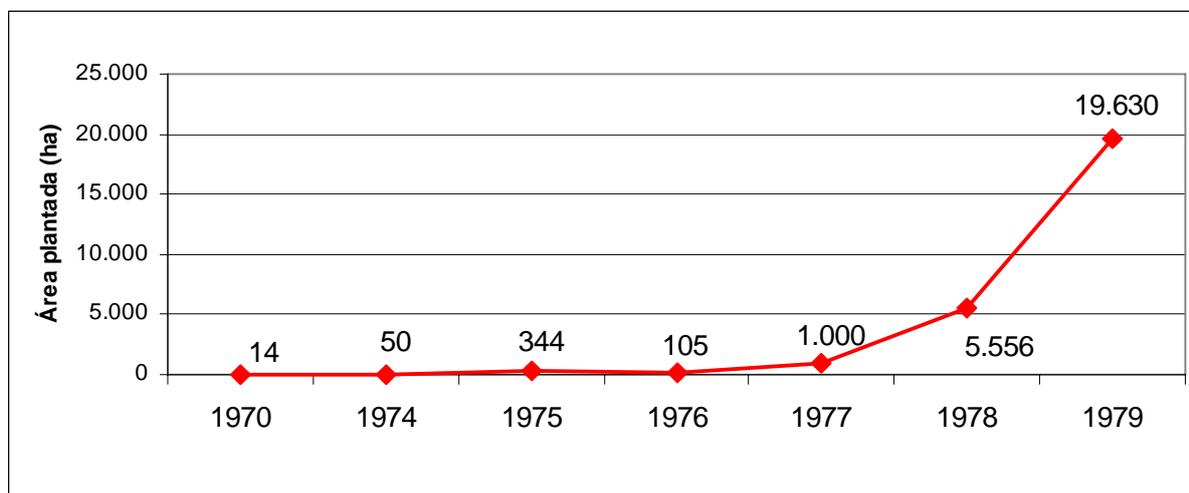
Gráfico 03. Mato Grosso – Dinâmica de crescimento das principais lavouras.



Fonte: IBGE, 1989, 1990-2007.

**APÊNDICE K**

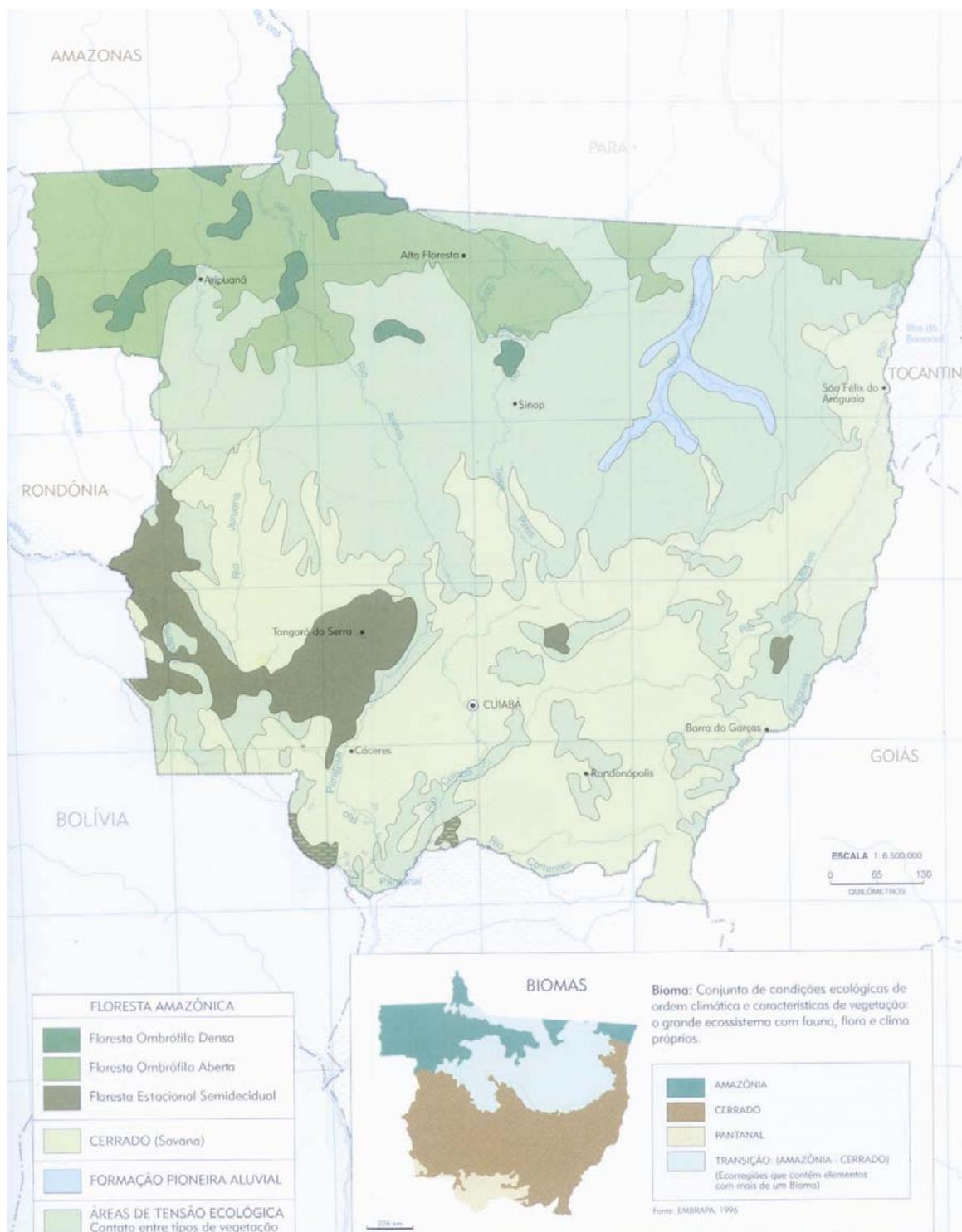
Gráfico 04. Mato Grosso: Área Plantada de Soja (ha), série histórica (1970 – 1979).



Fonte: IBGE, 1989, 1940-1996.

## ANEXO A

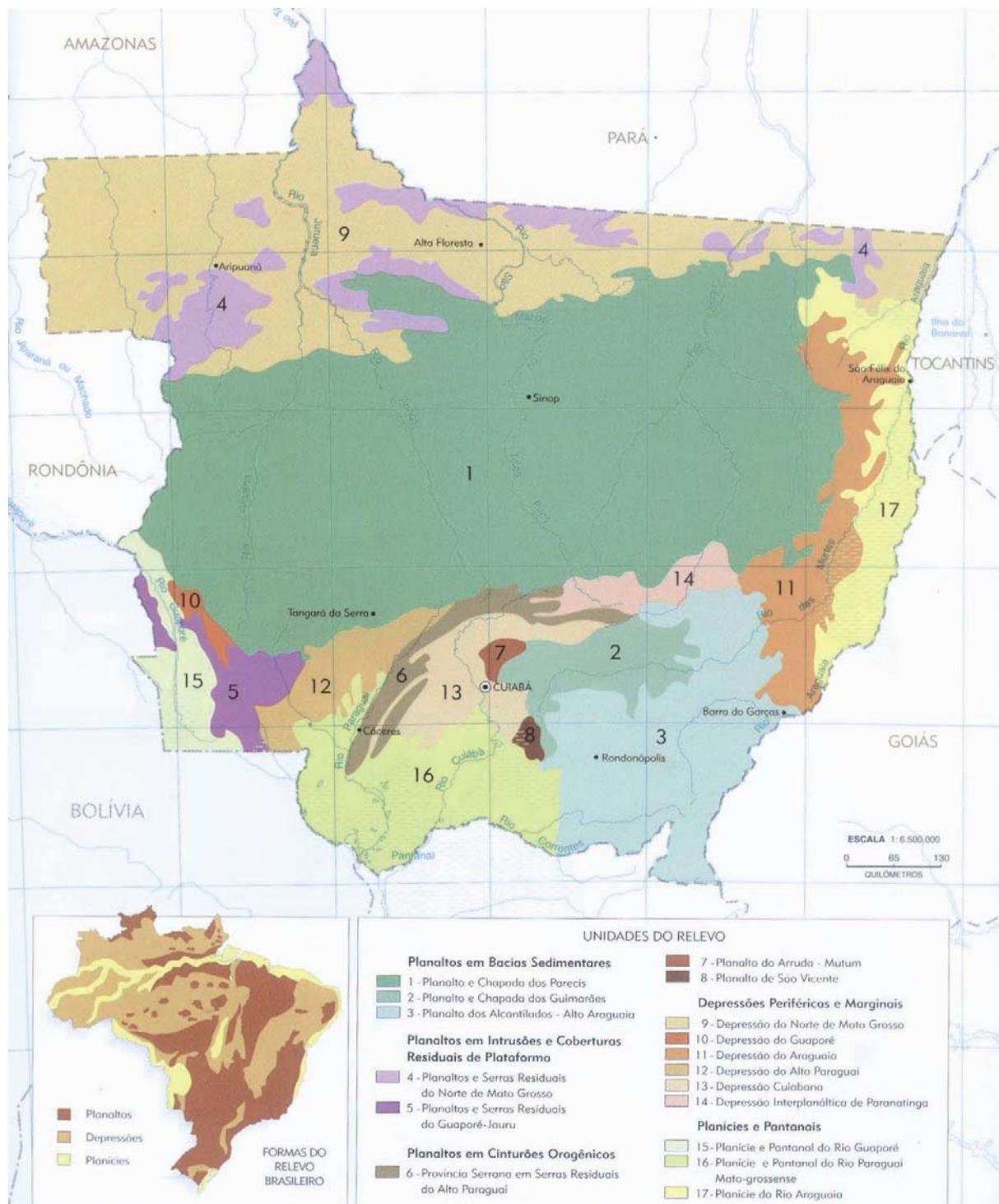
Figura 7. Mapa de Biomas - Mato Grosso



Fonte: MIRANDA; AMORIN, 2000, p. 19.

## ANEXO B

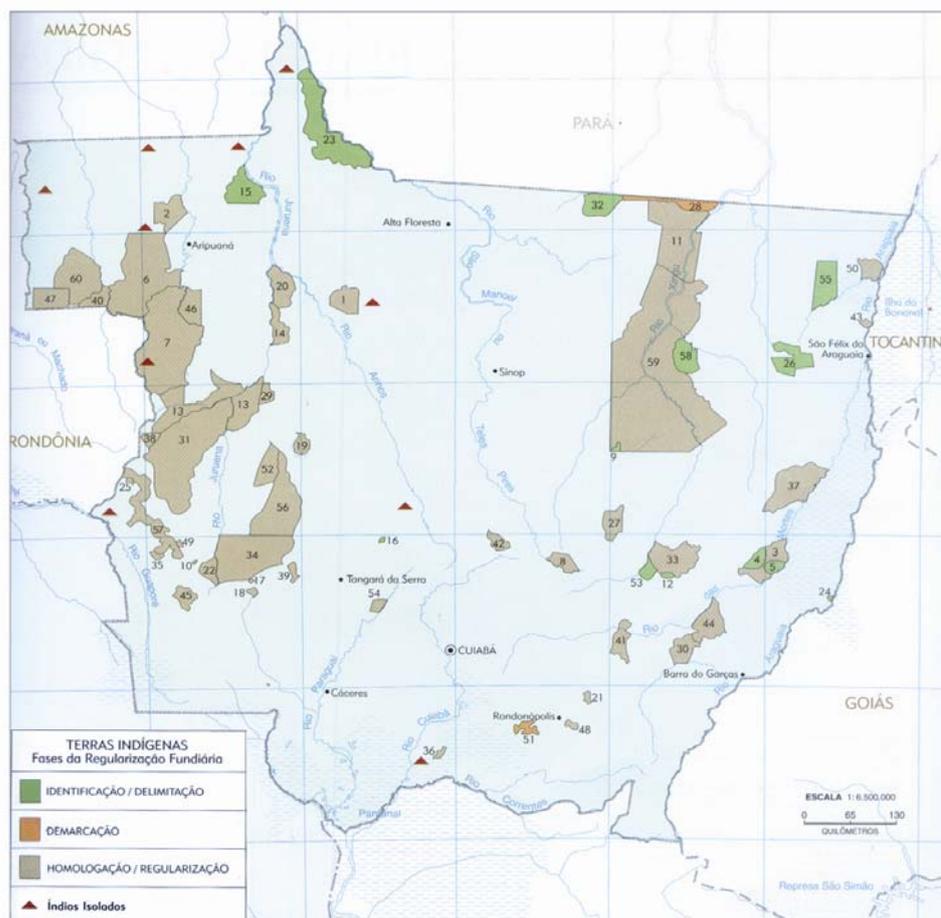
Figura 10. Caracterização de relevo do Estado de Mato Grosso



Fonte: MIRANDA; AMORIN, 2000. p. 7.

## ANEXO C

Figura 11. Distribuição das Terras Indígenas em Mato Grosso



Nº	DENOMINAÇÃO	ETNIA	POP	Nº	DENOMINAÇÃO	ETNIA	POP	
1	Ti Apiaká/Kayabi	Apiaká, Kayabi e Munduruku	274	32	Ti Panará*	Panará	164	
2	Ti Arara Rio Branco	Arara	150	33	Ti Parabubure	Xavante	2.595	
3	Ti Arédes	Xavante	688	34	Ti Paresi	Paresi	558	
4	Ti Arédes I	Xavante	-	35	Ti Pequizal	Alantésu	-	
5	Ti Arédes II	Xavante	-	36	Ti Perigara	Bororo	82	
6	Ti Aripuanã	Cinto-Larga	105	37	Ti Pimentel Barbosa	Xavante	1.010	
7	PI Aripuanã	Cinto-Larga	198	38	Ti Pirineus de Souza	Sabanê, Manduka Mamaindê	118	
8	Ti Bakairi	Bakairi	469	39	Ti Rio Formoso	Paresi	83	
9	Ti Batóvi	Wará	236	40	Ti Roosevelt*	Cinto-Larga, Xavante e Bororo	304	
10	Ti Capitão Marcos	Paresi	26	41	Ti Sangradouro/Volta Gr	Xavante e Bororo	815	
11	Ti Capoto-Jarinã	Kalapó, Metuktire e Txucarramãe	324	42	Ti Santana	Bakairi	183	
12	Ti Chão Preto	Xavante	15	43	Ti São Domingos	Karajá	111	
13	Ti Enawenê-Nawê	Enawenê-Nawê	300	44	Ti São Marcos	Xavante	1.648	
14	Ti Erikbaktsa	Erikbaktsa	860	45	Ti Sararé	Katitauru	67	
15	Ti Escondido	Erikbaktsa	45	46	Ti Serra Morena	Cinto-Larga	157	
16	Ti Estação Paresis	Paresi	20	47	Ti Sete de Setembro	Surui	586	
17	Ti Estivadinho	Paresi	26	48	Ti Tadarimano	Bororo	191	
18	Ti Figueiras	Paresi	16	49	Ti Tailhantesu	Wasusu	-	
19	Ti Irantxe	Irantxe	250	50	Ti Tapirapé/Karajá	Tapirapé e Karajá	347	
20	Ti Japuira	Erikbaktsa	90	51	Ti Tereza Cristina	Bororo	261	
21	Ti Jarudore	Bororo	-	52	Ti Tirecatanga	Paresi, Halotesua e Terena	91	
22	Ti Juíniha	Paresi	85	53	Ti Ubawawê	Xavante	29	
23	Ti Kayabi	Kayabi	76	54	Ti Umutina	Paresi, Umutina, Kayabi, Terena e Irantxe	280	
24	Ti Karajá de Aruanã II	Karajá	-	55	Ti Urubu Branco	Tapirapé	-	
25	Ti Lagoa dos Brincos	Negarote	-	56	Ti Utianti	Paresi	284	
26	Ti Marawatsede	Xavante	350	57	Ti Vale do Guaporé	Alantésu, Waikusu, Mamaindê e Outros	445	
27	Ti Marechal Rondon	Xavante	362	58	Ti Wawi	Sayó	240	
28	Ti Menkragnoti*	Menkragnoti	498	59	PI Xingu	Aweti, Juruna, Aweti, Juruna, Kayapó	3.050	
29	Ti Menku	Myky	56	60	Ti Zoró	Zoró	280	
30	Ti Merure	Bororo	361					
31	Ti Nambikwara	Kithauru e Halotesu	220					
							POPULAÇÃO INDÍGENA EM MATO GROSSO - 1998	20.079

\* Dados abrangendo mais de um Estado. - Fonte: FUNAI - ADR/MT, 1998

Fonte: MIRANDA; AMORIN, 2000, p. 22/23.

## oANEXO D

Tabela 1. Produção mundial de soja, 1994-2006

Ano	Área Plantada (milhões ha)	Quantidade produzida (milhões ton)
1994	62,13	137,55
1995	61,10	124,79
1996	62,47	132,03
1997	68,56	157,99
1998	71,30	159,83
1999	71,96	160,41
2000	75,44	175,77
2001	79,47	184,83
2002	82,31	196,79
2003	88,22	186,53
2004	93,06	215,72
2005	92,54	220,56
2006	93,95	235,41

Fonte: USDA, 2007.

## ANEXO E

Tabela 2. Produção mundial de soja: principais países produtores – em milhões de toneladas.

Países	1993*	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2006
EUA	50,92	59,24	73,18	72,22	78,67	66,78	83,368	86,77
Brasil	24,7	24,15	32,5	34,2	43,50	51,00	57	59
Argent.	12,4	12,43	19,5	21,2	30,00	33,00	40,5	46,5
China	15,31	13,5	14,73	14,29	15,41	15,39	16,35	16,2
India	**	**	**	5,2	5,40	6,80	7	7,69
Parag.	1,8	2,4	2,99	2,9	3,55	3,91	3,64	6,5
Outros	12,7	13,24	15,18	9,84	8,61	9,64	12,69	12,74
Total	117,83	124,96	158,07	159,85	185,14	186,53	220,556	235,409

Fonte: USDA, 2007.

\* Refere-se ao ano de plantio

\*\* Sem informação

## ANEXO F

Tabela 3. Distribuição da produção de soja no Brasil: 1940-1985 (mil toneladas).

	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Brasil	1.925	45.023	216.033	1.893.199	8.737.840	13.769.119	16.730.076
<b>Norte</b>	-	<b>1</b>	-	<b>1</b>	<b>66</b>	<b>26</b>	<b>31.651</b>
Rondônia	-	1	-	0	66	14	1.257
Pará	-	-	-	1	0	12	326
Tocantins	-	-	-	-	-	-	30.034
<b>Nordeste</b>	<b>31</b>	<b>142</b>	<b>17</b>	<b>22</b>	<b>172</b>	<b>939</b>	<b>69.164</b>
Maranhão	-	-	-	0	22	92	8.089
Pernambuco	4	104	12	2	49	0	326
Bahia	1	36	0	19	83	847	60.343
<b>Sudeste</b>	<b>365</b>	<b>218</b>	<b>1.156</b>	<b>94.750</b>	<b>677.701</b>	<b>1.205.669</b>	<b>1.590.981</b>
Minas Gerais	87	63	21	2.401	47.778	246.764	638.558
São Paulo	267	136	1.131	92.334	629.753	958.897	952.196
<b>Sul</b>	<b>1.529</b>	<b>44.647</b>	<b>214.759</b>	<b>1.773.648</b>	<b>7.809.490</b>	<b>11.052.518</b>	<b>10.391.911</b>
Paraná	232	29	3.547	415.356	3.113.585	4.412.690	4.161.322
Santa Catarina	61	67	1.767	58.506	271.244	1.530.138	519.730
Rio Grande Sul	1.236	44.551	209.445	1.299.786	4.424.661	5.109.690	5.710.859
<b>Centro-Oeste</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>101</b>	<b>24.778</b>	<b>250.411</b>	<b>1.509.967</b>	<b>4.646.369</b>
Mato Grosso Sul	-	-	-	14.548	168.216	1.042.372	1.811.881
Mato Grosso	-	14	99	9	5	88.854	1.610.530
Goiás	0	1	2	10.219	82.188	368.447	1.157.704
Distrito Federal	-	-	-	2	2	10.294	66.254

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1940-1996.

## ANEXO G

Tabela 4. Distribuição da produção de soja no Brasil – Série 1975 a 2005 (mil toneladas).

	1975	1980	1985	1990	1991	1995	1997	1998	1999	2000	2001	2003	2004	2005
<b>Brasil</b>	8.737.840	13.769.119	16.730.076	19.897.804	14.937.806	25.682.637	26.392.636	31.307.440	30.987.476	32.820.826	37.907.259	51.919.440	49.549.941	51.182.074
<b>NO</b>	66	26	31.651	44.392	10.842	47.271	47.977	142.409	133.853	184.614	260.734	552.496	946.649	1.384.561
<b>RO</b>	66	14	1.257	9.252	1.932	10.800	1.296	15.790	16.100	36.222	68.687	126.396	163.029	233.281
<b>AM</b>	0	-	12	-	-	-	24	796	1.460	1.428	1.530	5.211	5.461	5.136
<b>RR</b>	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.400	36.400
<b>PA</b>	0	12	326	-	-	-	1.353	2.438	2.630	2.602	2.291	43.251	99.437	204.302
<b>TO</b>	-	-	30.034	35.140	8.910	36.471	45.304	123.085	113.363	144.362	188.226	377.638	652.322	905.328
<b>NE</b>	172	939	69.164	225.502	451.887	1.255.571	1.275.616	1.528.306	1.641.753	2.063.859	2.026.998	2.525.363	3.659.065	3.959.940
<b>MA</b>	22	92	8.089	4.176	8.037	162.375	221.535	290.438	409.012	454.781	491.083	660.078	903.998	996.909
<b>PI</b>	5	-	142	906	2.850	20.199	40.520	49.864	82.741	100.963	128.315	308.225	388.193	559.545
<b>CE</b>	12	0	18	-	-	-	20	4	-	-	-	1.560	1.113	630
<b>BA</b>	83	847	60.343	220.416	441.000	1.072.911	1.013.541	1.188.000	1.150.000	1.508.115	1.407.600	1.555.500	2.365.290	2.401.872
<b>SE</b>	677.701	1.205.669	1.590.981	1.685.994	1.955.057	2.385.166	2.490.055	2.305.787	2.760.224	2.628.939	2.746.315	4.044.384	4.514.944	4.640.903
<b>MG</b>	47.778	246.764	638.558	748.794	971.705	1.199.666	1.081.555	1.278.007	1.339.224	1.438.829	1.390.635	2.335.446	2.660.714	2.937.243
<b>SP</b>	629.753	958.897	952.196	937.200	983.352	1.185.500	1.408.500	1.027.780	1.421.000	1.190.110	1.355.680	1.708.938	1.854.230	1.703.660
<b>SU</b>	7.809.490	11.052.518	10.391.911	11.500.593	6.001.202	11.986.519	11.790.262	14.288.344	12.694.013	12.496.969	16.101.338	21.301.418	16.402.467	12.544.106
<b>PR</b>	3.113.585	4.412.690	4.161.322	4.649.752	3.531.216	5.694.427	6.582.321	7.314.138	7.755.284	7.188.386	8.615.187	11.009.946	10.219.005	9.492.153
<b>SC</b>	271.244	1.530.138	519.730	537.365	249.484	444.107	452.941	511.691	471.619	524.688	534.321	712.175	641.748	607.413
<b>RS</b>	4.424.661	5.109.690	5.710.859	6.313.476	2.220.502	5.847.985	4.755.000	6.462.515	4.467.110	4.783.895	6.951.830	9.579.297	5.541.714	2.444.540
<b>CO</b>	250.411	1.509.967	4.646.369	6.441.323	6.518.818	10.008.110	10.788.726	13.042.594	13.757.633	15.446.445	16.771.874	23.495.779	24.026.816	28.652.564
<b>MS</b>	168.216	1.042.372	1.811.881	2.038.614	2.017.935	2.283.546	2.184.283	2.319.161	2.799.117	2.486.120	3.115.030	4.090.892	3.282.705	3.718.514
<b>MT</b>	5	88.854	1.610.530	3.064.715	2.738.410	5.491.426	6.060.882	7.228.052	7.473.028	8.774.470	9.533.286	12.965.983	14.517.912	17.761.444
<b>GO</b>	82.188	368.447	1.157.704	1.258.440	1.661.260	2.146.926	2.464.173	3.409.006	3.419.858	4.092.934	4.052.169	6.319.213	6.091.676	6.983.860
<b>DF</b>	2	10.294	66.254	79.554	101.213	86.212	79.388	86.375	65.630	92.921	71.389	119.691	134.523	188.746

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1975, 1980, 1985; IBGE. Produção Agrícola Municipal, 1990-2005.

## ANEXO H

Tabela 5. Produção de soja em Mato Grosso, 1970-2007.

Ano	Área (ha)	Quantidade (ton)	Rendimento (kg/ha)
1970	12	10	833
1974	50	60	1.200
1975	344	660	1.918
1976	105	125	1.190
1977	1000	1260	1.260
1978	5.566	7.269	1.306
1979	19.130	26.503	1.385
1980	56.514	88.852	1.572
1981	120.089	224.901	1.873
1982	194.331	365.501	1.881
1984	538.169	1.050.095	1.951
1985	795.438	1.656.039	2.082
1986	913.222	1.921.053	2.104
1987	1.096.828	2.389.033	2.178
1988	1.329.816	2.694.718	2.026
1989	1.714.987	3.795.435	2.213
1990	1.552.910	3.064.715	1.974
1991	1.172.100	2.738.410	2.336
1992	1.459.164	3.642.743	2.496
1993	1.680.257	4.118.726	2.451
1994	2.023.056	5.319.793	2.630
1995	2.338.926	5.491.426	2.348
1996	1.956.148	5.032.921	2.573
1997	2.192.514	6.063.402	2.766
1998	2.643.389	7.228.052	2.734
1999	2.632.969	7.469.378	2.837
2000	2.906.648	8.774.471	3.019
2001	3.121.408	9.533.286	3.054
2002	3.821.861	11.696.726	3.060
2003	4.410.756	12.719.203	2.884
2004	5.249.564	14.528.838	2.768
2005	6.100.420	17.706.073	2.902
2006	5.809.633	15.553.493	2.677
2007*	4.807.459	13.713.096	2.852

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1989; IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990-2007.

\* Previsão.

## ANEXO I

Tabela 6. Mato Grosso: Distribuição das lavouras de soja por Meso e Microrregiões geográficas

	1981	1982	1984	1986	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006
<b>Total</b>	120.089	194.331	538.169	913.222	1.714.987	1.552.910	1.459.164	2.023.056	1.956.148	2.643.389	2.906.648	3.824.231	5.248.964	5.809.633
<b>Centro-Sul</b>	23528	30851	60215	116430	35.552	23.250	19.289	22.354	19.710	28.790	27.939	36.893	75.401	77.931
Alto Pantanal	327	0	1158	2.698	1.000	100	505	0	0	0	0	0	590	3.883
Alto Paraguai	227	25	1.395	10250	11.592	12.200	9.250	15.629	13.500	20.250	19.171	28.349	37.529	36.816
Cuiabá	22.598	29.625	54.997	96.507	12.160	5.810	6.404	6.725	5.100	7.340	7.763	8.044	36.382	35.582
Rosário oeste	376	1.201	2.665	6.975	10.800	5.140	3.130	0	1.110	1.200	1.005	500	900	1.650
<b>Nordeste</b>	2.810	7.076	29448	74.691	169.467	144.839	82.661	175.815	135.119	183.860	206.736	285.625	513.313	586.315
Canarana	2190	6086	22799	56910	150.869	132.785	77.961	170.015	134.710	181.240	202.888	270.705	458.780	486.275
Médio Araguaia	620	990	6.527	16.387	14.998	8.250	4.700	5.800	409	2.500	3.260	3.150	23.213	21.506
Norte Araguaia	0	0	122	1394	3.600	3.804	0	0	0	120	588	11.770	49.320	78.534
<b>Norte</b>	6429	8129	137.877	293.037	851.302	703.378	699.956	1.052.488	1.078.026	1.557.191	1.826.504	2.529.202	3.403.191	3.917.899
Alta Floresta	0	0	0	0	120	0	0	0	0	460	0	966	1.930	1.815
Alto Teles Pires	235	1.483	50.000	81.763	364.000	322.821	323.159	502.452	423.204	626.497	866.000	1.250.850	1.602.063	1.671.219
Arinos	0	0	1.000	4.000	2.560	19.650	12.000	25.557	25.000	37.424	49.000	107.118	154.831	264.643
Aripuanã	0	0	0	0	16.122	16.122	16.880	39.200	13.831	55.000	52.660	78.200	119.100	140.400
Colíder	0	0	10	0	0	0	0	60	0	489	450	7.200	22.467	14.934
Paranatinga	4158	646	4617	3820	16.000	7.500	2.517	3.700	6.270	10.110	14.635	28.425	91.470	56.400
Parecis	2.036	6.000	81.550	200.000	439.800	325.800	337.000	473.079	589.046	808.027	815.250	974.256	1.176.554	1.269.533
Sinop	0	0	700	3.454	12.700	11.485	8.400	8.440	20.675	19.184	28.509	82.187	234.776	501.955
<b>Sudeste</b>	87.228	148.090	304731	414634	636.486	661.509	637.958	745.319	694.462	846.548	817.006	941.311	1.179.289	1.117.929
Alto Araguaia	21.376	31.300	74600	90.000	97.400	94.500	86.570	102.788	98.526	146.300	132.077	152.600	195.500	195.555
Primavera do Leste	0	0	0	0	235.676	238.553	216.276	261.175	242.352	266.500	265.000	338.501	410.000	367.200
Rondonópolis	59.502	96.250	167.377	226.829	236.901	253.816	266.185	283.789	254.728	292.908	273.269	297.600	370.883	361.774
Tesouro	6350	20540	62.754	97805	66.509	74.640	68.927	97.567	98.856	140.840	146.660	152.610	202.906	193.400
<b>Sudoeste</b>	94	185	5898	14348	22.980	19.934	19.300	27.080	28.831	27.000	28.463	31.200	59.770	79.854
Alto Guaporé	0	0	8	2.000	150	0	0	100	0	0	800	480	8.080	14.050
Jauru	0	0	360	700	120	134	0	920	0	0	13	500	3.491	5.598
Tangará da Serra	94	185	5.530	11648	22.710	19.800	19.300	26.060	28.831	27.000	27.650	30.220	48.199	60.206

Fonte: IBGE, Levantamento da Produção Agrícola, 1989; IBGE, Levantamento da Produção Agrícola, 1990-2007.

## ANEXO J

Tabela 07. Mato Grosso: principais produtos de lavoura temporária – 1978 a 2005

	<b>Algodão</b>	<b>Arroz</b>	<b>cana</b>	<b>Feijão</b>	<b>Mandioca</b>	<b>milho</b>	<b>Soja</b>
<b>Ano</b>	<b>área</b>	<b>área</b>	<b>área</b>	<b>área</b>	<b>área</b>	<b>área</b>	<b>área</b>
1978	5.585	780.004	9.682	48.021	22.482	84.252	5.566
1979	5.200	741.130	10.828	42.476	21.207	71.414	19.130
1981	3.859	862.699	8.745	74.241	18.020	114.072	120.089
1982	4.338	795.447	12.028	99.150	20.846	167.227	194.331
1984	6.292	570.621	22.521	76.771	20.184	203.939	538.169
1985	16.945	406.589	30.027	105.576	25.112	242.913	795.438
1986	16.015	589.496	36.241	103.180	16.613	273.717	913.222
1987	13.307	678.243	41.557	82.502	22.866	305.326	1.096.828
1988	31.021	776.741	47.877	88.831	21.842	338.315	1.329.816
1989	42.800	646.747	49.707	79.621	24.877	341.296	1.714.987
1990	43.422	381.687	51.275	70.912	27.004	273.511	1.552.910
1991	68.653	311.869	59.495	54.796	29.639	255.865	1.172.100
1992	55.262	616.449	59.439	53.564	30.740	313.160	1.459.164
1993	69.999	549.665	76.066	43.267	25.721	350.492	1.680.257
1994	66.979	488.379	75.050	38.696	23.434	434.705	2.023.056
1995	70.260	422.803	98.906	37.129	23.764	445.861	2.338.926
1996	55.155	430.822	118.506	30.726	17.915	542.636	1.956.148
1997	42.259	355.231	133.950	28.572	18.421	573.276	2.192.514
1998	106.483	364.270	136.462	25.304	24.517	479.684	2.643.389
1999	194.548	756.639	142.747	30.619	21.518	520.818	2.632.969
2000	257.762	700.533	150.904	28.611	27.317	562.582	2.906.648
2001	412.627	451.096	172.802	28.406	32.617	540.085	3.121.408
2002	328.033	441.534	180.630	31.681	34.185	723.965	3.821.861
2003	297.047	450.170	190.391	38.276	25.758	882.858	4.410.756
2004	448.860	717.851	204.722	42.979	34.033	915.597	5.249.564
2005	483.525	855.067	205.961	42.244	38.498	1.073.146	6.121.724

Fonte: IBGE, Levantamento da Produção Agrícola, 1989; IBGE, Levantamento da Produção Agrícola, 1990-2007.